

ESTRATÉGIA INTEGRADA DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL ALENTEJO CENTRAL 2020

Dezembro de 2014

Conteúdo

1. Apresentação e enquadramento	3
2. Metodologia de trabalho	4
2.1. Preparação da estratégia	4
2.2. O processo de concertação regional	7
3. Diagnóstico	11
3.1. Caracterização socioeconómica do Alentejo Central	11
3.2. Análise de <i>stakeholders</i>	55
3.3. Síntese do diagnóstico sub-regional	57
4. A Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial Alentejo Central 2020	63
4.1. Missão, visão e posicionamento estratégico	63
4.2. Estruturas territoriais de suporte à estratégia de desenvolvimento Alentejo Central 2020.....	73
4.3. Intervenções de âmbito regional e nacional de relevante importância sub-regional	76
4.4. Quadro de orientação estratégica Alentejo Central 2020	78
4.5. Princípios de base para a implementação da EIDT Alentejo Central 2020	79
4.6. EIDT Alentejo Central 2020: Domínios Estratégicos de Intervenção	80
4.7. Análise de coerência externa da EIDT Alentejo Central 2020 com o PAR Alentejo 2020	121
5. Modelo de governação	135
5.1. Princípios do modelo de governação	135
5.2. Modelo de Organização e gestão	136
5.3. Recursos e Competências	139
5.4. Mecanismos de acompanhamento, monitorização e avaliação	142
5.5. Mecanismos de <i>intelligence</i> e gestão de redes	144
5.6. Parcerias e redes	146
6. Metas e resultados	147
6.1. As metas da Estratégia de Desenvolvimento Regional Alentejo 2020	147
6.2. As metas para a Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial Alentejo Central 2020	148
Anexos	150
Anexo 1: Convites e memorandos dos Seminários e Workshops organizados pela CIMAC	
Anexo 2: Quadro das entidades que integram o Conselho Estratégico de Desenvolvimento Intermunicipal da CIMAC	

1. APRESENTAÇÃO E ENQUADRAMENTO

A **Estratégia de Desenvolvimento Territorial para o Alentejo Central (EIDT-AC)** resulta de um processo que foi desenvolvido ao longo de cerca de um ano, tendo sido iniciado ainda no primeiro semestre de 2013 e culminando com a apresentação e aprovação, em maio de 2014, da **Estratégia de Desenvolvimento Territorial e Plano de Ação para o Alentejo Central 2014-2020**.¹

A versão da EIDT-AC que agora se apresenta destina-se ao seu reconhecimento formal como base da futura contratualização dos pactos para o desenvolvimento e coesão territorial e dos pactos para o desenvolvimento local de base comunitária, de acordo com o artigo 64.º do Decreto-Lei n.º 137/2014, de 12 de setembro.

Nesse sentido, o documento que se apresenta procura corresponder às especificações de estrutura e conteúdo do convite n.º 01/2014, de 11 de novembro, formulado pela Comissão Interministerial de Coordenação do Portugal 2020, mas não pode deixar de corresponder, nas suas prioridades e orientações, à Estratégia que foi concertada e consagrada pelo processo participativo desenvolvido na região.

Aliás, só dessa forma a EIDT-AC corresponde a um quadro estratégico sub-regional completo e claro, devidamente articulado com a estratégia regional dinamizada pela CCDR Alentejo² e que, para além de servir como referência para ITI ou DLBC no Alentejo Central, é também enquadrador da estratégia de promoção da competitividade empresarial, articulando-se com a estratégia de especialização inteligente regional.

Assim, o documento agora apresentado não introduz senão algumas adaptações de natureza sobretudo formal e de ajustamento às versões finais dos instrumentos financeiros do Portugal 2020 que são aqui relevantes³, para além de evidenciar a abordagem do Alentejo Central às quatro áreas temáticas definidas no Convite: o desenvolvimento urbano, a articulação territorial de competências municipais na prestação de serviços públicos, a competitividade económica local e a promoção da inclusão social.

¹ Que respondia, em termos formais, às especificações definidas no Programa Valorizar, que apoiou financeiramente os trabalhos.

² A CCDR Alentejo, em parecer emitido em março de 2014, já reconheceu o alinhamento desta Estratégia com a estratégia regional e com os instrumentos de gestão do território, incluindo o PROT Alentejo.

³ Que são o PO Regional Alentejo, os diversos PO Temáticos, o Programa de Desenvolvimento Rural 2020 e os PO da Cooperação Territorial.

2. METODOLOGIA DE TRABALHO

2.1. PREPARAÇÃO DA ESTRATÉGIA

O processo de trabalho adotado incluiu duas linhas metodológicas interativas, uma de natureza mais técnica e outra marcadamente participativa, podendo afirmar-se que o resultado alcançado é consensual no Alentejo Central e convergente com a estratégia regional do Alentejo e as orientações para Portugal e Europa 2020.

A elaboração da Estratégia de Desenvolvimento Territorial para o Alentejo Central assumiu como **referencial de enquadramento** um conjunto de documentos (finalizados ou em fase de elaboração final) que suportam o processo de programação dos Fundos Estruturais para o próximo período de 2014 a 2020. Destacam-se nesse âmbito, essencialmente, o Plano de Ação Regional do Alentejo 2020, o Programa Operacional Regional do Alentejo 2014-2020 (última versão disponível de setembro de 2014) e a proposta de Portugal de Acordo de Parceria 2014-2020 (versão de julho de 2014).

Paralelamente a este enquadramento, a CIMAC promoveu um **processo de auscultação** junto dos atores regionais, em diversos momentos de elaboração da estratégia. Procurou abranger-se um número significativo de entidades e que estas fossem representativas das áreas/temas centrais da Estratégia. Neste contexto, foram envolvidos (em diversos momentos e com diferentes objetivos – ver secção seguinte) os órgãos do poder local e central desconcentrados, as Associações de Desenvolvimento Local e outras Associações de âmbito cultural e ambiental, os Grupos de Ação Local com intervenção no Alentejo Central, as entidades do 3º Sector, as associações e núcleos empresariais, as instituições de ensino superior, entidades de defesa e proteção civil, entre outros. Este processo participativo permitiu refletir sobre as experiências anteriores de aplicação dos fundos estruturais na região; validar e melhorar o diagnóstico da sub-região; definir os objetivos para o desenvolvimento da região e sub-região no horizonte 2020; definir as opções estratégicas e linhas de intervenção; propor projetos de escala intermunicipal e identificar possíveis parcerias e redes para a sua concretização.

Em termos institucionais, a CIMAC procurou **concertar as suas reflexões e opções** num plano mais alargado, promovendo e participando em diversas reuniões com as restantes CIM do Alentejo, com a CCDRA, com os GAL - Grupos de Ação Local do Alentejo Central e com a ADRAL.

Internamente, a elaboração da estratégia passou pela constituição de uma **equipa técnica**, coordenada pela Quaternaire Portugal e integrada também pela ADRAL – Agência de Desenvolvimento Regional do Alentejo, tendo em diversas fases sido promovido o **acompanhamento e aprovação pelos órgãos da CIMAC**. Este processo veio a culminar com a aprovação do documento (então) final em maio de 2014, pelo Conselho Estratégico e pelo Conselho Intermunicipal da CIMAC.

Deste modo, o processo de elaboração da Estratégia de Desenvolvimento Territorial Alentejo Central assentou num **roteiro de programação** que procurou cumprir:

- a. Uma atualização do diagnóstico da sub-região, incluindo dados estatísticos mais recentes disponíveis e sintetizada num exercício de SWOT.

- b. Um quadro de referência estratégico devidamente focalizado, nomeadamente, desenvolvendo e reforçando a ligação das opções de desenvolvimento territorial com as características específicas do território do Alentejo Central, com os seus recursos e potencialidades, com as suas fragilidades mais relevantes.
- c. Uma descrição das linhas de atuação e das ações que constam do respetivo Plano de Ação, com grau de concretização adequado ao referencial nacional e regional disponível em termos da preparação dos Programas Operacionais Regional e Temáticos e do Acordo de parceria 2014-2020;
- d. Uma abordagem ao sistema de indicadores a criar para efeitos de monitorização estratégica e operacional;
- e. Uma formulação do Modelo de Governação a adotar.

Este roteiro é sinteticamente descrito no cronograma e nas páginas seguintes.

COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DO ALENTEJO CENTRAL	2012		2013												2014													
	Ago	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	
CONCERTAÇÃO INSTITUCIONAL																												
REUNIÃO COM CIM ALENTEJO SOB COORDENAÇÃO DA ADRAL SOBRE ESTRATÉGIA DE ESPECIALIZAÇÃO INTELIGENTE DA REGIÃO																												
REUNIÃO COM CCDRA: ENQUADRAMENTO E PREPARAÇÃO TRABALHOS A REALIZAR PELAS CIM																												
REUNIÃO COM CIM DO ALENTEJO SOB COORDENAÇÃO DA ADRAL PARA PREPARAÇÃO DE QUADRO ESTRATÉGICO COMUM																												
REALIZAÇÃO DE REUNIÕES COM TÉCNICOS DA CIMAC: RECOLHA CONTRIBUTOS PARA ESTRATÉGIA																												
REALIZAÇÃO DE REUNIÃO COM TÉCNICOS DA ADRAL: RECOLHA CONTRIBUTOS PARA A ESTRATÉGIA																												
REALIZAÇÃO DE REUNIÕES COM GAL COM INTERVENÇÃO NO ALENTEJO CENTRAL																												
REALIZAÇÃO DE REUNIÕES COM CIM DO ALENTEJO E CCDRA																												
REALIZAÇÃO DE REUNIÕES COM CIM DO ALENTEJO E ADRAL																												
PARTICIPAÇÃO DA REUNIÃO COM O SR. SECRETÁRIO DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL																												
REFLEXÃO E DEBATE ALARGADO PARA CONSTRUÇÃO DA ESTRATÉGIA																												
ORGANIZAÇÃO DE SEMINÁRIOS DE REFLEXÃO SOBRE A EXPERIÊNCIA PASSADA NA APLICAÇÃO DOS FUNDOS E PERSPECTIVAS DE FUTURO																												
ORGANIZAÇÃO DE CICLO DE WORKSHOPS TEMÁTICOS (PREPARAÇÃO DA ESTRATÉGIA):																												
Que estratégia sub-regional para sustentab. dos espaços rurais																												
Economia social: que estratégia de inclusão social para a região																												
Património, Cultura e economia regional																												
REALIZAÇÃO DE 13 ENTREVISTAS A DIVERSOS ACTORES LOCAIS																												
ORGANIZAÇÃO DE CICLO DE WORKSHOPS TEMÁTICOS (DOMÍNIOS ESTRATÉGICOS E PREPARAÇÃO DO PLANO DE ACÇÃO):																												
Sobre as questões do desenvolvimento económico																												
Sobre as questões da inclusão social																												
Sobre as questões do ambiente e ordenamento do território																												
PARTICIPAÇÃO EM EVENTOS E WORKSHOPS DE ÂMBITO REGIONAL																												
PARTICIPAÇÃO NA CONFERÊNCIA "PLANO DE ACÇÃO REGIONAL ALENTEJO 2020", ORGANIZADA PELA CCDRA																												
PARTICIPAÇÃO NOS WORKSHOPS TEMÁTICOS ORGANIZADOS PELA CCDRA																												
Conhecimento, Tecnologia e Inovação (Évora)																												
Actividades agro-alimentares e floresta (Beja)																												
Act Económicas e Cadeias de Valor Estratégico (V. Novas)																												
Cidades sustentáveis 2020 (Mértola)																												
Qualificações, Empreg, Coesão Soc e Inclusão (Portalegre)																												
Sistema ambiental e energia (Portalegre)																												
Territórios de Baixa Densidade (Aljustrel)																												
PARTICIPAÇÃO NA SESSÃO ORGANIZADA PELA CCDRA SOBRE BALANÇO E PERSPECTIVAS 2020																												
PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DA ESTRATÉGIA																												
AVALIAÇÃO DO PTD DO ALENTEJO CENTRAL 2007-2013																												
ACTUALIZAÇÃO DO DIAGNÓSTICO DO ALENTEJO CENTRAL																												
1ª PROPOSTA DE EIXOS ESTRATÉGICOS DE INTERVENÇÃO																												
CONTRIBUTOS PARA O DOCUMENTO CONJUNTO DAS CIM ALENTEJO, SOB COORDENAÇÃO DA ADRAL																												
criação da EQUIPA DE TRABALHO PARA ELABORAÇÃO DA ESTRATÉGIA E PLANO DE ACÇÃO DO ALENTEJO CENTRAL 2020																												
ELABORAÇÃO DA ESTRATÉGIA E PLANO DE ACÇÃO ALENTEJO CENTRAL 2014-2020																												
PEDIDO DE PARECER À CCDRA SOBRE O DOCUMENTO DE ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E PLANO DE ACÇÃO ALENTEJO CENTRAL 2014-2020																												
APRESENTAÇÃO DE PONTO DE SITUAÇÃO DA ELABORAÇÃO DA ESTRATÉGIA E PLANO DE ACÇÃO AO CONSELHO EXECUTIVO/INTERMUNICIPAL DA CIMAC																												
EMIÇÃO DE PARECER PELA CCDRA SOBRE O DOCUMENTO DE ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E PLANO DE ACÇÃO ALENTEJO CENTRAL 2014-2020																												
INCORPORAÇÃO DAS RECOMENDAÇÕES CONSTANTES NO PARECER DA CCDRA NO DOCUMENTO																												
APROVAÇÃO PELO CONSELHO INTERMUNICIPAL DA CIMAC DO DOCUMENTO ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E PLANO DE ACÇÃO ALENTEJO CENTRAL 2014-2020																												
APROVAÇÃO PELO CONSELHO ESTRATÉGICO DA CIMAC DO DOCUMENTO ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E PLANO DE ACÇÃO ALENTEJO CENTRAL 2014-2020																												
PROCESSO DE RECONHECIMENTO DA ESTRATÉGIA INTEGRADA DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL DO ALENTEJO CENTRAL/ SUBMISSÃO À COMISSÃO DE AVALIAÇÃO																												

2.2. O PROCESSO DE CONCERTAÇÃO REGIONAL

A CIMAC concentrou o processo de auscultação e envolvimento das entidades locais e regionais em 3 momentos essenciais:

- A. Um primeiro momento com realização de dois seminários de reflexão alargados (documentação em anexo), com o objetivo de iniciar o processo de participação e apelar ao envolvimento das entidades na construção da Estratégia para a sub-região para o horizonte 2014-2020.**

No primeiro seminário procurou realizar-se uma reflexão sobre o passado recente, focando a reflexão nas experiências recentes de programação e de implementação dos fundos comunitários na região e, em particular, no Alentejo Central;

23 Maio 2013 (manhã), Évora (Câmara Municipal)

No segundo seminário, procurou focar-se a reflexão sobre o posicionamento que a região, e em particular a sub-região, deverá procurar no âmbito do próximo período de programação. Neste aspeto refletiu-se em particular sobre os desafios e as potencialidades que a estratégia da Europa 2020 coloca a uma região como o Alentejo e, em particular, ao Alentejo Central

23 Maio 2013 (tarde), Évora (Câmara Municipal)

Estes seminários contaram com a presença das seguintes entidades/atores relevantes:

Município de Alandroal
Município de Arraiolos
Município de Borba
Município de Estremoz
Município de Évora
Município de Montemor-o-Novo
Município de Mora
Município de Portel
Município de Reguengos Monsaraz
Município de Redondo
Município de Vendas Novas
Município de Viana do Alentejo
Município de Vila Viçosa
Monte – Desenvolvimento do Alentejo Central
ACE

ADL Terras Dentro
CCDRA - Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo
NERE - Núcleo Empresarial da Região do Alentejo
ANJE-NE - Associação Nacional Jovens Empresários – Núcleo de Évora
ACDE - Associação Comercial do Distrito de Évora
Universidade Évora
Entidade Regional Turismo Alentejo
Ana Paula Amendoeira
IEFP
SRTT - Sistema Regional de Transferência de Tecnologia
PCTA - Parque de Ciência e Tecnologia do Alentejo
Direção Regional de Cultura
Direção Regional de Educação
EDIA - Empresa de Desenvolvimento e Infraestruturas do Alqueva SA

B. Um segundo momento centrado num diagnóstico da sub-região (focado em áreas específicas de caracterização), e numa aproximação aos objetivos estratégicos e domínios de intervenção que a Estratégia para a NUT III deveria incorporar (documentação em anexo).

Neste contexto, foram realizados três *workshops* temáticos:

- “Que estratégia sub-regional para a **sustentabilidade dos espaços rurais** no Alentejo Central?”
3 julho de 2013, Évora (ADRAL)
- “**Economia Social**: Estratégia de inclusão social para a região e consolidação da economia social como setor económico de importância regional”
9 de julho de 2013, Évora (ADRAL)
- “**Património, cultura e economia regional**: que fazer para reforçar a participação deste sector no desenvolvimento da base económica regional e da coesão territorial?”
15 de julho de 2013, Évora (CIMAC)

Estes *workshops* contaram com a presença das seguintes entidades/atores relevantes:

CIMAC ADRAL - Agência de Desenvolvimento Regional do Alentejo S.A. Monte – Desenvolvimento do Alentejo Central ACE ADL Terras Dentro ADL Aliende Município de Arraiolos Município de Mora Município de Viana do Alentejo GNR - Guarda Nacional Republicana, Comando Territorial de Évora APRe! - Aposentados, Pensionistas e Reformados IEFP Delegação Regional do Alentejo Cruz Vermelha Direção Regional Cultura Ana Paula Amendoeira Fernando Angelino CENDREV - Centro Dramático de Évora Fundação Eugénio de Almeida

C. Um terceiro momento para discussão em concreto sobre os domínios de intervenção propostos na Estratégia e que pretendeu igualmente uma aproximação ao Programa de Ação a desenvolver, com identificação de áreas de intervenção e projetos concretos (documentação em anexo).

Neste contexto, foram realizados três *workshops* temáticos, em torno dos objetivos específicos e dos domínios de intervenção propostos para a sub-região:

- **“Sobre as questões do desenvolvimento económico no Alentejo Central no período 2014-2020:** Apoiar o desenvolvimento e **inovação empresarial**, promover a valorização económica dos **recursos territoriais** regionais, reforçar a **competitividade da base económica regional**”.
21 de janeiro de 2014, Évora (ADRAL)
- **“Sobre as questões da inclusão social no Alentejo Central no período 2014-2020:** Fomentar a inovação e a coesão social e elevar o bem-estar da população”.
24 de janeiro de 2014, Évora (ADRAL)
- **“Sobre as questões do Ambiente e Ordenamento do Território no Alentejo Central no período 2014-2020:** Proteção do **ambiente**, preservação da **biodiversidade** e **utilização sustentável dos recursos naturais**”.
30 de janeiro de 2014, Évora (GESAMB)

Estes *workshops* contaram com a presença das seguintes entidades/atores relevantes:

<p>CIMAC ADRAL - Agência de Desenvolvimento Regional do Alentejo S.A Monte – Desenvolvimento do Alentejo Central ACE CCDRA - Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo ADL Terras Dentro ADL Leadersor ADL Aliende ACDE - Associação Comercial do Distrito de Évora ANJE-NE - Associação Nacional Jovens Empresários – Núcleo de Évora Associação Transfronteiriça dos Municípios Terras do Grande Lago Alqueva Direção Regional de Agricultura do Alentejo EDIA - Empresa de Desenvolvimento e Infraestruturas do Alqueva SA IAPMEI - Instituto da Empresa, Centro de Desenvolvimento Empresarial do Alentejo NERE - Núcleo Empresarial da Região do Alentejo PCTA - Parque de Ciência e Tecnologia do Alentejo Entidade Regional Turismo Alentejo</p>	<p>Universidade de Évora Município de Viana do Alentejo Município de Borba Município de Estremoz Município de Montemor-o-Novo Município de Mora Município de Reguengos de Monsaraz Município de Redondo Município de Vendas Novas GESAMB - Gestão Ambiental e de Resíduos, EIM CDOS - Comando Distrital de Operações de Socorro de Évora Cruz Vermelha IEFP Delegação Regional do Alentejo Segurança Social Paula de Deus</p>
----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

Ainda no âmbito deste vasto processo de participação, a CIMAC promoveu a realização de uma série de **entrevistas** a atores locais/regionais relevantes, com vista à obtenção de perspetivas muito concretas sobre os principais problemas do território, abordagens a prosseguir no âmbito das políticas em curso e propostas de intervenção concretas no quadro das competências dos municípios e das CIM. Foram realizadas 13 entrevistas, identificadas na tabela seguinte:

CONTACTO	DATA DE REALIZAÇÃO	LOCAL
Nuno Vitorino (especialista nos FEI)	30-05-2013	Lisboa
João Basto (Presidente do CA EDIA)	28-05-2013	Beja
João Filipe de Jesus (Diretor Regional Economia)	16-05-2013	Évora
Ana Duarte (Centro Emprego Reguengos Monsaraz)	16-05-2013	Reguengos de Monsaraz
José Santos (ERTA)	16-05-2013	Évora
Jorge Pinto (especialista em finanças locais)	11-06-2013	Évora
Prof. Soumodip Sarkar (Universidade de Évora – CEFAGE)	11-06-2013	Évora (Palácio Vimioso UE)
Carlos Zorrinho (Deputado)	13-06-2013	Évora (CIMAC)
Teresa Pinto Correia (Universidade de Évora – ICAAM)	28-05-2013	Évora (Mitra)
André Mateus (APA-Agência Portuguesa de Ambiente)	28-05-2013	Évora
Paula de Deus (Cruz Vermelha Portuguesa)	03-06-2013	Évora (CIMAC)
Vítor Barbosa (NERE e Business Angels)	09-07-2013	Évora sede da IBERA

Para além de garantir o envolvimento de uma grande diversidade de detentores de interesse regionais, o processo foi muito rico em termos informativos, refletindo-se num diagnóstico mais rico, dinâmico e prospetivo, complementando a análise baseada em elementos estatísticos, como veremos na secção seguinte.

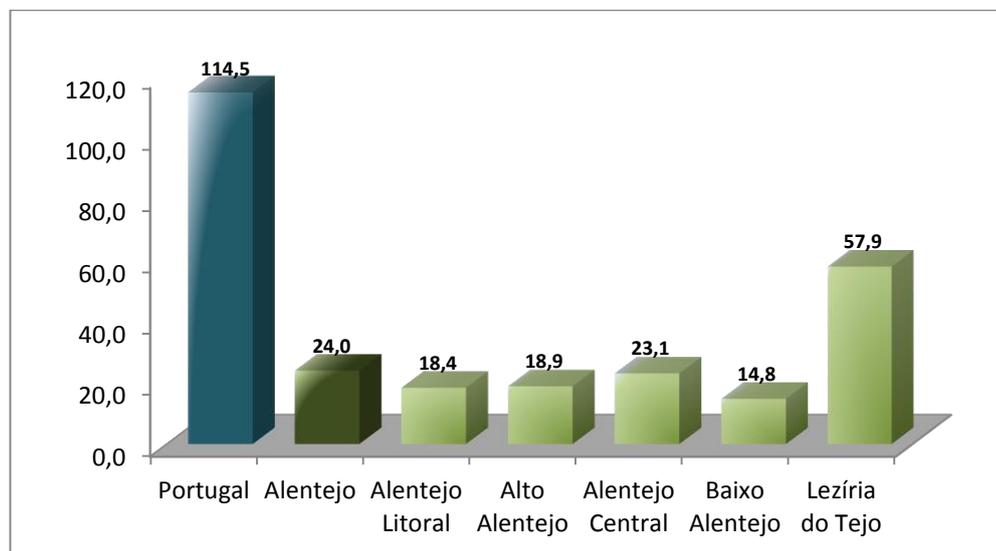
3. DIAGNÓSTICO

3.1. CARACTERIZAÇÃO SOCIOECONÓMICA DO ALENTEJO CENTRAL

3.1.1. População e recursos humanos

A região Alentejo constitui-se como a maior região de Portugal em termos territoriais - com uma área total de 31.551 Km² - mas é simultaneamente a região com menor densidade populacional: apenas 24 habitantes por Km² (por contraste com 112,8 no Continente), residentes, na sua maioria, em lugares até 5.000 habitantes. A NUT III Alentejo Central apresenta neste contexto um valor semelhante à média regional (23,1 hab/Km²), ainda que acima das outras sub-regiões “tradicionais” alentejanas.

Figura 1 - Densidade populacional na Região Alentejo (NUTS II e NUTS III) por comparação ao país, 2011



Fonte: INE, Censos 2011

A evolução da **densidade populacional** nos últimos anos pauta-se por uma tendência descendente em todas as NUTS III do Alentejo. Este facto confirma o fenómeno de desertificação vivido na Região Alentejo desde a década de 70. A implementação de estratégias, programas e ações direcionadas para o desenvolvimento socioeconómico, ainda que apresentem alguns resultados ao nível da sub-região Alentejo Central, não têm no entanto sido suficientes para inverter esta tendência.

Ainda assim, o Alentejo Central é desde 1981, a sub-região com mais população residente no chamado “Alentejo Tradicional”, que não inclui a NUT III Lezíria do Tejo.

Dentro do contexto regional, o Alentejo Central tem vindo a caracterizar-se por um comportamento relativamente positivo em termos populacionais. No entanto, a tendência para a perda populacional é marcante e, se entre 1991 e 2001, a sub-região tinha conseguido desacelerar esta tendência (graças a um saldo migratório positivo), os resultados dos últimos censos revelam uma aceleração da quebra populacional, tendo o Alentejo Central perdido 4% da sua população na última década e registado um saldo natural e migratório negativos.

Olhando para os concelhos que integram esta sub-região, verifica-se que aqueles que apresentam maior número de habitantes em 2011 são, por ordem crescente, Estremoz, Montemor-o-Novo e Évora, destacando-se Mourão como o menos populoso e também o que mais população perdeu (-17,6%) entre os dois exercícios censitários (é um dos 10 concelhos a nível nacional onde esta perda populacional é mais significativa).

Dentro da tendência de quebra populacional, destaque para os municípios de Évora e Vendas Novas, cuja população continuou a aumentar, mantendo uma tendência já verificada, ainda que a um ritmo muito menor do que o ocorrido na década anterior. Estremoz, que tinha visto a sua população crescer 1,36% em 2001, regista agora uma quebra significativa de 8,64%. O município de Viana do Alentejo vê pela primeira vez nos últimos 20 anos, a sua população aumentar em 2,28%.

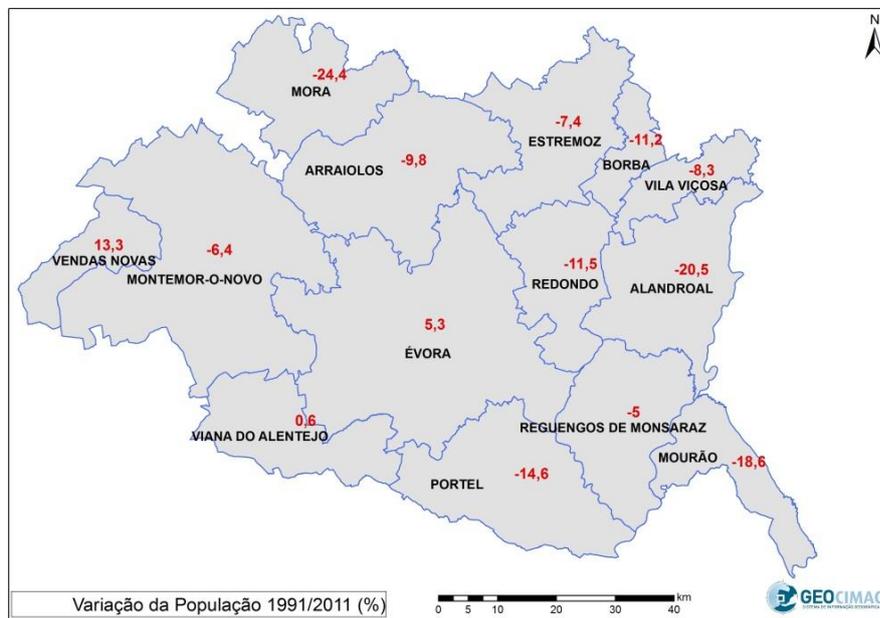
Tabela 1 - Variação da população residente nos concelhos do Alentejo Central

Concelho	População residente 1991	População residente 2001	Variação (%) (1991-2001)	População residente 2011	Variação (%) (2001-2011)
Alandroal	7.347	6.585	-10,37	5.843	-11,27
Arraiolos	8.207	7.616	-7,20	7.363	-3,32
Borba	8.254	7.782	-5,72	7.333	-5,77
Estremoz	15.461	15.672	1,36	14.318	-8,64
Évora	53.754	56.519	5,14	56.596	0,14
Montemor-o-Novo	18.632	18.578	-0,29	17.437	-6,14
Mourão	3.273	3.230	-1,31	2.663	-17,55
Portel	7.525	7.109	-5,53	6.428	-9,58
Redondo	7.948	7.288	-8,30	7.031	-3,53
Reguengos de Monsaraz	11.401	11.382	-0,17	10.828	-4,87
Vendas Novas	10.476	11.619	10,91	11.846	1,95
Viana do Alentejo	5.720	5.615	-1,84	5.743	2,28
Vila Viçosa	9.068	8.871	-2,17	8.319	-6,22
Mora	6.588	5.788	-12,14	4.978	-13,99

Fonte: INE, Censos 1991, 2001 e 2011

Constata-se assim que as dinâmicas populacionais de crescimento nalguns dos concelhos da sub-região não são suficientes para originar um crescimento positivo.

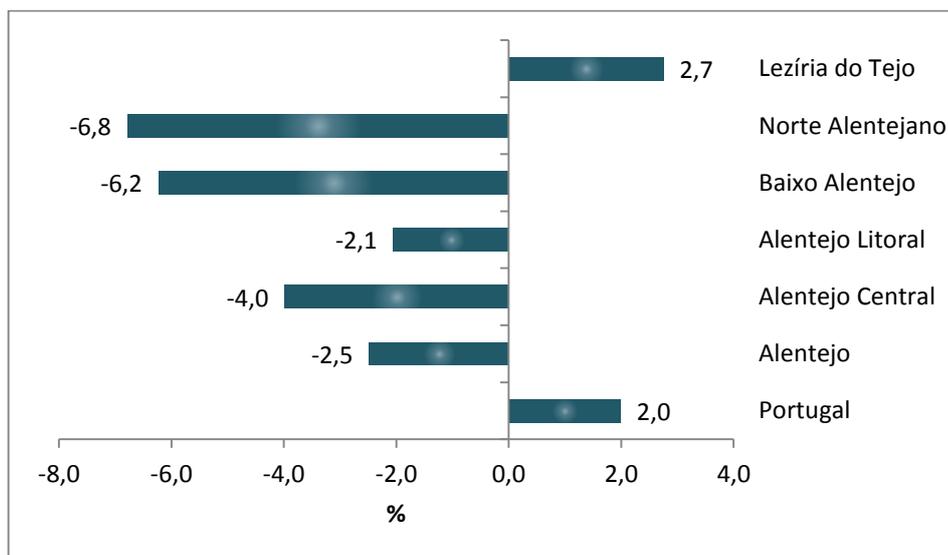
Figura 2 – Variação da população residente 1991/2011



Fonte: INE, Censos 1991, 2011

Ao nível das freguesias e tendo por base os dois momentos censitários, há também a destacar o comportamento positivo de algumas freguesias predominantemente rurais que em 20 anos (1991-2011) apresentam dinâmicas positivas, cujas razões valerá eventualmente a pena ponderar. É o caso da Igreja (+13%), dos Canaviais (+75%), de Foros de Vale de Figueira (+10%) ou de Aguiar (+28%).

Figura 3 – Variação da população 2001-2011



Fonte: INE, Censos 2001 e 2011

Relativamente à **distribuição da população residente por sexo**, em 2011, comprova-se a existência de uma maior proporção de mulheres em todas as NUTS III do Alentejo. Em termos percentuais, a proporção de mulheres na estrutura populacional do Alentejo Central é de 52%, à semelhança do que acontece em todo o país.

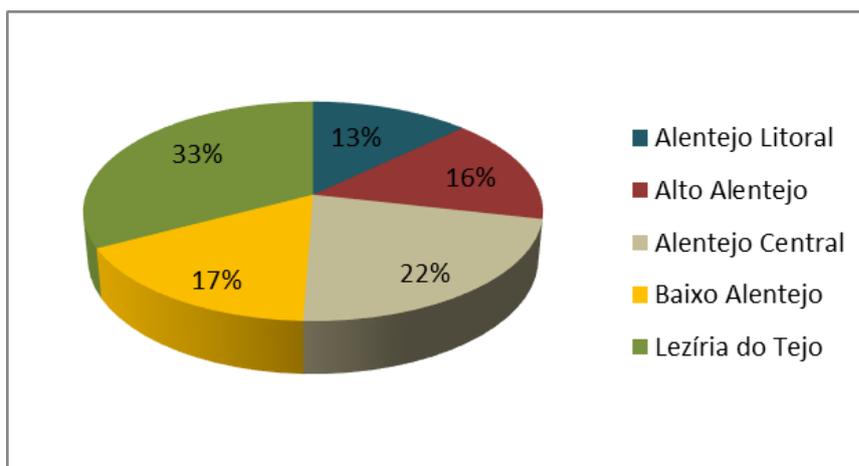
Ainda a nível dos indicadores demográficos, a comparação da evolução da **taxa de fecundidade** no Continente e na região Alentejo atesta uma tendência de decréscimo gradual ao longo dos últimos 20 anos. Este é um fenómeno que se tem vindo a acentuar sobretudo nas últimas décadas e que é explicado quer pelo ingresso cada vez maior das mulheres no mercado de trabalho, quer pela modificação das estruturas de nível familiar resultante das alterações nos padrões de povoamento e da consequente concentração da população nos centros urbanos em detrimento do meio rural.

Fazendo uma comparação entre a região Alentejo e as NUTS III que o compõem, verifica-se que o Alentejo Central apresenta a taxa de fecundidade mais baixa da região em 2010 (36,4‰), distanciando-se da média nacional (39,8‰).

Uma vez que o saldo natural da região Alentejo tem evoluído de forma negativa, com exceção da Lezíria do Tejo, os movimentos migratórios assumem importância no que diz respeito ao crescimento populacional da região e respetivas NUTS III, uma vez que minoram os efeitos associados ao decréscimo da fecundidade e possibilitam, nalguns casos, a existência de saldos de crescimento populacional positivos para as respetivas regiões.

Apesar de o Alentejo não ser a região de Portugal que importa mais **população estrangeira**, ainda assim esta apresenta alguma expressão que não deve ser menosprezada. Dos cerca de 27.000 residentes estrangeiros na região Alentejo, 22% residiam no Alentejo Central, representando 2,5% da população residente. O Alentejo Litoral é a sub-região que menos absorve população estrangeira (13% do total na região) mas onde ela representa 6,5% da população total (acima da média nacional).

Figura 4 - População estrangeira residente na Região Alentejo, por NUTS III, 2011

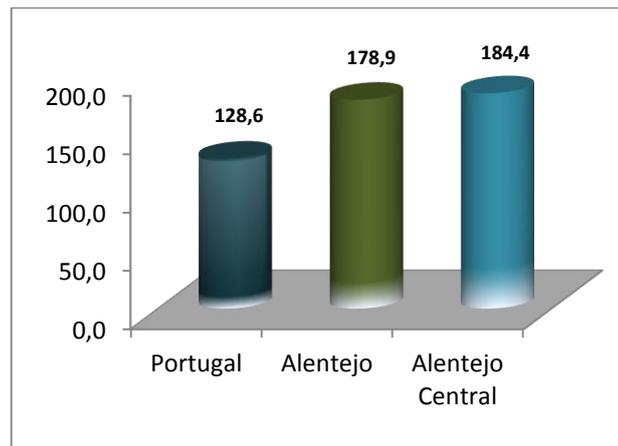


Fonte: INE, Anuário Estatístico da Região Alentejo, 2011

O envelhecimento populacional é uma realidade em Portugal e, de uma forma mais acentuada, em toda a região Alentejo, sendo em 2011 a região mais envelhecida do país. O Alentejo Central apresenta um **índice de envelhecimento** superior ao da média regional, sobretudo em função do acentuado

declínio da taxa de fecundidade, o que se constitui como um fator negativo e preocupante para o seu desenvolvimento. Em 2011, por cada 100 jovens no Alentejo Central, existiam 184 idosos. Esta evolução desfavorável começou por ser um reflexo dos fenómenos migratórios, sendo hoje em dia resultado de fatores endógenos, tais como o crescimento natural negativo e a incapacidade de atração de população.

Figura 5 - Índice de envelhecimento populacional no Alentejo Central, 2011

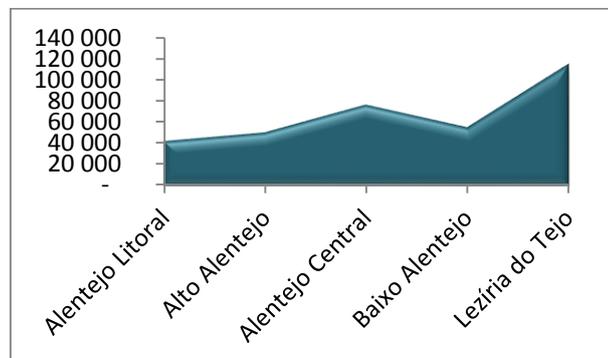


Fonte: INE, Censos 2011

O Alentejo Central é a NUT III com mais **população ativa** de toda a região, excluindo a Lezíria do Tejo, facto que poderá estar ligado ao facto de ser a sub-região com mais população residente mas também à sua dinâmica económica e empresarial, à sua localização geoestratégica, bem como à crescente tendência de entrada de mão-de-obra feminina no mercado de trabalho, consequência do aumento de escolaridade desta população.

Esta maior participação da mulher no mercado de trabalho é no entanto acompanhada de um aumento do risco de desemprego neste grupo. No primeiro trimestre de 2013 registou-se um aumento da taxa de desemprego que se deveu sobretudo a um aumento substancial do desemprego feminino.

Figura 6- População ativa nas NUT III da Região Alentejo, 2011



Fonte: INE, Censos 2011

A taxa de atividade do Alentejo Central era em 2011 de 45,9%, ligeiramente abaixo da média nacional (47,6%). No que respeita aos concelhos do Alentejo Central, os que apresentam valores acima da média sub-regional são Arraiolos e Évora (portanto com maior disponibilidade de ativos), e no sentido inverso, os municípios de Alandroal e Mourão apresentam uma taxa de atividade muito abaixo da média sub-regional. São também estes dois municípios que registam as taxas de desemprego mais elevadas da sub-região em 2011, com 15,62% e 22,85% respetivamente, muito acima da taxa de nacional que rondava os 13,18% nesta altura. Os municípios de Arraiolos, Montemor-o-Novo, Vendas Novas e Viana do Alentejo são os que registavam as taxas de desemprego mais baixas no conjunto da sub-região (2011).

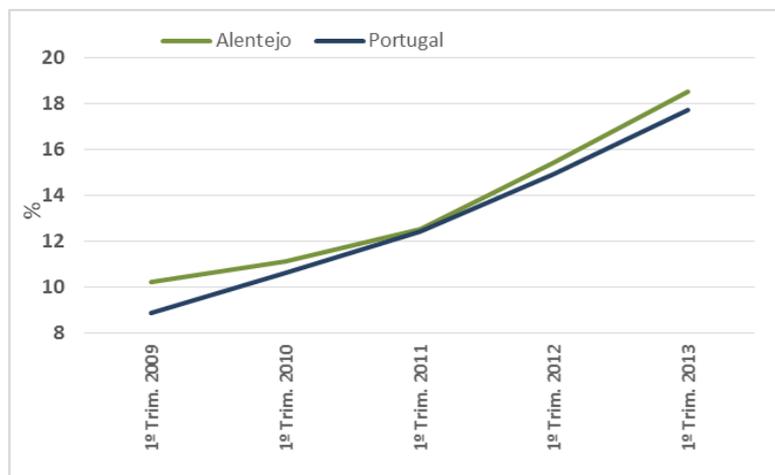
Tabela 2 - Taxa de desemprego por local, 2011

Local	Taxa desemprego (%)
Portugal	13,18
Continente	13,19
Alentejo	12,83
Alentejo Central	11,19
Alandroal	15,62
Arraiolos	9,99
Borba	13,99
Estremoz	10,92
Évora	10,58
Montemor-o-Novo	8,28
Mourão	22,85
Portel	15,35
Redondo	12,73
Reguengos de Monsaraz	13,34
Vendas Novas	8,49
Viana do Alentejo	9,64
Vila Viçosa	11,62
Mora	13,51

Fonte: INE, Censos, 2011

O atual contexto de crise precipitou entretanto uma alteração profunda nesta taxa, que foi crescente ao longo de 2012 e 2013. No 4º trimestre de 2013 a taxa de desemprego nacional estimada atingiu os 15,3% e no Alentejo os 15,5%, de acordo com o inquérito ao emprego do INE.

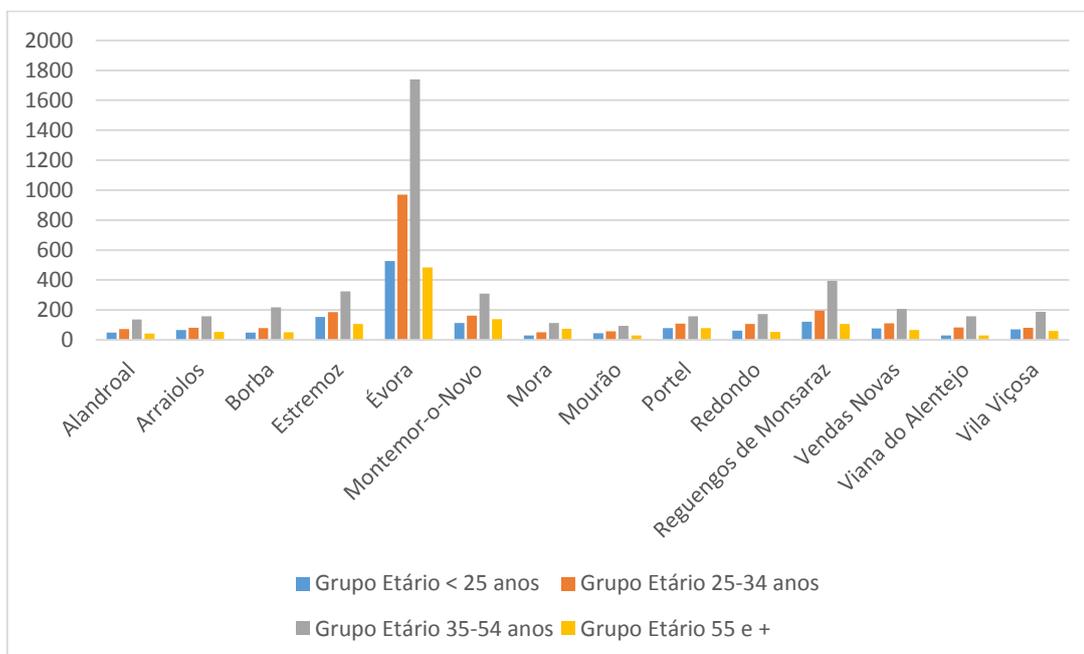
Figura 7- Taxa de Desemprego, Alentejo e Portugal 2009-2013



Fonte: Inquérito ao Emprego, INE

Uma análise realizada ao desemprego registado pelo IEFP, em Dezembro de 2013, permite perceber que o fenómeno do desemprego afeta de forma bastante diferenciada os diferentes concelhos do Alentejo Central. No concelho de Évora, estavam inscritos no mês de Dezembro 2013 3.720 indivíduos, sendo o grupo etário entre os 35 e os 54 anos o mais afetado.

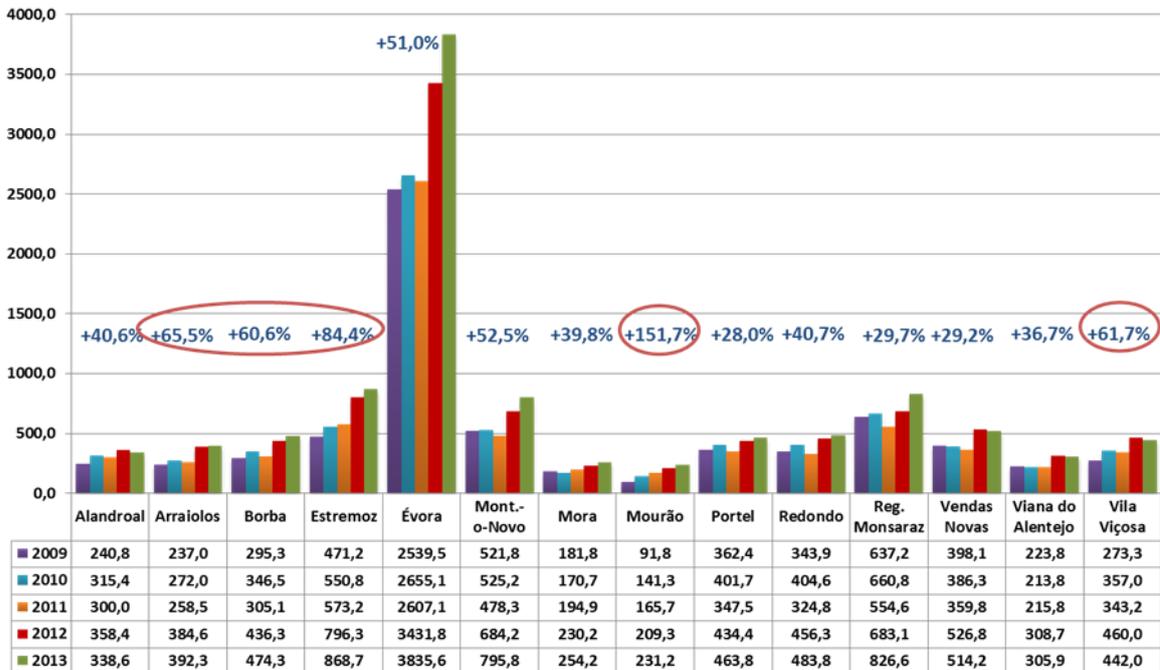
Figura 8 – Desemprego Registado por Concelho segundo o Grupo Etário (2013)



Fonte: IEFP Estatísticas Mensais do Desemprego, Dezembro de 2013

Quando analisada a evolução do desemprego nos concelhos do Distrito de Évora entre 2009 e 2013 e considerando as médias mensais, constata-se aumentos superiores a 25% em todos os municípios, atingindo variações acima de 60% em municípios como Borba (+60,6%), Vila Viçosa (+61,7%), Arraiolos (+65,5%), Estremoz (+84,4%) ou Mourão (+151,7%).

Figura 9 – Evolução do desemprego registado (média mensal) nos concelhos do Distrito de Évora 2009-2013

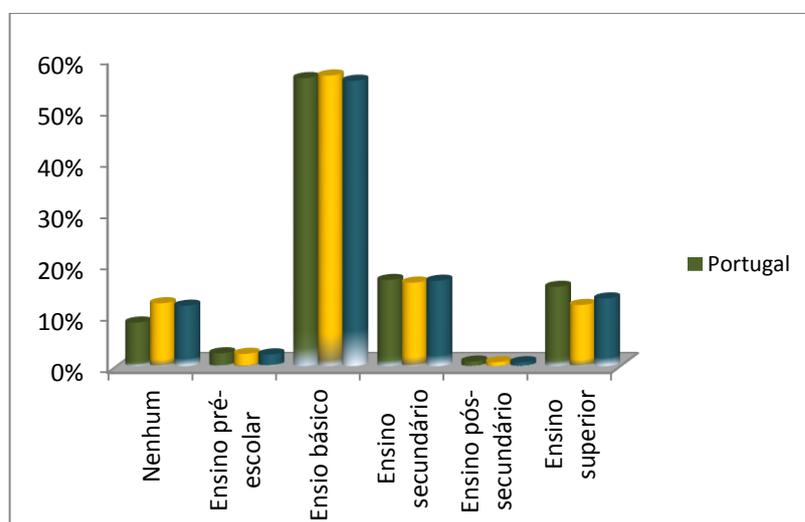


Fonte: IEFP, I.P., Estatísticas mensais do Mercado de Emprego 2009 -2013

Entre as principais condicionantes que marcam o ajustamento entre a oferta e a procura de emprego, sobressai a divergência entre as competências exigidas pelas entidades empregadoras e as detidas pelos candidatos a emprego (escolaridade, qualificações, experiência profissional), a que acresce o facto das condições propostas serem frequentemente consideradas pouco atrativas pelos trabalhadores (ex: salários, horários, oportunidades de qualificação e de progressão na carreira, rede de transporte, alojamento, etc.).

A análise do **grau de instrução** no Alentejo Central revela uma distribuição muito próxima da distribuição a nível nacional. O nível de instrução predominante na sub-região é o Ensino Básico, abrangendo 55% da população total. É de destacar, igualmente, a percentagem de população que não adquiriu qualquer grau de ensino, que é, nesta sub-região, equivalente a 12% dos residentes (8% no país). 13% Da população detém grau de instrução superior e destes 60% são mulheres, também à semelhança da média nacional.

Figura 10 – População residente no Alentejo Central segundo o nível de instrução atingido, por comparação à média nacional, 2011



Fonte: INE, Censos 2011

Finalmente, em relação ao **acesso e utilização de novas tecnologias**, o Alentejo continua com níveis inferiores relativamente ao resto do país e a todas as outras regiões do continente. Apenas no que diz respeito à utilização de telemóvel e de caixa automática multibanco a percentagem de indivíduos se revela superior face a outras regiões e muito próxima da média nacional. A estrutura da população portuguesa em termos de envelhecimento e iliteracia que, ao nível do Alentejo apresenta valores ainda mais preocupantes, pode justificar em parte esta realidade. Comparando estes dados com os referentes a 2006, verificamos contudo uma evolução positiva em todos os indicadores, sobretudo na ligação à internet (subiu de 27% para 58%) e no acesso à banda larga (subiu de 16% para 48%), fruto dos investimentos feitos na região a este nível.

Tabela 3 - Indicadores da Sociedade de Informação, por NUTS II, 2011

	Agregados domésticos (%)			Indivíduos (%)			
	Acesso a computador (inclui computador de bolso)	Ligação à Internet	Ligação à Internet através de banda larga	Utilização de computador	Utilização de Internet	Utilização de telemóvel	Utilização de caixa automática Multibanco
Portugal	63,7	58,0	56,6	58,2	55,3	92,1	75,8
Continente	63,8	58,0	56,6	58,4	55,5	92,1	76,1
Norte	62,8	55,1	53,3	53,3	49,8	90,8	71,2
Centro	58,7	52,5	50,7	54,1	50,7	90,7	75,4
Lisboa	71,4	68,0	67,2	70,1	68,2	95,0	83,6
Alentejo	53,6	48,8	48,0	51,7	49,1	91,8	74,0
Algarve	63,1	58,3	57,1	61,9	58,7	93,2	76,6

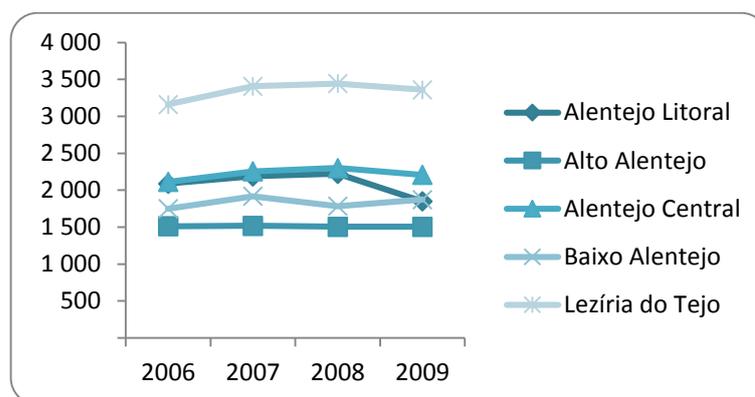
Fonte: INE, Anuário Estatístico da Região Alentejo, 2011

3.1.2. Competitividade económica e inovação

A competitividade é um conceito que integra diferentes dimensões de análise da esfera empresarial e das políticas públicas, ao nível regional, nacional e internacional, comportando em si mesmo um leque complexo de indicadores de suporte que dão resposta a cada uma destas vertentes.

A análise da competitividade no Alentejo Central apoia-se num conjunto de indicadores de natureza macro e micro económica que possibilitam uma análise simultaneamente estrutural e conjuntural do grau de competitividade e inovação desta sub-região. Um desses indicadores-chave é o PIB que traduz a dinâmica económica global do território. À semelhança do que acontece com o Alentejo, o Alentejo Central registou um ligeiro crescimento dos valores do **PIB** entre 2006 e 2009, ano em que o seu Produto Interno Bruto representava cerca de 2.209 Milhões de Euros. O Alentejo Central segue deste modo a tendência regional e nacional de atenuado crescimento do Produto Interno Bruto, sendo inclusivamente de todas as NUTS III do Alentejo, a sub-região que apresenta o maior peso relativo no PIB, com exceção da Lezíria do Tejo, o que revela o papel desta sub-região no reforço da competitividade económica da Região Alentejo.

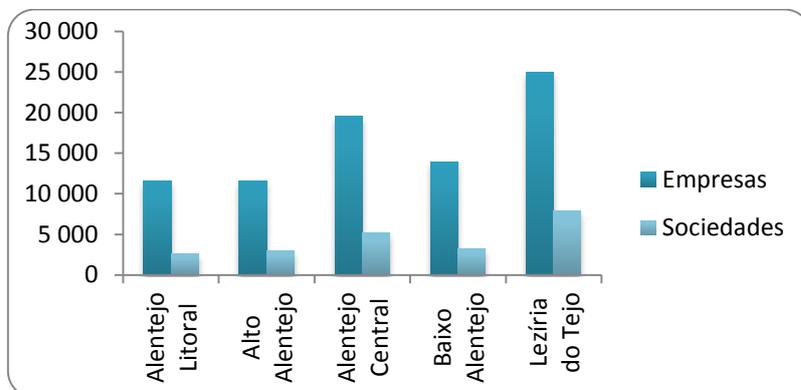
Figura 11 - Distribuição do PIB regional, por NUTS III, em milhões de Euros



Fonte: Contas Regionais, INE

O Alentejo Central contribui ainda de forma significativa para o conjunto de sociedades e de empresas em nome individual da Região Alentejo (sem a Lezíria do Tejo), quando comparado com as restantes unidades territoriais, constituindo-se, deste modo, como um dos territórios com maior capacidade empresarial

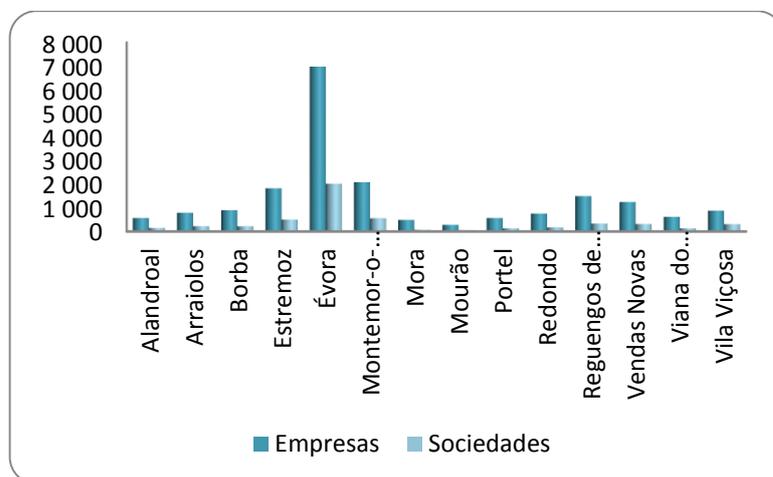
Figura 12 – Empresas e Sociedades por NUTS III, em 2010



Fonte: INE: Anuário Estatístico da Região Alentejo, 2011

Esta sub-região contava em 2010 com cerca de 25.000 empresas e sociedades, o que corresponde a 24% do tecido empresarial regional (35% se excetuarmos a Lezíria do Tejo). Esta **malha empresarial** é integrada, para além das empresas de micro e pequena dimensão, por um conjunto de empresas de grande dimensão no contexto regional, sendo de destacar como setores mais dinâmicos a indústria automóvel, a indústria de componentes eletrónicos, a cortiça e derivados, as rochas ornamentais e o setor agroalimentar. Como setores emergentes no Alentejo Central identificam-se as tecnologias de informação e comunicação (TIC) e a aeronáutica, que já apresentam projetos e empresas com dimensão significativa e elevados níveis de competitividade.

Figura 13 – N.º de Empresas e Sociedades existentes no Alentejo Central, por município da sede, 2010



Fonte: INE: Anuário Estatístico da Região Alentejo, 2011

No que respeita à **dimensão da malha empresarial** concelhia, Évora, Estremoz, Montemor-o-Novo, Reguengos de Monsaraz e Vendas Novas destacam-se dos restantes concelhos pelo facto de apresentarem um maior número de empresas sedeadas, sendo que Évora lidera de forma isolada este ranking, com uma densidade empresarial que é significativamente superior à dos restantes municípios em valores absolutos. A este facto parece estar associada a dimensão geográfica destes concelhos, o que induz à presença de maior número de empresas, assim como a dinâmica infundida por

determinados setores de atividade económica, sendo de destacar, entre outros, a indústria agroalimentar.

A malha empresarial do Alentejo Central é constituída essencialmente por empresas de pequena e de muito pequena dimensão.

Estes dados demonstram que o tecido empresarial regional enferma de algumas fragilidades e ameaças, uma vez que as empresas de pequena dimensão, embora caracterizadas por uma grande agilidade e por uma rápida capacidade de redefinição das suas estratégias, enfrentam grandes dificuldades em vários domínios, como é o caso do acesso ao financiamento e da capacidade interna de desenvolvimento de atividades direcionadas para a internacionalização.

Tabela 4 - N.º de empresas segundo o Escalão de Pessoal ao Serviço por NUT III na Região Alentejo, 2009

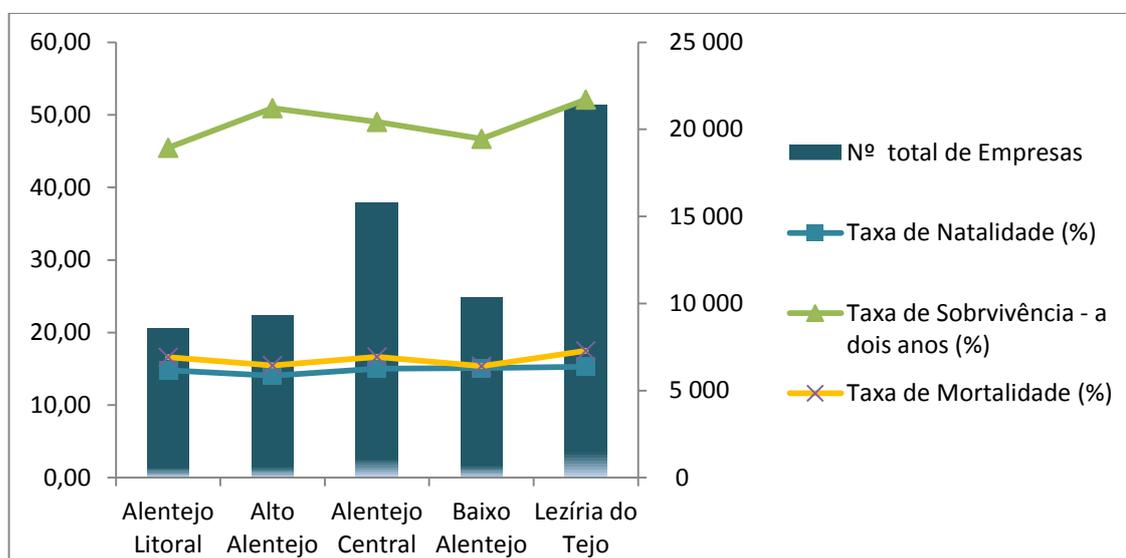
NUT	Menos de 10 pessoas	10 - 49 pessoas	50 - 249 pessoas	250 e mais pessoas
Alentejo	63296	1879	214	23
Alentejo Litoral	8298	249	38	1
Alto Alentejo	9013	241	28	3
Alentejo Central	15350	408	46	5
Baixo Alentejo	10113	210	18	2
Lezíria do Tejo	20522	771	84	12

Fonte: Fonte: INE: Anuário Estatístico da Região Alentejo, 2011

Em termos evolutivos, a predominância de empresas de reduzida dimensão parece ser um fator de natureza estrutural que caracteriza o tecido empresarial do Alentejo Central. Efetivamente, a tendência evolutiva das empresas baseia-se no incremento e reforço das micro empresas em detrimento de empresas de maior dimensão, sendo que a malha empresarial sub-regional tem vindo a sofrer um crescimento sustentado, fator que pode ser indicativo de dinâmica económica, ao revelar índices cada vez mais elevados de empreendedorismo e de criação e desenvolvimento empresarial.

As **taxas de natalidade, mortalidade e sobrevivência de empresas** possibilitam uma análise microeconómica da dinâmica empresarial de um determinado território. A nível regional, haverá a destacar uma taxa de sobrevivência a dois anos que ronda os 50% para a totalidade das NUT III. Será ainda de realçar que em todas as unidades territoriais consideradas a taxa de mortalidade das empresas é sempre ligeiramente superior à sua taxa de natalidade. Sendo que os números agora apresentados reportam a 2009, não poderá considerar-se um forte efeito da atual crise económica sendo de considerar que este fenómeno se deverá ter acentuado nos últimos dois anos.

Figura 14 - Taxas de natalidade, mortalidade e de sobrevivência (a dois anos) de empresas por NUT III da Região Alentejo, em 2009



Fonte: INE: Anuário Estatístico da Região Alentejo, 2011

Da análise mais fina do tecido empresarial da região do Alentejo Central, ressaltam algumas dificuldades enfrentadas pelos empreendedores que resultam de fatores de natureza estrutural como a baixa qualificação e envelhecimento dos recursos humanos, a dificuldade de articulação das estruturas de formação profissional com as empresas, a fragilidade do tecido empresarial (resultante essencialmente da pequena dimensão das empresas), a fraca capacidade e iniciativa empresarial e, por fim, a diminuta propensão para a internacionalização e inovação.

Essas falhas tendem a ser colmatadas, ainda que com limitações, por uma rede de instituições e associações que, a nível regional, prestam apoio a empreendedores e empresários no decurso da sua atividade. Entre essas entidades podem destacar-se efetivamente as Associações e Núcleos Empresariais, os Centros de Investigação (CEVALOR - Centro Tecnológico para o Aproveitamento e Valorização das Rochas Ornamentais e Industriais, ICAAM - Instituto de Ciências Agrárias e Ambientais Mediterrânicas, CEFAGE – Centro de Estudos e Formação Avançada em Gestão e Economia, CITI – Centro de Investigação em Tecnologias de Informação, Centro de Ecologia e Ambiente, etc.), os Gabinetes de Apoio ao Desenvolvimento Económico (GADE's, rede coordenada pela CIMAC com apoio da ADRAL), a Agência de Desenvolvimento Regional do Alentejo (ADRAL) e a Universidade de Évora.

A história recente da Região Alentejo revela uma economia baseada predominantemente na agricultura, apresentando nos últimos anos uma evolução tendente à supremacia do setor terciário, relegando o setor primário para um plano inferior no conjunto dos três principais setores de atividade. Globalmente, é o setor terciário que mais contribui para o valor acrescentado bruto (VAB) regional. Ainda assim, o **setor primário** continua a deter na Região Alentejo uma importância muito superior à média nacional, pelo que o padrão de especialização regional continua a ser globalmente marcado pela relevância da produção agrícola. Registam-se nos dias de hoje algumas mudanças substanciais como a diminuição do número de explorações (na sequência de um processo de concentração da propriedade) e a concretização de investimentos geradores de importantes efeitos multiplicadores, tendo no Empreendimento de Fins Múltiplos de Alqueva (EFMA) o seu melhor exemplo.

No Alentejo Central, a tendência é muito similar à da região onde se integra. O setor agrícola foi tradicionalmente aquele que mais população empregou, tendo-se constatado nos últimos anos uma inversão que tem levado a uma diminuição da importância do setor primário com um reforço, em paralelo, do setor terciário.

A nível da agricultura, destacam-se hoje em dia alguns segmentos que marcam pela diferença e que transmitem uma ideia de qualidade e de tradição. Estão nesta situação os setores de transformação das carnes e do leite, de produção de azeites e vinhos, que têm primado pela qualidade e pela sua cada vez maior capacidade de projeção a nível nacional e internacional. Estes grandes setores detêm uma mais-valia centrada essencialmente na área da produção, existindo já alguma experiência demonstrada e ligação às atividades de Investigação e Desenvolvimento, caracterizando-se pela introdução de tecnologia na produção e de saber fazer tradicional na área da transformação.

Ainda no setor primário deve realçar a importância relativa do setor extrativo, com particular incidência para a Pedra Natural na designada zona dos mármoreos – Vila Viçosa/Borba/Estremoz/Alandroal, quer em termos do contributo para o PIB regional quer do emprego gerados.

Estes setores têm conseguido apostar na inovação, quer do produto, quer do processo, colocando-se hoje em dia alguns desafios e oportunidades que passam essencialmente pelo seu fortalecimento a nível de promoção e marketing, bem como de associativismo.

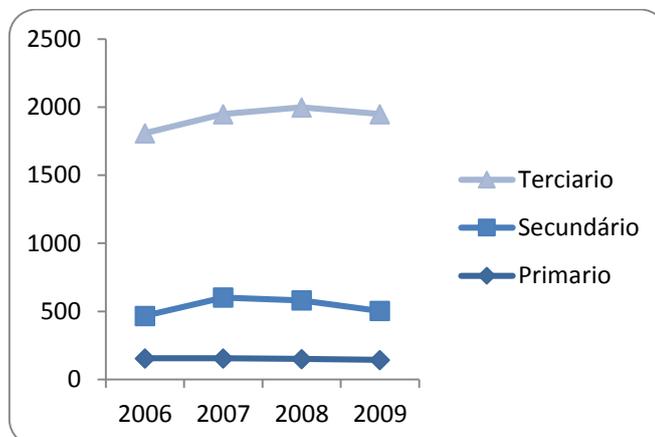
Na **indústria**, identificam-se novas tendências nos anos mais recentes, dando mostras de um maior dinamismo no setor. Entre os aspetos mais significativos, destacam-se a emergência de novos nichos de especialização produtiva e o aparecimento de investimentos potenciadores do aprofundamento de novas fileiras, como sejam a indústria aeronáutica e a indústria de fabrico de componentes elétricos/eletrónicos. Também o setor agroalimentar, com destaque para a produção dos vinhos alentejanos, tem possibilitado uma maior projeção nacional e internacional da Região Alentejo.

A nível do **setor terciário**, a Administração Pública tem um peso relativo superior no Alentejo comparativamente com os valores nacionais. Inclusive, em alguns concelhos, as autarquias surgem como os maiores empregadores, devido ao escasso dinamismo empresarial. A discrepância entre o panorama regional e nacional é mais visível nos serviços de maior valor acrescentado, como é o caso das atividades financeiras e dos serviços prestados às empresas: o peso relativo das atividades financeiras no VAB (Valor Acrescentado Bruto) nacional é de 6,3%, ao passo que na região se cifra em 3,0%; as atividades imobiliárias e os serviços prestados às empresas representam apenas 6,8% do VAB regional (13,1% a nível nacional). Estes números confirmam a reduzida “densidade empresarial” da região e a escassez de serviços de suporte ao desenvolvimento e inovação do tecido económico. Além do setor primário, o perfil de especialização produtiva do Alentejo estrutura-se em torno dos serviços de carácter não transacionável (como educação, administração pública e ação social), evidenciando-se uma “sub-representação” dos serviços de apoio à atividade económica.

A leitura de alguns indicadores de natureza económica permite-nos confirmar as afirmações acima mencionadas.

Em relação ao **VAB – Valor Acrescentado Bruto**, o Alentejo Central apresenta um comportamento mais favorável que o das restantes sub-regiões posicionando-se, em 2009, no segundo lugar no ranking destas sub-regiões.

Figura 15 - Evolução do VAB na NUTS III Alentejo Central por setor de atividade, em milhões de Euros



Fonte: Contas Regionais, INE

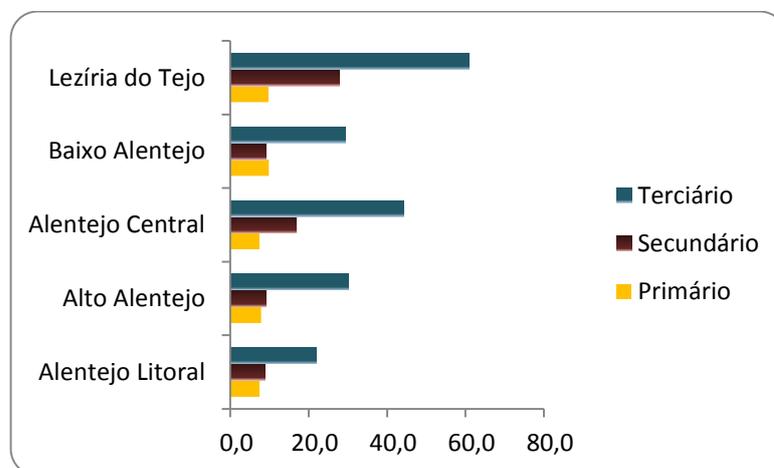
A evolução do VAB ao longo dos últimos anos destaca sobretudo a evolução relativa do setor dos serviços. Efetivamente, entre o ano 2006 e o ano 2009, o reforço do VAB associado ao setor terciário, concomitantemente com a paralisação e até decréscimo dos setores secundário e primário, levam-nos a concluir que o setor dos serviços ocupa, cada vez mais, um papel preponderante no incremento da competitividade regional. O Alentejo Central segue a tendência verificada para o conjunto da Região Alentejo, em que o setor primário exerce um papel cada vez menos relevante a nível da economia desta sub-região. Quanto ao setor secundário, este tem vindo a sofrer das oscilações da envolvente económica que têm originado um decréscimo do setor industrial, assim como da sua dinâmica e importância no quadro económico global.

A análise da **estrutura do emprego** na Região Alentejo, por sub-regiões, corrobora estas afirmações. O Alentejo Central segue a tendência geral das outras NUTS III, embora o setor terciário se destaque mais fortemente nesta sub-região. Este facto poderá estar relacionado com o facto de em Évora se concentrarem as Direções Regionais dos serviços centrais do Estado, que empregam uma grande fatia da população. Excetuando a Lezíria do Tejo é no Alentejo Central que o setor terciário emprega mais população.

A indústria assume-se como o segundo grande empregador no Alentejo Central, largamente concentrada nos concelhos de Évora, Vendas Novas e nos municípios que configuram a zona dos mármore (Estremoz, Borba, Vila Viçosa e Alandroal).

O setor primário deixou de ter, nas últimas décadas, a importância relativa que durante muitos anos caracterizou a Região Alentejo. Com efeito, apesar de empregar ainda alguma população, o setor primário enferma de algumas debilidades, constituindo-se cada vez mais como o setor que menos população residente emprega.

Figura 16 - Estrutura do emprego na Região Alentejo, por NUTS III, em 2009



Fonte: INE, Contas Regionais, 2011

Uma análise mais fina no que se refere à categorização das empresas em termos da subclasse CAE a que pertencem, permite verificar esta tendência. Esta análise permite ainda perceber que no Alentejo Central, em 2010, as empresas da classe comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos são as mais numerosas, representando 21% das empresas sedeadas na NUT.

Deve ainda relevar-se, em termos de representatividade nesta unidade territorial a predominância das empresas agrícolas, de produção animal, caça, floresta e pesca (16%), seguem-se por ordem de importância as empresas da classe Alojamento, restauração e similares e de atividades administrativas e dos serviços de apoio (com 9% cada), e as das atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares (8%) do total de empresas).

Tabela 5 - Nº de Empresas, por localização geográfica e atividade económica (Subclasse - CAE Rev. 3), 2010

Atividade económica (Subclasse - CAE Rev. 3)	Alentejo	Alentejo Litoral	Alto Alentejo	Alentejo Central	Baixo Alentejo	Lezíria do Tejo
Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca	14237	2675	1955	3214	3276	3117
Indústrias extrativas	187	12	13	62	8	92
Indústrias transformadoras	4545	486	647	1168	712	1532
Eletricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio	18	4	5	1	5	3
Captação, tratamento e distribuição de água; saneamento, gestão de resíduos e despoluição	85	14	7	18	12	34
Construção	6205	936	833	1471	964	2001
Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos	18385	2388	2659	4196	2944	6198
Transportes e armazenagem	1623	194	252	354	213	610

Atividade económica (Subclasse - CAE Rev. 3)	Alentejo	Alentejo Litoral	Alto Alentejo	Alentejo Central	Baixo Alentejo	Lezíria do Tejo
Alojamento, restauração e similares	7339	1200	1221	1727	1400	1791
Atividades de informação e de comunicação	513	56	64	127	60	206
Atividades imobiliárias	1173	190	110	296	131	446
Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares	5779	665	861	1544	833	1876
Atividades administrativas e dos serviços de apoio	7598	1089	873	1837	1100	2699
Educação	4315	472	639	1079	856	1269
Atividades de saúde humana e apoio social	4013	442	596	1058	600	1317
Atividades artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas	1586	152	255	428	205	546
Outras atividades de serviços	3852	579	559	943	547	1224

Fonte: INE, Estatísticas Territoriais, 2011

Para além da óbvia terciarização da economia, no Alentejo Central, os dados atrás expostos permitem ainda detetar alguns setores de atividade cuja relevância para a dinamização económica do território releva em termos da sua competitividade relativa.

Deve assim salientar-se a importância crescente de setores como o turismo, a pedra natural (extração e transformação), não se devendo ainda desvalorizar a importância relativa e potencial de crescimento detido pelo setor agrícola na Região.

A Região Alentejo no seu conjunto apresenta um elevado potencial em termos de **dinamização turística** que no caso do Alentejo Central aparece bastante relacionada com a fruição de Património, como é o caso do Centro Histórico de Évora (Património Mundial da Humanidade) e de Monsaraz.

A sub-região revela uma capacidade de alojamento bastante satisfatória quer em termos do número quer da qualidade da oferta. De acordo com o Estudo “O Turismo em 2011” disponibilizado pelo Turismo de Portugal, a NUTS II Alentejo⁴ alcançou os 63 milhões de euros de proveitos totais nos estabelecimentos hoteleiros, aldeamentos e apartamentos turísticos, valores que representam um aumento de 7,8% face a 2010. A Região Alentejo atraiu 718 mil hóspedes em 2011, os quais deram origem a aproximadamente 1.240 mil dormidas, indicadores que registaram aumentos da ordem dos 3% e 6% face a 2010, designadamente com mais 21 mil hóspedes e mais 71 mil dormidas em valores absolutos. Apesar de os aumentos não serem tão significativos comparativamente a anos anteriores, e levando em consideração atual conjuntura, os resultados podem ser considerados bastante satisfatórios.

⁴ Os proveitos totais dizem respeito à NUTS II Alentejo por não ser possível apurar os valores para a ART Alentejo.

O principal desafio colocado à atividade turística na região parece ser o do aumento do tempo de estadia média dos visitantes no território, que não é ainda satisfatório, constrangimento que poderá ser ultrapassado através da dinamização e valorização da oferta turística, apelando aos fatores distintivos do território, nomeadamente pela aposta na consolidação do produto *Touring* e dos Circuitos Turísticos, o Turismo de Natureza e o Turismo Náutico. No que respeita ao Alentejo Central o produto Gastronomia e Vinhos encontra também especial potencial de desenvolvimento endógeno.

Tabela 6 - Capacidade de alojamento (N.º) nos estabelecimentos hoteleiros por Localização geográfica e Tipo (estabelecimento hoteleiro); 2009

Localização geográfica (NUTS - 2002)	Alentejo	Alentejo Litoral	Alto Alentejo	Alentejo Central	Baixo Alentejo	Lezíria do Tejo
Estabelecimentos hoteleiros	10591	3211	1950	2885	1432	1113
Hotéis	4355	481	1246	1503	659	466
Pensões	3314	1030	453	849	484	498
Estalagens	434	0	87	116	99	132
Pousadas	706	140	112	344	110	0
Motéis	17	0	0	0	0	17
Hotéis-apartamentos	1262	1202	0	0	60	0
Aldeamentos turísticos	141	68	0	73	0	0
Apartamentos turísticos	362	290	52	0	20	0

Fonte: INE, Estatísticas Territoriais, 2010

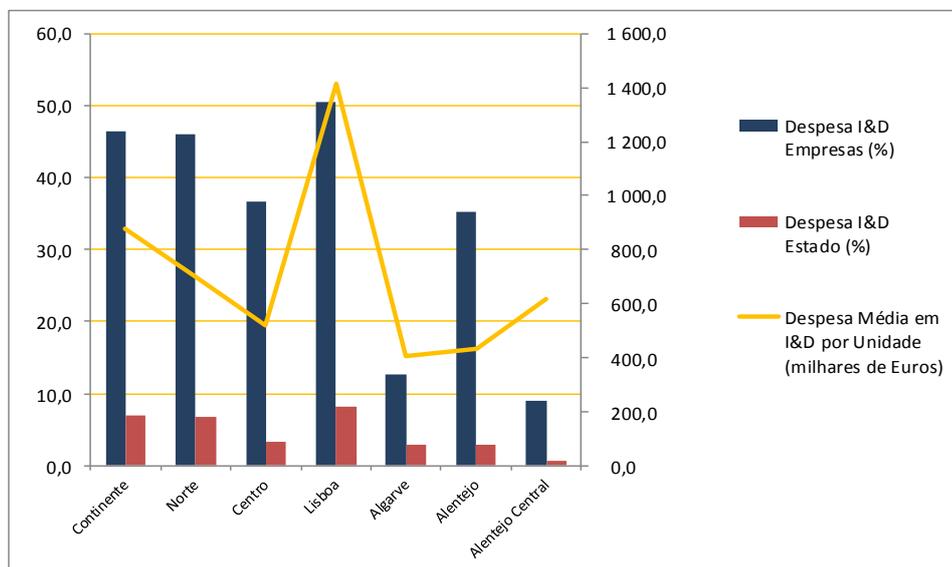
Já o setor agrícola votado nas últimas décadas a alguma estagnação parece ter encontrado na **fileira agroalimentar** uma proposta de revitalização, aparecendo os vinhos, azeites e produtos tradicionais de qualidade (como os enchidos e os queijos), como atividades com potencial de internacionalização e sustentáculo da atividade económica regional. Este movimento ocorre a par de uma tendência de regresso à atividade agrícola e ao mundo rural por parte de empresários mais qualificados e inovadores que têm vindo a transformar o setor na região, adaptando-o a mercados mais exigentes.

A par destes setores ditos tradicionais a sub-região tem atraído investimentos relevantes em **setores emergentes** como a aeronáutica e as tecnologias da informação e comunicação, com unidades de produção recentemente localizadas em Évora.

Para a análise da competitividade da unidade territorial releva ainda a avaliação da capacidade inovadora enquanto dimensão chave de análise do seu potencial competitivo e de crescimento na economia global. Vários indicadores são usualmente considerados para medir essa capacidade, tanto no quadro da Sociedade de Informação como do desenvolvimento científico e tecnológico.

O Alentejo revela, em 2010 **indicadores de I&D - Investigação e Desenvolvimento**, aquém da média nacional, sendo a penúltima no ranking das NUT III da Região no que se refere aos indicadores de despesa de I&D nas empresas e no estado. Ainda assim, deverão ser tidos em conta os esforços realizados pela sub-região Alentejo Central que apresenta uma Despesa Média em I&D por Unidade bastante superior à da Região, como se verifica no Gráfico abaixo.

Figura 17 – Indicadores de Investigação & Desenvolvimento, 2010



Fonte: Fonte: INE, Anuário Estatístico da Região Alentejo, 2011

A análise do grau de utilização das TIC e da aposta em fatores de inovação por parte do tecido empresarial a nível sub-regional é possibilitada pelos resultados do Estudo “Inovação e TIC na Região Alentejo: Novos Perfis Profissionais”.

A informação disponível permite revelar uma relativa banalização do uso das TIC pelas empresas do Alentejo. Com efeito, cerca de 80% das empresas possuía um ou mais computadores, no Alentejo em 2006, sendo esta percentagem mais ou menos homogénea quando se tem em conta os dados distribuídos pelas NUTS III.

É todavia na sub-região Alentejo Central que um maior número de microempresas faz recurso à utilização de computador, a julgar pelos dados retirados do estudo acima referido.

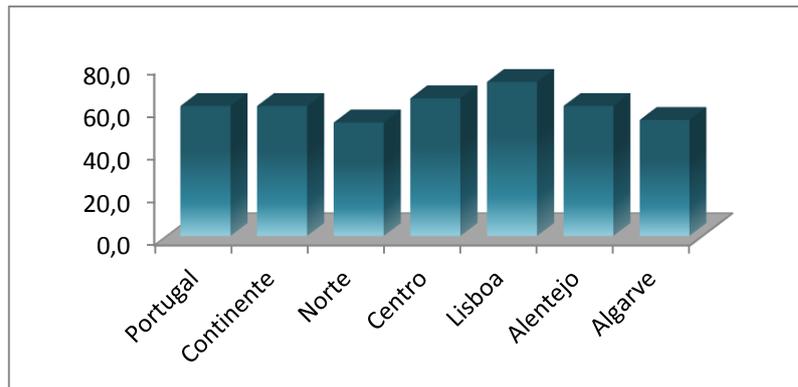
Ao nível das atividades de transporte, armazenagem, energia e água, extração e serviços financeiros, constata-se que 100% das empresas sedeadas no Alentejo Central recorrem à utilização de computadores, sendo o alojamento e restauração o setor onde as empresas menos recorrem à utilização de computadores (47%), seguido do comércio por grosso e retalho (69%). Esta situação pode ter origem na reduzida dimensão das empresas em questão e também no baixo nível de instrução dos empresários, que origina baixos níveis de sensibilização e de consciencialização relativamente às TIC.

Ainda de acordo com o Estudo Inovação e TIC na Região Alentejo: Novos Perfis Profissionais que temos vindo a citar, no que concerne às atividades ligadas à inovação empresarial e ao investimento das empresas em I&D, é nos setores da prestação de serviços às empresas, indústria transformadora e transportes que maior número de empresas desenvolve atividades de cariz inovador.

A nível dos setores de atividade em que as empresas apresentam maior intensidade no desenvolvimento de inovação, destacam-se no Alentejo Central as que trabalham nos setores dos transportes, armazenamento e comunicações, sendo igualmente de destacar as empresas de prestação de serviços e outras empresas da indústria transformadora. Os setores referidos experimentam rápidas mudanças no seu mercado, pelo que exigem igualmente respostas mais céleres

dos empresários. Estas necessidades de adaptação às condições do mercado levam-nos a apostar no desenvolvimento de atividades de inovação que apoiem processos de melhoria a nível dos produtos e serviços prestados, assim como ao nível da resposta mais eficiente e eficaz às exigências dos seus clientes.

Figura 18 - Empresas com Atividades Inovadoras, 2008-2010 (%)

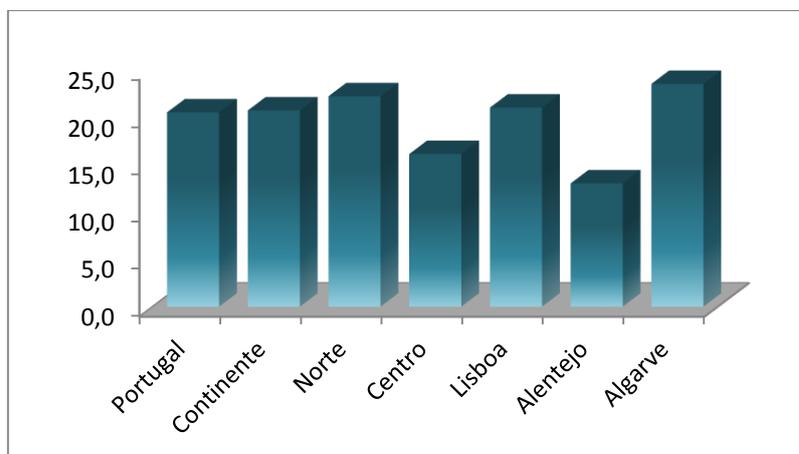


Fonte: INE, Anuário Estatístico da Região Alentejo

Tendo por base o conceito de inovação visto em sentido lato, o que significa sumariamente que as atividades de inovação incidem não só em melhorias nos serviços ou produtos, mas também sobre processos de produção e organização da empresa, pode referir-se que segundo INE, o Alentejo tinha em 2010 uma percentagem de empresas inovadoras semelhante à considerada para o país e que rondava os cerca de 60%.

Este quadro já não parece tão favorável quando se considera o volume de negócios resultante da venda de novos produtos. Neste caso, e como se percebe da figura abaixo, a Região Alentejo, apresenta valores bastante inferiores aos da média nacional, ficando mesmo em último lugar no ranking das regiões portuguesas.

Figura 19 - Volume de Negócios resultante da venda de novos produtos, 2008-2010 (%)



Fonte: INE, Anuário Estatístico da Região Alentejo

No mundo empresarial atual, caracterizado por rápidas mutações, e integrado num mercado cada vez mais global, a inovação demonstra ser cada vez mais a causa do sucesso de uma determinada empresa. Por esta razão, torna-se cada vez mais importante para os empresários a criação de fatores de diferenciação da empresa face aos restantes que operam no mercado, por forma a adquirir vantagens competitivas.

No entanto, nem todas as empresas apresentam capacidade imediata de inovação, por razões variadas que se prendem com a pequena dimensão das empresas, os custos associados, a dificuldade de estabelecimento de parcerias com entidades especializadas em atividades de I&D.

De destacar que, para as empresas sedeadas no Alentejo Central, os principais obstáculos à inovação estão essencialmente associados aos elevados custos, bem como à inexistência de fontes de financiamento adequadas à implementação deste tipo de ações, designadamente no caso de muito pequenas empresas.

A recente formalização do Parque de Ciência e Tecnologia a construir em Évora enquanto infraestrutura facilitadora da inovação e da transferência de conhecimento e I&D ao tecido empresarial pode neste sentido vir a revelar-se como uma mais-valia para ultrapassar algumas destas dificuldades, possibilitando a constituição de Redes de Conhecimento mas também de produção e comercialização que permitam não apenas a assimilação de tecnologia e inovação, como a geração de novas empresas de I&D intensivo e forte potencial de crescimento na sub-região.

Finalmente, e ainda que se tenham já realizado avanços relevantes nesta área, continua a verificar-se na Região Alentejo a necessidade de modernização da Administração Pública, nos níveis regional e local, nomeadamente na sua relação com os cidadãos e as empresas, no intuito de aquela se tornar mais ágil, flexível e transparente. Trata-se ainda de um fator negativo de localização de atividades no Alentejo Central – ainda que a situação não seja diferente da maioria das regiões da Região e do País – que urge ultrapassar, para que a Administração passe a ser uma externalidade positiva para as empresas e, assim, uma vantagem competitiva da sub-região.

Este esforço de modernização da Administração deverá ser acompanhado pela adoção massiva das tecnologias de informação e comunicação, as quais permitem a desburocratização e simplificação de procedimentos, a criação de serviços *on-line*, a redução dos tempos de resposta, entre outros, sobretudo na criação de políticas de incentivo à sua efetiva utilização pelos cidadãos e à integração de serviços e informação disponível aos diversos níveis da administração.

A qualificação dos recursos humanos da Administração e a cooperação institucional (intra e inter-regional) são dois fatores fundamentais no sucesso deste empreendimento.

3.1.3. Coesão social e qualidade de vida

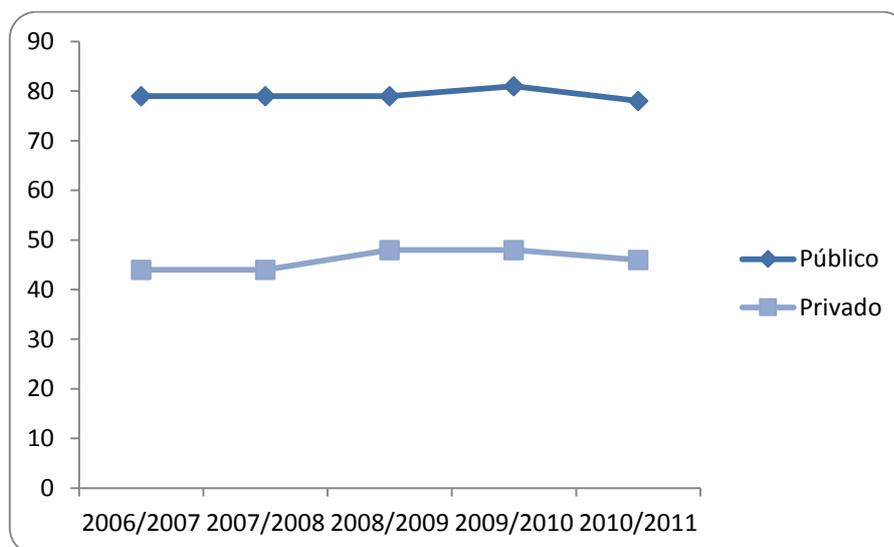
Nos últimos anos a referência à coesão económica e social das regiões aparece habitualmente associada à noção de convergência, no quadro europeu, e associada aos objetivos traçados de redução de desequilíbrios em termos de desenvolvimento económico, condições de vida e ambiente, etc.

É neste contexto possível verificar um conjunto de indicadores relevantes para a qualidade de vida das populações e qualificação do território, como são os que respeitam à **educação**.

Como é visível no gráfico abaixo, o número de estabelecimentos de **ensino pré-escolar** tem-se mantido relativamente estável a partir do ano letivo de 2006, na Região Alentejo e também na sub-região Alentejo Central.

Verifica-se ainda um peso relativo significativo dos Estabelecimentos Particulares neste grau de ensino por comparação com os restantes. No ano letivo de 2010/2011, 37% dos estabelecimentos de ensino pré-escolar eram de promoção privada, enquanto esta proporção era de apenas 4% para o 1º ciclo e de 14% para os 2º e 3º ciclos.

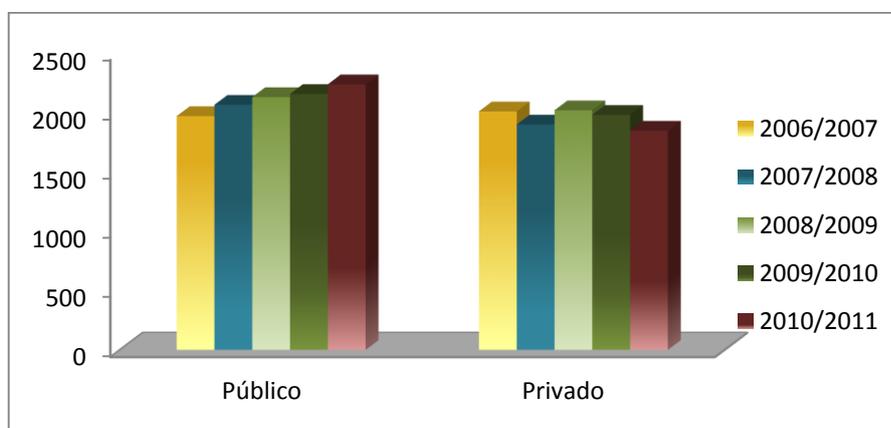
Figura 20 – Nº de Estabelecimentos de Ensino Pré-Escolar, no Alentejo Central, 2006-2011



Fonte: INE, Anuário Estatístico da Região Alentejo, 2012

Este peso relativo do ensino privado no pré-escolar é ainda mais significativo quando se analisa o número de alunos abrangido, sendo que em 2006/2007 o investimento privado era responsável pela orientação de cerca de 50% destes alunos. Como se percebe da leitura do gráfico respetivo, o ensino público no pré-escolar tem vindo a ganhar importância relativa no conjunto dos alunos integrados neste grau de ensino, abrangendo em 2010/2011 55% dos alunos inscritos neste ano letivo.

Figura 21 - Nº de Alunos no Ensino Pré-Escolar, no Alentejo Central, 2006-2011



Fonte: INE, Anuário Estatístico da Região Alentejo, 2012

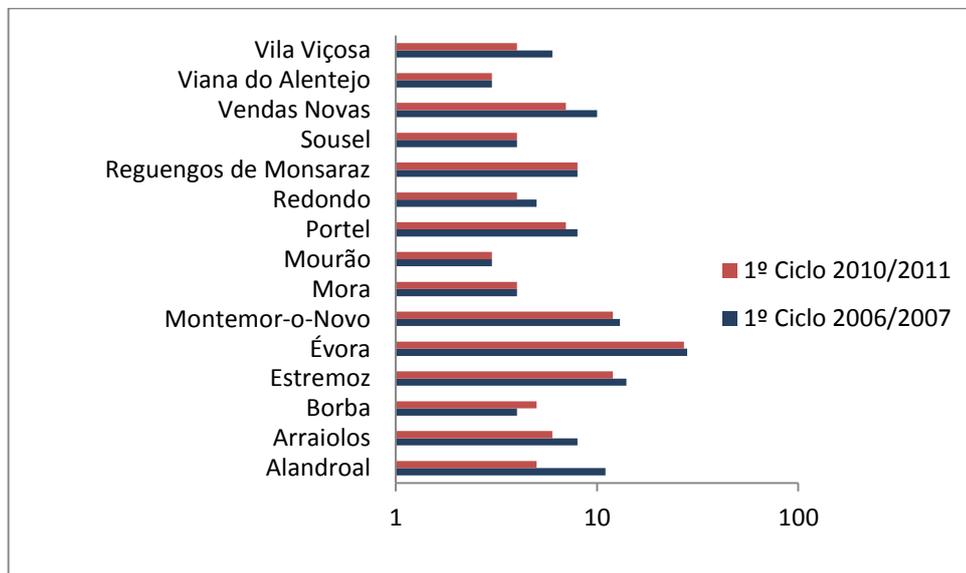
Apesar de se considerar uma cobertura equilibrada no território dos estabelecimentos públicos, os horários disponibilizados inviabilizam o aumento da procura destes estabelecimentos por parte de pais trabalhadores.

Não obstante os esforços realizados pelo Ministério da Educação com o apoio dos municípios para assegurar um horário compatível com os horários de trabalho, através do Sistema de Prolongamento de Horário, a verdade é que na grande parte das vezes o período de funcionamento não é compatível com o período normal de trabalho.

Estes dados não abrangem contudo o grupo etário entre os 0 e os 3 anos, para o qual apenas existem equipamentos de promoção privada ainda que alguns possam ser subsidiados pelo Estado. Trata-se de um problema relevante já que as estatísticas existentes neste domínio apontam para uma cobertura de apenas 12,5% da população portuguesa neste estrato etário, sendo que o nosso país apresenta uma das mais elevadas taxas de mães trabalhadoras a tempo inteiro da Europa.

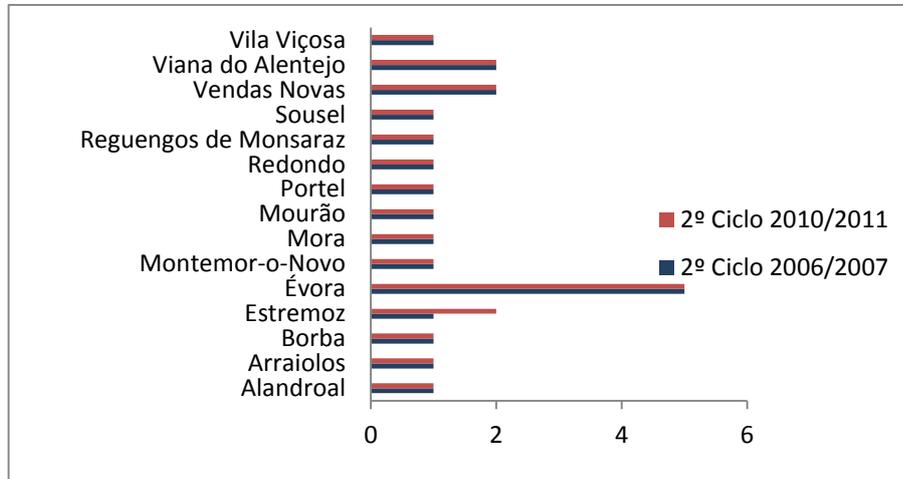
Numa região em que os níveis de alfabetização deixam ainda alguma preocupação, mas não nos estratos etários mais baixos, a cobertura territorial dos estabelecimentos de ensino dedicados aos níveis do **ensino obrigatório** apresenta-se equilibrada, como se pode verificar na figura abaixo. Não obstante, continuam a detetar-se debilidades na rede escolar da sub-região Alentejo Central que indiciam a implementação de ações destinadas à reestruturação da rede escolar, com destaque para os estabelecimentos do ensino pré-escolar e do 1.º ciclo do ensino básico, baseadas na necessidade de dar resposta às rápidas mutações do sistema de ensino, bem como de dotar estes estabelecimentos de ensino de todas as condições que assegurem a qualidade e modernidade do ensino ministrado.

Figura 22 – Estabelecimentos de Ensino 1º Ciclo, Alentejo Central e Mora



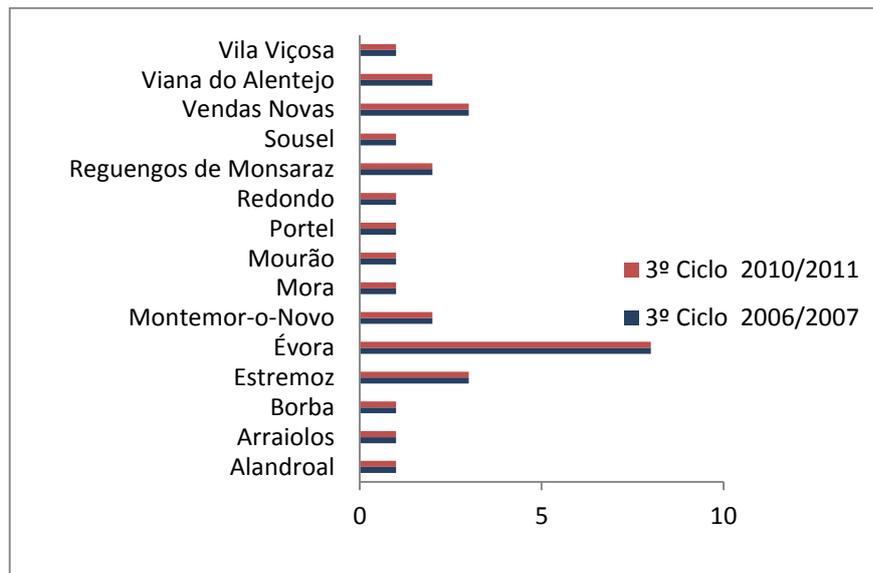
Fonte: INE, Anuário Estatístico da Região Alentejo, 2012

Figura 23 – Estabelecimentos de Ensino 2º Ciclo, Alentejo Central e Mora



Fonte: INE, Anuário Estatístico da Região Alentejo, 2012

Figura 24 - Estabelecimentos de Ensino 3º Ciclo, Alentejo Central e Mora



Fonte: INE, Anuário Estatístico da Região Alentejo, 2012

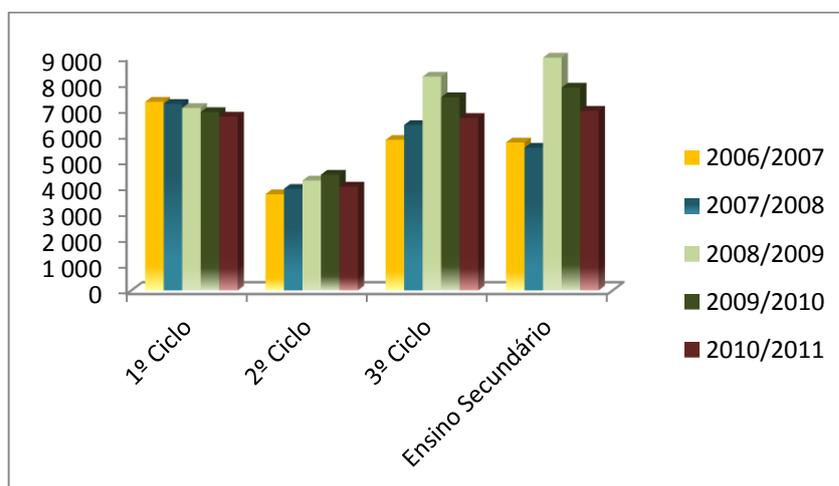
Uma análise da evolução do número de estabelecimentos permite perceber que este tem vindo a decrescer em todos os níveis de ensino considerados com exceção do 2º ciclo em Estremoz onde foi construído mais um estabelecimento.

Este decréscimo resulta da conjugação do efeito demográfico da baixa natalidade (de que resulta diminuição do número dos alunos), com a reestruturação da rede escolar nacional (extinção e agrupamento de escolas).

Ainda que se considere um aumento no número de inscritos no 3º ciclo e ensino secundário para os anos de 2008/2009 deverá ter-se em conta que este valor está sobretudo relacionado com o aumento

da escolaridade obrigatória para o 12º ano e não com um aumento de efetivos populacionais neste grupo etário na região.

Figura 25 - Alunos inscritos nos estabelecimentos de ensino, Alentejo Central e Mora



Fonte: INE, Anuário Estatístico da Região Alentejo, 2011

No que diz respeito ao **ensino secundário e profissional**, regista-se a concentração deste tipo de equipamentos nas sedes de concelho. Ainda assim verifica-se uma razoável cobertura da sub-região.

Por outro lado, encontra-se relativamente generalizado o acesso à educação secundária, sendo que o decréscimo registado no número de alunos a frequentar este grau de ensino prende-se mais com as dinâmicas demográficas que com os fenómenos de abandono escolar.

Deve-se ainda assim constatar uma forte concentração dos alunos nos cursos gerais, em detrimento do ensino profissional e tecnológico.

Este fator advém da recente evolução do ensino profissional em Portugal, mas relaciona-se sobretudo com os valores culturais dominantes que tendem a valorizar fortemente a cultura académica em detrimento dos saberes técnicos e profissionais. Esta cultura induz por isso uma valorização das vias orientadas para a continuação dos estudos em detrimento da construção de planos de desenvolvimento pessoal mais orientados para o mercado de trabalho regional.

Assim, e relativamente ao ensino profissional desenvolvido fora dos estabelecimentos públicos de educação, deve referir-se que em 2011 eram apenas duas as escolas profissionais a operar na sub-região: a EPRAL – Escola Profissional da Região Alentejo e o INETESE – Associação para o Ensino e Formação. A EPRAL promove formação profissional em áreas diversas do Apoio à Infância ao TIC, atuando nos concelhos de Évora e Estremoz. O INETESE tem atividade exclusivamente vocacionada para o setor segurador, realizando atividade apenas em Évora.

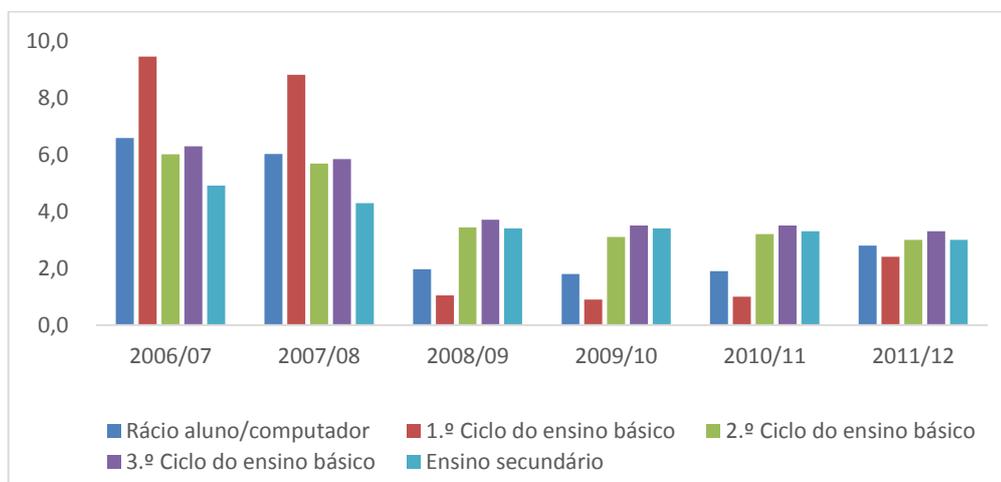
No concelho de Borba, existe ainda a ETP – Escola Tecnológica da Pedra Natural, que promove formação tecnológica vocacionada para o setor da pedra natural, setor com efetiva implantação

Será igualmente de realçar a existência do Serviço de Formação Profissional de Évora que permite assegurar, a par da oferta integrada na rede de ensino público e das Escolas Profissionais, cursos de aprendizagem, cursos de especialização tecnológica e cursos de formação de jovens e adultos. Em

termos de equipamentos de educação superior releva por fim a Universidade de Évora, única instituição deste grau de ensino na sub-região.

No que diz respeito à modernização tecnológica em escolas do ensino básico e secundário do Alentejo Central, é possível determinar a relação de alunos com computador entre os anos letivos de 2006/2007 e 2011/2012. Segundo dados da Direcção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência, esta taxa tem vindo a diminuir drasticamente em relação ao ano de 2006/2007, registando-se uma ligeira subida no ano de 2011/2012, sobretudo no 1.º ciclo do ensino básico, como se poderá comprovar pelo seguinte gráfico.

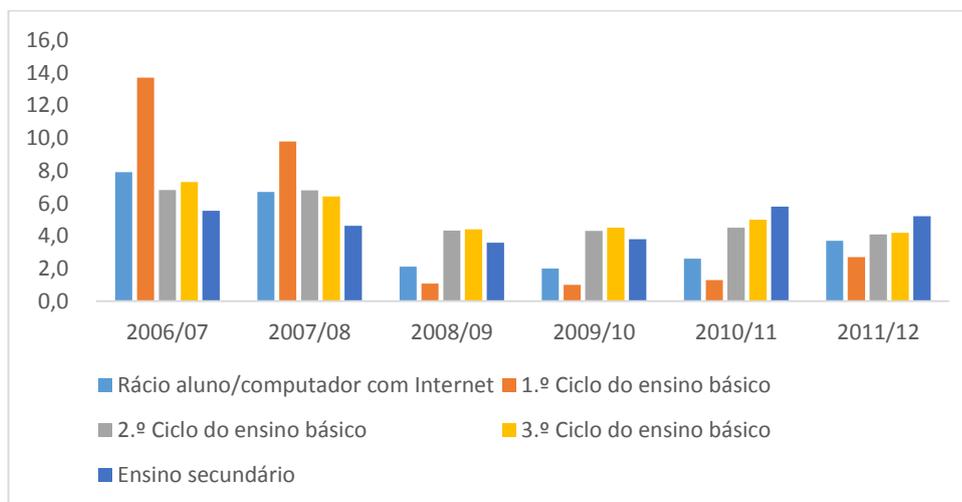
Figura 26 - Relação alunos/computador, em escolas do Ensino Básico e Secundário do Alentejo Central



Fonte: DGEEC, dados de 2013

A tendência para os alunos com computador e acesso à Internet mantém-se, registando também uma subida no caso de alunos do 1.º ciclo do ensino básico, no ano de 2011/2012. Veja-se a figura seguinte.

Figura 27 - Relação alunos/computador com ligação à Internet, em escolas do Ensino Básico e Secundário do Alentejo Central



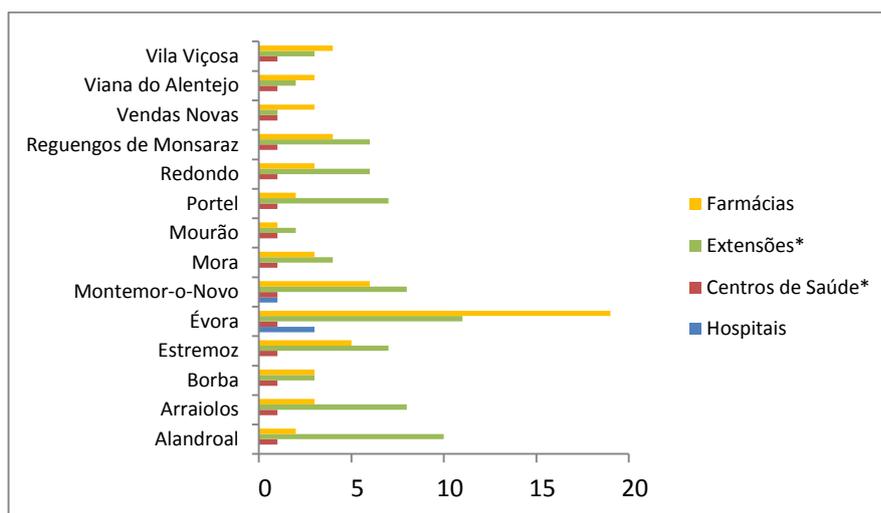
Fonte: DGEEC, dados de 2013

Relativamente ao fenómeno do **abandono escolar** apenas foi possível apurar dados relativos à Taxa de Retenção e desistência para o Ensino Básico, que no ano letivo de 2010/2011 era de 7.8% para o Alentejo Central, segundo o Diagnóstico Social de 2013 para a Região elaborado pela Plataforma Territorial Supraconcelhia do Alentejo Central. Em termos da distribuição espacial o fenómeno assume maior expressão nos concelhos de Mourão, reguengos de Monsaraz e Alandroal.

De acordo com este estudo, as situações de abandono escolar revelam agravamento em função do grau de ensino, sendo mais visíveis no 3º ciclo, que regista uma taxa de 13.9 % para a sub-região (26.3 no concelho de Alandroal).

No que se refere aos **equipamentos de saúde** considera-se que o Alentejo Central dispõe de uma rede de cuidados relativamente bem estruturada. A sub-região dispõe de uma rede de cuidados primários suportada pela existência de centros de saúde em todos os concelhos, apoiados por extensões nos principais aglomerados urbanos, conforme figura abaixo apresentada.

Figura 28 - Equipamentos de saúde por Município do Alentejo Central, 2010

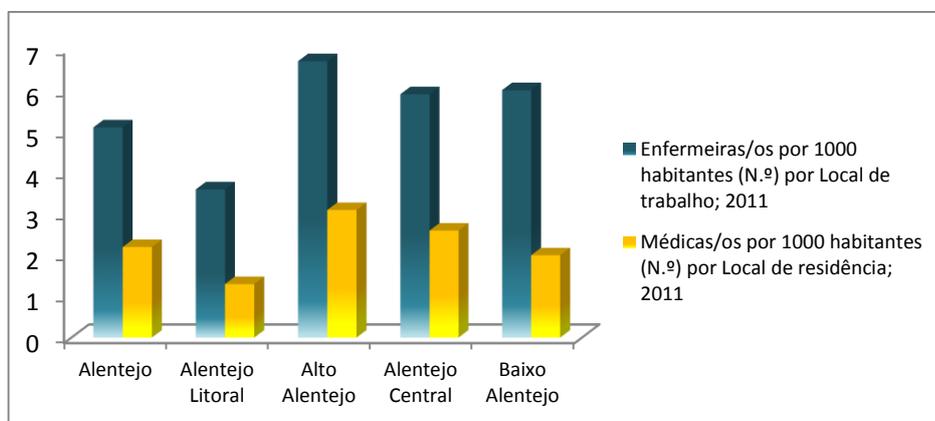


Fonte: INE, Anuário Estatístico da Região Alentejo, 2011

O concelho de Évora dispõe de um Hospital Distrital Central dotado das principais valências e ainda de um hospital privado – o Hospital da Misericórdia de Évora, com atendimento médico permanente e diversas especialidades incluindo cirurgia geral. O concelho de Montemor-o-Novo dispõe também do Hospital S. João de Deus, especializado em ortopedia.

Em termos de **recursos humanos afetos aos cuidados de saúde** verifica-se que a sub-região dispõe de indicadores mais favoráveis que o conjunto da Região Alentejo, mas ainda algo inferiores aos considerados para o conjunto do País.

Figura 29 – Médicos e Enfermeiros por 1000 habitantes (N.º), por NUT III



Fonte: INE, Estatísticas do Pessoal de Saúde, 2010

Assim, no Alentejo Central, em 2010, 2,6 médicos por 1000 habitantes (este valor era de 2.2 para o conjunto do Alentejo mas de 4 para o País) e de 5.9 enfermeiros (5.1 no Alentejo e 6 no Continente).

Tabela 7 - Médicos e Enfermeiros por 1000 habitantes (N.º), por concelho da NUT III Alentejo Central

NUTS 2002 completa (lista cumulativa - PT, NUTS I, II, III, CC, FR)	Enfermeiras/os por 1000 habitantes (N.º) por Local de trabalho; 2010	Médicas/os por 1000 habitantes (N.º) por Local de residência; 2010
Alandroal	4,1	0,7
Arraiolos	1,8	0,5
Borba	3	1,2
Estremoz	2,5	1,3
Évora	12,7	5,6
Montemor-o-Novo	3,5	1,1
Mora	2,8	1
Mourão	0,8	0,8
Portel	1,7	0,5
Redondo	2	0,9
Reguengos de Monsaraz	0,9	1
Vendas Novas	1,9	1,3
Viana do Alentejo	2,1	0,9

NUTS 2002 completa (lista cumulativa - PT, NUTS I, II, III, CC, FR)	Enfermeiras/os por 1000 habitantes (N.º) por Local de trabalho; 2010	Médicas/os por 1000 habitantes (N.º) por Local de residência; 2010
Vila Viçosa	3,3	1,6

Fonte: INE, Estatísticas do Pessoal de Saúde, 2010

Estes indicadores resultam de uma melhoria significativa registada na última década, mas escondem algumas disparidades intrarregionais. Por exemplo, ao passo que o concelho de Évora dispunha, em 2010 de 5.6 médicos por 1 000 habitantes, este valor era de apenas de 0,5 para os concelhos de Portel e de Arraiolos.

Esta realidade traduz a especialização funcional e a qualificação da estrutura de serviços do concelho de Évora e o seu efeito polarizador no sistema urbano do Alentejo Central, não só em termos da presença de equipamentos mas consequentemente na capacidade de atração de população.

Tendo em conta a estrutura da população do território em referência, caracterizada pelo envelhecimento populacional, mas também pelo aumento da esperança de vida, ganham especial relevo as estruturas de suporte às patologias geriátricas, bem como os equipamentos disponíveis para apoio aos idosos.

Os últimos dados disponíveis reportam-se a 2009, e permitem perceber as respostas disponíveis a nível concelhio para **resposta às necessidades dos idosos** residentes no território.

Tabela 8 - Lares de Idosos e Centros de Dia (Equipamentos e Utentes), por concelho da NUT III Alentejo Central, 2009

Concelho	Lares de Idosos		Centros de Dia	
	Resp.	Ut.	Resp.	Ut.
Alandroal	2	60	3	70
Arraiolos	3	96	5	128
Borba	2	84	2	70
Estremoz	7	196	7	190
Évora	20	514	19	457
Montemor-o-Novo	12	370	10	229
Mora	4	200	5	110
Mourão	2	59	3	62
Portel	1	83	8	141

Concelho	Lares de Idosos		Centros de Dia	
	Resp.	Ut.	Resp.	Ut.
Redondo	2	80	4	64
Reguengos de Monsaraz	5	158	6	137
Vendas Novas	5	131	4	72
Viana do Alentejo	4	170	3	54
Vila Viçosa	2	65	3	100
Distrito	71	2266	82	1884

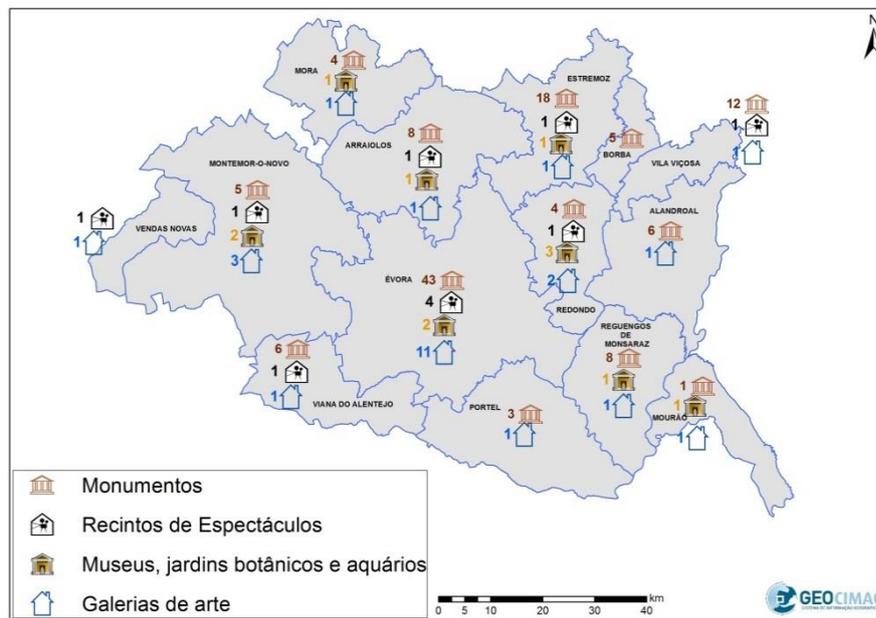
Fonte: Plataforma Territorial Supraconcelhia do Alentejo Central, Centro Distrital de Évora, Março 2009

Como se percebe todos os concelhos dispõem de equipamentos nesta categoria, embora o progressivo envelhecimento da população nestes concelhos permita antever não apenas a necessidade do seu reforço, em termos do número de utilizadores, como a diversificação das respostas sociais disponibilizadas a nível público e privado, nomeadamente no que diz respeito a unidades de cuidados continuados. O distrito apenas dispunha de 4 destas unidades em 2009.

Ainda no que respeita à qualidade de vida na NUT III, e tendo em conta os grupos populacionais economicamente mais desfavorecidos ou em **risco de exclusão social**, importa referir que, muito embora não existam no território grupos étnicos ou sociais com particular dificuldade de inclusão, haverá que ter em conta que, no atual contexto económico de crise, deverá considerar-se a probabilidade de crescimento de franjas importantes da população em risco de pobreza, situação fortemente relacionada com o enorme aumento do desemprego em toda a região. De acordo com Comissão Europeia, 1 em cada 4 portugueses vivia em risco de pobreza em 2010, situação esta que se espera ter agravado com os efeitos da crise desde então.

No que respeita às infraestruturas e **equipamentos associados à cultura**, verifica-se uma cobertura relativamente equilibrada da sub-região, em 2011. Também relativamente a este item se revela a especialização funcional do concelho de Évora face à restante sub-região, conforme se constata na figura abaixo.

Figura 30 – Equipamentos Culturais nos Municípios do Alentejo Central, 2011

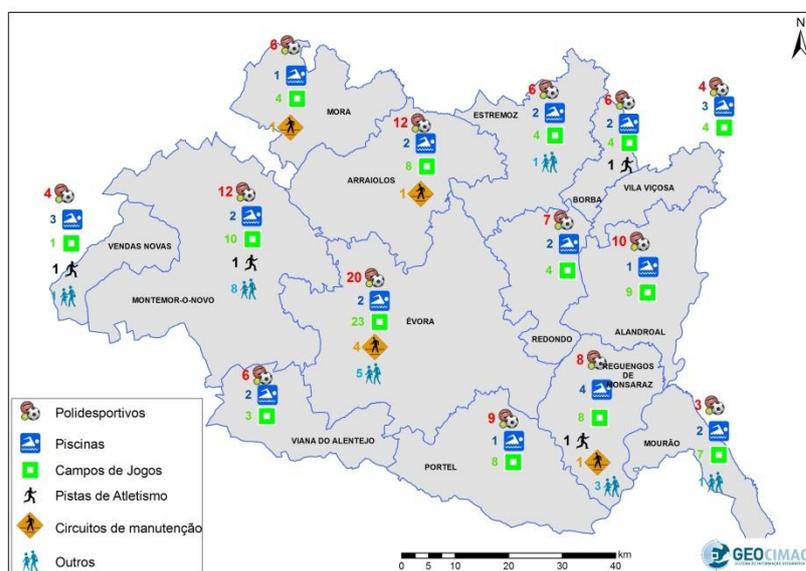


Fonte: INE, Anuário Estatístico da Região Alentejo 2011

Os equipamentos de natureza cultural complementam o vasto e rico património natural e cultural que o Alentejo Central detém e que se constitui em polo de verdadeira atração turística, designadamente Évora, cidade património mundial da UNESCO, mas também Monsaraz, Vila Viçosa, Estremoz, Arraiolos e outros agregados urbanos e rurais com magnífico acervo patrimonial material e imaterial. Esta forte identidade cultural justifica a aposta na preservação e conservação dos inúmeros bens que a constituem, bem como torna clara a necessidade de implementação de projetos que dotem este património cultural com características únicas e diferenciadoras no quadro regional e nacional.

Outro dos indicadores a ter em consideração na análise da coesão social do Alentejo Central centra-se nos **equipamentos e infraestruturas de natureza desportiva**. Nestes concelhos, a rede de equipamentos desportivos é bastante diversificada, potenciando a prática de atividades desportivas multifacetadas por parte da população residente. Denota-se igualmente uma preocupação dos municípios com a criação de equipamentos desportivos também nas freguesias rurais, com o intuito de possibilitar o acesso equitativo à prática desportiva.

Figura 31 - Rede de Equipamentos Desportivos nos Municípios do Alentejo Central, 2013



Fonte: CIMAC, 2013

Em resumo, no que se refere aos indicadores de coesão social, constata-se que a sub-região em análise revela uma situação relativa ligeiramente desfavorável em relação ao País, mas claramente favorável no contexto da Região Alentejo. Ainda assim, será sempre de ter em conta que o atual contexto de crise económica é facilitador do surgimento/accentuação dos riscos de surgimento de grupos em risco de exclusão e/ou pobreza importando na definição de uma estratégia de desenvolvimento criar mecanismos que permitam a monitorização e intervenção no território que permitam conter e contrariar esta tendência.

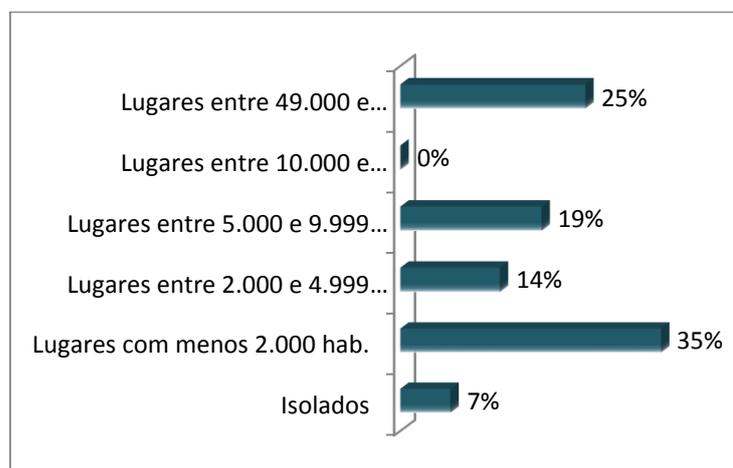
3.1.4. Modelo territorial e ambiente

Em termos de organização territorial, o Alentejo Central é sobretudo marcado pela polarização em torno de Évora e a sua especialização funcional. Existem ainda importantes dinâmicas nos aglomerados de Vendas Novas e Montemor-o-Novo, por via do efeito estruturante das acessibilidades existentes. De realçar nos últimos anos alguma dinâmica nos centros urbanos de menor dimensão, assentes em processos de desenvolvimento mais localizado e com resultados, ainda que ténues e a aprofundar, ao nível da promoção do emprego, do empreendedorismo e da fixação/atração de população e ativos, como é o caso de Arraiolos, Montemor-o-Novo ou Viana do Alentejo.

O Alentejo Central apresenta uma baixa densidade populacional e uma rede urbana algo desequilibrada e marcada pela existência de um reduzido número de polos urbanos de média dimensão. Verifica-se também a desertificação continuada das zonas rurais com predominância de lugares de pequena dimensão, muito distanciados das respetivas sedes de concelho.

Na sub-região, em 2011, 7% da população vivia isolada. Évora é o único núcleo populacional de maior dimensão no conjunto da Região e a restante população vive essencialmente em lugares com menos de 2.000 habitantes.

Figura 32 - População Residente Segundo a Dimensão do Lugar, Alentejo Central, 2011



Fonte: INE, Censos 2011

A fraca atração de população à sub-região a par de um crescimento natural negativo, traduz-se numa diminuição efetiva do número de **fogos licenciados** em construções novas, verificando-se nos últimos anos um fenómeno de decréscimo destas licenças. Se até sensivelmente metade da última década era ainda possível observar alguma dinâmica na construção de fogos habitacionais, de 2006 a 2011 em todos os municípios da sub-região a diminuição do número de licenças para novos fogos foi muito acentuada, aliás à semelhança do resto do país. Tal tendência parece indicar o fim de alguma sobrevalorização da construção em relação às reais taxas de crescimento populacional (negativas) e orientar eventualmente a ação para lógicas de reabilitação e recuperação de espaços. Têm-se aliás verificado nos últimos anos alguns desenvolvimentos nesta área, com destaque para os centros históricos, para intervenções de reabilitação urbana e para os projetos destinados à efetiva integração das cidades e outros aglomerados populacionais na região, reforçando a identidade e as inter-relações dos espaços urbanos e rurais.

Tabela 9 - Fogos licenciados em construções novas para habitação por município no Alentejo Central, variação 2011, 2006 e 2011

Local	Anos/Nº fogos licenciados				
	2001	2006	Variação	2011	Variação
Portugal	114366	71918	-37,12	17085	-76,24
Alentejo Central	1088	755	-30,61	288	-61,85
Alandroal	33	24	-27,27	7	-70,83
Arraiolos	28	65	132,14	14	-78,46
Borba	74	36	-51,35	11	-69,44
Estremoz	104	26	-75,00	11	-57,69
Évora	358	272	-24,02	125	-54,04
Montemor-o-Novo	136	55	-59,56	24	-56,36
Mourão	15	18	20,00	1	-94,44
Portel	23	19	-17,39	11	-42,11
Redondo	31	40	29,03	17	-57,50
Reguengos Monsaraz	32	44	37,50	29	-34,09
Vendas Novas	94	104	10,64	22	-78,85
Viana do Alentejo	72	23	-68,06	7	-69,57
Vila Viçosa	59	15	-74,58	3	-80,00
Mora	30	20	-33,33	15	-25,00

Fonte: INE, Inquérito (anual) aos Projetos de Obras e Edificação e de Demolição de Edifícios

Ainda assim, a proximidade à Área Metropolitana de Lisboa e a contiguidade espacial com Espanha dotam este território de vantagens locativas únicas no contexto da Região Alentejo, sendo que o Alentejo Central aparece cada vez mais inserido na área de influência direta da AML, daí retirando benefícios de carácter económico-social, mas também de proximidade aos equipamentos sociais e culturais existentes na capital.

No que diz respeito às **acessibilidades**, regista-se uma razoável cobertura da região em termos da rede viária principal, nomeadamente no que respeita à ligação ao exterior e em particular, à Área Metropolitana de Lisboa e a Espanha. Já ao nível ferroviário existe um notório desajustamento e envelhecimento das linhas existentes.

Figura 33 – Alentejo Central – Rede Viária



Fonte: www.viamichelin.com (2013)

Como se percebe da leitura da figura anterior, o Alentejo Central é servido pela Autoestrada A6 (Lisboa, Badajoz), que permite ainda ligações à A2 assegurando desta forma uma rápida acessibilidade rodoviária a todo o litoral português. Em termos de Rede Principal, a sub-região conta ainda com uma ligação por Itinerário Principal, IP2 (Portelo-Faro) e com um Itinerário Complementar IC10 (Santarém-Montemor-o-Novo). Aguarda-se a construção do IC33 (Grândola-Évora) e conclusão do IP2 entre a A6 e o nó de São Manços.

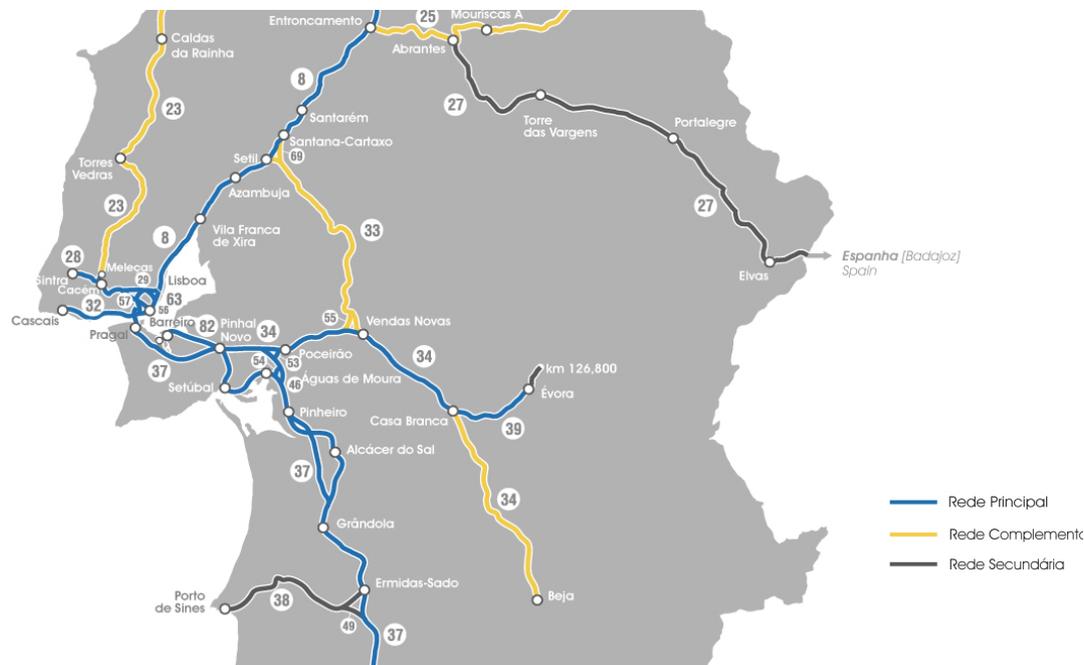
A rede de estradas nacionais encontra-se relativamente bem estruturada e ao nível da rede viária municipal foram beneficiadas e melhoradas algumas estradas e caminhos municipais no âmbito do Programa Operacional Regional 2007-2013.

No entanto, ao nível intrarregional a rede de transportes coletivos pública e privada é extremamente débil e desadequada, contribuindo para um aumento do isolamento dos pequenos aglomerados e lugares e para uma dependência excessivas do transporte individual.

Reequacionar o sistema de mobilidade intrarregional por forma a garantir equidade no acesso a serviços e equipamentos de apoio às populações, constitui-se assim como um dos principais desafios para a região durante o próximo período de programação.

Em termos de **ligações ferroviárias**, a sub-região aguarda com bastante expectativa a construção da ligação Sines-Évora-Caia e da Linha de Alta Velocidade que se prevê venha a contribuir de forma significativa para a melhoria das acessibilidades regionais à Europa. Atualmente, e no que se refere ao transporte de passageiros, a sub-região é servida apenas pelos serviços regionais e intercidades da CP - Comboios de Portugal. Estes serviços asseguram ligações a Lisboa e ao Algarve, mas não a Espanha.

Figura 34 – Serviços Ferroviários de Passageiros, Alentejo Central, 2012



Fonte: www.refer.pt (2013)

Já em termos de transporte de cargas a estrutura ferroviária é um pouco mais eficiente, estando a ligação à Europa assegurada pela entrada em Badajoz.

Não existindo dados relativos ao número de passageiros transportados por via ferroviária, para o Alentejo Central, analisa-se a tendência registada para o conjunto da Região Alentejo, em 2011. Estes dados mostram que os fluxos mais importantes são os inter-regionais, tendência inversa à registada para as restantes regiões do país. Este facto relaciona-se sobretudo com a inexistência de uma rede regional estruturada de forma a assegurar as ligações intrarregionais, nomeadamente entre os aglomerados urbanos de maior dimensão – onde se concentra o maior número de postos de trabalho - e as freguesias rurais.

Tabela 10 - Passageiros Transportados por Região de Origem, 2011

Origem	Passageiros	
	Intrarregional ⁵	Inter-regional ⁶
Continente	138 780	10 163
Norte	18 412	2 704
Centro	6 657	3 595
Lisboa	111 572	2 878
Alentejo	371	673
Algarve	1 769	312

Fonte: INE, Anuário Estatístico da Região Alentejo, 2011

Assim, os movimentos pendulares da população da sub-região são sobretudo assegurados por via rodoviária, sendo o uso do transporte privado bastante significativo.

Finalmente, em termos de acessibilidades e respetivas infraestruturas, deve assinalar-se a existência do Aeródromo de Évora, não tanto pelo papel que desempenha em termos do transporte de passageiros e/ou carga, mas antes pelo potencial de desenvolvimento que representa para o Alentejo Central.

Este potencial de desenvolvimento relaciona-se sobretudo com o **cluster aeronáutico** que se tem vindo a incrementar, nomeadamente através de investimentos como o Parque da Indústria Aeronáutica de Évora ou a Academia Aeronáutica de Évora.

Para além desse aeródromo existem ainda pequenas infraestruturas privadas para aeronaves de turismo e recreio em Reguengos de Monsaraz, Mora e Montemor-o-Novo.

⁵ Deslocações com origem e destino na mesma região

⁶ Deslocações com origem numa região e destino em outra.

Uma das principais potencialidades deste território reside na sua geolocalização e na rede de acessibilidades de que dispõe. O Alentejo Central constitui-se como “corredor” de ligação entre a Área Metropolitana de Lisboa, o Complexo de Sines e a Europa, por via rodoviária, sendo expectável que esta ligação seja também possível por via ferroviária.

Claramente associada à questão do potencial geoestratégico do Alentejo Central e da sua rede de acessibilidades surgem os fatores relacionados com a **logística e as zonas e parques industriais**.

Assiste-se a uma evolução positiva do conceito de Zona Industrial para Parque de Empresas numa perspetiva não só de coabitação, mas também de complementaridade e efeito sinérgico entre empresas industriais, empresas comerciais, ninhos de empresas e empresas de serviços diversos.

Isto implica também maiores exigências em termos de qualidade urbanística, mobiliário urbano e preocupações de natureza ambiental. Os parques e zonas industriais de hoje encontram-se em processo de transformação evidente para espaços qualificados onde é agradável estar e trabalhar com qualidade e que tendem a disponibilizar serviços às empresas instaladas.

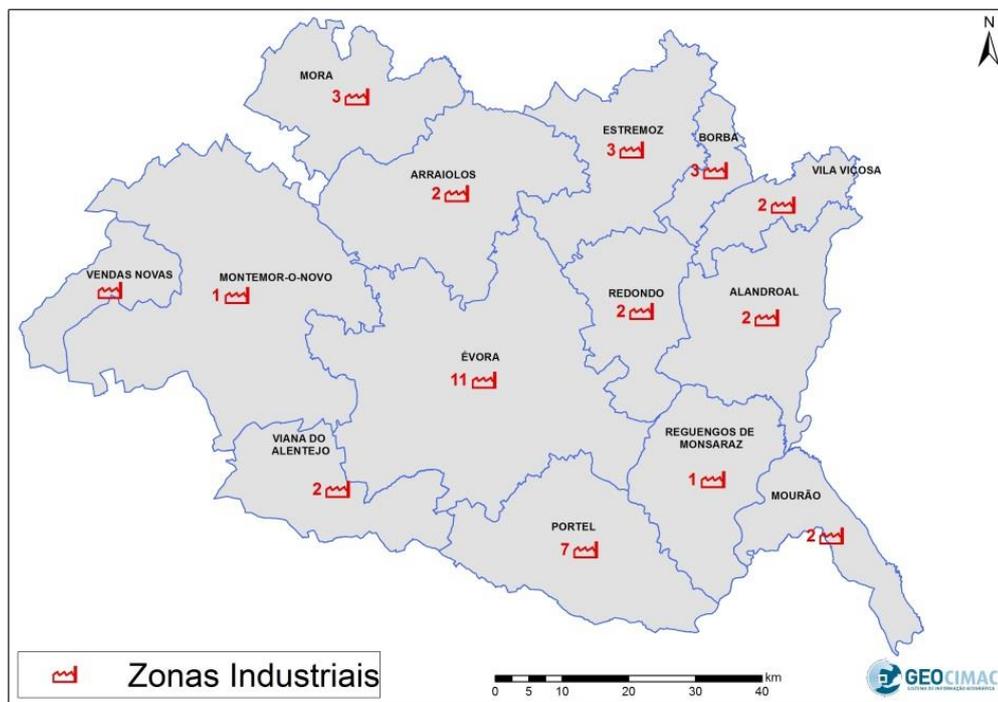
Por outro lado, parece cada vez mais óbvio para a generalidade dos municípios que este conjunto de infraestruturas é fundamental para atrair novos investimentos, estimular o aparecimento de novas empresas e promover a deslocalização de empresas dos centros urbanos, por razões de ordenamento, ambientais ou de expansão física. A sua programação e localização deverá no entanto ter em linha de conta as orientações do PROT Alentejo que Sistema Regional de Logística Empresarial.

Em termos de políticas de incentivos, os instrumentos que mais frequentemente têm sido utilizados pelos municípios são o custo variável do terreno (geralmente em função do número de postos de trabalho a criar), as facilidades de pagamento, a realização das infraestruturas (as zonas industriais estão geralmente infraestruturadas quando os lotes são postos à venda), o apoio dos serviços técnicos da autarquia, apoio logístico e acompanhamento do processo burocrático e prioridade aos processos empresariais. No caso do Alentejo Central deve ainda referir-se que os municípios de Redondo, Montemor-o-Novo e Vendas Novas têm ainda vindo a conceder benefícios fiscais ao nível da isenção de derrama.

Tem-se assim verificado, nos últimos anos, a preocupação de consolidar estratégias que incluem não só a criação como a expansão de algumas zonas industriais bem como a remodelação dos espaços existentes, a melhoria dos acessos e das infraestruturas envolventes destes PZI's, fatores primordiais para a captação de investimento e para a instalação e empresas.

Neste sentido, o Alentejo Central apresenta uma razoável cobertura deste tipo de infraestruturas.

Figura 35 - Zonas e Parques Industriais, Alentejo Central, 2013



Fonte: Estudo de Caracterização das Zonas Industriais, ADRAL e AMDE (2008), revisto 2013

A esmagadora maioria destes PZI's é propriedade exclusiva das Câmaras Municipais, sendo estas que assumem a responsabilidade da sua gestão. Existem apenas 4 exceções a este panorama, sendo elas o Parque Industrial de Vendas Novas (sociedade de capitais mistos em que o município tem participação minoritária), o Núcleo Industrial da Azaruja (Évora), o Mercado Abastecedor da Região de Évora e a Zona Industrial do Alto dos Bacêlos, com uma entidade de capitais mistos que assegura a gestão desta zona industrial. Alguns municípios têm iniciado nos últimos anos, processos de expansão e requalificação das respetivas zonas industriais, com recurso a financiamento no âmbito do PO regional 2007-2013.

Segundo o "Estudo de Caracterização das Zonas Industriais"⁷ realizado pela ADRAL e AMDE, muito embora estas zonas tenham vindo a revelar-se bastante atrativas do ponto de vista das empresas regionais, nem sempre se têm revelado eficazes na atração de investimento externo.

Apenas os parques industriais de maiores dimensões, como é o caso do Parque Industrial de Vendas Novas possuem no seu interior empresas com investimentos de carácter nacional ou mesmo internacional. As zonas industriais têm sobretudo servido a implementação de novas empresas

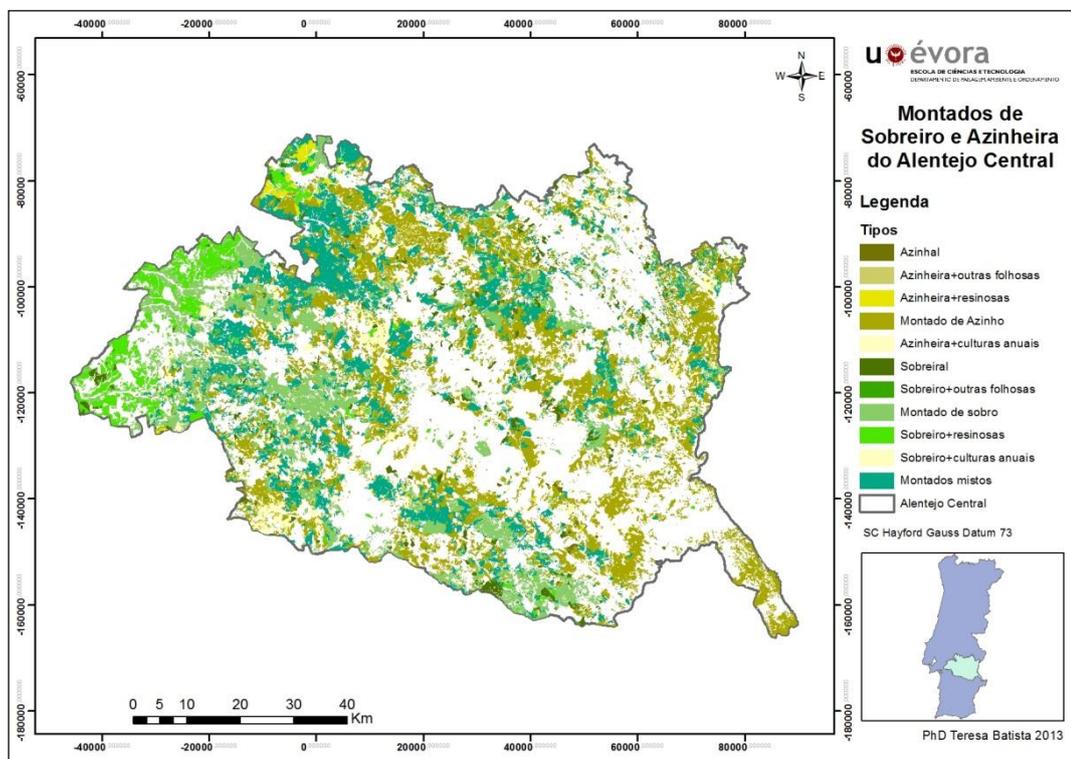
⁷ ADRAL e AMDE, Estudo de Caracterização das Zonas Industriais, 2008 (realizado no âmbito do projeto de dinamização da Rede de Gabinetes de Apoio ao Desenvolvimento Económico do Distrito de Évora, co-financiado no quadro do Programa Operacional Regional do Alentejo)

oriundas de investimento concelhio, e para a deslocalização de oficinas e afins das malhas urbanas. O nível de atratividade para outro tipo de investimento é ainda moderado em muitos dos municípios. Contudo, é notória a afirmação de estratégias de promoção das zonas industriais com vista à atração de investimentos de carácter mais regional, ou mesmo nacional/internacional (por exemplo, a realização da FILDA em Vendas Novas e o protocolo de colaboração do município com a FERIA de Saragoça são instrumentos relevantes para a promoção do Parque Industrial de Vendas Novas).

Estas estratégias têm sido amplamente trabalhadas por alguns dos municípios, tendo por base a sua localização no eixo de ligação Lisboa-Madrid (Espanha), nos seus produtos de qualidade (artesanato, produtos agroalimentares, etc.) e nas atividades de produção industrial existentes (rochas ornamentais, cortiça, etc.). Trata-se ainda de estratégias que refletem uma visão de interação com a restante região, onde tem havido referências a infraestruturas como Alqueva ou o TGV, consideradas pilares de desenvolvimento regional, mas também local e que, desta forma, beneficiariam direta ou indiretamente muitos dos municípios, promovendo a coesão económica e social da região. O não aproveitamento do potencial de Alqueva ou a não concretização do projeto de alta velocidade acabam no entanto por frustrar estas referências.

A Região Alentejo detém um rico **património natural e cultural**, caracterizado por paisagens com identidade própria, traduzidas em sistemas de exploração adaptados às condições edafo-climáticas e consideradas sustentáveis do ponto de vista ambiental e socioeconómico. Exemplo paradigmático dessas paisagens é o montado, que se constitui como um dos elementos importantes da paisagem europeia, de maior biodiversidade, e em particular, um espaço emblemático dos sistemas naturais e culturais mediterrânicos. No caso do Alentejo Central o Montado representa cerca de 54% da área da sub-região com um coberto autóctone de sobre e azinho (*Batista et al. 2013*). A importância deste ecossistema na sub-região deverá assim ser tida em conta, nomeadamente pelas importantes funções que desempenha na conservação do solo, na qualidade da água, na produção de oxigénio e na criação de valor económico associado aos seus sub-produtos.

Figura 36 – Valor Patrimonial da Vegetação do Alentejo Central, 2013



Fonte: CIMAC, OTALEX C – Observatório Territorial e Ambiental Alentejo, Extremadura, Centro, 2013

No seio dos recursos naturais de maior valia, destaque para os biótopos de interesse florístico e faunístico correspondentes respetivamente a aproximadamente 7,5% e 30,7% do território regional, e ainda importantes valores enquadrados na Rede Natura 2000, nomeadamente zonas de proteção especial para a conservação das aves selvagens.

Apesar do potencial endógeno destes territórios, tem-se assistido a um processo de despovoamento intenso nas áreas rurais, contribuindo para o agravamento do contraste urbano/rural. Este fenómeno, além de pôr em risco o desaparecimento dos aglomerados de menor dimensão por falta de atratividade, causa igualmente o abandono rural e a consequente perda de carácter e identidade da paisagem.

A implementação de investimentos estruturantes, de que o Empreendimento de Fins Múltiplos do Alqueva é o exemplo mais expressivo, constitui uma oportunidade de inversão desta tendência, pela potenciação de um conjunto de atividades económicas, tais como, a fileira agroalimentar, as energias renováveis, o turismo, o ambiente, entre outras. No entanto, parece relativamente consensual que o aproveitamento deste empreendimento está ainda muito aquém do seu potencial.

Importa sublinhar que o sistema global de rega de Alqueva beneficia uma área de cerca de 110.000 hectares. Após a construção das barragens de Alqueva e Pedrógão e da implementação dos perímetros de rega primária e secundária do empreendimento, estão ainda por concretizar muitos dos projetos

associados ao regadio e ao setor agrícola da região, de uma forma geral. O Alentejo Central pode particularmente beneficiar deste grande empreendimento sobretudo no que respeita à agricultura, à melhoria da qualidade do abastecimento de água às suas populações e ao desenvolvimento de atividades turísticas associadas à albufeira de Alqueva.

A análise estatística dos indicadores ambientais permite observar que em termos de **abastecimento de água domiciliário e de saneamento**, o Alentejo apresenta valores muito próximos da média nacional e que revelam taxas de cobertura elevadas. Ao nível do Alentejo Central, estas taxas são igualmente elevadas com coberturas de 100% em vários dos seus municípios (Mora, Mourão, Portel, Vendas Novas, Viana do Alentejo). Nalguns municípios, há ainda lacunas significativas, sobretudo ao nível dos sistemas de drenagem de águas residuais (Montemor-o-Novo, Redondo).

Tabela 11 - População servida por sistemas de abastecimento de água, saneamento e estações de tratamento de águas residuais, 2011

	População servida por		
	Sistemas públicos de abastecimento de água	Sistemas de drenagem de águas residuais	Estações de tratamento de águas residuais (ETAR)
Continente	96%	84%	74%
Alentejo	95%	85%	76%
Alentejo Central	93%	91%	74%

Fonte: INE, Anuário Estatístico da Região Alentejo, 2011

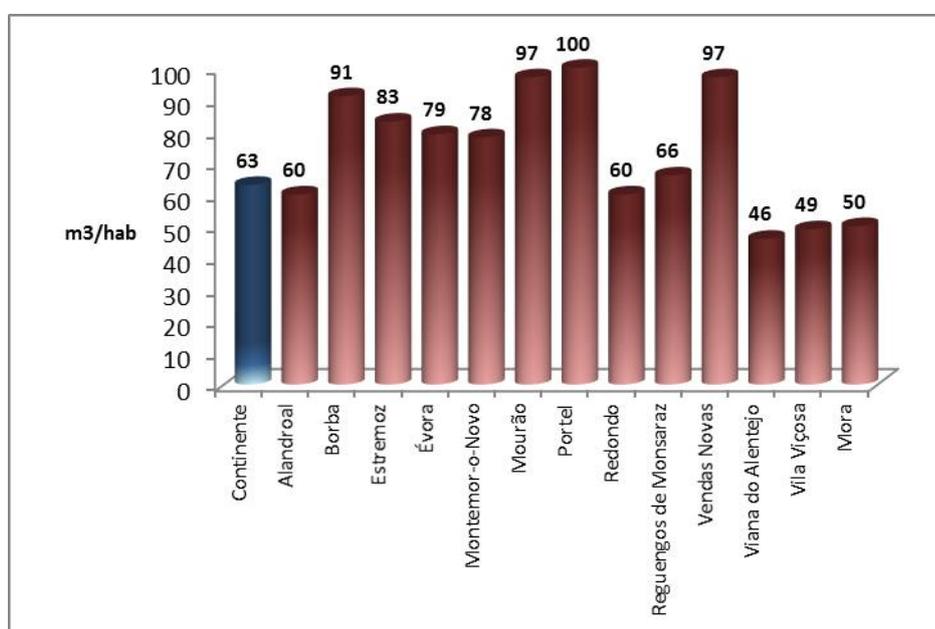
Estes valores resultam de um esforço significativo das instituições locais e regionais na criação de melhores condições de qualidade de vida na Região Alentejo. De salientar a necessidade de uma série de investimentos na melhoria dos sistemas de abastecimento de água na vertente em baixa, sobretudo ao nível da redução de perdas e otimização e requalificação dos sistemas.

De salientar no entanto que a região Alentejo se caracteriza também por uma escassez de recursos hídricos sendo expectável que os impactos das alterações climáticas sejam particularmente marcantes na região, com consequente aumento de períodos de seca e de indisponibilidade do recurso água.

O Alentejo Central é servido essencialmente por dois grandes sistemas em alta: o sistema multimunicipal gerido pela Águas do Centro Alentejo e que abrange 7 municípios da sub-região e o Sistema Público de Parceria Integrado de Águas do Alentejo, gerido pela empresa Águas Públicas do Alentejo, S.A. que agrupa 21 municípios, 4 pertencentes ao Alentejo Central.

Relativamente aos consumos de água, de salientar o facto dos consumos por habitante na região e sub-região serem superiores à média do continente, o que parece indiciar uma falta de eficiência na utilização de um recurso escasso, cujos impactos se podem vir a revelar particularmente significativos numa região onde os efeitos resultantes das alterações climáticas globais farão acentuar fenómenos de seca. De facto, na maioria dos municípios e tendo em conta que os dados se referem ao consumo urbano (e portanto não para fins agrícolas, por exemplo), o consumo de água por habitante é muito superior à média do continente (77m³/hab no Alentejo Central; 63m³/hab no Continente). Este facto estará eventualmente associado a um nível de perdas muito elevado na rede de distribuição em baixa, para além de práticas de consumo pouco eficientes, para as quais valerá a pena alguma atenção.

Figura 37 – Consumo de água (sistemas urbanos de abastecimento ao domicílio) por habitante, 2009 nos municípios do Alentejo Central, por comparação ao Continente*



Fonte: INE, Inventário Nacional de Sistemas de Abastecimento de Água e de Águas Residuais | Vertente Física e de Funcionamento (INSAAR | VFF)

*Sem informação disponível para o município de Arraiolos

No que diz respeito à **recolha e tratamento de resíduos urbanos**, o sistema de resíduos sólidos gerido pela GESAMB, empresa intermunicipal, abrange 12 municípios da sub-região e constitui a trave mestre de organização da receção, transporte, tratamento e valorização dos resíduos urbanos.

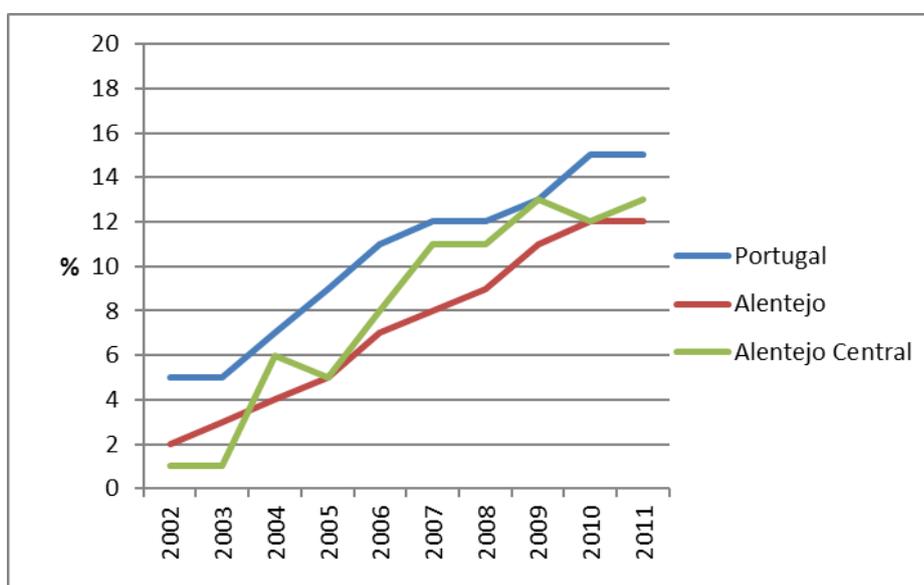
Ainda que os sistemas de valorização e tratamento dos RSU tenham chegado tardiamente ao Alentejo Central, a evolução dos mesmos foi rápida, atingindo em 2005 taxas de cobertura na ordem dos 99%.

No entanto, apesar da rápida evolução dos sistemas, parecem subsistir lacunas ao nível da valorização dos RSU, nomeadamente na reciclagem, com percentagens muito baixas em relação ao total da recolha. Também a valorização energética ou orgânica é inexistente em toda a região Alentejo. Esta

situação tende no entanto a alterar-se, a curto prazo, com a entrada em funcionamento da nova unidade de Tratamento Mecânico e Biológico (TMB).

Por outro lado, a quantidade de resíduos por habitante (551 Kg/ano) é superior à média nacional (487 Kg/ano) o que nalguns locais se relaciona com o aumento sazonal de visitantes e consequente aumento da produção mas que pode também indiciar a necessidade de políticas mais ativas para a redução de RSU. As metas da EU apontam neste sentido para uma necessidade de redução da área de aterro e aumento da reciclagem.

Figura 38 - Proporção de resíduos urbanos recolhidos seletivamente (2002-2011)



Fonte: INE, Estatísticas dos Resíduos Municipais

Em Portugal a **despesa efetuada no setor do ambiente** foi crescente ao longo dos anos, tendo estabilizado em 2004/2005 em cerca dos 600 milhões de euros/ano, facto que revela o interesse e preocupação das autarquias locais com as questões ambientais. Em 2010, as autarquias do Alentejo Central gastaram cerca de 8 milhões de Euros em domínios relacionados com o ambiente, sobretudo em gestão de resíduos (90%) e proteção da biodiversidade (10%). Este montante revela algum decréscimo em relação a 2005, ano em que a despesa com ambiente nesta sub-região ascendeu aos 12 milhões de euros e também alguma perda de peso relativo no total gasto em ambiente na região e no país: em 2010 o Alentejo Central representa apenas 19% do total da região (era de 22% em 2005) e 1% da despesa nacional (era de 2% em 2005).

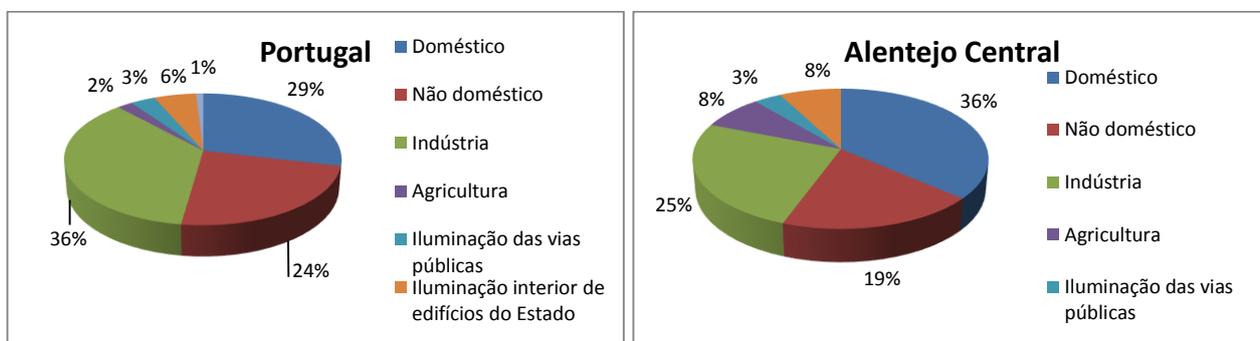
A **área ambiental** é uma área de elevada importância na região Alentejo de uma forma geral e nesta sub-região em particular. Os padrões de qualidade ambiental são elevados e o potencial de aproveitamento dos recursos naturais de forma sustentável é considerável.

Também do ponto de vista turístico, a qualidade ambiental se constitui como uma mais-valia que importa promover. Neste contexto tem havido um esforço considerável por parte das entidades locais

na criação de projetos e iniciativas valorização do património natural como a criação de ecopistas ou de percursos integrados de natureza.

A região, à semelhança do país apresenta elevada dependência dos combustíveis fósseis, apesar do consumo de energias renováveis em Portugal representar 24,6% do total (o dobro da média europeia). A quebra desta dependência deverá assentar por um lado no reforço das medidas de eficiência energética (habitação, transportes e indústria) e na produção energética. E neste contexto, a região apresenta fortes possibilidades de produção e crescimento de **energias renováveis**, nomeadamente solar e biomassa.

Figura 39 – Consumo de energia elétrica (Kwh) segundo o tipo de consumo, 2010



Fonte: Anuário Estatístico da Região Alentejo, 2011

Este potencial de aproveitamento está no entanto ainda muito condicionado por opções estratégicas nacionais (quotas de produção reduzidas; carga fiscal elevada sobre as renováveis; localização dos investimentos, etc.) e por limitações técnicas (de ligação das unidades de produção à rede elétrica ou pontos/redes de consumo, por exemplo) que importará superar.

Será igualmente importante fazer um levantamento detalhado do potencial energético de cada município com vista à concretização de medidas concretas e ao apoio à decisão relativamente à possibilidade de criação de unidades de produção energética, de carácter local ou intermunicipal.

3.2. ANÁLISE DE STAKEHOLDERS

O sucesso da EIDT-AC assentará na consolidação de parcerias no espaço regional e sub-regional, que será desejável mobilizar na fase de concretização, apelando às competências específicas, à capacidade de intervenção e à disponibilidade para cooperar, de um conjunto abrangente de instituições.

Como os trabalhos de terreno evidenciaram, desde a fase inicial do diagnóstico, e como também é visível pela existência de alguns processos de cooperação no espaço regional que já estão em curso e que agora se pretendem aprofundar, as diversas áreas de atuação em que se traduzem as estratégias europeia, nacional, regional, e também esta EIDT-AC estão cobertas pela intervenção no terreno de

diversas instituições públicas e privadas. Destas, há um número significativo que são, aliás, a tradução concreta de parcerias, de natureza temática ou global, entre outros agentes do Alentejo Central, incluindo os municípios.

Situando-nos no âmbito específico da presente estratégia, o primeiro sinal no sentido da cooperação entre detentores de interesses na região é a própria construção da estratégia: a CIMAC assumiu a centralidade no processo, mas fê-lo em estreita colaboração com a **ADRAL – Agência de Desenvolvimento Regional do Alentejo**, que partilha a responsabilidade pelas opções estratégicas e pela criação de condições para a sua implementação. A ADRAL, que congrega na composição do seu capital social as principais entidades que, no espaço regional, operam no domínio do desenvolvimento territorial, social e económico, tem como objeto estatutário “a promoção do desenvolvimento regional do Alentejo e o fortalecimento da sua base económica e produtiva, em cooperação com os demais agentes e entidades da região, do país ou de outros países, nomeadamente dos que integram a União Europeia, cuja atividade concorra para o mesmo fim”. É, portanto, um parceiro com competências e missão absolutamente alinhadas com este processo de planeamento e desenvolvimento, incorporando ainda a perspetiva da escala alargada de integração do Alentejo Central em espaços mais alargados.

Ainda com este foco na escala e nos diversos níveis de decisão política e institucional, importa realçar a articulação necessária com a **CCDRA - Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo**, a quem compete a dinamização da estratégia regional Alentejo 2020 e a articulação de atores regionais, de níveis da administração pública, de domínios de intervenção setorial e de instrumentos de política e financiamento. Como vimos atrás, e veremos no capítulo sobre o modelo de governação da EIDT-AC, a CCDRA é um *stakeholder* regional incontornável neste processo.

Se as duas instituições citadas têm uma perspetiva multi-escala e multi-setorial, permitindo enquadrar de forma coerente o posicionamento do Alentejo Central em espaços alargados, há ainda que referir os atores de escala sub-regional e aqueles que detêm competências ou interesses de natureza setorial.

No primeiro caso é evidente que a CIMAC assenta a legitimidade da sua ação nos próprios **municípios** que a integram e que, em grande medida, serão responsáveis pela implementação das ações materiais ou imateriais que concretizarão a estratégia de desenvolvimento.

No segundo caso podemos referir algumas das entidades que, dando continuidade a um processo que vem do passado e se tem consolidado, emergem como agentes centrais em alguns domínios de intervenção e que serão indispensáveis para a fase de intervenção. Numa leitura de âmbito temático, referem-se as seguintes:

- Desenvolvimento sociocultural: Fundação Eugénio de Almeida, Centro Distrital de Évora da Segurança Social; Direção Regional de Cultura; Administração Regional de Saúde. Outros *stakeholders* a envolver: Cruz Vermelha Portuguesa – Núcleo de Évora e Santa Casa da Misericórdia (diversas instituições concelhias).
- Competitividade económica e inovação: Universidade de Évora, Parque de Ciência e Tecnologia do Alentejo – Sistema Regional de Transferência de Tecnologia; Turismo do Alentejo e do Ribatejo, ERT; Associações empresariais: NERE - Núcleo Empresarial da Região

do Alentejo, ANJE-NE - Associação Nacional Jovens Empresários – Núcleo de Évora e ACDE - Associação Comercial do Distrito de Évora. IAPMEI - Centro de Desenvolvimento Empresarial do Alentejo.

- Emprego e qualificações: Centro de Emprego e Formação Profissional de Évora e respetivos Serviços de Emprego; Direção Regional de Educação.
- Desenvolvimento rural e local: Monte – Desenvolvimento do Alentejo Central ACE, LEADERSOR - Associação para o Desenvolvimento Rural Integrado do Sôr, Rota do Guadiana – Associação de Desenvolvimento Integrado, Terras Dentro - Associação para o Desenvolvimento Integrado, Associação Transfronteiriça dos Municípios das Terras do Grande Lago Alqueva.
- Território e ambiente: ARECBA - Agência Regional de Energia do Centro e Baixo Alentejo, EDIA - Empresa de Desenvolvimento e Infraestruturas do Alqueva SA, GESAMB - Gestão Ambiental e de Resíduos, EIM.

3.3. SÍNTESE DO DIAGNÓSTICO SUB-REGIONAL

Nesta secção faz-se uma síntese do diagnóstico da sub-região do Alentejo Central, englobando uma análise dos principais pontos fortes e fracos, com identificação das principais tendências estruturantes e desafios que se colocam a este território.

A natureza dos problemas e dos desafios evidencia a necessidade de aprofundar as articulações interinstitucionais que referimos atrás e que serão mais evidentes no desenho da própria estratégia e seu modelo de governação.

SÍNTESE DE DIAGNÓSTICO - POPULAÇÃO E RECURSOS HUMANOS

PONTOS FRACOS	PONTOS FORTES
<ul style="list-style-type: none"> ⤵ Duplo envelhecimento demográfico associado a saldos migratórios negativos e fenómenos de desertificação do território e isolamento populacional ⤵ Baixa capacidade para atrair população jovem e qualificada ⤵ Elevadas taxas de desemprego estrutural com particular incidência nas mulheres e na população com 35 e mais anos ⤵ Desarticulação entre a qualificação da mão-de-obra e o mercado de emprego sub-regional, particularmente no que se refere a níveis de formação não avançada. ⤵ Falta de dimensão na geração/retenção de massa crítica ao território. ⤵ Fraco investimento das empresas e dos ativos (empregados e desempregados) na aprendizagem ao longo da vida 	<ul style="list-style-type: none"> ⤴ Relativa dinâmica de crescimento populacional em alguns centros urbanos (Évora, Vendas Novas e Viana do Alentejo), nomeadamente, associados a dinâmicas de investimento empresarial com expressão regional significativa ⤴ Alguma dinâmica de crescimento em freguesias rurais previsivelmente associado a fenómenos de valorização do meio rural ⤴ O conjunto de amenidades territoriais e urbanas constitui um quadro potencial de atração de novos residentes ⤴ A rede de instituições sociais garante uma cobertura geral do território da sub-região a necessidades específicas da população, ⤴ Existência de Polos de Formação e Qualificação avançada no território. ⤴ Aumento do número de alunos em cursos profissionais, decorrente de uma maior oferta formativa regional
TENDÊNCIAS COM (POTENCIAIS) EFEITOS ESTRUTURANTES	
<ul style="list-style-type: none"> ☑ Persistência do fenómeno do despovoamento generalizado no quadro sub-regional e regional, ☑ Alteração da perceção sobre a ruralidade no sentido de maior valorização dos modos de produção associados, qualidade de vida e qualidade ambiental ☑ Agravamento do fenómeno de emigração de população jovem qualificada da sub-região. 	
DESAFIOS NO QUADRO DAS POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL	
<ul style="list-style-type: none"> ➔ Desenvolvimento de políticas integradas de apoio a social, no quadro de consolidação de um setor de economia social, explorando o potencial oferecido pela boa cobertura do território quer por instituições de apoio social, quer pelo conjunto de equipamentos sociais já existentes, ➔ Qualificação de infraestruturas (saúde e, lazer e envelhecimento ativo) e alteração dos esquemas de acesso a estas valências, por forma a potenciar a perceção positiva sobre o meio rural. ➔ Reforço da articulação das políticas públicas com dos instrumentos de ordenamento do território com vista à promoção de um povoamento promotor de equidade e racionalidade na ocupação do território, ➔ Desenvolver medidas concretas de incentivo à atração, fixação/retorno de população. 	

SÍNTESE DE DIAGNÓSTICO – COMPETITIVIDADE ECONÓMICA E INOVAÇÃO

PONTOS FRACOS	PONTOS FORTES
<ul style="list-style-type: none"> ⊖ Estrutura empresarial pouco densa e de dimensão micro ⊖ Estrutura empresarial assente em atividades de baixo valor acrescentado e fraca incorporação de inovação e de conhecimento e, por isso, pouco exigente em termos de qualificações e competências tecnológicas ⊖ Baixos níveis de investimento em I&D, na esfera pública e privada e baixos índices de transferência de inovação e tecnologia entre o sistema de produção de conhecimento e o tecido empresarial ⊖ Défice de cultura empreendedora, de cooperação e complementaridade ⊖ Desarticulação entre a qualificação da mão-de-obra e o mercado de emprego sub-regional, particularmente no que se refere a níveis de formação não avançada. ⊖ Falta de dimensão na geração/retenção de massa crítica ao território. 	<ul style="list-style-type: none"> ⊕ Existência de polos de I&D nos domínios das Tecnologias Industriais e da Informação, Tecnologias do Ambiente do Solo e da Água, Biotecnologias e Saúde, Ciências do Património Artístico e Cultural e Ciências Sociais e Empresariais. ⊕ Existência de estruturas de apoio à atividade económica articuladas e com competências reconhecidas e adequadas às necessidades do tecido empresarial (Gades, ADL, ADRAL) ⊕ Posicionamento geográfico da sub-região, no centro do Alentejo, na vizinhança da AML e atravessada pelo eixo Lisboa-Madrid ⊕ Cidade e Universidade de Évora como fatores competitivos de atração empresarial e de projeção externa da sub-região, ⊕ Potencial de consolidação da fileira agrícola agroalimentar associado a produtos agroalimentares de qualidade e marcados por um forte saber-fazer tradicional ⊕ Resultados significativamente positivos, obtidos nos últimos anos, confirmando o elevado potencial regional existente no domínio do desenvolvimento de um forte setor turismo e, também, das energias renováveis ⊕ Boa dotação em infraestruturas de acolhimento empresarial e boa cobertura em redes de fibra ótica
TENDÊNCIAS COM (POTENCIAIS) EFEITOS ESTRUTURANTES	
<ul style="list-style-type: none"> ☑ Existência de polos de I&D nos domínios das Tecnologias Industriais e da Informação, Tecnologias do Ambiente do Solo e da Água, Biotecnologias e Saúde, Ciências do Património Artístico e Cultural e Ciências Sociais e Empresariais. ☑ Produtos agroalimentares de reconhecida qualidade e marcados por um forte saber-fazer tradicional que potenciam a consolidação da fileira agrícola agroalimentar face ao potencial de Alqueva ☑ Significativa qualificação da oferta turística (alojamento, animação e restauração) na sub-região ☑ Incremento da atividade agrícola e agroindustrial e emergência de uma nova geração de empresários com maior nível de formação e com novos modelos de negócios 	
DESAFIOS NO QUADRO DAS POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL	
<ul style="list-style-type: none"> ➔ Promoção de políticas integradas fortes de discriminação positiva dos designados setores estratégicos regionais ➔ Valorização económica das atividades culturais, do património, dos saberes e competências tradicionais 	

- ➔ Exploração numa perspetiva de desenvolvimento económico do posicionamento geográfico da região, nomeadamente, do seu corredor central
- ➔ Promoção a articulação entre o sistema de I, C & T e o tecido produtivo, nomeadamente, através do apoio ao desenvolvimento e consolidação do SRTT
- ➔ Promover a sustentabilidade, dinamização e inovação do tecido produtivo dos espaços rurais

SÍNTESE DE DIAGNÓSTICO – COESÃO SOCIAL E QUALIDADE DE VIDA

PONTOS FRACOS	PONTOS FORTES
<ul style="list-style-type: none"> ⊖ Insuficiente cobertura territorial de equipamentos sociais públicos de apoio à 1ª infância e idosos ⊖ Sub aproveitamento das infra estruturas e equipamentos por falta de condições de acesso/utilização ⊖ Elevadas taxas de abandono escolar sobretudo entre a população masculina ⊖ Amplitude do fenómeno de isolamento geográfico e falta de condições de mobilidade, nomeadamente, dos estratos etários mais velhos, ⊖ Fragilidade dos sistemas de mobilidades intrarregional (urbano-rural) 	<ul style="list-style-type: none"> ⊕ Elevados padrões de qualidade ambiental em espaço rural e urbano ⊕ Existência de património natural e edificado de relevância e razoavelmente cuidado e protegido ⊕ Cobertura equilibrada no território dos estabelecimentos públicos de saúde e ensino ⊕ Qualificação do parque escolar do ensino básico ⊕ Cobertura do território por instituições da economia social
TENDÊNCIAS COM (POTENCIAIS) EFEITOS ESTRUTURANTES	
<ul style="list-style-type: none"> ☑ Desestruturação das redes informais de apoio familiar e de vizinhança com conseqüente perda de coesão social ☑ Crescente valorização dos elementos da identidade cultural associada à região ☑ Recuperação de práticas de cooperação locais que potenciam a utilização dos recursos e partilha de conhecimento 	
DESAFIOS NO QUADRO DAS POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL	
<ul style="list-style-type: none"> ➔ Criação/manutenção das amenidades que favorecem a qualidade de vida com enfoque para o envelhecimento ativo e inclusão ➔ Fortalecer os fenómenos de cooperação local enquanto fatores de criação de coesão e desenvolvimento ➔ Potenciar a cooperação intermunicipal ao nível do planeamento e gestão do território ➔ Definir estratégias de dinamização, modernização e articulação do parque de equipamentos de proximidade existentes (valorizar o que existe) ➔ Promover a articulação estratégica e operacional das instituições da economia social. 	

SÍNTESE DE DIAGNÓSTICO – MODELO TERRITORIAL E AMBIENTE

PONTOS FRACOS	PONTOS FORTES
<ul style="list-style-type: none"> ⊖ Estrutura débil em termos da cobertura da rede de transportes coletivos pública e privada; ⊖ Fraca rede ferroviária de mercadorias e passageiros ⊖ Predominância de lugares de pequena dimensão e isolados distantes das sedes concelho ⊖ Investimentos pendentes na rede viária principal IC33 e conclusão do IP2 ⊖ Baixa qualificação das Zonas Industriais ⊖ Alterações no modelo de ocupação e exploração do montado ⊖ Forte degradação das redes de abastecimento de água. 	<ul style="list-style-type: none"> ⊕ Excelentes coberturas de infraestruturas de abastecimento de água saneamento básico e de valorização e tratamento e tratamento de RSU, ainda que com perdas significativas na rede de distribuição em baixa. ⊕ Boa ligação viária a AM Lisboa/Litoral e Espanha ⊕ Elevado potencial de aproveitamento sustentável dos recursos naturais ⊕ Cobertura da sub-região (e da região) por uma rede de IGT que permitem um enquadramento estratégico dos investimentos públicos, nomeadamente, em domínios importantes da estratégia Europa 2020, ⊕ Cidade de Évora como polo económico, de prestação de serviços públicos, como centro universitário, como cidade património classificado,
TENDÊNCIAS COM (POTENCIAIS) EFEITOS ESTRUTURANTES	
<ul style="list-style-type: none"> ☑ Alteração significativa do padrão de povoamento nas zonas rurais com o acentuar do despovoamento dos pequenos aglomerados rurais que perdem /deslocalizam funções. ☑ Especialização funcional crescente de Évora nos domínios do património, cultura, turismo e nalguns setores emergentes da indústria ☑ Tendência de diminuição abrupta de novas construções e valorização da reabilitação urbana ☑ Melhoria bastante significativa da qualidade do meio hídrico fruto, nomeadamente, da ampliação das redes de tratamento de águas residuais urbanas ☑ Alteração do padrão de ocupação do espaço rural, nomeadamente, pelo efeito da ampliação das áreas de regadio 	
DESAFIOS NO QUADRO DAS POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL	
<ul style="list-style-type: none"> ➔ Implementar um modelo de desenvolvimento económico que simultaneamente valorize e preserve os ativos territoriais da sub-região/região ➔ Reforçar a associação de políticas de qualificação urbana com o desenvolvimento económico e centralidade económica dos centros urbanos ➔ Promover no quadro de políticas de desenvolvimento urbanos a adaptação às alterações climáticas em meio urbano bem como o uso eficiente dos recursos naturais ➔ Definir uma estratégia de gestão das dinâmicas de povoamento e de sustentabilidade para os territórios de baixa densidade 	

- ➔ Potenciar/criar estruturas de excelência ao nível da produção de conhecimento e investigação na área da cultura e património (investigação, sistemas de fruição, programação em rede....)
- ➔ Reequacionamento do sistema de mobilidade intrarregional por forma a garantir equidade no acesso a serviços e equipamentos de apoio às populações

4. A ESTRATÉGIA INTEGRADA DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL ALENTEJO CENTRAL 2020

4.1. MISSÃO, VISÃO E POSICIONAMENTO ESTRATÉGICO

A estratégia de desenvolvimento da sub-região Alentejo Central que se pretende prosseguir no âmbito do período de programação 2014-2020 tem como elemento referencial de base uma perspetiva de desenvolvimento integrado da região Alentejo fundada em três dimensões complementares:

- **Coesão e solidariedade territorial** garantindo a todas as sub-regiões adequados níveis de desenvolvimento económico e social.
- **Coesão social**, garantindo, à escala regional elevados padrões de bem-estar, de qualificação e emprego.
- **Sustentabilidade ambiental**, garantindo elevados níveis de preservação ambiental da região, do seu património natural e paisagístico.

A estratégia de desenvolvimento do Alentejo Central para o período 2014-2020 valoriza um conjunto de dinâmicas de transformação da base económica da sub-região quer através da redinamização do tecido produtivo no setor agroflorestal e da consolidação e qualificação das atividades turísticas, assentes na valorização e promoção de vários produtos turísticos ligados ao património natural e paisagístico e histórico-cultural, quer através da localização de novos investimentos e empresas em setores emergentes (nomeadamente, nos casos das TICE e da aeronáutica) que beneficiam de diversos fatores de atração que a sub-região concentra – fatores de inserção territorial e posicionamento geoestratégico, preferencialmente no eixo urbano do “corredor azul”, e fatores no domínio das competências de conhecimento e desenvolvimento tecnológico instaladas, nomeadamente, associados à Universidade de Évora. Tais dinâmicas perspetivam alterações significativas, não apenas na base económica e na organização territorial interna do Alentejo Central, mas também no modo como esta sub-região se insere e articula com os sistemas, económico e territorial, da região do Alentejo e de outros espaços de escala suprarregional.

Missão

Neste sentido, a **missão para o Alentejo Central 2020**, no quadro dos desafios e objetivos da Europa 2020, do Portugal 2020 e do Plano de Ação Regional do Alentejo 2020, passa por **robustecer os fatores estratégicos de competitividade regional e do emprego, através da qualificação dos sistemas regionais de I&D&I e de Transferência de Tecnologia, por estruturar o sistema urbano regional, assente no modelo urbano policêntrico existente, e por contribuir, através de serviços de ecossistema, para a balança nacional de carbono e a contenção do processo de desertificação que ameaça a Europa meridional.**

Visão

De uma forma articulada com esta missão, a **visão para o Alentejo Central**, no horizonte de 2020, traduz-se num **espaço sub-regional ecologicamente sustentável, socialmente equilibrado, com centralidade afirmada no contexto regional, fundamentada numa posição geoestratégica relevante, quer no sistema urbano nacional, quer no espaço de conexões entre a AML e a Extremadura espanhola, e com uma economia crescentemente baseada no conhecimento, na cultura e no ambiente.**

Posicionamento

No quadro da missão e da visão do Alentejo Central anteriormente enunciadas, a estratégia de desenvolvimento territorial para o período 2014-2020 formula os seguintes **cinco desígnios**, que configuram o **posicionamento** desta sub-região:

1. A projeção do Alentejo Central como plataforma territorial fundamental ao desenvolvimento e competitividade económica da região do Alentejo.

O Alentejo Central detém atualmente um conjunto de fatores que lhe configuram vantagens comparativas em termos de atração de investimento e empresarial. Incluem-se dentro desses fatores:

- o seu posicionamento geoestratégico, no eixo Lisboa – Madrid e a sua proximidade à Área Metropolitana de Lisboa;
- as acessibilidades rodo e ferroviárias existentes ou que se perspetivam;
- a localização de estruturas relevantes associadas ao sistema científico e tecnológico de base regional, designadamente, o principal centro de ensino superior da região, a Universidade de Évora e o Parque de Ciência e Tecnologia do Alentejo, que cumprem um papel central no desenvolvimento do Sistema Regional de Transferência de Tecnologias e na sua dinâmica de produção científica e tecnológica;
- a concentração na cidade de Évora, principal núcleo urbano do sistema urbano regional, de recursos humanos qualificados, de serviços desconcentrados da administração central, de uma rede de serviços às empresas e à população e de um tecido institucional relativamente denso;
- a crescente densidade de um tecido empresarial que combina, de forma virtuosa, atividades produtivas tradicionais e emergentes que, por um lado, exploram sustentadamente os recursos endógenos e, por outro lado, integram alguns sectores tecnologicamente avançados.

A concretização do desígnio de esta sub-região se assumir como plataforma territorial regional para a competitividade económica e a inovação passa pela crescente articulação desses fatores, pela capacidade no exercício da sua *governance*, bem como, pelo seu reconhecimento externo, quer a nível

regional, quer nacional e internacional. Torna-se deste modo essencial uma aposta dos agentes económicos e institucionais na ampliação, diversificação e qualificação da estrutura produtiva sub-regional, designadamente, tendo em conta as dinâmicas e dimensões de especialização formuladas no quadro da Estratégia Regional de Especialização Inteligente (RIS3), desenhada para o período 2014-2020. Esta Estratégia propõe-se apostar no aproveitamento do potencial científico e tecnológico da região, elegendo como elemento motor da sua valorização a procura empresarial inserida num processo de construção de ecossistemas de inovação e de produção distintivos do Alentejo.

Relativamente ao Alentejo Central, revelam-se de especial interesse estratégico e potencial os diversos domínios de especialização inscritos na RIS3 para a região:

- (i) o domínio da Alimentação e da Floresta, com destaque para a cadeia agroindustrial e alimentar, ancorada quer no potencial do EFMA, quer noutras produções regionais, como é o caso dos setores da olivicultura e da vitivinicultura, e para a cadeia de valor associada ao sistema agro-silvo-pastoril do Montado, que integra a produção de cortiça, a pecuária extensiva (caprinos, bovinos e ovinos), a que estão associadas atividades tradicionais agroalimentares, bem como outras produções complementares (mel, cogumelos, ervas aromáticas, caça, etc.);
- (ii) o domínio dos Recursos Minerais, Tecnologias e Ambiente, com destaque para o *cluster* das rochas ornamentais (principalmente das mármore), baseado na inovação ao nível dos processos e dos produtos (inclusão de design) e para o ambiente e ecossistemas naturais, na múltipla perspetiva da preservação do património natural, da promoção de serviços de ecossistema e da valorização de determinados produtos e mercados turísticos;
- (iii) o domínio do Património, Industrias Culturais e Criativas e Serviços de Turismo, que integra uma extensa gama de atividades baseadas num vasto e reconhecido património cultural, edificado e imaterial, de que sobressaem algumas componentes reconhecidas internacionalmente - o centro histórico de Évora inscrito na Lista do Património da Humanidade e o Cante, reconhecido Património Imaterial da Humanidade, e que são suporte do crescimento sustentado dos setores económicos artísticos e culturais, das indústrias criativas de base-cultural e do turismo;
- (iv) o domínio da Economia Verde, da Energia e da Mobilidade Inteligente, um conjunto de atividades emergentes, baseadas em tecnologia e em inovação, em setores como a aeronáutica, as TICE ou o setor energético, incluindo as energias renováveis; e por fim
- (v) o domínio das Tecnologias e Serviços Especializados da Economia Social, com destaque para a dimensão da inovação social e dos serviços de proximidades, nomeadamente com recurso às TIC.

A estrutura produtiva sub-regional deverá ser estimulada por processos de desenvolvimento empresarial, nomeadamente, ao nível de micro, pequenas e médias empresas, que assentem preferencialmente em projetos de inovação, de eficiência energética, de modernização dos processos produtivos e das organizações, na cooperação e colaboração empresarial e das empresas com os principais agentes do SRTT e na internacionalização (incluindo a aposta em bens transacionáveis).

De modo complementar, a estratégia de atratividade empresarial sub-regional, incluindo a atração de novo investimento e de pessoas qualificadas, associada ao desígnio da sua afirmação como plataforma territorial para o desenvolvimento económico do Alentejo, deverá mobilizar um conjunto de ativos territoriais de qualidade e excelência disponíveis, em que se destacam, o capital cultural e simbólico associado ao seu património e as amenidades naturais e urbanas associadas à rede de centros urbanos principais.

O reforço da competitividade da economia local, mobilizando instrumentos ao nível das políticas ativas de emprego e da melhoria das condições de funcionamento do mercado da formação torna-se, igualmente, uma importante dimensão quer no quadro regional de promoção da competitividade e internacionalização, quer em termos da estratégia regional de especialização inteligente. Nesse sentido, torna-se fundamental assegurar um ajustamento das ofertas formativas aos desafios alicerçados nas apostas regionais de especialização produtiva e de diferenciação no mercado, nacional e internacional.

2. O desenvolvimento e qualificação de estruturas territoriais urbanas numa perspetiva de reforço das condições de dinamização económica e de coesão e sustentabilidade territorial e social da sub-região

A estrutura urbana do Alentejo Central afirma-se no quadro regional pelo seu posicionamento central no território da região, pela relevância da cidade de Évora na sua condição de cidade patrimonial, económica, administrativa e universitária, bem como pelo atravessamento da sub-região pelo corredor urbano, industrial e logístico que liga a Área Metropolitana de Lisboa ao território espanhol, com uma extensão privilegiada ao resto da Europa. Este conjunto de elementos da estrutura urbana sub-regional constitui uma componente forte na afirmação do potencial de competitividade territorial que o Alentejo Central deve preservar e valorizar na sua estratégia de desenvolvimento territorial integrada. Nesse sentido, impõe-se a promoção de um conjunto integrado de intervenções ao nível: do incremento e qualificação da atratividade económica, logística e dos serviços; da qualificação urbana, a nível da estrutura e morfologia urbanas, da reabilitação e valorização do património urbanístico e edificado, da oferta de equipamentos e serviços à população; da qualidade de vida e desenvolvimento social; e da identidade e valorização cultural.

O Alentejo Central dispõe, para além de Évora, de um significativo número de Centros Urbanos Estruturantes regionais - Vendas Novas, Montemor-o-Novo, Estremoz e Reguengos de Monsaraz, que acolhem polos de desenvolvimento empresarial e logístico associados a setores estratégicos da base económica regional, nomeadamente, setores do automóvel, mármore e agroalimentar. Neste sentido estes aglomerados constituem estruturas urbanas fundamentais para a afirmação, no espaço sub-regional, de uma perspetiva de desenvolvimento territorial policêntrico. O eixo urbano-industrial dos mármore, envolvendo os centros urbanos de Estremoz, Borba e Vila Viçosa, constitui um espaço estratégico do desenvolvimento territorial do Alentejo Central, associado à sua especialização produtiva e articulação territorial e aos problemas de gestão ambiental emergentes.

As restantes sedes de municípios, sustentadas por dinâmicas económicas apoiadas na exploração de ativos associados ao espaço rural, incluindo a valorização do património histórico, cultural, paisagístico

e ambiental, o desenvolvimento de setores específicos agroalimentares e a promoção de serviços e atividades turísticas, constituem um outro nível da estrutura territorial urbana da sub-região que importa qualificar e preservar no sentido da coesão e sustentabilidade económica e social, designadamente, no contexto dos territórios de muito baixa densidade.

O reforço e qualificação do sistema urbano sub-regional e das diferentes estruturas urbanas que o organizam constituem para o Alentejo Central, e certamente à semelhança do que se passa na restante região, um desígnio fundamental na perspetiva da promoção de um desenvolvimento territorial equilibrado, socialmente equitativo e ambientalmente sustentável. Trata-se de um desígnio particularmente relevante na perspetiva da criação de condições locais que contrariem, ou pelo menos abrandem, o processo de despovoamento que tem persistido na última década, e que se traduz numa diminuição da população na generalidade dos municípios do Alentejo Central (na última década apenas Évora e Vendas Novas não registam quebras demográficas).

Para além disso, assume particular relevância na prossecução deste desígnio o aumento dos níveis de *governance* sub-regional, incluindo os contributos para uma melhor articulação de competências a nível municipal.

A concretização do desígnio do desenvolvimento e qualificação das estruturas urbanas sub-regionais para a competitividade e coesão territoriais passa, igualmente, pelo estabelecimento de abordagens de desenvolvimento urbano, inseridas em instrumentos de gestão territorial ou noutros instrumentos de política territorial desenvolvidos para o efeito – particularmente nos casos das Ações Integradas de Desenvolvimento Urbano Sustentável (AIDUS), exclusivamente nos centros urbanos estruturantes (Évora, Montemor-o-Novo, Vendas Novas, Estremoz e Reguengos de Monsaraz), e em articulação com os instrumentos de Desenvolvimento Local de Base Comunitária (DLBC) em contexto urbano e em contexto rural.

As estratégias de desenvolvimento comunitário em parceria, e em contexto urbano, assumem especial relevância na estruturação de uma rede de centros urbanos intermédios e em zonas de mais baixa densidade populacional, numa dupla perspetiva, da revitalização económica e social dos espaços rurais, envolventes e de proximidade, e da garantia de condições de sustentabilidade ambiental.

Entre os domínios prioritários de intervenção que se devem inscrever no âmbito dos instrumentos de desenvolvimento urbano, salientam-se:

- i) a promoção de estratégias de desenvolvimento urbano sustentável, incluindo nas perspetivas de transição para uma economia de baixo teor de carbono (apostando para tal, designadamente, em soluções de diversificação e maior eficiência energética, ao nível dos transportes públicos e em soluções de mobilidade sustentável, com baixa emissão de carbono) e de qualificação, revitalização e regeneração urbanas (incluindo centros urbanos ou históricos degradados e áreas urbanas não consolidadas, bem como recuperação de ativos urbanos, como sejam antigas unidades industriais obsoletas);
- ii) a promoção de estratégias de inclusão e integração de grupos socialmente desfavorecidos, abrangendo intervenções integradas a nível de estruturas físicas, económicas e sociais associadas a comunidades inseridas no espaço urbano.

Tais intervenções orientadas para determinados contextos urbanos de exclusão ou degradação das condições sociais e de emprego, apelam, por seu lado, à necessidade adicional de mobilizar políticas ativas de emprego que contribuam para a melhoria da competitividade económica local.

3. A preservação das características distintivas do património paisagístico e natural da sub-região.

A preservação do património ambiental e paisagístico, no que diz respeito às suas características distintivas, constitui um garante das condições de proteção da biodiversidade e de equilíbrio dos ecossistemas num quadro de utilização sustentável de recursos naturais, com particular importância no atual cenário de alterações climáticas, que no Alentejo tem como principal ameaça a desertificação (agravada pela escassez de água, o empobrecimento dos solos e a sobre-exploração florestal).

Particularmente relevante no quadro deste desígnio inscreve-se a prioridade regional de promoção das condições de sustentabilidade do sistema multifuncional do montado o qual, particularmente no território da sub-região, assume uma importância (em termos de área ocupada e das atividades associadas) e um valor cultural, ambiental (elevada biodiversidade e refúgio de algumas espécies ameaçadas) e económico muito significativo, possuindo características específicas e singulares que o tornam uma “paisagem cultural” com forte cariz identitária e interesse universal.

O processo em curso, na região do Alentejo (coordenado pela Entidade Regional de Turismo do Alentejo), de preparação de uma candidatura da “paisagem cultural” do montado à inscrição na Lista do Património da Humanidade constitui assim uma oportunidade de intervenção integrada neste sistema agro-silvo-pastoril, traduzindo-se em benefício da sua sustentação económico-social e da competitividade económica local – através da viabilização de atividades económicas associadas aos diferentes setores da cadeia de valor, incluindo a cortiça, as pastagens extensivas (que abrangem a criação de porco de montanha) e a produção agroalimentar, a produção de mel, ervas aromáticas, cogumelos, etc., algumas delas com potencial de inovação de produto já confirmado; da sustentabilidade ambiental mais geral, considerando os elevados serviços de ecossistema que o montado é capaz de gerar e os seus contributos para contrariar o processo de desertificação do solo. Este sistema, dadas as suas características, permite gerar externalidades positivas em termos ambientais (funcionando como sequestro de carbono, facilitando a infiltração de água das chuvas, permitindo enriquecimento de solos na sua maioria esqueléticos, prevenindo o fogo e garantindo a biodiversidade). Por outro lado, a sua viabilização, dentro do quadro das políticas para as áreas rurais de baixa densidade, pode assumir-se como fator essencial para contrariar ou amenizar a tendência de regressão demográfica.

Relativamente às galerias ripícolas, elas assumem particular importância no equilíbrio dos ecossistemas, funcionando como sistema tampão e proteção das linhas de água e constituindo habitat de variadíssimas espécies, o que faz delas importantes áreas para a conservação.

Importa, por fim, sublinhar o papel que a articulação territorial das competências e das intervenções municipais assume no quadro da prossecução deste desígnio. Salientam-se neste caso as competências municipais nos domínios da eficiência energética, utilização de energias renováveis e

gestão inteligente da energia, da gestão de resíduos, da conservação, proteção e desenvolvimento do património ambiental e paisagístico e da adaptação às alterações climáticas e gestão de riscos.

4. A promoção dos níveis de desenvolvimento e bem-estar social e a criação de um quadro de respostas aos fenómenos de exclusão social

Considerando as características socioculturais específicas da sub-região do Alentejo Central e do seu tecido social, o presente desígnio incorpora duas dimensões estruturantes: o reforço da coesão social, incluindo um especial enfoque nos setores sociais mais vulneráveis e excluídos, recorrendo a instrumentos de intervenção do tipo Desenvolvimento Local de Base Comunitária (DLBC); a qualificação do nível de vida das populações, assegurando melhores respostas no acesso aos serviços sociais e culturais e um acréscimo na participação dos cidadãos em práticas culturais e de lazer.

No caso do instrumento específico do DLBC, que se articula com os objetivos enunciados de estruturação do território, salientam-se os seguintes domínios de intervenção:

- i) a promoção de instrumentos de inclusão ativa, particularmente em domínios de competências, de inovação social, de promoção de parcerias e de mediação intercultural;
- ii) a promoção de condições de apoio à criação de emprego, à integração de desempregados e à promoção de unidades empresariais de micro, pequena e média dimensão; e
- iii) a promoção de condições favoráveis à redução do abandono escolar precoce e à igualdade de acesso a estruturas de ensino de qualidade.

A resolução global dos principais problemas sociais assenta num conjunto de objetivos, de que se destaca a prioridade para as abordagens associadas ao envelhecimento da população e às situações de isolamento da população idosa, acentuadas pela regressão demográfica e pelo relativo abandono das atividades nas zonas de baixa densidade. Para além dos idosos, a aposta na redução dos fenómenos de exclusão social orienta-se para outros grupos de população desfavorecidos e vulneráveis, designadamente, comunidades de imigrantes, ciganos ou grupos de população em situação de pobreza extrema (que se acentuou nos últimos anos).

Outros desafios a que o presente desígnio pretende dar resposta, centram-se nos domínios da inovação social, do robustecimento da economia social e da capacitação e da concertação no seio do tecido social. A presença nesta sub-região de algumas instituições sociais relevantes da região do Alentejo deverá ser capitalizada no sentido de melhorar as condições de inovação no seio de projetos que visam dar resposta aos fenómenos mais prementes de exclusão social. Por outro lado, aposta-se na capacidade das estruturas empresariais e das instituições formação instaladas de contribuir para criar competências e contextos favoráveis ao empreendedorismo social.

A melhoria da acessibilidade a serviços e equipamentos sociais e coletivos constitui outra das componentes essenciais do presente desígnio, considerando as características e as necessidades de adaptação das redes de equipamentos ao padrão de povoamento sub-regional. Esta aposta na

melhoria das condições de acesso da população aos serviços e bens públicos não deverá deixar de procurar uma melhor articulação territorial das competências municipais, favorecendo a disposição em rede dos equipamentos e infraestruturas coletivas, e uma maior eficiência na sua prestação, recorrendo a soluções de cooperação e concertação intersectorial e interinstitucional. As prioridades de articulação intermunicipal colocam-se ao nível dos investimentos em infraestruturas sociais, de ensino e de formação e no quadro da melhoria da acessibilidade e da qualidade dos serviços em setores sociais e da saúde. Serão ainda favorecidas as abordagens em parceria e integradas aos problemas do desenvolvimento social e a capacitação e organização do tecido institucional no domínio social.

Por fim, destaca-se ainda a aposta na melhoria do acesso da população à cultura e à fruição do património, no sentido do desenvolvimento cultural na sub-região. Considerando a grandeza e diversidade dos ativos e recursos culturais e patrimoniais que o Alentejo Central possui, é prioritário valorizar o seu papel e facilitar o seu impacto na qualificação e incremento das práticas culturais da população tendo em vista um aumento da sua qualidade de vida, o reforço da cidadania e da participação e o robustecimento do capital cultural e social.

5. O fomento da capacitação institucional e da cooperação territorial assente no alargamento e reforço das plataformas de colaboração e parceria institucional

Este desígnio apela, por um lado, à manutenção do esforço de modernização administrativa das autarquias locais, nomeadamente, na perspetiva de criação de ambientes mais favoráveis ao investimento e ao acompanhamento das iniciativas empresariais. Para além das oportunidades de reforçar e completar os processos de modernização administrativa e de implementação do *e-government* nas estruturas regionais sediadas na sub-região, mas essencialmente ao nível das estruturas autárquicas, propõe-se uma intervenção sistemática na adaptação das condições organizativas e das competências na administração pública aos desafios colocados pelas metas da estratégia Europa 2020, de um desenvolvimento competitivo, sustentável e inclusivo. A recente e rápida evolução do leque de competências com que os municípios e as suas estruturas associativas se vêm confrontando, nomeadamente na promoção do desenvolvimento económico, da inclusão e coesão social, da promoção e valorização cultural, vai exigir um investimento sistemático e eficaz no que se refere à formação dos seus recursos humanos e à reorganização dos seus serviços. Tal evolução implica investimento igualmente significativo em matéria de atualização e de melhoria dos instrumentos de planeamento, designadamente de base territorial, privilegiando as escalas supra e intermunicipais e sub-regionais.

Por outro lado, é fundamental a capacitação técnica e de gestão das instituições associativas empresariais e das instituições do setor da economia social. A criação de parcerias institucionais robustas dirigidas quer à promoção do desenvolvimento económico, quer à construção de respostas inovadoras aos problemas de desenvolvimento social, constitui um elemento fundamental na prossecução deste desígnio. Os défices acentuados de capital social na sub-região (situação que não é excecional no contexto nacional e regional) exigem intervenções sistemáticas em matéria do desenvolvimento de competências de cooperação, de concertação, de partilha na tomada de decisão,

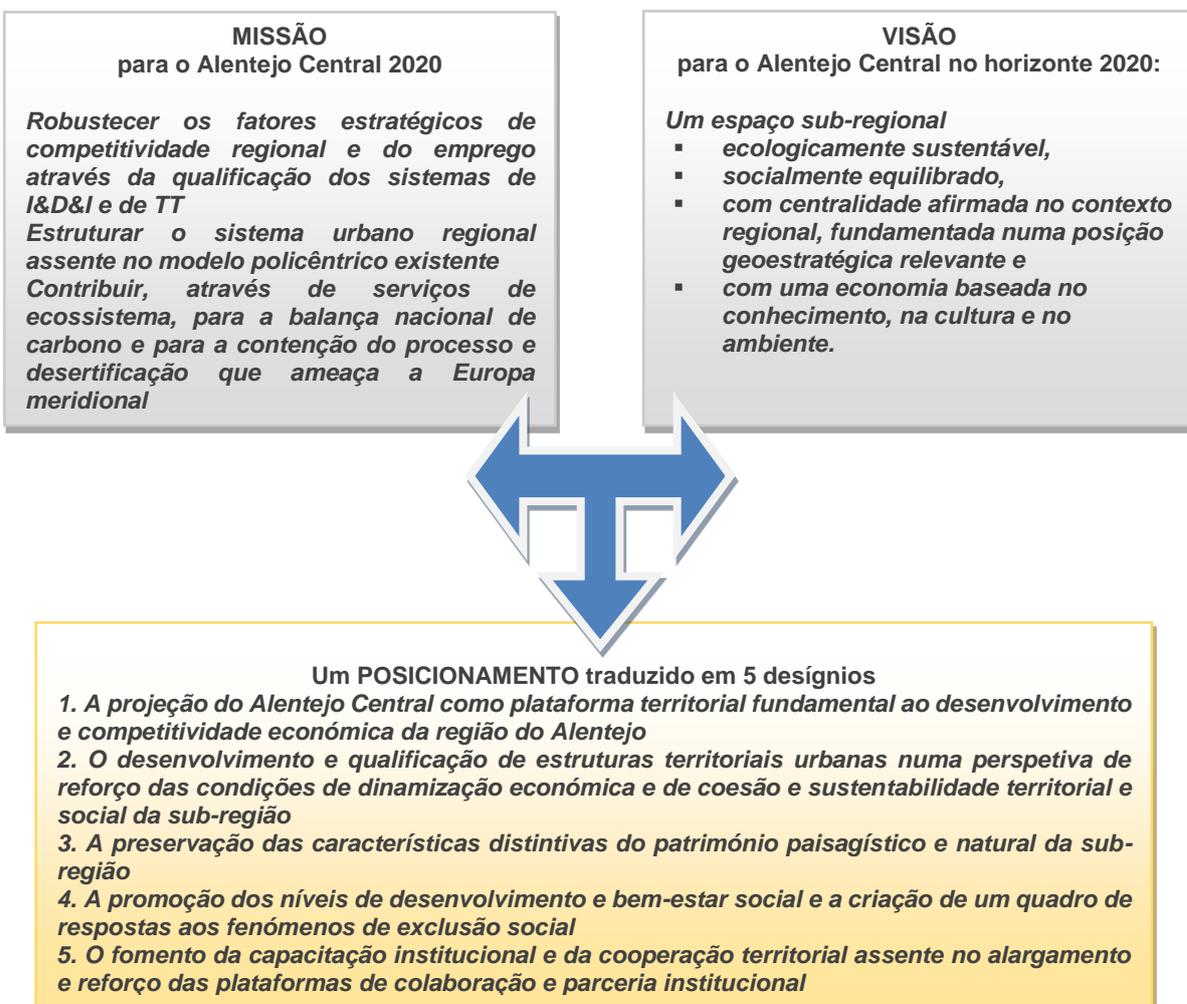
beneficiando contextos de reforço de confiança e de reconhecimento de interesses mútuos, com vista a um robustecimento da *governance*.

Esta mesma aposta em matéria de capacitação técnica e de gestão deverá orientar-se para o domínio da cooperação transfronteiriça e inter-regional, consolidando, por um lado, as ligações deste território com o território de vizinhança fronteiriça (região da Extremadura) e as redes e projetos já em curso e, por outro lado, as competências regionais e locais de inserção em redes inter-regionais com vista à promoção do desenvolvimento e da internacionalização nos domínios económico, social e cultural.

A produção e a disseminação da informação e do conhecimento sobre as novas dinâmicas e desafios de base territorial (nos domínios da demografia, do uso e ocupação do solo, do ambiente e recursos naturais, da reestruturação da base produtiva e nos vários domínios sociais) constituem, no âmbito deste desígnio, áreas de intervenção que devem ser destacadas. Neste campo deve privilegiar-se a melhoria de sistemas de informação e de observatórios de dinâmicas territoriais, em matérias relacionadas com o ambiente, os problemas da desertificação, a organização do território, entre outras, e a melhoria de competências de monitorização e avaliação dessas dinâmicas.

Sublinha-se por último a relevância que as matérias de articulação territorial de competência municipais assumem no quadro deste desígnio, nomeadamente favorecendo a mobilização de instrumentos de aplicação das TIC na administração pública e a promoção de capacidades institucionais e de eficiência na administração.

O diagrama seguinte apresenta uma síntese dos elementos centrais da Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial do Alentejo Central:

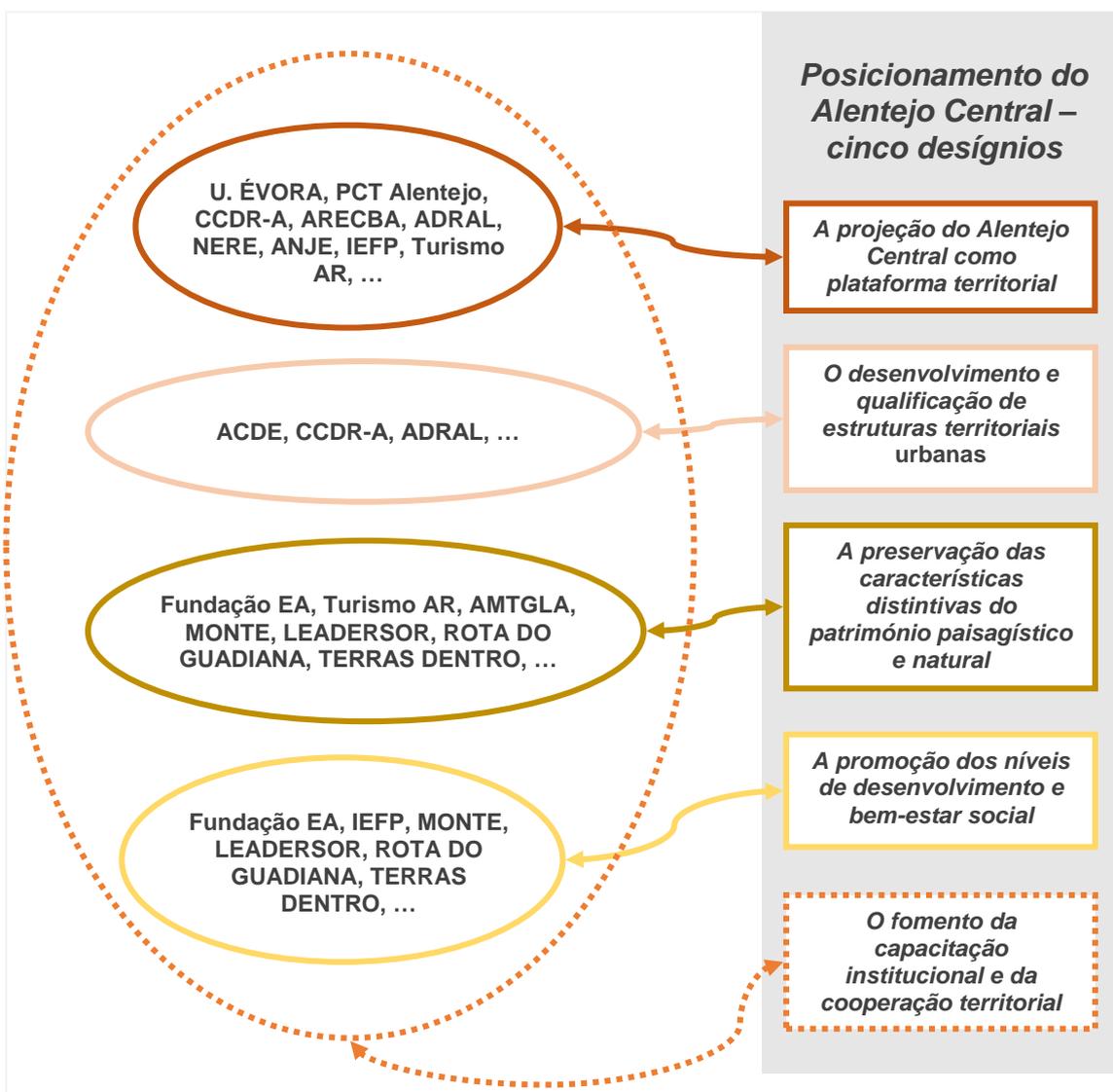


Atores regionais

O prosseguimento dos cinco desígnios projetados, que configuram o posicionamento do Alentejo Central, requer a mobilização dos diferentes atores regionais.

Como vimos já neste documento, estes atores estiveram ativamente envolvidos na preparação da Estratégia, cooperando na elaboração do diagnóstico e contribuindo para a formalização das linhas gerais e específicas de posicionamento estratégico para o Alentejo 2020.

O esquema seguinte procura associar alguns dos atores mais relevantes a cada um dos desígnios, para além da CIMAC e dos municípios do Alentejo Central:



4.2. ESTRUTURAS TERRITORIAIS DE SUPORTE À ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO ALENTEJO CENTRAL 2020

As trajetórias do desenvolvimento do Alentejo têm sido profundamente condicionadas e impulsionadas pelas características naturais da sua base territorial, pela organização do seu sistema urbano e padrão de povoamento e pelo modo da sua inserção territorial em contextos territoriais envolventes. O território no Alentejo, marcado por potencialidades e vocações locais/sub-regionais diferenciadas, é, efetivamente, um elemento estruturalmente decisivo, um fator que, simultaneamente, se afirma como contexto e como suporte ativo de dinâmicas, de visões e estratégias de desenvolvimento regional.

Nesta perspetiva, a estratégia de desenvolvimento do Alentejo Central para o período 2014-2020 tem associada uma visão de modelo de organização territorial assente num conjunto de estruturas

territoriais fundamentais cujas características e interações devem constituir os elementos de referência na prossecução da estratégia desenhada:

Cidade de Évora: a importância estratégica da cidade Évora ultrapassa, inquestionavelmente, os limites da sub-região Alentejo Central evidenciando-se como um Centro Urbano com um potencial de desenvolvimento que é fundamental no contexto do desenvolvimento global da região Alentejo. Évora constitui, de forma destacada, o principal centro urbano regional (designadamente, do Alentejo tradicional) com uma forte capacidade de afirmação e projeção nacional e internacional quer pelas suas características patrimoniais e culturais e pelo seu potencial turístico assente em produtos qualificados e diferenciadores. Évora projeta-se ainda como centro de desenvolvimento científico e tecnológico quer através da sua Universidade, quer ainda pela localização de uma rede de instituições de desenvolvimento e intermediação tecnológica e de inovação empresarial. No quadro da sub-região do Alentejo Central a cidade de Évora constitui uma mais-valia ímpar pela capacidade de atração de recursos, novas atividades e novos residentes, mas também pelo potencial que pode exercer na difusão de efeitos de desenvolvimento nos territórios envolventes e na estruturação de relações com os centros urbanos de menor dimensão, em particular, com as sedes dos municípios. Neste sentido, Évora deve, numa perspetiva de desenvolvimento urbano sustentável, qualificar e reforçar as condições para o exercício e projeção das suas funções como centro económico, patrimonial e cultural, de conhecimento científico e tecnológico e de inovação empresarial.

Corredores urbanos para a competitividade: O Alentejo Central beneficia de um privilegiado posicionamento geoestratégico no quadro de fluxos económicos entre Portugal e Espanha e o Centro da Europa sendo, nomeadamente, atravessado pelo corredor Lisboa – Badajoz o qual é reforçado, no território da sub-região, pelas ligações entre a plataforma portuária e industrial de Sines e Espanha. Este corredor oferece aos centros urbanos que se localizam nas suas imediações reforçadas condições de atratividade empresarial proporcionadas pelos elevados níveis de acessibilidade à Área Metropolitana de Lisboa e ao porto de Sines, a Espanha e ao Centro da Europa. Trata-se, com efeito, de um importantíssimo ativo territorial com um enorme potencial, designadamente, no capítulo do desenvolvimento e consolidação das condições de atração e de acolhimento empresarial. É nesta perspetiva que este corredor central constitui uma infraestrutura estruturante do modelo territorial da estratégia de desenvolvimento do Alentejo Central e, neste sentido, deve ser abordado, numa perspetiva territorialmente integrada, com vista ao reforço das condições de desenvolvimento empresarial e de atração empresarial. Num contexto diferente também o eixo urbano-industrial dos marmores reúne condições territoriais e funcionais que ganham numa abordagem de desenvolvimento urbano integrado daquele conjunto de centros urbanos e centrada na perspetiva da valorização do recurso natural que estrutura o tecido produtivo daquela parcela do território da sub-região.

Rede de centros urbanos sedes de município: as sedes dos municípios traduzem realidades socioeconómicas diferenciadas, na sua dimensão, nas suas dinâmicas socioeconómicas, nas suas vocações potenciais. O Alentejo Central concentra nestes centros urbanos de dimensão intermédia uma parcela significativa da sua população estando aqui localizadas um conjunto de funções, equipamentos e serviços coletivos que garantem condições de bem-estar e de suporte às atividades económicas destes territórios rurais de baixa densidade. De facto, as características do espaço rural da sub-região e o padrão de povoamento que esta apresenta, atribuem a este nível de centros urbanos um papel determinante no exercício de funções que assegurem um desenvolvimento territorial mais equilibrado no território do Alentejo Central, bem como a manutenção do bom desempenho das funções dos espaços rurais na preservação do seu potencial produtivo e ambiental. Assim, os centros

urbanos sedes de município, no quadro da organização do subsistema urbano do Alentejo Central, são considerados na estratégia de desenvolvimento territorial da sub-região como a infraestrutura urbana decisiva na prossecução dos objetivos de coesão e de sustentabilidade territorial e ambiental da sub-região e, neste sentido, devem ser protagonistas de formas de intervenção associativa (em rede) na resposta aos desafios do desenvolvimento territorial que enfrentam.

Redes de centros rurais: no quadro da estratégia de desenvolvimento do Alentejo Central é atribuída uma função muito particular aos centros rurais que vêm afirmando capacidade de manutenção de níveis de vitalidade económica e social ora no contexto de relações com centros urbanos de nível superior, ora no âmbito da mobilização e exploração económica de recursos produtivos e patrimoniais locais, ora ainda na sua utilização por novas procuras e novas utilizações dos espaços rurais. Do ponto de vista demográfico estes centros acolhem uma parcela significativa da população da sub-região e constituem assim uma característica do padrão de povoamento local. A perspetiva de abordagem destas estruturas urbanas deve atender ao processo de regressão demográfica em curso particularmente acentuada nos territórios de muito baixa densidade. A dinamização económica e social destes centros rurais, pelo apoio a atividades agroflorestais e a outras atividades com base na exploração de recursos endógenos, bem como o reforço da sua atratividade residencial é, contudo, fundamental no quadro da preservação das condições naturais e ambientais da sub-região e da sustentabilidade do território e no combate à desertificação. No que se refere à criação de condições de qualidade de vida e de bem-estar social a realidade destes contextos urbanos exige novas abordagens, nomeadamente, na garantia do acesso aos serviços coletivos e na dotação e gestão de equipamentos e infraestruturas. Este é, claramente, um domínio que exige clareza estratégica, por isso, seletividade nas intervenções, persistência das políticas, inovação institucional e mobilização social.

Espaços relevantes para a preservação ambiental, a defesa da biodiversidade e a proteção da paisagem: as características naturais e paisagísticas do território do Alentejo constituem uma mais-valia territorial com uma dimensão estratégica central na qualidade e sustentabilidade das trajetórias de desenvolvimento territorial que se pretendem prosseguir. No quadro da estratégia de desenvolvimento do Alentejo Central são definidos como estruturas territoriais (fundamentais) de suporte os espaços que desempenham funções relevantes na preservação da dinâmica e serviços dos ecossistemas, na proteção da biodiversidade, na conservação dos recursos naturais e preservação dos traços distintivos da paisagem. A garantia de uma utilização sustentável do solo, assim como da defesa e preservação dos recursos hídricos, assumem uma dimensão relevante neste domínio num momento em que se assiste à introdução de novas práticas agroflorestais, nomeadamente, associadas ao alargamento das infraestruturas de regadio, e à ampliação de uma exploração agrícola em regime intensivo. Os sistemas culturais tradicionais, assentes na exploração de sobro e azinho, e explorados em sistema de montado, cobrindo uma vasta área no Alentejo Central, representam um elevado valor ambiental e paisagístico, desempenhando funções vitais no equilíbrio dos ecossistemas. Acresce ainda a importância económica destes sistemas culturais sobre os quais assentam atividades produtivas que organizam a base económica e determinam a especialização produtiva regional. As áreas territoriais que compõem estes espaços relevantes para a preservação ambiental, da biodiversidade e da proteção da paisagem estão sujeitos as várias tutelas administrativas e são palco de intervenções de diferentes atores económicos e sociais. Neste sentido, a abordagem desta mais-valia ambiental no quadro de uma estratégia de desenvolvimento territorial realça a importância dos instrumentos (gerais e setoriais) de planeamento e gestão ambiental e territorial como elementos de concertação e

ajustamentos de políticas e de estabelecimento de regimes de uso do solo coerentes com os objetivos que se pretendem prosseguir.

Rede de infraestruturas e serviços de mobilidade e de acesso a funções e equipamentos sociais: o posicionamento geoestratégico nacional e ibérico do Alentejo Central bem com as alterações na estrutura de povoamento interno da sub-região colocam como elementos críticos da eficácia das políticas de competitividade, de coesão e de sustentabilidade territorial, por um lado, o conjunto de redes de infraestruturas de ligação e de serviços de mobilidade externa à sub-região. Por outro lado, a existência de uma boa rede de infraestruturas de ligação e, fundamentalmente, de uma boa organização de serviços de mobilidade e de acesso que garantam, com elevados níveis de qualidade de serviço, o acesso a bens, equipamentos e serviços coletivos é um fator decisivo da coesão territorial da sub-região consubstanciada numa boa articulação e integração territorial de funções e serviços. Esta questão é particularmente relevante para a sustentabilidade das áreas de baixa densidade. A realidade territorial e social do Alentejo Central exige sobre este domínio abordagens inovadoras, integradas quer do ponto de vista territorial (abordagens de mobilidades no plano supramunicipal), quer do ponto de vista da mobilização articuladas dos vários modos de transporte disponíveis, quer da mobilização articulada das novas soluções tecnológicas e organizativas disponíveis para uma resposta de qualidade.

4.3. INTERVENÇÕES DE ÂMBITO REGIONAL E NACIONAL DE RELEVANTE IMPORTÂNCIA SUB-REGIONAL

A estratégia de intervenção de âmbito sub-regional que o presente quadro de referência estratégico defende tem, contudo, pela sua própria natureza, naturais limites na prossecução dos objetivos estratégicos globais que estabelece. Limites que decorrem da disjunção entre a escala dos problemas estruturais de desenvolvimento que se manifestam na sub-região – problemas locais mas também de escala regional e nacional - e a escala de intervenção a cargo das entidades sub-regionais – instituições de base municipal, intermunicipal e sub-regional. Limites que decorrem também do quadro de atribuições e das capacidades efetivas institucionais e financeiras de atuação das entidades locais e sub-regionais. Limites ainda associados à indisponibilidade de instrumentos de planeamento e de programação de escala sub-regional conjugando, em torno de objetivos de desenvolvimento, investimentos locais com investimentos regionais, nacionais e europeus.

Os limites da intervenção de escala sub-regional agora referidos remetem para a necessidade de garantir, a uma escala superior, condições fundamentais para a prossecução dos objetivos de desenvolvimento sub-regional. São condições necessárias para a eficácia do programa sub-regional mas, também, para a promoção dos efeitos de sinergia das estratégias sub-regionais e, por esta via, a promoção de um desenvolvimento territorial integrado e equilibrado à escala regional.

Neste sentido, identificam-se os seguintes projetos e opções de políticas de desenvolvimento de âmbito regional e nacional com relevância estratégica para o desenvolvimento da sub-região e sua articulação com as regiões vizinhas:

- Projetos de âmbito regional e nacional com relevância estratégica para o Alentejo Central:

- ✓ Programa de investimentos para o desenvolvimento e consolidação das várias componentes do Sistema Regional de Transferência de Tecnologia (Parque de Ciência de Tecnologia do Alentejo, Rede Regional de Transferência de Tecnologia e sistema de incubadoras e de ninhos de empresas),
 - ✓ Programa de investimentos visando a qualificação, na perspetiva da atratividade económica regional, do eixo urbano central do Alentejo (Vendas Novas - Elvas) (pretende-se que se assuma esta intervenção como um intervenção de importância regional),
 - ✓ Construção da linha de caminho-de-ferro de mercadorias Sines-Évora- Espanha,
 - ✓ Ampliação dos perímetros de rega de Alqueva ao território do Alentejo Central,
 - ✓ Construção do IC 33,
 - ✓ Conclusão do IP2,
 - ✓ Construção de variantes rodoviárias aos centros urbanos estruturantes do Alentejo Central: Vendas Novas e Montemor-o-Novo.
- Temáticas que carecem de opções de política de âmbito regional/nacional e que apresentam uma relevância estratégica para o Alentejo Central:
- ✓ **Grandes investimentos empresariais externos** - definir abordagens de âmbito regional fomentando a articulação destes investimentos com o tecido empresarial e as instituições de I&D&I regionais,
 - ✓ **Rede Regional de Áreas de Localização Empresarial e Infraestruturas de Logística Empresarial** – definir opções de organização integrada da rede, níveis de qualificação a atingir e modelos de promoção conjunta,
 - ✓ **Rede Regional de Mobilidade de Passageiros** – definição de uma política integrada de promoção da rede cuja concretização se revela fundamental para a sustentação de uma rede urbana regional e sub-regional,
 - ✓ **Formação e qualificação de Recursos Humanos** – estabelecer um quadro de opções regionais que potenciem de forma integrada o potencial de recursos e de instituições existentes neste domínio,
 - ✓ **Centros urbanos de pequena dimensão** - definição de instrumentos de programação de intervenções integradas visando a qualificação territorial e a dinamização económica de centros rurais de excelência,
 - ✓ **Gestão de Recursos Hídricos** – garantir a concretização dos planos de investimento do Planos de Gestão de Bacia Hidrográfica,
 - ✓ **Valorização e preservação do Sistema de Montado** – garantir, incluindo no quadro das políticas agrícolas e de valorização do património cultural e ambiental, a preservação da qualidade deste sistema atendendo à extraordinária relevância cultural, paisagística, ambiental, social e económica que o mesmo encerra e que apresenta particular evidência no território do Alentejo Central.
- Zonas do Alentejo Central com uma relevância regional que, atendendo ao potencial económico que acolhem, devem beneficiar de uma focalização especial das políticas de

investimento público regional e de apoio ao investimento privado, e, neste sentido, serem alvo de instrumentos de programação de base territorial:

- ✓ **Eixo urbano central** (Vendas Novas – Elvas),
- ✓ Zona dos **Mármoreos** (envolvendo os centros urbanos de Estremoz, Borba e Vila Viçosa),
- ✓ Zona envolvente da albufeira de **Alqueva**.

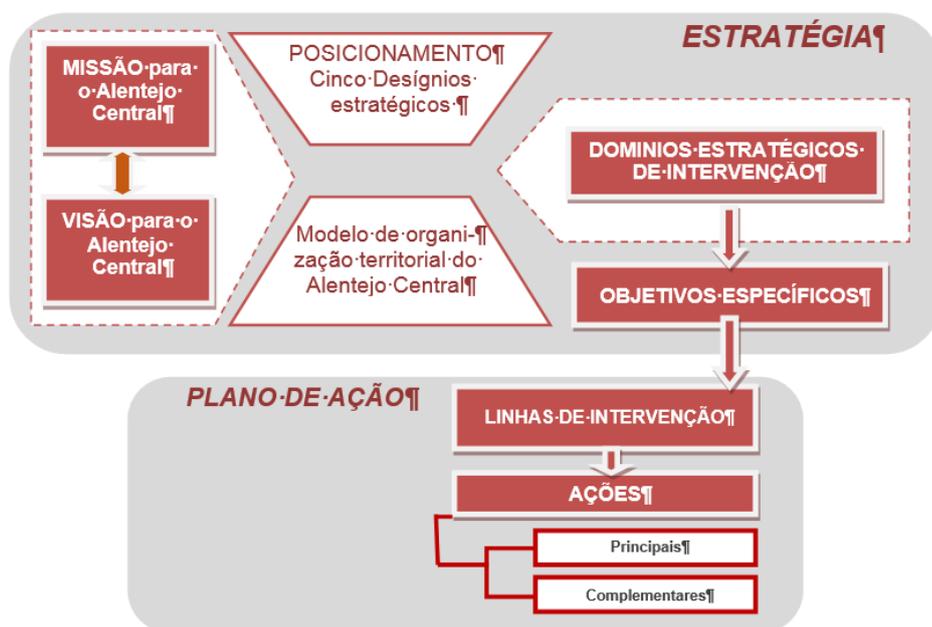
4.4. QUADRO DE ORIENTAÇÃO ESTRATÉGICA ALENTEJO CENTRAL 2020

O quadro de orientação estratégica do Alentejo Central para o período 2014-2020 tem como elementos de referência principais os seguintes:

- Os resultados do diagnóstico da sub-região.
- Os elementos de avaliação intercalar do Plano de Ação Territorial do Alentejo Central 2007-2013.
- Os elementos de avaliação intercalar do Inalentejo.
- Os vários elementos de enquadramento da Estratégia Europa 2020.
- Os elementos disponíveis de enquadramento nacional do processo de construção do Acordo de Parceria.
- O Plano de Ação Regional Alentejo 2020.

Neste contexto, a EIDT Alentejo Central 2020 procura estabelecer, no contexto da sub-região, um enquadramento ajustado ao conjunto de novos desafios de desenvolvimento de base territorial que as atuais orientações das políticas comunitárias colocam aos diferentes níveis de governação territorial, incluindo ao nível local.

O esquema seguinte procura explicitar a estrutura lógica de hierarquia de objetivos que sustentam a estratégia e o plano de ação formulados para a EIDT Alentejo Central 2020.



O quadro de orientação estratégica desenvolve-se partindo de dois elementos de referência principais: os cinco desígnios estabelecidos e os elementos territoriais considerados estruturantes numa perspetiva de desenvolvimento de base territorial da sub-região (que configuram o modelo de organização territorial). Os cinco domínios estratégicos de intervenção formulados, com base na interseção entre desígnios estratégicos e modelo territorial, são declinados num conjunto de objetivos específicos que sustentam uma configuração coerente do Plano de Ação subsequente.

Por seu turno o Plano de Ação desenvolve-se em outros dois níveis de objetivos: as Linhas de Intervenção e as Ações, que neste caso serão classificadas entre principais e complementares, com base em critérios relacionados com o seu maior ou menor contributo para a prossecução dos objetivos específicos.

4.5. PRINCÍPIOS DE BASE PARA A IMPLEMENTAÇÃO DA EIDT ALENTEJO CENTRAL 2020

A elaboração do quadro de referência para a EIDT e o subsequente Plano de Ação pressupõem um conjunto de princípios gerais enquadradores do seu conteúdo e da forma da sua gestão e implementação.

Estes princípios – um conjunto de ideias orientadoras centrais - pretendem estabelecer os diversos compromissos formadores do processo de implementação do próximo plano de ação sub-regional numa perspetiva de garantia de uma adequada eficiência na aplicação dos recursos no próximo período de programação. São os seguintes:

- i. Prioridade à promoção do desenvolvimento económico local e sub-regional,
- ii. Internacionalização e abertura da região, da economia e das instituições,
- iii. Promoção da eficiência coletiva das intervenções: parcerias, articulação, cooperação, redes,...
- iv. Cooperação e articulação territorial (NUTS II e NUTS III, nacional, transfronteiriça e europeia),
- v. Parcerias e redes de natureza estratégica,
- vi. Promoção da consolidação e dinamização das redes de equipamentos existentes,
- vii. Qualificação territorial, preservação e valorização da paisagem e defesa sustentável das potencialidades ambientais regionais,
- viii. Programação integrada,
- ix. Seletividade e focalização estratégica das intervenções,
- x. Dimensão intermunicipal e sub-regional dos projetos (programas),
- xi. Compatibilização com as opções do planeamento e ordenamento do território.

4.6. EIDT ALENTEJO CENTRAL 2020: DOMÍNIOS ESTRATÉGICOS DE INTERVENÇÃO

A EIDT do Alentejo Central para o período 2014-2020 concretiza-se em cinco domínios de intervenção estratégica, abaixo explicitados. A organização do quadro de orientação estratégica da sub-região estabelece uma relação ajustada quer com as opções estratégicas estabelecidas a nível europeu, nomeadamente, no âmbito do Programa Europa 2020, quer com as opções estratégicas definidas pelo governo português para o próximo período de programação, Portugal 2020 – Acordo de Parceria 2014-2020. A definição deste quadro de orientação estratégica atende ainda às opções de desenvolvimento regional entretanto conhecidas e estabelecidas no âmbito do Plano de Ação Regional Alentejo 2020.

Domínio Estratégico de Intervenção A:

COMPETITIVIDADE EMPRESARIAL, EMPREGO E INTERNACIONALIZAÇÃO: apoiar o desenvolvimento e inovação empresarial, promover a valorização económica dos recursos territoriais regionais e reforçar a competitividade da base económica regional,

Domínio Estratégico de Intervenção B:

REFORÇO E CAPACITAÇÃO INSTITUCIONAL: fomentar a capacitação e inteligência institucional e promover uma prática de parceria institucional para o desenvolvimento,

Domínio Estratégico de Intervenção C:

ORGANIZAÇÃO E QUALIFICAÇÃO DO TERRITÓRIO: implementar uma organização territorial eficiente, suporte do desenvolvimento, garante de equidade, fator de sustentabilidade,

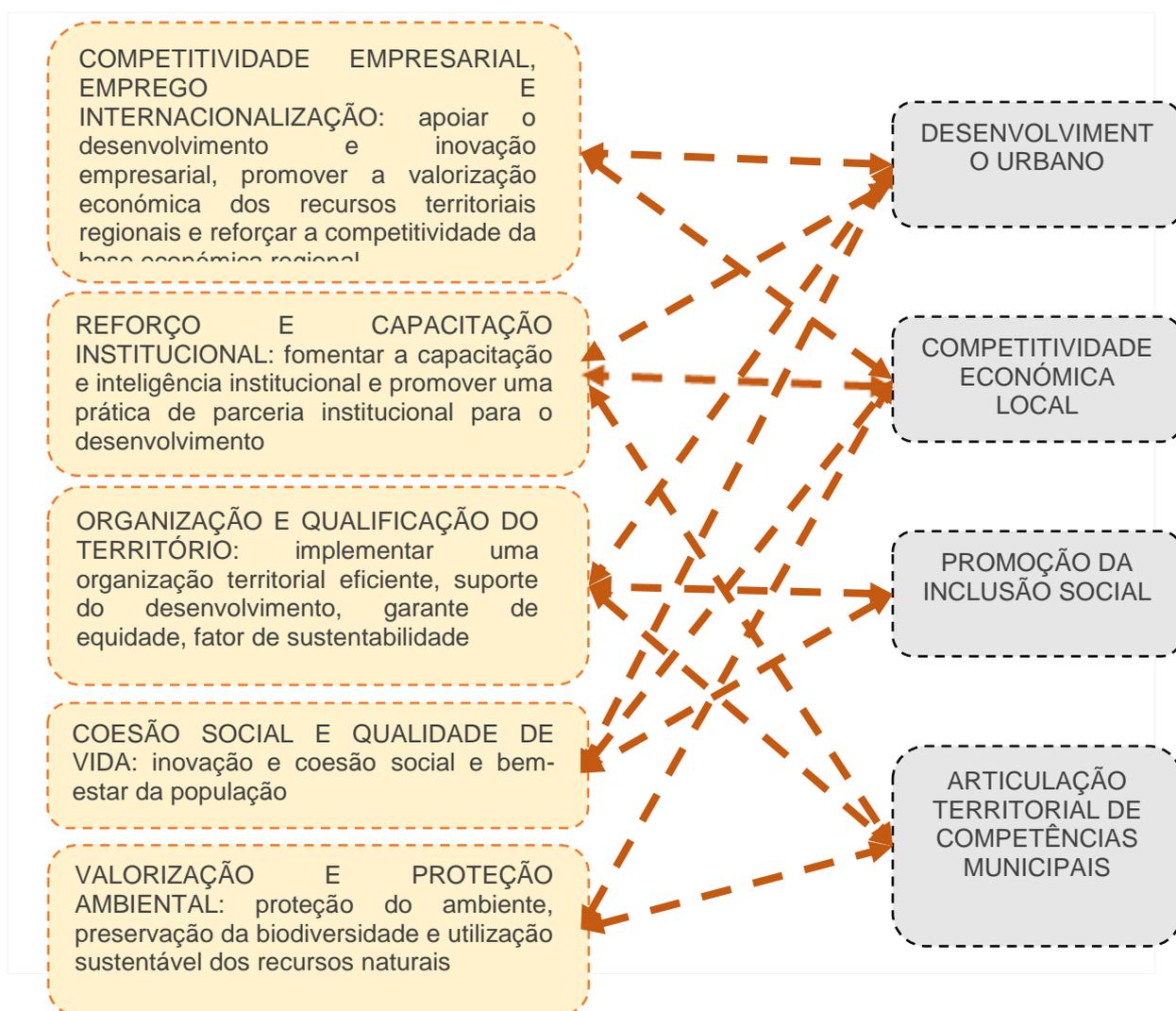
☑ **Domínio Estratégico de Intervenção D:**

COESÃO SOCIAL E QUALIDADE DE VIDA: inovação e coesão social e bem-estar da população,

☑ **Domínio Estratégico de Intervenção E:**

VALORIZAÇÃO E PROTEÇÃO AMBIENTAL: proteção do ambiente, preservação da biodiversidade e utilização sustentável dos recursos naturais.

A figura seguinte ilustra, para além disso, interconexões múltiplas que se estabelecem entre os cinco **domínios de intervenção estratégica** e as quatro áreas temáticas que, em coerência com o quadro estratégico do Portugal 2020, devem fundamentar a EIDT que constitui a base para a contratualização do futuro Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial do Alentejo Central:



4.6.1. Domínio Estratégico de Intervenção A - COMPETITIVIDADE EMPRESARIAL, EMPREGO E INTERNACIONALIZAÇÃO

Este domínio aposta na dinamização de condições de desenvolvimento e inovação empresarial, de atração de investimento externo e sua amarração ao tecido económico regional, de internacionalização e projeção externa das empresas e dos setores regionais, visando a modernização e abertura da base económica regional.

A competitividade económica baseada na inovação, no conhecimento e tendo como referência o mercado global constitui-se assim como um dos pilares de desenvolvimento do Alentejo Central. Numa economia cada vez mais globalizada, a criação e distribuição de riqueza deverá assentar num ambiente empresarial competitivo, diferenciador, inovador, orientado para o desenvolvimento sustentável e aberto ao exterior, capaz de gerar dinâmica interna à Região, mas sobretudo de atrair inovação, ideias, investimento e população qualificada.

Para tanto, importa qualificar empresas e empreendedores, promovendo a eficácia e eficiência dos sistemas de transferência de I&D ao tecido empresarial.

Importa nesse sentido consolidar a massa crítica, proporcionada pela Universidade de Évora em domínios considerados estratégicos para a base económica regional, privilegiando o recém-criado Parque de Ciência e Tecnologia e o Sistema Regional de Transferência de Tecnologia que o enquadra enquanto elementos estruturadores deste processo.

Torna-se ainda fundamental a aposta numa estratégia de consolidação dos setores económicos tradicionais e emergentes, bem como a criação de políticas de atração de investimento e recursos qualificados à sub-região que permitam dinamizar setores no seu perfil de especialização tecnológica, tirando partido da sua posição geoestratégica de proximidade à área metropolitana de Lisboa, ao Algarve e de ligação a Espanha, bem como do potencial logístico que lhe está associado.

Considera-se prioritária, neste domínio, por um lado, a exploração e valorização económica dos recursos endógenos que, fundamentalmente, sustentam a componente tradicional da base económica regional, bem como, por outro lado, a exploração e valorização dos fatores de competitividade regional – fatores naturais, patrimoniais, institucionais (associados, nomeadamente, às instituições regionais de investigação e desenvolvimento) e de localização - de suporte à atração e dinamização de setores emergentes com elevada importância estratégica, nomeadamente, o turismo, as energias renováveis, a eletrónica, o automóvel, e a aeronáutica.

O favorecimento de fileiras produtivas e *clusters* baseados nos produtos endógenos deverá estruturar a promoção e valorização do tecido empresarial da sub-região, que não poderá deixar de ter em linha de conta a atração de investimento em setores emergentes e de forte incorporação de conhecimento e potencial de internacionalização.

O setor agrícola e agroalimentar revela-se, neste sentido, de primordial relevância para o desenvolvimento da sub-região, não apenas porque o território apresenta condições únicas (naturais e de saber fazer) para a produção de produtos de qualidade internacionalmente reconhecida mas porquanto se configura essencial rentabilizar e consolidar os investimentos realizados em termos da

infraestrutura de Alqueva. A promoção da sustentabilidade ambiental deve também ser consolidada com vista à integração das produções em mercados mais exigentes e competitivos a este nível.

Também no setor agrícola, deve ser dado especial ênfase à vitivinicultura que, no Alentejo, representa uma quota de mercado comercial nacional de 43% em volume de vendas. Aliada a esta produtividade surge a sua capacidade exportadora, tornando-se, deste modo, um setor prioritário para a Região.

Esta perspetiva integrada do potencial ambiental do território consubstancia ainda um conjunto relevante de oportunidades de criação de valor acrescentado pela exploração de recursos no domínio das energias renováveis, do solar à biomassa. Este é um subsetor que apresenta já na sub-região alguma capacidade instalada na vertente de produção de energia e que tem ainda uma margem relevante de crescimento que poderá ser gerador de sinergias relevantes com outras atividades económicas como as relacionadas com a mobilidade sustentável ou a regeneração urbana.

O acervo natural e cultural da sub-região deverá ainda constituir espaço de alavancagem à afirmação do Cluster do Turismo que encerra inúmeras oportunidades de geração de valor em áreas tão distintas como a requalificação e criação de novos produtos turísticos, a promoção do território, a dinamização de redes de oferta ou mesmo no domínio do marketing digital.

Neste ou em outros domínios, as atividades de pequena escala, nomeadamente, em espaço rural e de baixa densidade, merecem aqui também um devido destaque pela importância que encerram na valorização económica de ativos territoriais e das produções tradicionais e na sustentabilidade económica, social e ambiental dos aglomerados rurais valorizando-se a promoção de políticas urbanas integradas de localização e atração empresarial e de investimento fortemente relacionadas com as virtualidades do mundo rural.

Igualmente deverá procurar-se a dinamização económica nos domínios da economia criativa e do património, setores de atividade em que o território tem demonstrado capacidade de inovação e produção de conhecimento e tecnologia com relevo para as atividades relacionadas com a regeneração urbana e construção sustentável e energeticamente eficiente.

A intervenção neste domínio prevê neste sentido uma forte intervenção na valorização económica e exploração empresarial dos recursos culturais, artísticos e patrimoniais da sub-região, os quais constituem, reconhecida e consensualmente, fatores distintivos da região e que como tal devem ser devidamente equacionados numa perspetiva de desenvolvimento económico integrado.

A dinamização económica da sub-região deverá ter em conta a necessidade de articulação com as atividades da economia social e do “terceiro setor” quer pelas dinâmicas de procura geradas pela sua evolução demográfica, quer pelo quadro macro económico de contexto nacional e europeu.

Finalmente, a qualificação dos recursos humanos enquanto fator indutor de competitividade e inovação sustenta intervenções integradas de formação/educação de jovens e adultos numa perspetiva de adequação da mão-de-obra disponível ao mercado de trabalho e de atração de população qualificada capaz de induzir dinâmicas económicas favoráveis ao território.

Domínio Estratégico de Intervenção A: Objetivos Específicos (OE):

- A-OE-1.** Incentivar a inovação empresarial num quadro de consolidação do Sistema Regional de Transferência de Tecnologia
- A-OE-2.** Afirmar os setores económicos estratégicos – os tradicionais e os emergentes - no âmbito da RIS3 regional, através do adensamento das relações intersectoriais, do reforço da articulação dos grandes projetos empresariais externos com a tecido económico regional e do reforço da competitividade da base económica regional
- A-OE-3.** Valorizar economicamente os recursos endógenos e os ativos territoriais numa perspetiva de alargamento da base produtiva regional, de alargamento das cadeias regionais de valor e de dinamização da vitalidade dos territórios de baixa densidade e da competitividade económica local
- A-OE-4.** Fomentar o empreendedorismo, dinamizando uma cultura empreendedora e apoiando a emergência, implementação e consolidação de iniciativas empresariais
- A-OE-5.** Reforçar as condições de atratividade económica da região
- A-OE-6.** Qualificar os recursos humanos numa perspetiva de adequação da mão-de-obra à evolução do mercado de trabalho e de atração de população qualificada

Domínio Estratégico de Intervenção A: Linhas de Intervenção Prioritária (LI):

- A-LI-1.** Consolidar as componentes do SRTT (Parque de Ciência e Tecnologia do Alentejo, Rede Regional de Transferência de Tecnologia e sistema de incubadoras e infraestruturas de ciência e tecnologia) e promover a densificação de parcerias/redes entre instituições, visando, designadamente, a intermediação e transferência de tecnologia e o reforço de competências de gestão
- A-LI-2.** Apoiar o desenvolvimento empresarial, a renovação e a inovação nos setores estratégicos regionais, incluindo a valorização de fatores dinâmicos de competitividade e promover a atração / localização de investimento
- A-LI-3.** Fomentar a internacionalização das empresas e das cadeias de produção de valor
- A-LI-4.** Apoiar o empreendedorismo, incluindo no domínio das atividades criativas, culturais e de promoção do património
- A-LI-5.** Valorizar e fomentar o empreendedorismo
- A-LI-6.** Promover a agenda para a empregabilidade e a formação profissional
- A-LI-7.** Promover medidas específicas de valorização económica dos territórios de baixa densidade na ótica de um aproveitamento competitivo dos recursos endógenos
- A-LI-8.** Promover a eficiência energética e a utilização sustentável de recursos naturais no âmbito dos processos produtivos e em contexto empresarial

**Tabela 12 - DOMÍNIO – A: COMPETITIVIDADE EMPRESARIAL, EMPREGO E INTERNACIONALIZAÇÃO:
Prioridades de Investimento mobilizáveis por Objetivo Específico**

OBJETIVOS ESPECÍFICOS ALENTEJO CENTRAL 2020	PRIORIDADE DE INVESTIMENTOS DO PORTUGAL 2020 MOBILIZÁVEIS
<p>A-OE-1. Incentivar a inovação empresarial num quadro de consolidação do Sistema Regional de Transferência de Tecnologia</p>	<p>1.1. Reforço da infraestrutura de investigação e inovação e da capacidade de desenvolvimento de I&D</p> <p>1.2. Promoção do investimento das empresas em inovação e investigação, o desenvolvimento de ligações e sinergias entre empresas (...)</p> <p>8.1. Acesso ao emprego para os candidatos a emprego e inativos, incluindo desempregados de longa duração e as pessoas afastadas do mercado de trabalho e através de iniciativas locais de emprego e apoio à mobilidade dos trabalhadores</p>
<p>A-OE-2. Afirmar os sectores económicos estratégicos, tradicionais ou emergentes, no âmbito da RIS3 regional (...)</p>	<p>1.2. Promoção do investimento das empresas em inovação e investigação, ligações entre empresas e SCTN e de redes, clusters (:::)</p> <p>2.3 Reforço da aplicação das TIC na administração em linha, a aprendizagem em linha, infoinclusão, cultura em linha e saúde em linha</p> <p>3.2. Desenvolver novos métodos empresariais para as PME especialmente no que respeita à internacionalização</p> <p>3.3. Concessão de apoio à criação e alargamento de capacidades avançadas de desenvolvimento de produtos e serviços</p> <p>4.2 Promoção da eficiência energética e da utilização das energias renováveis nas empresas</p> <p>7.1 Concessão de apoio ao espaço único europeu de transportes multimodais, mediante o investimento na rede transeuropeia de transportes (RTE-T)</p> <p>8.5 Adaptação dos trabalhadores, das empresas e dos empresários à mudança</p>
<p>A-OE-3. Valorizar economicamente os recursos endógenos e os ativos territoriais numa perspetiva de alargamento da base produtiva regional, (...)</p>	<p>1.2. Promoção do investimento das empresas em inovação e investigação, ligações entre empresas e SCTN e de redes, clusters (:::)</p> <p>2.3 Reforço da aplicação das TIC na administração em linha, a aprendizagem em linha, infoinclusão, cultura em linha e saúde em linha</p> <p>6.3 Proteção, promoção e desenvolvimento do património cultural e natural</p> <p>8.9 Apoio ao crescimento propício ao emprego através do desenvolvimento do potencial endógeno como parte integrante de uma estratégia territorial para áreas específicas - reconversão de áreas industriais em declínio; maior acessibilidade e desenvolvimento de recursos naturais e culturais</p>
<p>A-OE-4. Fomentar o empreendedorismo, dinamizando a cultura empreendedora (...)</p>	<p>3.1 Promoção do espírito empresarial; apoio a exploração económica de novas ideias e a criação de empresas (viveiros)</p> <p>10.1 Redução do abandono escolar precoce (...) incluindo percursos de aprendizagem formais e não formais (...)</p>
<p>A-OE-5. Reforçar as condições de atratividade económica da região</p>	<p>3.2 Desenvolvimento de novos modelos empresariais para as PME em vista à sua internacionalização</p> <p>3.3. Concessão de apoio à criação e alargamento de capacidades avançadas de desenvolvimento de produtos e serviços</p> <p>7.1 Concessão de apoio ao espaço único europeu de transportes multimodais, mediante o investimento na rede transeuropeia de transportes (RTE-T)</p>

OBJETIVOS ESPECÍFICOS ALENTEJO CENTRAL 2020	PRIORIDADE DE INVESTIMENTOS DO PORTUGAL 2020 MOBILIZÁVEIS
A-OE-6. Qualificar os recursos humanos numa perspetiva de adequação da mão-de-obra à evolução do mercado (...)	10.4 Melhoria da pertinência do ensino e da formação ministrados para o mercado de trabalho
	10.5 Investimentos na educação, na formação e na formação profissional para a aquisição de competências e a aprendizagem ao longo da vida

Tabela 13 - DOMÍNIO A - COMPETITIVIDADE EMPRESARIAL, EMPREGO E INTERNACIONALIZAÇÃO: Prioridades de Investimento, segundo os Objetivos Temáticos, por Objetivo Específico – Quadro Síntese

OBJETIVOS ESPECÍFICOS Alentejo Central 2020		Competitividade e internacionalização					Inclusão Social e Emprego		Cap. Hum.	Sustentabilidade e eficiência no uso dos recursos		
		OT 1	OT 2	OT 3	OT 7	OT 11	OT 8	OT 9	OT 10	OT 4	OT 5	OT 6
A-OE-1. Incentivar a inovação empresarial num quadro de consolidação do Sistema Regional de Transferência de Tecnologia	P I	1.1 1.2					8.1					
A-OE-2. Afirmar os sectores económicos estratégicos, tradicionais ou emergentes, no âmbito da RIS3 regional (...)	P I	1.2	2.3.	3.2 3.3	7.1		8.5			4.2		
A-OE-3. Valorizar economicamente os recursos endógenos e os ativos territoriais (...)	P I	1.2	2.3.				8.9					6.3
A-OE-4. Fomentar o empreendedorismo, dinamizando a cultura empreendedora (...)	P I			3.1.					10.1			
A-OE-5. Reforçar as condições de atratividade económica da região	P I			3.2 3.3	7.1							
A-OE-6. Qualificar os recursos humanos numa perspetiva de adequação da mão-de-obra à evolução do mercado (...)	P I								10.4 10.5			

Legenda: • P I – Prioridades de Investimento (tal como estabelecidas no *Portugal 2020*)

• OT – Objetivos Temáticos (tal como estabelecidos pela Comissão Europeia)

 - OT não mobilizáveis para ITI de acordo com o Acordo de Parceria

Domínio Estratégico de Intervenção A: Ações e Projetos por Linhas de Intervenção Prioritária (LI):

Linha de Intervenção Prioritária (LI)	Ações P.I.
<p>A-LI-1. Consolidar as componentes do SRTT (Parque de Ciência e Tecnologia do Alentejo, Rede Regional de Transferência de Tecnologia e sistema de incubadoras e infraestruturas de ciência e tecnologia) e promover a densificação de parcerias/redes entre instituições, visando, designadamente, a intermediação e transferência de tecnologia e o reforço de competências de gestão.</p>	<p>● <i>Projetos e tipologias de projetos</i></p> <p>A-LI-1.a1. Desenvolver o Parque de Ciência e Tecnologia (projetos de I&D nas áreas de especialização da RIS3; projetos de valorização económica e de transferência do conhecimento e tecnologia)</p> <ul style="list-style-type: none"> ● <i>Parque de Ciência e Tecnologia e SRTT</i> ● <i>Consolidação do SRTT e dos seus subsistemas com relevo para o PCTA</i> ● <i>PCTA – Fase 2 (já aprovado em Programa Estratégico)</i> ● <i>PCTA - Fase 3 (infra-estruturação/qualificação do PCTA - desistido pela CME)</i> <p style="text-align: right;">1.1</p>
	<p>A-LI-1.a2. Dinamizar o Sistema Regional de Transferência de Tecnologia (projetos que permitam reforçar as intervenções no domínio da valorização económica do conhecimento envolvendo empresas; incentivos diretos à I&D&T em micro e PME's; projetos de valorização das infraestruturas e densificação das redes de I&D regional)</p> <ul style="list-style-type: none"> ● <i>Programa Estratégico SRTT – 2ª Fase (já aprovado) e 3ª fase (2014-2020)</i> ● <i>Centros de Prototipagem Rápida que permitam o desenvolvimento de novos produtos e/ou conceitos experimentais –(FabLab, Robótica Lego e Open Energy Monitor)</i> ● <i>Capacitação da Rede Regional de Ciência e Tecnologia do Alentejo</i> ● <i>Consolidação da Plataforma de Inovação e Transferência de C,I&T do Alentejo (em articulação com as restantes NUT III – Conselho Estratégico do SRTT/R/RRCTA)</i> ● <i>Criação e dinamização do sistema sub-regional de incubadoras (em articulação com os subsistemas do Alentejo Litoral, Alto Alentejo e Baixo Alentejo – Serviços Partilhados)</i> <p style="text-align: right;">1.2</p>
	<p>A-LI-1.a3. Apoio à dinamização e internacionalização do cluster dos mármores (projetos de promoção e dinamização da Inovação e Transferência de Conhecimento e Tecnologia no cluster dos Mármore - extração e transformação de mármore)</p> <ul style="list-style-type: none"> ● <i>Cluster dos mármore / I&D dos mármore para novos produtos e aplicações / Criação de polo de desenvolvimento de indústrias tecnológicas, baseado na valorização dos recursos locais</i> ● <i>Gestão integrada da zona dos mármore (ambiental: revitalização de pedreiras, recuperação e reconversão de escombros, social e económica)</i> ● <i>Constituição de um Pólo dos Recursos Minerais (integrando o cluster da Pedra Natural)</i> <p style="text-align: right;">1.2</p>
<p>A-LI-2. Apoiar o desenvolvimento empresarial, a renovação e a inovação nos setores estratégicos regionais,</p>	<p>A-LI-2.a1. Apoiar mecanismos de cooperação que visem o reforço da competitividade das PME (seja pelo incremento do aumento do valor acrescentado, diferenciação e capacidade de promoção dos bens e serviços, através do aumento da produtividade pela racionalização dos processos produtivos organizacionais ou pelo apoio ao seu acesso aos mercados de proximidade e de empreendimento de processos de inovação)</p> <p style="text-align: right;">3.3</p>

Linha de Intervenção Prioritária (LI)	Ações	P.I.
<p>incluindo a valorização de fatores dinâmicos de competitividade e promover a atração / localização de investimento</p>	<ul style="list-style-type: none"> ● Projetos e tipologias de projetos ● <i>Qualificação e capacitação para a inovação empresarial</i> ● <i>Definição e implementação de Redes de Empresas para competitividade (identificação das áreas prioritárias para a competitividade das empresas)</i> ● <i>Criação e dinamização de Redes de Produção/Comercialização e Distribuição numa ótica de fileira produtiva</i> ● <i>Internacionalização de empresas de forte potencial de crescimento</i> ● <i>Promoção da economia digital, através de redes colaborativas e implementação de modelos de e-commerce</i> ● <i>Definição e implementação de sistemas de certificação, nomeadamente os relacionados com a Qualidade, sistemas colaborativos ou de Marca, que ajudem a criar relevância para projetos, atividades e empreendimentos turísticos</i> ● <i>Consolidação de Redes de oferta turística, promovidos por Associações Empresariais e Entidades de Turismo (que envolvem atividades de criação e de estruturação do produto e promoção)</i> ● <i>Ações de sensibilização e de promoção dos processos inovadores na região</i> 	<p>1.2</p>
	<p>A-LI-2.a2. Sistema Integrado Regional de Acolhimento Empresarial do Alentejo Central (2) – Qualificação das Infraestruturas nas ZAE e criação das ZIR</p> <ul style="list-style-type: none"> ● <i>SIRAE@AC – Fase 2 (Projeto que visa o desenvolvimento de um sistema regional de acolhimento empresarial, suportado nas ZAE - Zonas de Acolhimento Empresarial e Espaços de Incubação, bem como a expansão ou desenvolvimento de novos espaços de acolhimento empresarial, nos 14 concelhos do Alentejo Central e sua promoção/divulgação. O mesmo tem como atividades principais: a integração; a qualificação ao nível da tecnologia, energia, acessibilidades e infraestruturas básicas; os serviços partilhados, nos formatos de incubadoras, centros de negócios, outros equipamentos partilhados.</i> 	<p>3.1</p>
	<p>A-LI-2.a3. Promover serviços de apoio à capacitação de empresários, empreendedores e Micro e PME</p> <ul style="list-style-type: none"> ● <i>Consolidação e qualificação de estruturas de mediação e facilitação para a criação e consolidação de empresas</i> ● <i>Ações de capacitação para o empreendedorismo e para a gestão empresarial e inovação</i> ● <i>Qualificação de Micro e PME para a competitividade e inovação</i> ● <i>Programa de inserção de recursos humanos altamente qualificados nas empresas</i> 	<p>3.3</p> <p>8.5</p> <p>8.1</p>
	<p>A-LI-2.a4. Dinamizar programas de revitalização do comércio tradicional, nomeadamente associados a estratégias de reabilitação e regeneração urbana</p> <ul style="list-style-type: none"> ● <i>Programa de revitalização de centros urbanos com base na qualificação de pequenas e micro empresas dos sectores do comércio e de serviços</i> 	<p>3.3</p>

Linha de Intervenção Prioritária (LI)	Ações	P.I.
	<ul style="list-style-type: none"> ● Projetos e tipologias de projetos 	
	<ul style="list-style-type: none"> ● <i>Apoio a projetos empresariais de jovens qualificados (escolas profissionais, universidades politécnicos)</i> 	10.1
A-LI-6. Promover a agenda para a empregabilidade e a formação profissional	A-LI-6.a1. Fomentar a inserção no mercado de trabalho (seja na administração pública ou nas empresas) <ul style="list-style-type: none"> ● <i>Programas de Estágios profissionais</i> ● <i>Mecanismos de Apoio à Contratação</i> 	8.1
	A-LI-6.a2. Programa de apoio à mobilidade geográfica dos trabalhadores <ul style="list-style-type: none"> ● <i>Medidas de Acolhimento e Integração</i> ● <i>Medidas de compensação em relação aos custos associados à mobilidade</i> 	8.2
	A-LI-6.a3. Promoção da formação destinada a empresários e ativos das empresas (designadamente tendo em vista a melhoria das capacidades de gestão, o aumento de eficácia nos processos de inovação e a adaptação em geral à mudança quer por parte dos empresários, quer por parte dos trabalhadores) <ul style="list-style-type: none"> ● <i>Planos de Formação, privilegiando a transmissão de competências de incentivo à inovação e relacionadas com a cultura empreendedora</i> ● <i>Diagnóstico e adequação da oferta formativa às necessidades de formação identificadas pelas empresas regionais</i> ● <i>Qualificação da Rede de Infra estruturas de Formação Profissional</i> 	8.5
A-LI-7. Promover medidas específicas de valorização económica dos territórios de baixa densidade na ótica de aproveitamento dos recursos endógenos	A-LI-7.a1. Gestão sustentável do Montado na sub-região do Alentejo Central (incluindo ações com vista à preservação e regeneração do montado, à valorização das atividades inseridas na cadeia de valor deste sistema agro-silvo-pastoril e integração com medidas “Greening”) <ul style="list-style-type: none"> ● <i>Gestão sustentável do Montado no Alentejo Central</i> ● <i>Certificação de produtos associados ao sistema de Montado</i> ● <i>Projetos de valorização, inovação e promoção de produtos associados ao sistema agro-silvo-pastoril do Montado</i> ● <i>Projetos de preservação e regeneração do Montado, com particular incidência no elemento arbóreo (azinheira e sobreiro)</i> ● <i>Projetos de valorização integrada, interpretativa e turística, da paisagem de Montado</i> 	1.2
	<ul style="list-style-type: none"> ● <i>Gestão sustentável do Montado no Alentejo Central</i> 	6.3
	<ul style="list-style-type: none"> ● <i>Projetos de valorização, inovação e promoção de produtos associados ao sistema agro-silvo-pastoril do Montado</i> ● <i>Projetos de preservação e regeneração do Montado, com particular incidência no elemento arbóreo (azinheira e sobreiro)</i> ● <i>Projetos de valorização integrada, interpretativa e turística, da paisagem de Montado</i> 	8.9
A-LI-7.a2. Promover programas integrados de base local (DLBC) (a articular com as estratégias e planos de ação delineados pelas ADL’s com intervenção nesta sub-região) <ul style="list-style-type: none"> ● <i>Projetos empresariais (micro e PME) de promoção da atividade agrícola e de exploração de outros ativos endógenos</i> ● <i>Projetos de aproveitamento das novas áreas de regadio, na sequência do aproveitamento hídrico da barragem de Veiros</i> ● <i>Projetos de apoio ao desenvolvimento de ações socioeconómicas nas áreas rurais dos concelhos</i> 	9.6	
<ul style="list-style-type: none"> ● <i>Projetos empresariais (micro e PME) de promoção da atividade agrícola e de exploração de outros ativos endógenos</i> ● <i>Projetos de aproveitamento das novas áreas de regadio, na sequência do aproveitamento hídrico da barragem de Veiros</i> ● <i>Projetos de apoio ao desenvolvimento de ações socioeconómicas nas áreas rurais dos concelhos</i> 	9.10	
<ul style="list-style-type: none"> ● <i>Projetos de apoio ao desenvolvimento de ações socioeconómicas nas áreas rurais dos concelhos</i> 	8.9	
A-LI-7.a3. Dinamizar estratégias específicas baseadas em recursos endógenos	9.8	

Linha de Intervenção Prioritária (LI)	Ações	P.I.
	<ul style="list-style-type: none"> ● <i>Projetos e tipologias de projetos</i> <ul style="list-style-type: none"> ● <i>Promoção de parcerias com os agentes empresariais locais, fomentando a articulação conjunta no sentido da promoção e valorização dos produtos locais de excelência</i> ● <i>Ações valorização e promoção interna e externa de produtos regionais e tradicionais</i> ● <i>Projetos de certificação de produtos locais</i> ● <i>Promoção conjunta de setores económicos associados à valorização dos ativos específicos (vinho, cortiça, azeite, etc.)</i> 	<p>6.3</p> <hr/> <p>8.9</p> <hr/> <p>2.3</p> <hr/> <p>8.9</p> <hr/> <p>6.5</p>
<p>A-LI-8. Promover a eficiência energética e utilização sustentável de recursos naturais no âmbito dos processos produtivos e em contexto empresarial</p>	<p>A-LI-8.a1. Dinamizar a promoção de projetos de eficiência energética e de utilização de energias alternativas nas empresas</p> <ul style="list-style-type: none"> ● <i>Ações de promoção da eficiência energética e da utilização sustentável da energia nas empresas. Projetos de produção de energias renováveis, de forma localizada e com base em recursos renováveis</i> <p>A-LI-8.a2. Dinamizar a implementação consistente e integrada de infraestruturas e plataformas tecnológicas destinadas a aumentar a eficiência colaborativa e a reduzir os consumos de energia no sector económico</p> <ul style="list-style-type: none"> ● <i>Eletrificação das áreas rurais associada à localização / instalação de atividades económicas</i> ● <i>Criação de Infra estruturas de abastecimento de gás natural aos parques empresariais de nível regional</i> ● <i>Projetos de criação ou adaptação de infraestruturas produtivas coletivas com recurso a energias renováveis</i> 	<p>4.2</p> <hr/> <p>4.1</p> <hr/> <p>4.2</p>

Tabela 14 - DOMÍNIO – A: COMPETITIVIDADE EMPRESARIAL, EMPREGO E INTERNACIONALIZAÇÃO: Prioridades de Investimento mobilizáveis, segundo os Objetivos Temáticos, por Linha de Intervenção Prioritária

Alentejo Central 2020		Competitividade e internacionalização					Inclusão Social e Emprego		Cap. Hum.	Sustentabilidade e eficiência no uso dos recursos		
		OT 1	OT 2	OT 3	OT 7	OT 11	OT 8	OT 9	OT 10	OT 4	OT 5	OT 6
LINHAS DE INTERVENÇÃO PRIORITÁRIA												
A-LI-1 - Consolidar as componentes do SRTT (...) e promover a densificação de parcerias/redes entre instituições,	P I	1.1 1.2										
A-LI-2 - Apoiar o desenvolvimento empresarial, a renovação e a inovação nos setores estratégicos regionais, (...)	P I	1.2		3.1 3.3	7.2 7.4		8.1 8.5					
A-LI-3 - Fomentar a internacionalização das empresas e das cadeias de produção de valor (...),	P I			3.2 3.3								
A-LI-4 - Apoiar o empreendedorismo no domínio das atividades criativas, culturais e de promoção do património	P I			3.1								
A-LI-5 - Valorizar e fomentar o empreendedorismo	P I			3.1			8.8		10.1			
A-LI-6 - Promover a agenda para a empregabilidade e a formação profissional	P I						8.1 8.2 8.5		10.4			
A-LI-7 - Promover medidas específicas de valorização económica dos territórios de baixa densidade	P I	1.2	2.3				8.9	9.8 9.6 9.10				6.3 6.5
A-LI-8 - Promover a eficiência energética e utilização sustentável de recursos naturais no âmbito dos processos produtivos e em contexto empresarial	P I									4.1 4.2		

Legenda: • P I – Prioridades de Investimento (tal como estabelecidas no *Portugal 2020*)

• OT – Objetivos Temáticos (tal como estabelecidos pela Comissão Europeia)

 - OT não mobilizáveis para ITI de acordo com o Acordo de Parceria

4.6.2. Domínio Estratégico de Intervenção B - REFORÇO E CAPACITAÇÃO INSTITUCIONAL

Este domínio sublinha a importância, na dinamização e sustentação das dinâmicas de desenvolvimento regional, da qualidade e capacidade das instituições e do tecido institucional da sub-região e da qualidade e “densidade” do seu relacionamento. É também por aqui que passa a qualidade das políticas regionais e

locais e, em certa medida, a capacidade de melhor traduzir numa perspetiva regional as opções políticas nacionais e europeias.

A eficácia das intervenções de dinamização e de promoção do desenvolvimento e de superação dos obstáculos ao desenvolvimento empresarial e ao crescimento, depende também, por vezes em grau muito elevado, da capacidade das instituições públicas, desconcentradas e locais se articularem entre si e com instituições e atores privados. A eficácia e eficiência das intervenções, os resultados alcançados podem ser significativamente ampliados pela capacidade e empenhamento na constituição de redes e parcerias que suportem as intervenções.

A resposta às dificuldades estruturais da sub-região, em particular as que se relacionam com o deficit de competitividade, exigem que a administração pública da sub-região, em particular as entidades municipais se articulem de forma ainda mais estreita em torno de estratégias supramunicipais e em ações que ultrapassem a escala local, atuando a um nível mais eficaz na promoção do desenvolvimento: o sub-regional ou o regional.

Por outro lado a promoção do desenvolvimento empresarial implica, por parte da administração, atitudes sistemáticas de eliminação de obstáculos e dificuldades à instalação e funcionamento das empresas, de melhoria de toda a envolvente à sua atividade e necessariamente de reforço e qualificação da interação com as mesmas – daí a importância de estruturas como os GADE (Gabinetes de Apoio ao Desenvolvimento Económico), as ADL (Associações de Desenvolvimento Local), a ADRAL (Agência de Desenvolvimento Regional do Alentejo), as associações empresariais, etc.

Garantir condições adequadas de desenvolvimento das instituições locais e regionais é garantir um espaço de soberania da região e de afirmação de uma perspetiva regional no quadro das dinâmicas de desenvolvimento no espaço regional. O desenvolvimento das instituições locais e regionais é, assim, uma dimensão central da sustentabilidade do processo de desenvolvimento de base territorial.

A qualificação e capacitação generalizada das entidades públicas e privadas, em particular das que desempenham papéis-chave na dinamização territorial e empresarial deve ser por isso uma prioridade.

Constituem intervenções prioritárias neste domínio, as intervenções visando a capacitação das instituições de apoio ao desenvolvimento económico e social da sub-região, as intervenções visando a inteligência institucional e o fomento do trabalho em parcerias e redes institucionais no quadro da região e além das suas fronteiras.

Domínio Estratégico de Intervenção B: Objetivos Específicos (OE):

B-OE-1. Intensificar a dinâmica de parcerias institucionais e aumentar os níveis de confiança e de cooperação institucional

B-OE-2. Reforçar a inteligência das instituições regionais (reforçar a capacidade de recolher, tratar, analisar informação relevante)

B-OE-3. Explorar o capital existente no domínio da cooperação transfronteiriça, quer numa perspetiva de reforço institucional quer numa perspetiva de abertura e internacionalização das instituições e da região

B-OE-4. Aumentar os níveis de desempenho e de qualificação do funcionamento e da prestação dos serviços públicos, as instituições da economia social, e das instituições associativas de apoio ao desenvolvimento

Domínio Estratégico de Intervenção B: Linhas de Intervenção Prioritária (LI):

- B-LI-1.** Promover redes de cooperação institucional, de base setorial e de base territorial, de âmbito regional, nacional ou internacional
- B-LI-2.** Qualificar as competências ao nível da administração pública e adaptá-las aos desafios do desenvolvimento competitivo, sustentável e inclusivo
- B-LI-3.** Qualificar profissionalmente os trabalhadores das instituições associativas de apoio ao desenvolvimento e apostar na melhoria de competências adequadas à promoção do desenvolvimento local e regional
- B-LI-4.** Promover a modernização e simplificação administrativa dos serviços públicos e desenvolver processos inovadores na relação da administração pública com os cidadãos e as empresas
- B-LI-5.** Reforçar o sistema sub-regional de planeamento ambiental, territorial e de desenvolvimento local
- B-LI-6.** Conceber, montar e gerir sistemas de observação e monitorização de base territorial (dinâmicas ambientais, socioeconómicas, culturais e de ordenamento do território) e produzir informação relevante e assegurar a sua conexão.

Tabela 15 - DOMÍNIO - B: REFORÇO E CAPACITAÇÃO INSTITUCIONAL: Prioridades de Investimento mobilizáveis, por Objetivo Específico

ALENTEJO CENTRAL 2020 OBJETIVOS ESPECÍFICOS	PRIORIDADE DE INVESTIMENTOS DO PORTUGAL 2020 MOBILIZÁVEIS
B-OE-1. Intensificar as dinâmicas de parceria institucionais e aumentar os níveis de confiança e de cooperação institucional	9.5 Promoção do empreendedorismo e da integração profissional nas empresas sociais e da economia social (...) <hr/> 9.6 e 9.10 Investimentos no contexto de Estratégias de Desenvolvimento Local de Base Comunitária – DLBC <hr/> 11.2 Criação de capacidade para as partes interessadas que operam no domínio do emprego, do ensino e das políticas sociais e o estabelecimento de pactos setoriais e territoriais de preparação de reformas a nível nacional, regional e local
B-OE-2. Reforçar a inteligência das instituições regionais (reforçar a capacidade de recolher, tratar, analisar e disseminar informação relevante)	2.3 Reforço da aplicação das TIC na administração em linha, a aprendizagem em linha, infoinclusão, cultura em linha e saúde em linha <hr/> 11.1 Investimento nas capacidades institucionais e na eficiência das administrações e serviços públicos
B-OE-3. Explorar o capital existente no domínio da cooperação transfronteiriça, na perspetiva de reforço	2.3 Reforço da aplicação das TIC na administração em linha, a aprendizagem em linha, infoinclusão, cultura em linha e saúde em linha <hr/> 10.5 Investimentos na educação, na formação e na formação profissional para a aquisição de competências e a aprendizagem ao longo da vida

institucional e de abertura e internacionalização das instituições e da região 11.1 Investimento nas capacidades institucionais e na eficiência das administrações e serviços públicos

B-OE-4. Aumentar os níveis de desempenho e de qualificação do funcionamento e da prestação de serviços públicos, (...) 11.2 Criação de capacidade para as partes interessadas que operam no domínio do emprego, do ensino e das políticas sociais e o estabelecimento de pactos setoriais e territoriais de preparação de reformas a nível nacional, regional e local

Tabela 16 - DOMÍNIO - B: REFORÇO E CAPACITAÇÃO INSTITUCIONAL: Prioridades de Investimento, segundo os Objetivos Temáticos, por Objetivo Específico Quadro Síntese

Alentejo Central 2020		Competitividade e internacionalização					Inclusão Social e Emprego		Cap. Hum.	Sustentabilidade e eficiência no uso dos recursos		
OBJETIVOS ESPECÍFICOS		OT 1	OT 2	OT 3	OT 7	OT 11	OT 8	OT 9	OT 10	OT 4	OT 5	OT 6
B-OE-1 - Intensificar as dinâmicas de parceria institucionais e aumentar os níveis de confiança e de cooperação institucional	P I					11.2		9.5 9.6 9.10				
B-OE-2 - Reforçar a inteligência das instituições regionais (...)	P I		2.3.			11.1						
B-OE-3 - Explorar o capital existente no domínio da cooperação transfronteiriça, (...)	P I					11.1			10.5			
B-OE-4 - Aumentar os níveis de desempenho e de qualificação do funcionamento e da prestação de serviços públicos, (...)	P I					11.2						

Legenda: • P I – Prioridades de Investimento (tal como estabelecidas no *Portugal 2020*)

• OT – Objetivos Temáticos (tal como estabelecidos pela Comissão Europeia)

 - OT não mobilizáveis para ITI de acordo com o Acordo de Parceria

Domínio Estratégico de Intervenção B: Ações e Projetos por Linhas de Intervenção Prioritária (LI):

Linha de Intervenção Prioritária (LI)	Ações	P.I.
• <i>Projetos e tipologias de projetos</i>		
B-LI-1. Promover redes de cooperação institucional, de base setorial e de base territorial, de âmbito regional, nacional ou internacional	B-LI-1.a1. Reforço e consolidação de redes interinstitucionais vocacionadas para o desenvolvimento e atratividade territorial <ul style="list-style-type: none"> • <i>Redes supramunicipais para de promoção do território e fixação e atração de população</i> • <i>Ações integradas de atração/ localização de investimento, incluindo identificação de potencial de negócios em setores económicos tradicionais e de fatores de atratividade ao investimento em setores emergentes</i> • <i>Ações de reforço e facilitação de transferência de conhecimento nas redes institucionais</i> 	11.2
	B-LI-1.a2. Promoção de parcerias para a construção de estratégias de desenvolvimento local <ul style="list-style-type: none"> • <i>Ações de gestão das Estratégias de Desenvolvimento Local de Base Comunitária (DLBC)</i> • <i>Planos de capacitação técnica e humana a apresentar pelas ADL</i> 	9.6 9.10 11.2
	B-LI-1.a3. Ações de consolidação e desenvolvimento de redes de cooperação transfronteiriça <ul style="list-style-type: none"> • <i>Promoção e dinamização da Euro região - EUROACE</i> • <i>Redes do Cooperação nas áreas da investigação, da eficiência energética, da gestão de recursos naturais, da proteção civil e prevenção de riscos</i> • <i>Redes de Cooperação Institucional na Administração Pública</i> 	11.2
B-LI-2. Qualificar as competências ao nível da administração pública e adaptá-las aos desafios do desenvolvimento competitivo, sustentável e inclusivo	B-LI-2.a1. Promover a qualificação e capacitação técnica da rede sub-regional dos GADE'S (Gabinetes Municipais de Apoio ao Desenvolvimento Económico) e outras redes de equipamentos municipais <ul style="list-style-type: none"> • <i>Plano de formação para os técnicos dos GADE'S</i> • <i>Projetos de dinamização da Rede de GADES e promoção da cooperação com as restantes Redes de GADES da Região (NUT II)</i> • <i>Programa de capacitação de equipas técnicas de gestão de equipamentos municipais e de redes de serviços e equipamentos a nível intermunicipal</i> 	11.1 11.2
	B-LI-2.a2. Promover a qualificação e formação profissional de técnicos municipais <ul style="list-style-type: none"> • <i>Diagnóstico e adequação da oferta formativa às necessidades da administração local</i> • <i>Programas de formação inicial e contínua para os funcionários da administração local (áreas: da cultura, património e turismo; do inclusão e inovação social, da promoção e gestão de redes intermunicipais e interinstitucionais, etc.)</i> • <i>Programas de formação-ação para os funcionários da administração local</i> • <i>Programas de formação para eleitos da administração local</i> 	11.1

Linha de Intervenção Prioritária (LI)	Ações	P.I.
	<ul style="list-style-type: none"> • <i>Projetos de formação de quadros da administração local envolvidos em processos de modernização administrativa (front office e back-office)</i> • <i>Planos de formação para técnicos municipais na área do património, cultura e turismo</i> 	
B-LI-3. Qualificar profissionalmente os trabalhadores das instituições associativas de apoio ao desenvolvimento (...)	B-LI-3.a1. Capacitar as organizações da economia social através de formação e qualificação dos recursos humanos <ul style="list-style-type: none"> • <i>Projetos de formação-ação focados no desenvolvimento de novas competências (exigidas por novas metodologias e domínios da programação) dos recursos humanos de entidades do tecido associativo e de base local</i> 	9.5
	B-LI-3.a2 Fomentar condições de desenvolvimento de competências no tecido associativo de base local com vista à inclusão e inovação social <ul style="list-style-type: none"> • <i>Projetos de promoção de práticas de cooperação institucional e intermunicipal tendo por fim melhorar as respostas sociais à população e a sua distribuição territorial equilibrada</i> • <i>Promoção de boas práticas</i> • <i>Planos estratégicos e de ação destinados a novas redes de intervenção social</i> 	11.2
B-LI-4. Promover a modernização e simplificação administrativa dos serviços públicos e desenvolver processos inovadores na relação da administração pública com os cidadãos e as empresas	B-LI-4.a1. Modernização da administração local na perspetiva de melhorar a relação com o cidadão e com as empresas <ul style="list-style-type: none"> • <i>Agenda Digital 2020 do Alentejo Central – Acompanhamento e desenvolvimento de iniciativas integradas em conformidade com o plano Agenda Digital 2020 da Comissão Europeia</i> • <i>Modernização Administrativa</i> • <i>Plano integrado municipal de continuidade de negócio (PCN) e segurança da informação</i> • <i>Centro de Documentação e Arquivo Histórico do Alentejo Central</i> • <i>Projetos e soluções intermunicipais de novos serviços em linha</i> 	2.3
	B-LI-4.a2. Reforçar a capacidade técnica e administrativa na CIMAC com vista à coordenação de projetos intermunicipais <ul style="list-style-type: none"> • <i>Programa de formação-ação</i> 	11.1
B-LI-5. Reforçar o sistema sub-regional de instrumentos de planeamento ambiental, territorial e de desenvolvimento local	B-LI-5.a1 – Instrumentos de planeamento ambiental e territorial de escala municipal e intermunicipal <ul style="list-style-type: none"> • <i>Plano Intermunicipal de Ordenamento do Território do Alentejo Central</i> • <i>Plano Intermunicipal de Mobilidade e Logística do Alentejo Central Plano Intermunicipal de Gestão Ambiental Plano Intermunicipal de Proteção Civil</i> • <i>Plano Intermunicipal de Gestão de Redes de Equipamentos de Educação, Saúde e Desporto</i> • <i>Outros Instrumentos sectoriais de nível supra municipal</i> 	4.5
		5.2

Linha de Intervenção Prioritária (LI)	Ações	P.I.
	<ul style="list-style-type: none"> • <i>Projetos e tipologias de projetos</i> • <i>Estudos e instrumentos de planeamento de nível municipal</i> 	<p>6.4</p> <hr/> <p>10.1</p>
<p>B-LI-6. Conceber, montar e gerir sistemas de observação e monitorização de base territorial (...)</p>	<p>B-LI-6.a1. Produção de informação e montagem de sistemas de observação e monitorização territorial</p> <ul style="list-style-type: none"> • <i>Implementação de sistema de informação para monitorização da gestão integrada da qualidade do destino turístico Alentejo</i> • <i>Elaboração do mapa digital biomássico do Alentejo Central (CIMAC)</i> • <i>Aquisição de informação e cartografia de base para reforço dos sistemas de cartografia de base</i> • <i>OTALEX – Observatório Territorial e Ambiental Alentejo - Extremadura – Centro</i> 	<p>11.1</p>

Tabela 17 - DOMÍNIO – B: REFORÇO E CAPACITAÇÃO INSTITUCIONAL: Prioridades de Investimento MOBILIZÁVEIS, segundo os Objetivos Temáticos, por Linha de Intervenção Prioritária

LINHAS DE INTERVENÇÃO PRIORITÁRIA		Competitividade e internacionalização					Inclusão Social e Emprego		Cap. Hum.	Sustentabilidade e eficiência no uso dos recursos		
		OT 1	OT 2	OT 3	OT 7	OT 11	OT 8	OT 9	OT 10	OT 4	OT 5	OT 6
Alentejo Central 2020												
B-LI-1. Promover redes de cooperação institucional, de base setorial ou territorial, de âmbito regional, nacional ou internacional	PI					11.2		9.6 9.10				
B-LI-2. Qualificar as competências ao nível da administração pública e adaptá-las aos desafios do desenvolvimento competitivo, sustentável e inclusivo	PI					11.1 11.2						
B-LI-3. Qualificar profissionalmente os trabalhadores das instituições públicas e associativas de apoio ao desenvolvimento (...)	PI					11.2		9.5				
B-LI-4. Promover a modernização e simplificação administrativa dos serviços públicos	PI		2.3			11.1						
B-LI-5. Reforçar o sistema sub-regional de planeamento ambiental, territorial e de desenvolvimento local	PI								10.1	4.5	5.2	6.4
B-LI-6. Produção de informação e montagem de sistema de observação e monitorização territorial	PI					11.2						

Legenda: • **PI** – Prioridades de Investimento (tal como estabelecidas no *Portugal 2020*)

• **OT** – Objetivos Temáticos (tal como estabelecidos pela Comissão Europeia)

 - OT não mobilizáveis para ITI

4.6.3. Domínio Estratégico de Intervenção C - ORGANIZAÇÃO E QUALIFICAÇÃO DO TERRITÓRIO

Este domínio afirma as características da organização, qualificação e de articulação do sistema urbano sub-regional como pilar fundamental da estratégia de desenvolvimento e condição central para alcançar elevados níveis de coesão e de competitividade sustentabilidade bem como para assegurar condições que garantam uma boa qualidade de via e de desenvolvimento social no Alentejo Central.

A organização territorial do Alentejo Central, nomeadamente, do seu sistema urbano, é enquadrada e perspectivada, no âmbito da estratégia de desenvolvimento Alentejo Central 2020, no contexto da organização e estruturação do sistema urbano regional do Alentejo, no qual o Alentejo Central beneficia de uma posição nuclear. Com efeito, o Alentejo Central estabelece uma ligação direta com a Área Metropolitana de Lisboa e constitui um espaço de ligação privilegiado com Espanha, nomeadamente pelo corredor Lisboa - Madrid.

As opções sobre a organização e qualificação do subsistema urbano do Alentejo Central desenvolvem-se na base dos princípios do desenvolvimento urbano policêntrico assente, portanto, na promoção de um sistema urbano sub-regional equilibrado, que garanta a coesão territorial ao nível da sub-região, que potencie e explore relações de complementaridade entre os vários níveis da hierarquia urbana, no desenvolvimento de funções urbanas, no fornecimento e dotação de serviços e equipamentos. O estabelecimento de relações virtuosas entre centros urbanos e centros e espaços rurais de proximidade, estimulando relações de complementaridade e de sinergia bem como o fomento do aproveitamento de recursos e potencial produtivo local e a mobilização de recursos naturais e patrimoniais constituem elementos centrais de estratégias de animação socioeconómica a prosseguir com vista à sustentabilidade económica e social dos territórios rurais. O modelo de sistema urbano sub-regional policêntrico deve, assim, ser tomado como estrutura de enquadramento da sustentabilidade e dinamização dos espaços rurais, designadamente, no quadro das dinâmicas de alteração em curso na estrutura do povoamento e na geografia da economia da sub-região.

Numa perspetiva de sustentabilidade ambiental, económica e social do espaço rural, este domínio pressupõe, assim, a dinamização do tecido económico das zonas de baixa densidade, valorizando recursos e produtos locais e promovendo condições efetivas de articulação territorial e a dinamização de redes e parcerias territoriais. Sublinha-se, neste propósito, a relevância de abordagens e intervenções integradas de base territorial – intervenções incidindo sobre os centros urbanos, os centros rurais e a dinamização de redes urbano-rural.

As opções estratégicas que este domínio sublinham ainda o papel da qualidade do ambiente urbano e das funções desempenhadas pelas cidades e pelas sedes dos municípios, das redes e dos corredores por si formados, como espaços fundamentais à geração de processos de inovação, ao desenvolvimento e afirmação socioeconómica da sub-região e na concentração de fatores de projeção externa. Neste contexto, destaca-se a posição da cidade de Évora como principal centro urbano da sub-região e como cidade capital regional, afirmando-se na sua condição de cidade patrimonial e cultural, centro universitário, logístico e empresarial e com uma projeção turística internacional, condições que devem ser preservadas e potenciadas. Por outro lado, a organização do sistema urbano da sub-região e o aproveitamento do posicionamento geoestratégico da sub-região faz destacar a importância de corredores e eixos urbanos com elevado potencial de atração empresarial e de dinamização económica. O corredor central regional Vendas Novas – Elvas, ligando a AML a Espanha e ao resto da Europa, oferece uma posição muito relevante aos centros urbanos do Alentejo Central ali localizados e favorece abordagens em rede com uma expressão que ultrapassa largamente o território da sub-região. Nesta perspetiva, experiências como as desenvolvidas pelo projeto da “Rede Urbana para a Competitividade e Inovação – Corredor Azul”, ligando o corredor central ao polo industrial portuário de Sines, devem ser prosseguidas e, eventualmente, recriadas à luz dos ensinamentos adquiridos. O eixo dos mármore – Estremoz–Borba-Vila Viçosa – constitui, também, um eixo urbano e industrial com relevância regional, marcado pelas atividades de extração e transformação dos mármore, e que beneficiaria de uma abordagem de desenvolvimento urbano integrado, ganhando, desta forma, uma escala e dimensão relevante com espaço de políticas urbanas, nomeadamente, ao nível sub-regional.

Ainda no quadro deste domínio de intervenção estratégica, deve ser afirmado a dimensão do património histórico e cultural, os recursos territoriais urbanos com uma expressão e potencial turístico, as atividades e produções locais com dimensão competitiva como âncoras fundamentais para a dinamização social e económica dos centros urbanos de pequena dimensão e em contexto rural. Neste contexto os programas de acção associados às estratégias de desenvolvimento local de base comunitária, que devem revestir abordagens com um âmbito territorial alargado, no prolongamento das experiências LEADER, constituem instrumentos de política e de mobilização de atores locais com um significado muito relevante. Deve

também ser tido em conta a significância do Património Cultural Imaterial, procurando que este se assuma cada vez mais como elemento diferenciador da identidade das comunidades.

As intervenções integradas de regeneração, reabilitação ou qualificação urbanas constituem, por seu lado, formas de intervenção privilegiadas nos centros urbanos, nomeadamente dos seus centros históricos, numa perspetiva de dar corpo a opções de desenvolvimento urbano sustentável, com intervenções no domínio da qualificação do edificado e do espaço urbano, da introdução de maior eficiência energética em contexto habitacional, de edifícios e espaços públicos, de promoção e valorização das estruturas ecológicas urbanas. No âmbito das grandes opções europeias e nacionais em matéria de desenvolvimento urbano sustentável, este domínio acolhe também, com particular relevância, as intervenções visando a promoção de um uso mais eficiente dos recursos naturais em contexto urbano.

Quer numa perspetiva intraurbana, quer numa perspetiva de âmbito municipal ou mesmo sub-regional inserem-se, ainda neste domínio, as opções de desenvolvimento de soluções de mobilidade assentes em intervenções que contribuam de forma eficaz para o funcionamento equilibrado e articulado do sistema urbano da sub-região, nomeadamente, na perspetiva de garantir adequados níveis de acesso a serviços e equipamentos às áreas de baixa densidades.

De referir ainda que no quadro das metas europeias «20–20–20», que visam alcançar, em 2020, (i) 20% de redução das emissões de gases com efeito de estufa relativamente aos níveis de 1990, (ii) 20% de quota de energia proveniente de fontes renováveis no consumo final bruto e (iii) 20% de redução do consumo de energia primária relativamente à projeção do consumo para 2020, mediante um aumento da eficiência energética, foi estabelecido para Portugal, para o horizonte de 2020, um objetivo geral de redução no consumo de energia primária de 25%.

As ações de eficiência energética a implementar abrangerão todos os setores da economia, sendo que será dada prioridade aos setores com maior peso nos consumos de energia, em que as áreas mais representativas são os transportes, indústria e edifícios. As principais ações a implementar, no âmbito deste domínio estratégico de intervenção, serão através: i) do reforço da redução de consumos energéticos na administração pública, nomeadamente em edifícios, equipamentos e iluminação pública, para a qual existe um objetivo específico de redução de 30% (e.g. ECO.AP – modelo ESCO); ii) da promoção de eficiência energética no setor dos transportes; e iii) da promoção da eficiência energética ao nível residencial e da dinamização de campanhas de sensibilização dirigidas à população.

Domínio Estratégico de Intervenção C: Objetivos Específicos (OE):

- C-OE-1.** Qualificar os centros urbanos estruturantes da rede urbana sub-regional, numa perspetiva de competitividade e inovação regional e de promoção de estruturas urbanas sustentáveis e de baixo carbono
- C-OE-2.** Apostar, numa lógica de equilíbrio territorial, nos elementos decisivos de competitividade territorial oferecidos pela cidade de Évora e pelo Corredor Central, como elementos decisivos da atratividade, afirmação e projeção do Alentejo Central
- C-OE-3.** Promover a vitalidade das restantes sedes de concelho e dos centros rurais apostando nas condições de multifuncionalidade, na qualificação urbana e na exploração de fatores distintivos dos espaços rurais
- C-OE-4.** Melhorar as condições de acessibilidade e de mobilidade sustentável no território do Alentejo Central

Domínio Estratégico de Intervenção C: Linhas de Intervenção Prioritária (LI):

- C-LI-1.** Promover estratégias integradas de desenvolvimento urbano sustentável à escala do centro urbano, nos centros urbanos estruturantes, recorrendo nomeadamente a Eixos Prioritários de Desenvolvimento Urbano (AIDUS)
- C-LI-2.** Promover estratégias integradas de desenvolvimento local de base comunitária e iniciativas de qualificação e de dinamização de centros rurais de excelência
- C-LI-3.** Promover, na perspetiva do desenvolvimento territorial, a qualificação, a valorização e a fruição cultural e turística dos recursos e bens patrimoniais da sub-região
- C-LI-4.** Aumentar a eficiência energética nos equipamentos públicos e coletivos, no espaço urbano e no setor residencial, preferencialmente no quadro de processos de reabilitação e recuperação de áreas ou edifícios de interesse histórico e cultural
- C-LI-5.** Intensificar a mobilidade sustentável através de projetos de mobilidade suave e de ações inovadoras de mobilidade

Tabela 18 - DOMÍNIO - C: ORGANIZAÇÃO E QUALIFICAÇÃO DO TERRITÓRIO: Prioridades de Investimento, segundo os Objetivos Temáticos, por Objetivo Específico

OBJETIVOS ESPECÍFICOS ALENTEJO CENTRAL 2020	PRIORIDADE DE INVESTIMENTOS DO PORTUGAL 2020 MOBILIZÁVEIS
C-OE-1. Qualificar os centros urbanos estruturantes da rede urbana sub-regional, numa perspetiva de competitividade e inovação regional e de promoção de estruturas urbanas sustentáveis e de baixo carbono	4.5 Promoção de estratégias de baixa emissão de carbono para todos os tipos de territórios, incluindo mobilidade urbana
	6.3 Proteção, promoção e desenvolvimento do património cultural e natural
	6.5 Adoção de medidas destinadas a melhorar o ambiente urbano, a revitalizar as cidades, recuperar e descontaminar zonas industriais abandonadas, incluindo zonas de reconversão, a reduzir a poluição do ar e o ruído
	9.1 Inclusão ativa para melhorar empregabilidade
	9.8 Apoio à regeneração física, económica e social das comunidades e zonas urbanas e rurais desfavorecidas
C-OE-2. Apostar numa lógica de equilíbrio territorial, nos elementos decisivos da competitividade territorial oferecidos pela cidade de Évora e pelo Corredor Central, como elementos decisivos da atratividade, afirmação e projeção do Alentejo Central	6.3 Proteção, promoção e desenvolvimento do património cultural e natural
	6.5 Adoção de medidas destinadas a melhorar o ambiente urbano, a revitalizar as cidades, recuperar e descontaminar zonas industriais abandonadas, incluindo zonas de reconversão, a reduzir a poluição do ar e a promover medidas de redução do ruído
	7.2 Mobilidade regional com ligações dos nós secundários e terciários à infraestrutura da RTE-T
C-OE-3. Promover a vitalidade das restantes sedes de concelho e dos centros rurais, apostando nas condições de multifuncionalidade, de qualificação urbana e de	6.3 Proteção, promoção e desenvolvimento do património cultural e natural
	8.9 Concessão de apoio ao crescimento propício ao emprego através do desenvolvimento do potencial endógeno como parte integrante de uma estratégia territorial para zonas específicas (...)
	9.1 Inclusão ativa para melhorar empregabilidade
	9.6 Investimentos no contexto de Estratégias de Desenvolvimento Local de Base Comunitária - DLBC

exploração e fatores distintivos dos espaços rurais	9.8 Apoio à regeneração física, económica e social das comunidades e zonas urbanas e rurais desfavorecidas
C-OE-4. Melhorar as condições de acessibilidade e de mobilidade sustentável no território do Alentejo Central	4.5 Promoção de estratégias de baixa emissão de carbono para todos os tipos de territórios, incluindo mobilidade urbana 6.5 Adoção de medidas destinadas a melhorar o ambiente urbano, a revitalizar as cidades, recuperar e descontaminar zonas industriais abandonadas, incluindo zonas de reconversão, a reduzir a poluição do ar e a promover medidas de redução do ruído 7.2 Mobilidade regional com ligações dos nós secundários e terciários à infraestrutura da RTE-T
C-OE-5. Valorizar e promover a fruição do património natural, cultural e paisagístico de uma foram integrada e sustentável	6.3 Proteção, promoção e desenvolvimento do património cultural e natural 6.4 A proteção e reabilitação da biodiversidade e dos solos e promoção de sistemas de serviços ecológicos (...) 11.2 Criação de capacidade para as partes interessadas que operam no domínio do emprego, do ensino e das políticas sociais e o estabelecimento de pactos setoriais e territoriais de preparação de reformas a nível nacional (...)

Tabela 19 - DOMÍNIO - C: ORGANIZAÇÃO E QUALIFICAÇÃO TO TERRITÓRIO: Prioridades de Investimento, segundo os Objetivos Temáticos, por Objetivo Específico – Quadro Síntese

OBJETIVOS ESPECÍFICOS Alentejo Central 2020		Competitividade e internacionalização					Inclusão Social e Emprego		Cap. Hum.	Sustentabilidade e eficiência no uso dos recursos		
		OT 1	OT 2	OT 3	OT 7	OT 11	OT 8	OT 9	OT 10	OT 4	OT 5	OT 6
C-OE-1. Qualificar os centros urbanos estruturantes da rede urbana sub-regional, (...)	P I					11.2		9.1 9.8		4.5		6.3 6.5
C-OE-2. Apostar numa lógica de equilíbrio territorial, nos elementos decisivos da competitividade territorial (...)	P I				7.2							6.3 6.5
C-OE-3. Promover a vitalidade das restantes sedes de concelho e dos centros rurais, (...)	P I						8.9	9.1 9.6 9.8				6.3
C-OE-4. Melhorar as condições de acessibilidade e de mobilidade (...)	P I				7.2					4.5		6.5
C-OE-5. Valorizar e promover a fruição do património natural, cultural e paisagístico de uma foram integrada e sustentável.						11.2						6.3 6.4

Legenda:

- **P I** – Prioridades de Investimento (tal como estabelecidas no *Portugal 2020*)
- **OT** – Objetivos Temáticos (tal como estabelecidos pela Comissão Europeia)

 - OT não mobilizáveis para ITI de acordo com o Acordo de Parceria

Domínio Estratégico de Intervenção C: Ações e Projetos por Linhas de Intervenção Prioritária (LI):

Linha de Intervenção Prioritária (LI)	Ações	P.I.
	<ul style="list-style-type: none"> • <i>Projetos e tipologias de projetos</i> 	
C-LI-1. Promover estratégias integradas de desenvolvimento urbano sustentável à escala do centro urbano, do eixo ou de redes urbanas com conteúdo ajustado às diferentes escalas	C-LI-1.a1. Programas de regeneração e revitalização urbana e atratividade das áreas urbanas, no quadro de AIDUS para os centros urbanos estruturantes do sistema urbano sub-regional (Évora, Estremoz, Montemor-o-Novo, Reguengos de Monsaraz e Vendas Novas)	4.5
	<ul style="list-style-type: none"> • <i>Planos integrados de regeneração e reabilitação urbana de centros históricos</i> • <i>Projetos de revitalização e regeneração de centros antigos</i> • <i>Projetos de regeneração urbana de áreas urbanas degradadas ou não consolidadas</i> 	6.5
		9.8
	C-LI-1.a2. Projetos Integrados de Regeneração Urbana de âmbito municipal e intermunicipal	6.5
	<ul style="list-style-type: none"> • <i>Projetos de Regeneração Urbana do Corredor Azul – nova fase</i> • <i>Projetos de Regeneração Urbana do Eixo dos Mármoreos</i> • <i>Projetos de Qualificação dos núcleos urbanos envolventes de Alqueva</i> • <i>Projectos de revitalização e regeneração urbana em centros urbanos da rede complementar</i> 	9.8
	C-LI-1.a3. <i>Centros Urbanos Inteligentes (Smart, Sustainable, Participative Cities):</i>	
	<ul style="list-style-type: none"> • <i>Projetos de melhoria da gestão urbana através da tecnologia</i> • <i>Centro Integrado de Operações virtual para as equipas operacionais dos municípios desenvolverem uma melhor governação operacional dos seus meios, equipamentos e espaços, suportado nas TIC.</i> 	4.3
		2.3
	C-LI-1.a4. Promover operações de ampliação e qualificação da infraestrutura verde urbana	
	<ul style="list-style-type: none"> • <i>Projetos de ampliação e qualificação de jardins e outras áreas verdes urbanas</i> • <i>Projetos requalificação paisagística de infraestruturas verdes urbanas</i> 	6.5
C-LI-2. Promover estratégias integradas de desenvolvimento local de base comunitária e iniciativas de qualificação e de dinamização de centros rurais de excelência	C-LI-2.a1. Estratégias de Desenvolvimento Local de Base Comunitária	8.9
	<ul style="list-style-type: none"> • <i>Projetos inseridos em Estratégias Locais de Base Comunitária (propostas pelas ADL's)</i> 	9.6
	C-LI-2.a2. Projetos de Revitalização e Qualificação dos Centros Rurais	
	<ul style="list-style-type: none"> • <i>Projetos de requalificação urbana de núcleos rurais</i> • <i>Projetos de revitalização de centros rurais</i> 	9.6

Linha de Intervenção Prioritária (LI)	Ações	P.I.
C-LI-3. Promover, na perspetiva do desenvolvimento territorial, a qualificação e valorização cultural e turística dos recursos e bens patrimoniais da sub-região	• Projetos e tipologias de projetos	P.I.
	C-LI-3.a1. Consolidar uma rede sustentável de equipamentos culturais de âmbito sub-regional <ul style="list-style-type: none"> • <i>Ações de requalificação e modernização de equipamentos culturais e de interpretação ambiental e científica</i> • <i>Projetos de gestão de eficiência energética em equipamentos públicos</i> • <i>Projetos de remodelação, ampliação, recuperação, modernização e beneficiação de instalações, imóveis e espaços envolventes de museus que integram a Rede Portuguesa de Museus ou a eles afetos, ou em procedimento de credenciação;</i> 	6.3
	C-LI-3.a2. Operações de valorização e promoção do património natural e cultural <ul style="list-style-type: none"> • <i>Sistema de Interpretação e Fruição do património natural, cultural e paisagístico do Alentejo Central (CIMAC)</i> • <i>Ações de valorização e promoção do património histórico com elevado interesse turístico</i> • <i>Ações de restauro, conservação, valorização e dinamização de bens histórico-culturais.</i> • <i>Ações de Valorização e Promoção do Património Imaterial</i> • <i>Pólo de investigação, valorização e divulgação do património cultural</i> • <i>Criação da Grande Rota Transtagana: de Juromenha a Porto Covo</i> • <i>Criação do Centro Interpretativo da Arte Chocalheira e Outras Artes do Ferro e Fogo</i> • <i>Recuperação da Escola Primária da Cumeada para Instalação do Clube de DARK SKY – Reserva de DARK SKY</i> • <i>Criação do Museu do Instrumento Musical</i> • <i>Criação do Museu José Mestre Batista</i> • <i>Requalificação do Convento da Saudação com instalação do centro de artes transdisciplinares</i> • <i>Cidade Europeia do Vinho 2015</i> • <i>Trilhos e ecopistas de âmbito municipal e intermunicipal para a fruição do património</i> • <i>Sistema Regional de parques e áreas de serviço para autocaravanas</i> • <i>Infraestruturas de apoio à náutica de recreio nas albufeiras</i> • <i>Projetos de promoção e animação cultural e turística (com impacte na captação de fluxos turísticos)</i> 	11.2
C-LI-4. Aumentar a eficiência energética nos equipamentos públicos e coletivos, no espaço urbano e no setor residencial, preferencialmente no quadro de processos de reabilitação e	C-LI-4.a1. Plano de Ação Intermunicipal de eficiência energética (iluminação pública, edifícios e equipamentos coletivos, transportes e produção de energia) <ul style="list-style-type: none"> • <i>Iniciativas integradas de monitorização e controlo de equipamentos no que diz respeito ao consumo energético (iluminação, edifícios, transportes, outros equipamentos).</i> • <i>Iniciativas de otimização energética na iluminação pública, transportes e edifícios.</i> • <i>Projetos de instalação e promoção de infraestruturas de produção de energia renovável</i> 	4.1
		4.3

Linha de Intervenção Prioritária (LI)	Ações	P.I.
recuperação de áreas ou edifícios de interesse histórico e cultura	<p>• <i>Projetos e tipologias de projetos</i></p> <p>C-LI-4.a2. Projeto de promoção da Eficiência Energética no setor da Habitação</p> <ul style="list-style-type: none"> • <i>Ações de Eficiência Energética na habitação social</i> • <i>Promoção da eficiência energética e a produção de energias de fonte renovável no sector habitacional particular</i> • <i>Projetos de eficiência energética no sector de habitação das populações mais desfavorecidas.</i> 	4.3
<p>C-LI-5. Intensificar a mobilidade sustentável através de projetos de mobilidade suave e de ações inovadoras de mobilidade.</p>	<p>C-LI-5.a1 - Projetos de Ciclovias Urbanas e Interurbanas:</p> <ul style="list-style-type: none"> • <i>Rede intermunicipal de mobilidade suave (CIMAC)</i> • <i>Redes Municipais de Mobilidade Suave</i> 	4.5
	<p>C-LI-5.a2 - Qualificação do Serviço de Transporte Público</p> <ul style="list-style-type: none"> • <i>Sistema Intermunicipal de Transporte e Mobilidade (CIMAC)</i> • <i>Otimização dos Sistemas Municipais de Transportes Escolares</i> 	4.5
	<p>C-LI-5.a3 – Promoção da eficiência energética no setor dos transportes no quadro das estratégias de baixo teor de carbono</p> <ul style="list-style-type: none"> • <i>Projetos de mobilidade ecológica e de transportes energeticamente mais eficiente e adoção de boas práticas</i> • <i>Campanhas de uso de transporte ferroviário de passageiros</i> • <i>Elaboração de planos integrados de mobilidade sustentável.</i> • <i>Projetos de promoção privada da mobilidade elétrica</i> • <i>Ações com vista ao uso de veículos elétricos na esfera da Administração Pública</i> • <i>Elaboração de planos integrados de mobilidade sustentável</i> 	4.5
	<p>CLI-5.a4 - Qualificação da rede rodoviária</p> <ul style="list-style-type: none"> • <i>Projetos de proximidade de reabilitação ou requalificação da rede rodoviária e do tipo "last mile" que eliminem constrangimentos existentes na ligação dos nós secundários e terciários da rede rodoviária à rede principal e RTE-T.</i> 	7.2.

Tabela 20 - DOMÍNIO – C: ORGANIZAÇÃO E QUALIFICAÇÃO TERRITORIAL Prioridades de Investimento MOBILIZÁVEIS, segundo os Objetivos Temáticos, por Linha de Intervenção Prioritária

Alentejo Central 2020		Competitividade e internacionalização					Inclusão Social e Emprego		Cap. Hum.	Sustentabilidade e eficiência no uso dos recursos							
		OT 1	OT 2	OT 3	OT 7	OT 11	OT 8	OT 9	OT 10	OT 4	OT 5	OT 6					
D-LI-1.	Promover estratégias integradas de desenvolvimento urbano sustentável (...)	PI		2.3					11.2			9.8		4.3	4.5	6.3	6.5
D-LI-2.	Promover estratégias integradas de desenvolvimento local de base comunitária (...)	PI								8.9		9.6	9.8				
D-LI-3.	Promover, na perspetiva do desenvolvimento territorial, a qualificação e valorização cultural e turística dos recursos patrimoniais do Alentejo Central	PI														6.3	6.4
D-LI-4.	Aumentar a eficiência energética nos equipamentos públicos e coletivos, no espaço público e no setor residencial (...)	PI												4.3	4.1		
D-LI-5.	Intensificar a mobilidade sustentável através de projetos de mobilidade suave e de ações inovadoras de mobilidade	PI				7.2								4.5			

Legenda: • **PI** – Prioridades de Investimento (tal como estabelecidas no *Portugal 2020*)

• **OT** – Objetivos Temáticos (tal como estabelecidos pela Comissão Europeia)

 - OT não mobilizáveis para ITI de acordo com o Acordo de Parceria

4.6.4. Domínio Estratégico de Intervenção D - COESÃO SOCIAL E QUALIDADE DE VIDA

A intervenção neste domínio fomenta a conjugação de uma perspetiva de promoção da coesão social, dando, prioritariamente atenção às necessidades de grupos mais vulneráveis e fragilizados, à promoção da equidade no acesso a serviços e equipamentos sociais e culturais, ao fomento do empreendedorismo, à dinamização empresarial e à eficiência na utilização de recursos disponíveis neste domínio.

As condições estruturais da região, associadas a um duplo envelhecimento demográfico, a uma baixa densidade populacional e a elevadas taxas de desemprego estrutural, têm acentuado fenómenos de exclusão social, de isolamento e de pobreza que importa inverter. O atual contexto de crise económica, para além de potenciar estes fenómenos tem igualmente gerado novos problemas sociais, mais transversais e com maiores impactos nas relações familiares, laborais e comunitárias.

Por outro lado, a desestruturação das redes informais de apoio familiar e de proximidade, com consequente perda de coesão social, tem vindo igualmente a ampliar os fenómenos de isolamento geográfico e a falta de condições de mobilidade, sobretudo para a população mais idosa.

Os problemas resultantes das elevadas taxas de desemprego e deste aumento dos níveis de isolamento e pobreza têm reflexo em toda a estrutura familiar e comunitária, deixando mais evidente a ausência de respostas integradas e a necessidade de articular intervenções vocacionadas para as famílias e para as comunidades.

Neste contexto, é fundamental repensar as redes existentes e articular as suas respostas. As Redes Sociais e as Plataformas Supraconcelhias, enquanto estruturas de identificação, hierarquização e articulação de respostas assumem, a este nível, particular importância, devendo ser repensado e ajustado o seu âmbito de atuação e instrumentos de intervenção. Também os CLDS – Contratos Locais de Desenvolvimento Social deverão reforçar-se enquanto instrumentos de intervenção local, voltados para a especificidade dos territórios e para a adequação de respostas de forma integrada e focalizada.

De facto, os novos modelos de intervenção no terreno apontam para uma descentralização nas respostas com transferência das intervenções da Administração Central para as IPSS e para as autarquias. Destaca-se neste âmbito, igualmente, o recurso a modelos de parceria com vista à intervenção de reabilitação social em contextos urbanos específicos, inscritos em modelos de Desenvolvimento Local de Base comunitária (DLBC). Esta nova conjuntura de políticas sociais deverá ser acompanhada de uma capacitação das organizações ao nível do reforço das suas equipas técnicas, da sua qualificação e formação e de instrumentos e legislação adequadas à sua intervenção.

Esta capacitação das organizações deverá igualmente vocacionar-se para abordagens em rede e para a articulação de respostas com outras organizações, numa lógica de fortalecimento dos fenómenos de cooperação local enquanto fatores de coesão e desenvolvimento.

Deverão neste âmbito ser tidas especialmente como relevantes as especificidades dos territórios de baixa densidade que aconselham a adoção de mecanismos de atração e fixação de população através também da recuperação de práticas de cooperação locais que potenciem a utilização dos recursos existentes e a partilha de conhecimento e tirando partido do capital de conhecimento e experiência acumulado nas entidades locais. A população idosa e a população em idade escolar registam neste domínio uma atenção particular.

Será igualmente muito importante associar a lógica dos serviços de proximidade ao ciclo de vida das famílias e não pensá-los apenas ao nível do apoio domiciliário aos idosos. A abordagem às questões da infância ou aos problemas do desemprego, do isolamento, dos idosos ou dos comportamentos de risco, entre outros, deve ser integrada e alargada ao contexto familiar e comunitário.

Em termos de redes de equipamentos, a sub-região apresenta elevados níveis de cobertura, tanto ao nível dos equipamentos sociais como culturais e desportivos. Ainda assim, subsistem algumas lacunas, sobretudo em freguesias predominantemente rurais que importará colmatar no próximo período de programação de fundos estruturais numa lógica de fecho de malha. Mas mais do que a construção de novos equipamentos, é sobretudo importante apostar na qualificação e reconversão dos equipamentos existentes, com vista à melhoria das suas funcionalidades e ao ajustamento destas funções aos novos contextos sociais (por exemplo: creches com baixos níveis de ocupação).

De salientar porém a ausência de respostas na sub-região ao nível dos equipamentos e serviços na área da saúde mental, cuja supressão deverá ser tida em conta, sobretudo ao nível da estruturação da rede nacional.

Deverá igualmente ser tida em conta a generalizada degradação do parque habitacional, com importantes impactos nas famílias mais vulneráveis e em particular nos idosos. A este nível importa promover ações de requalificação do parque habitacional, não apenas ao nível de pequenas intervenções de melhoria das condições de habitabilidade mas ao nível de programas integrados de reabilitação urbana.

A melhoria do bem-estar das populações passará igualmente pela melhoria das condições geradoras de criatividade, conhecimento e inovação social. Neste sentido, a promoção de uma oferta cultural de qualidade, voltada para a formação de públicos e para a integração desta formação no sistema de ensino formal, bem como a promoção de lógicas de fruição integradas será também de incentivar neste domínio.

A dimensão de serviço público na produção cultural deve ser salvaguardada e a articulação institucional deve a este nível potenciar a animação cultural do território, a programação em rede e a promoção de uma oferta cultural acessível nos principais polos urbanos mas também nos espaços rurais. A este nível importa sobretudo reforçar a cooperação institucional entre municípios e agentes culturais a uma escala intrarregional.

Domínio Estratégico de Intervenção D: Objetivos Específicos (OE):

- D-OE-1.** Combater os fenómenos de exclusão social, de isolamento e de pobreza e promover o bem-estar das famílias e a proteção aos grupos mais vulneráveis ao longo do ciclo de vida.
- D-OE-2.** Qualificar o ENSINO BÁSICO e combater os processos de ABANDONO ESCOLAR,
- D-OE-3.** Completar as REDES DE EQUIPAMENTOS sociais num quadro de estratégias de ordenamento do território municipal ou sub-regional e QUALIFICAR OS EQUIPAMENTOS EXISTENTES
- D-OE-4.** Dinamizar a animação cultural, nomeadamente, através da programação em rede e promover a melhoria das condições geradoras de criatividade,
- D-OE-5.** Capacitar e dinamizar as instituições da economia social e promover a sua articulação e incrementar o empreendedorismo e a inovação social

Domínio Estratégico de Intervenção D: Linhas de Intervenção Prioritária (LI):

- D-LI-1.** Consolidar e qualificar a rede institucional de serviços de proximidade numa lógica de integração de respostas
- D-LI-2.** Prevenir e combater de forma integrada as situações de pobreza e de exclusão social, incluindo o recurso a metodologias de parceria com intervenções de Desenvolvimento Local de Base Comunitária (DLBC)
- D-LI-3.** Apoiar o empreendedorismo social e estimular a inovação social
- D-LI-4.** Estimular e qualificar a produção e animação cultural, nomeadamente, através de programação cultural em rede, e valorizar a criatividade e o conhecimento
- D-LI-5.** Fomentar a diversificação e a qualificação das práticas culturais da população.

Tabela 21 - DOMÍNIO –D : COESÃO SOCIAL E QUALIDADE DE VIDA: Prioridades de Investimento, segundo os Objetivos Temáticos, por Objetivo Específico

OBJETIVOS ESPECÍFICOS ALENTEJO CENTRAL 2020	PRIORIDADE DE INVESTIMENTOS DO PORTUGAL 2020 MOBILIZÁVEIS
<p>D-OE-1. Combater os fenómenos de exclusão social, de isolamento e de pobreza e promover o bem-estar das famílias e a proteção aos grupos mais vulneráveis, ao longo do ciclo de vida</p>	<p>8.4 Igualdade entre os homens e mulheres em todos os domínios, nomeadamente nos domínios do acesso ao emprego, da progressão na carreira, da conciliação da vida profissional e privada e da promoção da igualdade de remuneração para trabalho igual</p> <hr/> <p>9.1 Inclusão ativa para melhorar empregabilidade</p> <hr/> <p>9.3 Luta contra todas as formas de discriminação e promoção da igualdade de oportunidades</p> <hr/> <p>9.8 Apoio à regeneração física, económica e social das comunidades e zonas urbanas e rurais desfavorecidas</p> <hr/> <p>10.3 Melhoria da igualdade de acesso à aprendizagem ao longo da vida, em contextos formais, não formais e informais</p>
<p>D-OE-2. Qualificar o ensino básico e combater os processos de abandono escolar</p>	<p>10.1 Redução e prevenção do abandono escolar precoce e promoção da igualdade de acesso a um ensino infantil, primário e secundário de qualidade, incluindo percursos de aprendizagem formais, não formais e informais para reintegração no ensino e formação</p>
<p>D-OE-3. Completar redes de equipamentos sociais num quadro de estratégias de ordenamento do território municipal ou sub-regional (...)</p>	<p>9.1 Inclusão ativa para melhorar empregabilidade</p> <hr/> <p>9.4 Melhoria do acesso a serviços sustentáveis, de grande qualidade e preços comportáveis, incluindo cuidados de saúde e serviços sociais de interesse geral</p> <hr/> <p>9.6 e 9.10 Investimentos no contexto de Estratégias de Desenvolvimento Local de Base Comunitária – DLBC</p> <hr/> <p>9.7. Investir na saúde e nas infraestruturas sociais que contribuam para o desenvolvimento nacional, regional e local, para a redução das desigualdades de saúde e para a transição dos serviços institucionais para os serviços de base comunitária</p> <hr/> <p>10.5 Investimentos na educação, na formação e na formação profissional para a aquisição de competências e a aprendizagem ao longo da vida</p>
<p>D-OE-4. Dinamizar a animação cultural, nomeadamente através da programação em rede e promover a melhoria das condições geradoras de criatividade</p>	<p>9.4 Melhoria do acesso a serviços sustentáveis, de grande qualidade e preços comportáveis, incluindo cuidados de saúde e serviços sociais de interesse geral</p> <hr/> <p>9.8 Apoio à regeneração física, económica e social das comunidades e zonas urbanas e rurais desfavorecidas</p> <hr/> <p>10.1 Redução e prevenção do abandono escolar precoce e promoção da igualdade de acesso a um ensino infantil, primário e secundário de qualidade, incluindo percursos de aprendizagem formais, não formais e informais para reintegração no ensino e formação</p>
<p>D-OE-5. Capacitar e dinamizar as instituições da economia social (...)</p>	<p>9.5 Promoção da economia social e das empresas sociais</p> <hr/> <p>9.6 e 9.10 Investimentos no contexto de Estratégias de Desenvolvimento Local de Base Comunitária - DLBC</p>

Tabela 22 - DOMÍNIO - D: COESÃO SOCIAL E QUALIDADE DE VIDA: Prioridades de Investimento, segundo os Objetivos Temáticos, por Objetivo Específico – Quadro Síntese

OBJETIVOS ESPECÍFICOS Alentejo Central 2020	PI	Competitividade e internacionalização					Inclusão Social e Emprego		Cap. Hum.	Sustentabilidade e eficiência no uso dos recursos		
		OT 1	OT 2	OT 3	OT 7	OT 11	OT 8	OT 9	OT 10	OT 4	OT 5	OT 6
D-OE-1. Combater os fenómenos de exclusão social, de isolamento e de pobreza e promover o bem-estar das famílias e a proteção aos grupos mais vulneráveis, (...)	PI		2.3				8.3 8.8	9.1 9.3				
D-OE-2. Qualificar o ensino básico e combater os processos de abandono escolar	PI								10.1			
D-OE-3. Completar redes de equipamentos sociais num quadro de estratégias de ordenamento do território municipal ou sub-regional (...)	PI							9.1 9.4 9.7				
D-OE-4. Dinamizar a animação cultural, nomeadamente através da programação em rede e promover a melhoria das condições geradoras de criatividade	PI							9.4	10.1			6.3
D-OE-5. Capacitar e dinamizar as instituições da economia social (...)	PI							9.5				

Legenda:

- **PI** – Prioridades de Investimento (tal como estabelecidas no *Portugal 2020*)
- **OT** – Objetivos Temáticos (tal como estabelecidos pela Comissão Europeia)

 - OT não mobilizáveis para ITI de acordo com o Acordo de Parceria

Domínio Estratégico de Intervenção D: Ações e Projetos por Linhas de Intervenção Prioritária (LI):

Linha de Intervenção Prioritária (LI)	Ações	P.I.
	<ul style="list-style-type: none"> • <i>Projetos e tipologias de projetos</i> 	
D-LI-1. Consolidar e qualificar a rede institucional de serviços e de equipamentos de proximidade, incluindo numa lógica de integração de respostas	D-LI-1.a1. Rede de Equipamentos de Saúde	9.4
	<ul style="list-style-type: none"> • <i>Plano Intermunicipal de Gestão da Rede de Equipamentos de Saúde</i> • <i>Projetos de construção e reabilitação de unidades da Rede de Equipamentos de Saúde</i> 	9.7
	D-LI-1.a2. Otimizar o funcionamento integrado das redes de equipamentos, estruturas e serviços de apoio social no quadro da redução das desigualdades no acesso	9.7
	<ul style="list-style-type: none"> • <i>Renovar ou ampliar equipamentos para apoio a idosos e pessoas com deficiência</i> • <i>Projetos de promoção do Envelhecimento Activo</i> • <i>Outras Unidades da Rede de Equipamentos e Estruturas de Apoio Colectivo</i> 	
	D-LI-1.a3. Rede de equipamentos Desportivos e de Lazer	9.4
	<ul style="list-style-type: none"> • <i>Elaboração Plano Intermunicipal de gestão da Rede de equipamentos Desportivos e de Lazer</i> • <i>Promoção integrada das actividades de Desporto e Lazer do Alentejo Central) Projetos municipais de beneficiação de estruturas desportivas e de lazer</i> 	9.7
		4.3
	D-LI-1.a4. Rede Educativa do Alentejo Central	9.4
	<ul style="list-style-type: none"> • <i>Plano Intermunicipal de gestão da Rede Educativa do Alentejo Central</i> • <i>Projetos de manutenção, qualificação e modernização dos equipamentos da rede escolar afetos à administração local</i> • <i>Criação e beneficiação de cantinas e refeitórios escolares</i> • <i>Gestão de programas de formação e qualificação contínua de professores e gestores escolares</i> 	9.7
		10.1
D-LI-2. Prevenir e combater de forma integrada as situações de pobreza e exclusão social, incluindo o recurso a metodologias de parceria com intervenções de Desenvolvimento Local de Base Comunitária (DLBC)	D-LI.2.a1. Programas de promoção da inclusão social em contexto urbano recorrendo a parcerias e ao instrumento de Desenvolvimento Local de Base Comunitária (DLBC)	8.3
	<ul style="list-style-type: none"> • <i>Projetos integrados e multissetoriais de inclusão social, baseados em parcerias e que assumem o formato de DLBC</i> 	8.8
		9.1
		10.1
	D-LI.2.a2. Contratos Locais de Desenvolvimento Social (CLDS)	9.1
	<ul style="list-style-type: none"> • <i>Projetos integrados e multissetoriais de inclusão social, baseados em parcerias e que assumem o formato de CLDS</i> 	

Linha de Intervenção Prioritária (LI)	Ações	P.I.
	<ul style="list-style-type: none"> • Projetos e tipologias de projetos 	
	<p>D-LI.2.a3. Promover a autonomia de pessoas com deficiência ao nível dos autocuidados e ao nível da sua inserção na vida cívica e mercado de trabalho</p> <ul style="list-style-type: none"> • <i>Projetos de apoio à empregabilidade de pessoas com deficiência</i> • <i>Ações de desenvolvimento de competências dirigidas a pessoas com deficiência</i> • <i>Ações de apoio ao emprego de pessoas com deficiência</i> 	9.1
	<p>D-LI.2.a4. Favorecer a inclusão de segmentos de população específicos, incluindo comunidades imigrantes e grupos especialmente vulneráveis da população, através nomeadamente de respostas integradas</p> <ul style="list-style-type: none"> • <i>Projetos de Diálogo Intercultural com comunidades de origem dos Imigrantes ou comunidades ciganas</i> • <i>Projetos integrados de desenvolvimento de competências nas comunidades imigrantes e grupos especialmente vulneráveis, bem como do seu acesso a serviços, incluindo culturais, de lazer, etc.</i> 	9.1
	<p>D-LI.2.a5. Ações para redução da iliteracia informática</p> <ul style="list-style-type: none"> • <i>Iniciativas de formação para públicos isolados, nomeadamente com recurso a meios móveis;</i> • <i>Serviços de apoio ao exercício da cidadania (esclarecimento, informação, utilização de serviços on-line);</i> • <i>Iniciativas de formação em TICs para desempregados ou indivíduos em risco de exclusão para reforço das suas competências pessoais e sociais;</i> • <i>Ações de capacitação e dinamização dos espaços internet</i> 	2.3
	<p>D-LI.2.a6. Combater fenómenos de abandono escolar e reforçar o apoio a crianças e jovens com necessidades educativas especiais</p> <ul style="list-style-type: none"> • <i>Programas e projetos de prevenção do abandono Escolar</i> • <i>Programas de apoio a crianças e jovens com necessidades educativas especiais</i> • <i>Projetos de cooperação entre entidades privadas e entidades sem fins lucrativos com vista à inserção na vida cívica de segmentos de população com necessidades especiais ou especialmente vulneráveis</i> 	10.1 9.1
	<p>D-LI.2.a7. Ações de sensibilização e de promoção da igualdade de género e da prevenção e combate à violência doméstica e de género e ao tráfico de seres humanos</p>	8.4 9.3
	<p>D-LI.2.a8. Promover projetos de Rede Local de Intervenção Social (RLIS) (apoio a processos de atendimento, encaminhamento e acompanhamento social de pessoas e das famílias em situação de risco e vulnerabilidade socioeconómica)</p> <ul style="list-style-type: none"> • <i>Criação e dinamização de Centros Comunitários</i> 	9.4
	<p>D-LI.2.a9. Promover “Programa Integrado para a Promoção da Inclusão Social de Crianças e Jovens” no Alentejo Central</p>	9.4

Linha de Intervenção Prioritária (LI)	Ações	P.I.
D-LI-3. Apoiar o empreendedorismo social e estimular a inovação social	• <i>Projetos e tipologias de projetos</i> D-LI-3.a1. Promoção de “boas práticas” no campo da economia social <ul style="list-style-type: none"> • <i>Programa sub-regional de desenvolvimento da economia social e do empreendedorismo social</i> • <i>Projetos de experimentação e inovação no campo da economia social</i> • <i>Promoção e disseminação intermunicipal de iniciativas e projetos de inovação social</i> • <i>Apoio ao robustecimento e reorganização de redes sociais municipais e intermunicipais</i> 	9.5 <hr/> 9.1
	D-LI.3.a2. Dinamizar e apoiar projetos de voluntariado ativo	9.1
	D-LI-4. Estimular e qualificar a produção e animação cultural, inclusive através de programação cultural em rede, e a valorizar a criatividade e conhecimento	D-LI.4.a1. Rede cultural do Alentejo Central <ul style="list-style-type: none"> • <i>Promoção da Programação Cultural em Rede</i> • <i>Apoio à criação de projetos de exposição e musealização</i> • <i>Apoio à Capacitação das Entidades Promotoras de Atividades Culturais</i>
D-LI.4.a2. Programa de animação cultural dos núcleos históricos do Alentejo Central <ul style="list-style-type: none"> • <i>Apoio a ações de animação de centros histórico</i> • <i>Apoio a ações de animação do património e dos espaços públicos e coletivos inseridos em núcleos históricos e em centros rurais de interesse cultural</i> 		6.3
D-LI.4.a3. Programa de apoio à produção artística e cultural de base regional e local <ul style="list-style-type: none"> • <i>Dinamização de Espaços para Criação e Experimentação de projetos culturais numa lógica de articulação de agentes e ideias</i> 		6.3 <hr/> 9.1
D-LI-5. Fomentar a diversificação e a qualificação das práticas culturais da população		D-LI.5.a1. Dinamizar e apoiar projetos em parceria entre as coletividades locais com ação cultural e artística, privilegiando ações de fomento de práticas amadoras <ul style="list-style-type: none"> • <i>Promoção da oferta cultural em zonas rurais e urbanas desfavorecidas</i> • <i>Dinamização de eventos baseados na cooperação entre estruturas de produção artística e cultural, amadoras ou de base local</i>
	D-LI.5.a2. Dinamizar uma rede de serviços educativos associados a equipamentos culturais municipais com vista ao trabalho com segmentos específicos de público	6.3
	<ul style="list-style-type: none"> • <i>Projetos de organização e criação de serviços educativos em estruturas e equipamentos culturais</i> • <i>Promoção de redes de serviços educativos supra ou intermunicipal</i> 	9.1 <hr/> 9.4

Tabela 23 - DOMÍNIO – D: COESÃO SOCIAL E QUALIDADE DE VIDA: Prioridades de Investimento mobilizáveis, segundo os Objetivos Temáticos, por Linha de Intervenção Prioritária

Alentejo Central 2020		Competitividade e internacionalização					Inclusão Social e Emprego		Cap. Hum.	Sustentabilidade e eficiência no uso dos recursos		
		OT 1	OT 2	OT 3	OT 7	OT 11	OT 8	OT 9	OT 10	OT 4	OT 5	OT 6
D-LI-1.	Consolidar e qualificar a rede institucional de serviços e de equipamentos de proximidade (...)	PI						9.4 9.7	10.1	4.3		
D-LI-2.	Prevenir e combater de forma integrada as situações de pobreza e exclusão social	PI		2.3			8.3 8.4 8.8	9.1 9.3 9.4	10.1			
D-LI-3.	Apoiar o empreendedorismo social e estimular a inovação social	PI						9.1 9.5				
D-LI-4.	Estimular e qualificar a produção e animação cultural (...)	PI		2.3				9.1				6.3
D-LI-5.	Fomentar a diversificação e qualificação das práticas culturais da população.	PI						9.1 9.4				6.3

Legenda:

- **PI** – Prioridades de Investimento (tal como estabelecidas no *Portugal 2020*)
- **OT** – Objetivos Temáticos (tal como estabelecidos pela Comissão Europeia)
-  - OT não mobilizáveis para ITI de acordo com o Acordo de Parceria

4.6.5. Domínio Estratégico de Intervenção E - VALORIZAÇÃO E PROTEÇÃO AMBIENTAL E ADAPTAÇÃO ÀS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS

Este domínio afirma o pilar ambiental como um dos elementos fundamentais da estratégia de intervenção sub-regional no quadro do próximo período de programação. Prossegue atuações desenvolvidas em períodos de programação anteriores neste domínio a nível sub-regional agora no quadro de uma estratégia europeia mais substantiva comandada pela necessidade de intervenção das políticas públicas na luta contra as alterações climáticas, pela melhoria da eficiência da utilização dos recursos naturais e adoção de novos padrões de uso e produção de energia.

Priorizam-se atuações em áreas de intervenção onde o nível sub-regional pode atingir elevados níveis de eficácia: uso eficiente da água em contexto urbano, gestão eficiente de resíduos, eficiência energética e energias renováveis, proteção e valorização ambiental em contexto urbano, proteção e valorização ambiental do espaço rural e gestão de riscos.

As intervenções neste domínio apresentam uma particular relação com intervenções, nos domínios da competitividade empresarial, emprego e internacionalização organização e qualificação do território. Neste sentido privilegiar-se-ão intervenções no quadro de programas integrados e de escala supramunicipal. Pretende-se uma transição para uma economia de baixo carbono, com a melhoria da

eficiência da utilização dos recursos (nomeadamente energia, água e solos) e gestão dos resíduos (sólidos, líquidos e gasosos), indo de encontro ao preconizado nas estratégias nacionais e regionais neste domínio.

Energia: No campo da energia, deverão privilegiar-se as intervenções que tendam à minimização dos consumos, introduzindo programas de eficiência energética em infraestruturas e equipamentos, bem como sistemas de melhoria da eficiência energética, incluindo contadores e redes energéticas inteligentes, quer ao nível do consumo público quer privado (privilegiar as PME numa perspetiva de apoio à economia local); as intervenções que contribuam para a minimização da utilização de combustíveis fósseis, nomeadamente em transportes e serviços públicos; as intervenções que contribuam para o desenvolvimento de soluções energeticamente mais sustentáveis e economicamente viáveis, de forma a contribuir para os objetivos da Estratégia 2020, a nível da eficiência energética e das energias renováveis.

Riscos: No plano da prevenção de riscos e adaptação às alterações climáticas devem ser privilegiadas as intervenções consertadas institucionalmente entre os diversos atores nesta área (CDOS, CIMAC, Municípios, etc.) no sentido de trocas de informações e reforço do conhecimento sobre os riscos naturais e tecnológicos do Alentejo Central. Neste sentido, é importante atender aos resultados dos últimos estudos sobre alterações climáticas e cenários para Portugal Continental (projeto SIAM II), realizado no âmbito do Programa Nacional de Ação Contra a Desertificação (PNACD), do qual a CIMAC é membro da Comissão Regional, e da relação transfronteiriça com a vizinha Extremadura Espanhola. A atualização dos instrumentos de planeamento neste domínio é uma área que deve ser considerada.

Biodiversidade e património: Devem privilegiar-se intervenções que integrem numa única base de dados os levantamentos de biodiversidade que existem no Alentejo Central, a colmatação das lacunas de informação que ainda persistem no Alentejo Central, identificando as espécies com maior vulnerabilidade às alterações climáticas e alterações de habitat, apontando soluções de adaptação/minimização de impactes. E ainda a gestão e valorização consertada entre as diversas áreas protegidas, ou a proposta de novas.

Deverão privilegiar-se as intervenções que valorizem o património natural e cultural e a paisagem da região, nomeadamente os sistemas de alto valor natural e cultural como é o caso dos montados, compostos essencialmente por azinheira (*Quercus rotundifolia*) e sobreiro (*Quercus suber*), espécies protegidas legalmente desde 2001 (Decretos-Lei n.º 169/2001 e n.º 155/2004), numa perspetiva de gestão sustentável dos recursos e da sua fruição como património.

Água, ar, solos: Deve privilegiar-se intervenções que promovam a gestão sustentável dos recursos, quer da água (em quantidade e em qualidade) quer do ar, quer dos solos.

No que respeita água devem privilegiar-se intervenções materiais e imateriais que intervenham nas redes de forma à identificação e redução de perdas quer no abastecimento para consumo humano, quer no consumo industrial e agrícola (avaliação em cenários com e sem alterações climáticas).

No âmbito da qualidade do Ar, devem privilegiar-se intervenções que promovam a monitorização da qualidade do ar nomeadamente aumentando a rede de sensores no Alentejo Central.

Ruido e resíduos: Colocar à disposição os mapas de ruido do Alentejo Central, e promoção da melhoria do ambiente acústico nas zonas de maiores níveis de ruido.

Ao nível do tratamento de resíduos privilegiar intervenções que minimizem o impacte dos resíduos sólidos e efluentes líquidos no ambiente (ar, água e solo), através da melhoria dos atuais sistemas de tratamento e depuração, que assentem na valorização dos resíduos e no aumento das taxas de reciclagem atuais, nomeadamente indo de encontro aos planos nacionais, como o PERSU, e o PENSAR, na área do abastecimento e saneamento.

Promover a recuperação e requalificação de áreas degradadas, nomeadamente ao nível dos solos e recursos hídricos.

Domínio Estratégico de Intervenção E - Objetivos Específicos (OE):

E-OE-1. Promover a adoção de padrões sustentáveis de uso dos recursos naturais e preservar a qualidade ambiental e paisagística da sub-região

E-OE-2. Promover mecanismos de adaptação às alterações climáticas e combater riscos associados

E-OE-3. Melhorar os sistemas de gestão de resíduos, numa perspetiva integrada, ao nível da sub-região

Domínio Estratégico de Intervenção E - Linhas de Intervenção Prioritária (LI):

E-LI-1 Promover a qualificação e recuperação dos solos e a valorização dos espaços naturais de relevante interesse ambiental

E-LI-2 Promover a gestão integrada dos recursos hídricos e aumentar a eficiência no abastecimento, saneamento e uso geral da água

E-LI-3 Promover a gestão eficiente de resíduos urbanos

E-LI-4 Promover ações com vista à prevenção e gestão de riscos naturais e tecnológicos

E-LI-5 Promover a produção de informação e do conhecimento técnico e científico na área das alterações climáticas, riscos e uso eficiente de recursos

Tabela 24 - DOMÍNIO – E: VALORIZAÇÃO E PROTEÇÃO AMBIENTAL E ADAPTAÇÃO ÀS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS: Prioridades de Investimento, segundo os Objetivos Temáticos, por Objetivo Específico

OBJETIVOS ESPECÍFICOS ALENTEJO CENTRAL 2020	PRIORIDADE DE INVESTIMENTOS DO PORTUGAL 2020 MOBILIZÁVEIS
E-OE-1 Promover a adoção de padrões sustentáveis de uso dos recursos naturais e preservar a qualidade ambiental e paisagística da sub-região	6.1 Investimentos no setor dos resíduos para satisfazer os requisitos do acervo ambiental da EU e atender às necessidades de investimento identificadas pelos Estados-Membros que vão além dos requisitos
	6.2 Investimentos no setor da água para satisfazer os requisitos do acervo ambiental da União (...)
	6.4 Proteção e reabilitação da biodiversidade e dos solos...
	6.5 A adoção de medidas destinadas a melhorar o ambiente urbano (...) a recuperar e descontaminar zonas industriais abandonadas
	6.6 Investimentos no setor dos solos para satisfazer os requisitos do acervo ambiental da EU e atender às necessidades de investimento identificadas pelos Estados-Membros que vão além dos requisitos
E-OE-2 Promover mecanismos de adaptação às alterações climáticas e combater riscos associados	5.1 Concessão de apoio ao investimento para a adaptação às alterações climáticas, incluindo abordagens baseadas nos ecossistemas
	5.2 Promoção de investimentos para fazer face a riscos específicos, assegurar a capacidade de resistência às catástrofes e desenvolver sistemas de gestão de catástrofes
	6.4 Proteção e reabilitação da biodiversidade e dos solos...
E-OE-3 Melhorar os sistemas de gestão de resíduos, numa perspetiva integrada, ao nível da sub-região	6.1 Investimentos no setor dos resíduos para satisfazer os requisitos do acervo ambiental da EU e atender às necessidades de investimento identificadas pelos Estados-Membros que vão além dos requisitos
	6.2 Investimentos no setor da água para satisfazer os requisitos do acervo ambiental da União (...)

Tabela 25 - DOMÍNIO - E: VALORIZAÇÃO E PROTEÇÃO AMBIENTAL E ADAPTAÇÃO ÀS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS: Prioridades de Investimento, segundo os Objetivos Temáticos, por Objetivo Específico – Quadro Síntese

OBJETIVOS ESPECÍFICOS Alentejo Central 2020		Competitividade e internacionalização					Inclusão Social e Emprego		Cap. Hum.	Sustentabilidade e eficiência no uso dos recursos		
		OT 1	OT 2	OT 3	OT 7	OT 11	OT 8	OT 9	OT 10	OT 4	OT 5	OT 6
E-OE-1 Promover a adoção de padrões sustentáveis de uso dos recursos naturais e preservar a qualidade ambiental e paisagística da sub-região	PI											6.1 6.2 6.4 6.5
E-OE-2 Promover mecanismos de adaptação às alterações climáticas e combater riscos associados	PI										5.1 5.2	6.4
E-OE-3 Melhorar os sistemas de gestão de resíduos (...)	PI											6.1 6.2 6.4

Legenda:

- **PI** – Prioridades de Investimento (tal como estabelecidas no *Portugal 2020*)
- **OT** – Objetivos Temáticos (tal como estabelecidos pela Comissão Europeia)

 - OT não mobilizáveis para ITI de acordo com o Acordo de Parceria

Domínio Estratégico de Intervenção E: Ações e Projetos por Linhas de Intervenção Prioritária (LI):

Linha de Intervenção Prioritária (LI)	Ações • Projetos com enquadramento na ação ou que poderão originar projetos enquadráveis na ação	P.I.
E-LI-1. Promover a qualificação e recuperação do solo e a valorização dos espaços naturais de relevante interesse ambiental	E-LI-1.a1 - Projetos de recuperação de solos degradados e de qualificação do solo: <ul style="list-style-type: none"> • <i>Ações de Recuperação e Valorização de Pedreiras e Escombreiras</i> • <i>Ações de Recuperação de solos em zonas industriais degradadas</i> 	6.4 <hr/> 6.5
	E-LI-1.a2 – Reforçar as estruturas de proteção e valorização ambiental <ul style="list-style-type: none"> • <i>Ações de Gestão Integrada da Rede Natura 2000</i> • <i>Criação e valorização de novas áreas protegidas de âmbito local</i> • <i>Ações de preservação e valorização ambiental das ribeiras e outras áreas sensíveis</i> • <i>Reforçar as estruturas de proteção e valorização ambiental em meio urbano, incluindo as galerias ripícolas.</i> 	6.4
	E-LI-1.a3 – Projetos de preservação e promoção da biodiversidade <ul style="list-style-type: none"> • <i>Projetos que visem a preservação e promoção da biodiversidade (nomeadamente das áreas de Montado)</i> • <i>Ações de sensibilização para o ambiente e a biodiversidade</i> 	6.4
E-LI-2. Promover a gestão integrada dos recursos hídricos e aumentar a eficiência no abastecimento, saneamento e uso geral da água	E-LI-2.a1 – Reabilitação e otimização dos sistemas públicos de água e saneamento <ul style="list-style-type: none"> • <i>Estudos e ações de identificação e monitorização das perdas das redes de abastecimento e saneamento.</i> • <i>Requalificação com vista ao aumento da eficiência das redes de abastecimento público de água em baixa no quadro de parcerias envolvendo todas as entidades relevantes</i> • <i>Requalificação com vista ao aumento da eficiência das Redes de saneamento básico e tratamento de águas residuais no quadro de parcerias envolvendo todas as entidades relevantes</i> • <i>Projetos de Telegestão dos Sistemas de Abastecimento de Água e Saneamento.</i> 	6.2
	E-LI-2.a2 – Projetos de promoção do uso eficiente da Água <ul style="list-style-type: none"> • <i>Plano municipal / Intermunicipal de promoção do uso eficiente da água</i> • <i>Ações de reutilização da água</i> 	6.2
	E-LI-2.a Implementação dos Planos de Gestão de Bacia Hidrográfica <ul style="list-style-type: none"> • <i>Projetos de elevada prioridade considerados nos Planos de Ação dos PGBH</i> 	6.2
E-LI-3. Promover a gestão eficiente dos Resíduos Urbanos	E-LI-3.a1 – Gestão Eficiente de Resíduos: <ul style="list-style-type: none"> • <i>Promoção da Eficiência do Sistema intermunicipal de recolha e gestão de resíduos</i> 	6.1

Linha de Intervenção Prioritária (LI)	Ações	P.I.
	<ul style="list-style-type: none"> • Projetos com enquadramento na ação ou que poderão originar projetos enquadráveis na ação 	
E-LI-4. Promover ações com vista à prevenção e gestão de riscos naturais e tecnológicos	<p>E-LI-4.a1 - Projetos de planeamento da prevenção de riscos naturais e tecnológicos:</p> <ul style="list-style-type: none"> • <i>Incentivos à Compostagem Doméstica Otimização dos sistemas municipais de gestão de resíduos urbanos</i> • <i>Ações de promoção da recolha seletiva de resíduos</i> <p>E-LI-4.a2 – Reforçar as condições institucionais e logísticas da prevenção de riscos:</p> <ul style="list-style-type: none"> • <i>Sistema Intermunicipal de Gestão e prevenção de riscos naturais e tecnológicos</i> • <i>Ações de sensibilização e educação para a prevenção de riscos naturais e tecnológicos</i> <p>LI-4.a2 – Reforçar as condições institucionais e logísticas da prevenção de riscos:</p> <ul style="list-style-type: none"> • <i>Reforço das estruturas e meios operacionais de proteção civil</i> 	<p>5.2</p> <p>5.2.</p>
E-LI-5. Promover a produção de informação e do conhecimento técnico e científico na área das alterações climáticas, riscos e uso eficiente de recursos	<p>LI-5.a1 - Projetos de produção de informação de base territorial na área das alterações climáticas, riscos e uso eficiente de recursos naturais</p> <ul style="list-style-type: none"> • <i>Conceção de base e plataforma de informação sobre alterações climáticas, riscos e uso eficiente de recursos naturais</i> • <i>Apoio à difusão de boas práticas</i> <p>LI-5.a2 - Projetos de investigação na área das alterações climáticas, riscos e uso eficiente de recursos naturais</p> <p>LI-5.a3 - Implementar estratégias e ações de valorização de fontes de energia renováveis e da sua utilização e fomentar a eficiência energética</p>	<p>6.4</p> <p>6.4</p> <p>4.1</p>

Tabela 26 - DOMÍNIO – E: VALORIZAÇÃO E PROTEÇÃO AMBIENTAL E ADAPTAÇÃO ÀS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS: Prioridades de Investimento MOBILIZÁVEIS, segundo os Objetivos Temáticos, por Linha de Intervenção Prioritária

Alentejo Central 2020		Competitividade e internacionalização					Inclusão Social e Emprego		Cap. Hum.	Sustentabilidade e eficiência no uso dos recursos			
		OT 1	OT 2	OT 3	OT 7	OT 11	OT 8	OT 9	OT 10	OT 4	OT 5	OT 6	
E-LI-1	Promover a qualificação e recuperação dos solos e a valorização dos espaços naturais de relevante interesse ambiental	PI											6.4 6.5
E-LI-2	Promover a gestão integrada dos recursos hídricos e aumentar a eficiência no abastecimento, saneamento e uso geral da água	PI											6.2
E-LI-3	Promover a gestão eficiente dos Resíduos	PI											6.1
E-LI-4	Promover ações com vista à prevenção e gestão de riscos naturais e tecnológicos	PI										5.2	
E-LI-5	Promover a produção de informação e do conhecimento técnico e científico na área das alterações climáticas, riscos e uso eficiente de recursos	PI											6.4

Legenda:

- **PI** – Prioridades de Investimento (tal como estabelecidas no *Portugal 2020*)
- **OT** – Objetivos Temáticos (tal como estabelecidos pela Comissão Europeia)

 - OT não mobilizáveis para ITI de acordo com o Acordo de Parceria

4.7. ANÁLISE DE COERÊNCIA EXTERNA DA EIDT ALENTEJO CENTRAL 2020 COM O PAR ALENTEJO 2020

O **Plano de Ação Regional Alentejo 2020** tem a sua estratégia organizada nos seguintes níveis:

- ✓ Prioridade Temáticas da Coesão (4 prioridades),
- ✓ Prioridades de Intervenção Regional (5 prioridades),
- ✓ Iniciativas Âncora (13 iniciativas).

Por sua vez a **EIDT Alentejo Central 2020** desenvolve o seu conteúdo numa organização em árvore com os seguintes níveis:

- ✓ Domínios estratégicos de intervenção
- ✓ Objetivos específicos

- ✓ Linhas de ação prioritárias.

O exercício de análise de coerência externa da Estratégia Alentejo Central 2020 com o Plano de Ação Regional 2020 centrou-se na análise de coerência entre os seguintes níveis destes dois documentos:

Num primeiro momento procedeu-se à análise da coerência entre os Domínios Estratégicos de Intervenção da estratégia sub-regional com as Prioridades de Intervenção da estratégia regional. Este exercício está traduzido nas **tabelas 27 e 28** de seguida apresentadas.

A este nível é possível sublinhar os seguintes aspetos:

- ✓ Existem a este nível de análise global relações de coerência significativa entre os pilares fundamentais das estratégias definidas nos documentos,
- ✓ A Estratégia Alentejo Central 2020 contribui para a Estratégia Alentejo 2020, através dos seus domínios Estratégicos de Intervenção, com relações DIRETAS e MUITO SIGNIFICATIVAS. Este nível de conjugação estratégica é particularmente relevante sobre as seguintes Prioridades de Intervenção Regional:
 - Renovação da Base Económica sobre os recursos naturais e a excelência ambiental e patrimonial,
 - Qualificação do Território e
 - Qualificações, Empregabilidade, e Inclusão Social.
- ✓ Um dado particularmente relevante da análise de coerência desenvolvida a este nível diz respeito ao elevado alinhamento estratégico existente entre os dois documentos no domínio do desenvolvimento económico. Com efeito, verifica-se que o domínio da Competitividade Empresarial, Emprego e Internacionalização, do Alentejo Central 2020, tem uma forte relação com todas as Prioridades de Intervenção Regionais. Esta conjugação é mais assinalável sobre as seguintes prioridades regionais:
 - Consolidação do Sistema Regional de Inovação e Competências,
 - Renovação da Base Económica sobre os recursos naturais e a excelência ambiental e patrimonial,
 - Qualificações, Empregabilidade, e Inclusão Social.
- ✓ Mais relevante ainda é o facto de todos os Domínios Estratégicos de Intervenção do Alentejo Central 2020 apresentarem níveis de articulação (ainda que, naturalmente, com intensidades diferenciadas) com a Prioridade de Intervenção Regional Renovação da Base Económica.

Tabela 27 - Cruzamento de contribuições dos Domínios Estratégicos de Intervenção do Alentejo Central 2020 para a prossecução das Prioridade de Intervenção do Alentejo 2020

Prioridades Temáticas		Competitividade e Inovação			Desenvol. Sustent.	Potencial Humano	Coesão Social
Prioridades de Intervenção		SIST. REG. INOVAÇÃO COMPETÊNC.	QUALIF. ATIVOS DO TERRITÓRIO	RENOVAÇÃO DA BASE ECONÓMICA	QUALIF. DO TERRITÓRIO	QUALIFICAÇÕES, EMPREGABILIDADE E INCLUSÃO SOCIAL	
Domínios Estratégicos de Intervenção Alentejo Central 2020	Competitividade de empresarial, emprego e internacionalização	●	●	●	●	●	
	Reforço e capacitação institucional	●		●		●	
	Organização e qualificação territorial		●	●	●		
	Coesão social e qualidade de vida			●		●	
	Valorização e proteção ambiental			●	●		

LEGENDA:



Contributo DIRETO E MUITO SIGNIFICATIVO

O domínio de Intervenção Estratégia do PA-AC 2020 contribui de forma DIRETA E MUITO SIGNIFICATIVA para a prossecução da Prioridade de Intervenção Regional



Contributo DIRETO E RELEVANTE

O domínio de Intervenção Estratégia do PA-AC 2020 contribui de forma DIRETA E RELENTE para a prossecução da Prioridade de Intervenção Regional



Contributo COMPLEMENTAR

O domínio de Intervenção Estratégia do PA-AC 2020 contribui de forma COMPLEMENTAR para a prossecução da Prioridade de Intervenção Regional

Tabela 28 - Cruzamentos dos Objetivos Específicos (de cada Domínio Estratégico de Intervenção) do Alentejo Central 2020 com as Prioridades de Intervenção do Alentejo 2020

PAR Alentejo 2020	Prioridades Temáticas	A] Competitividade e Inovação			B] Desenvolvimento Sustentável	C] Potencial Humano e D] Coesão Social	Objetivos Específicos do PA Alentejo Central 2020 não cobertos pelas Prioridades de Intervenção do PAR Alentejo 2020
	Prioridades de Intervenção	Sist. Reg. Inovação Competências	Qualif. Internac. Ativos do Território	Renovação da Base Económica	Qualificação do Território: redes de suporte e dinâmicas	Qualificações, Empregabilidade e Inclusão Social	
Domínios Estratégicos de Intervenção Alentejo Central 2020	COMPETIT. EMPRESARIAL, EMPREGO E INTERNAC.	✓ Incentivar a inovação empresarial,	✓ Reforçar as condições de atratividade económica da região,	✓ Afirmação dos setores económicos estratégicos, ✓ Valorização económica dos recursos endógenos,	✓ Reforçar as condições de atratividade económica da região,	✓ Fomentar o empreendedorismo,	
	REFORÇO E CAPACITAÇÃO INSTITUCION.	✓ Intensificar a dinâmica de parcerias, ✓ Reforçar o capital no domínio da cooperação transfronteiriça,		✓ Intensificar a dinâmica de parcerias,		✓ Intensificar a dinâmica de parcerias,	✓ Reforçar a inteligência das instituições regionais, ✓ Aumentar os níveis de desempenho e qualificação dos serviços públicos
	ORGANIZAÇÃO E QUALIFICAÇÃO DO TERRITÓRIO			✓ Promover a vitalidade das sedes dos Concelhos e dos Centros Rurais,	✓ Qualificar os Centros Urbanos Estruturantes, ✓ Apostar nos elementos decisivos de competi-vidade territorial (Évora, corredor central) ✓ Promover a vitalidade das sedes dos concelhos, ✓ Melhorar as condições de acessibilidade e mobilidade no território do Alentejo Central,		

PAR Alentejo 2020	Prioridades Temáticas	A] Competitividade e Inovação			B] Desenvolvimento Sustentável	C] Potencial Humano e D] Coesão Social	Objetivos Específicos do PA Alentejo Central 2020 não cobertos pelas Prioridades de Intervenção do PAR Alentejo 2020
	Prioridades de Intervenção	Sist. Reg. Inovação Competências	Qualif. Internac. Ativos do Território	Renovação da Base Económica	Qualificação do Território: redes de suporte e dinâmicas	Qualificações, Empregabilidade e Inclusão Social	
					<ul style="list-style-type: none"> ✓ Promover estratégias integradas de desenvolvimento urbano sustentável nos centros urbanos estruturantes 		
	COESÃO SOCIAL E QUALIDADE DE VIDA	<ul style="list-style-type: none"> ✓ (...) promover a melhoria das condições geradoras de criatividade, conhecimento e inovação social, 		<ul style="list-style-type: none"> ✓ Capacitar e dinamizar as instituições da Economia Social, 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Programação cultural em rede, 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Incrementar o Empreendedorismo Social, ✓ Combater os fenómenos de Exclusão Social (...), ✓ Qualificar os Ensino Básico e combater Abandono Escolar, ✓ Promover o bem-estar das famílias (...), 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Completar Redes de Equipamentos,
	VALORIZAÇÃO E PROTEÇÃO AMBIENTAL			<ul style="list-style-type: none"> ✓ Promover a fruição do património natural, cultural e paisagístico, ✓ Promover a eficiência energética e a produção de energias renováveis, 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Promover a adoção de padrões sustentáveis de usos dos recursos naturais, ✓ Melhorar os sistemas de gestão de resíduos (...), ✓ Promover a eficiência energética e a produção de energias renováveis, 		<ul style="list-style-type: none"> ✓ Promover a qualidade ambiental e paisagística da sub-região, ✓ Promover mecanismos de adaptação às alterações climáticas,

Num segundo momento deste exercício procedeu-se à análise coerência entre, por um lado, as Linhas de Ação da estratégia sub-regional, e, por outro, com o conteúdo programático previsto nas Iniciativas Âncora estratégia regional. Este exercício revelou-se muito relevante e encontra-se traduzido nas **tabelas 29 e 30** abaixo apresentadas.

A este nível é possível sublinhar os seguintes aspetos:

- ✓ Existe, também a este nível de análise, relações de coerência significativa entre as orientações programáticas sub-regionais e as iniciativas âncora regional que consubstanciam “problemáticas-chave do desenvolvimento regional”,
- ✓ Pela densidade dos cruzamentos entre Linhas de Ação da estratégia Alentejo Central 2020 e as Iniciativas Âncora do Alentejo 2020 revelam-se particularmente relevantes o contributo que a estratégia sub-regional prevê com incidência nos seguintes sete Iniciativas Âncora:
 - Agricultura de regadio,
 - Turismo Alentejo e Ribatejo,
 - Economia Verde,
 - Desenvolvimento dos Territórios de Baixa Densidade,
 - Sistema Urbano Policêntrico,
 - Pacto Regional para a Qualificação, o Emprego e a Inclusão Social, e
 - Economia Social.
- ✓ Esta a análise permite ainda identificar um conjunto expressivo e relevante de Linhas de Ação da estratégia sub-regional que aparentemente não se encontram refletidas nas problemáticas enunciadas pelas Iniciativas Âncora regionais. Encontram-se nesta situação as linhas de ação relacionadas com as seguintes problemáticas:
 - Parcerias de reforço institucional para o desenvolvimento regional,
 - Qualificação e capacitação institucional, nomeadamente, das autarquias locais,
 - Combate à desertificação,
 - Prevenção e gestão de riscos.

Por último, faz-se a análise da coerência entre as Linhas de Ação Prioritárias da EIDT do Alentejo Central e a Estratégia Regional de Especialização Inteligente do Alentejo, que se apresenta na **tabela 31**, que fecha este capítulo.

Tabela 29 - Cruzamentos das Linhas de Ação Prioritárias (de cada Domínio Estratégico de Intervenção) do Alentejo Central 2020 com as Iniciativas Âncora do PAR Alentejo 2020 (Parte I)

PAR Alentejo 2020	Prioridades Temáticas	COMPETITIVIDADE E INOVAÇÃO						
	Prioridades de Intervenção	SISTEMA REGIONAL DE INOVAÇÃO E COMPETÊNCIAS	QUALIFICAÇÃO E INTERNACIONALIZ. ATIVOS TERRITÓRIO	RENOVAÇÃO DA BASE ECONÓMICA SOBRE OS RECURSOS NATURAIS E A EXCELÊNCIA AMBIENTAL E PATRIMONIAL DA REGIÃO ⁸				
	INICIATIVAS ÂNCORA	SISTEMA REGIONAL DE INOVAÇÃO	QUALIFICAÇÃO E PROMOÇÃO DAS INFRAS ECONÓMICAS	AGRICULTURA DE REGADIO	PLATAFORMA LOGÍSTICA ALIMENTAR	TURISMO ALENTEJO E RIBATEJO	PATRIMÓNIO E CULTURA	ECONOMIA VERDE
Domínios Estratégicos de Intervenção Alentejo Central 2020	COMPETIT. EMPRESARIAL, EMPREGO INTERNAC.	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Consolidação do SRTT, ✓ Parcerias com instituições do SRTT, 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Rede sub-regional de espaços de acolhimento empresarial, ✓ Internacionalização de empresas, 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Apoio ao desenvolvimento empresarial, (...) através da utilização de fatores dinâmicos da competitividade ✓ Parcerias com instituições do SRTT, ✓ Desenvolvimento de micro e pequenas empresas, ✓ Valorização económica dos territórios de baixa densidade, ✓ (...) utilização sustentável de recursos naturais no âmbito dos processos produtivos, 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Apoio ao desenvolvimento empresarial, (...) através da utilização de fatores dinâmicos da competitividade ✓ Rede sub-regional de espaços de acolhimento empresarial, ✓ Desenvolvimento de micro e pequenas empresas, ✓ Valorização económica dos territórios de baixa densidade, 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Apoio ao desenvolvimento empresarial, (...) através da utilização de fatores dinâmicos da competitividade ✓ Valorização económica dos territórios de baixa densidade, ✓ Empreendedorismo no domínio das TIC (...) e da promoção do património, 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Empreendedorismo no domínio (...) das atividades criativas, ✓ Valorização económica dos territórios de baixa densidade, 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Parcerias com instituições do SRTT, ✓ Valorização económica dos territórios de baixa densidade, ✓ Eficiência energética (...) no âmbito dos processos produtivos,

⁸ Não foi considerada para esta análise a Iniciativa Âncora “Economia do Mar”

PAR Alentejo 2020	Prioridades Temáticas	COMPETITIVIDADE E INOVAÇÃO						
	Prioridades de Intervenção	SISTEMA REGIONAL DE INOVAÇÃO E COMPETÊNCIAS	QUALIFICAÇÃO E INTERNACIONALIZ. ATIVOS TERRITÓRIO	RENOVAÇÃO DA BASE ECONÓMICA SOBRE OS RECURSOS NATURAIS E A EXCELÊNCIA AMBIENTAL E PATRIMONIAL DA REGIÃO⁸				
	INICIATIVAS ÂNCORA	SISTEMA REGIONAL DE INOVAÇÃO	QUALIFICAÇÃO E PROMOÇÃO DAS INFRAS ECONÓMICAS	AGRICULTURA DE REGADIO	PLATAFORMA LOGÍSTICA ALIMENTAR	TURISMO ALENTEJO E RIBATEJO	PATRIMÓNIO E CULTURA	ECONOMIA VERDE
	REFORÇO E CAPACITAÇÃO INSTITUCION.			✓ Redes e parcerias focadas na captação de investimentos,	✓ Redes e parcerias focadas na captação de investimentos,	✓ Redes de cooperação institucional		
	ORGANIZAÇÃO E QUALIFICAÇÃO DO TERRITÓRIO					✓ Estratégias integradas de desenvolvimento urbanos sustentável, ✓ Estratégias integradas de desenvolvimento local, ✓ Regeneração, reabilitação e qualificação urbana, ✓ Qualificação dos centros urbanos e rurais (...),	✓ (...) Preservação e valorização dos elementos patrimoniais e culturais, ✓ Promover estratégias integradas de desenvolvimento urbano sustentável nos centros urbanos estruturantes	✓ Eficiência energética nos equipamentos e edifícios públicos e coletivos, no espaço urbano e sector residencial,
COESÃO SOCIAL E QUALIDADE DE VIDA					✓ Programação cultural em rede,			
VALORIZAÇÃO E PROTEÇÃO AMBIENTAL	✓ Investigação técnico-científica (...) relacionada com as práticas agrícolas intensivas,		✓ Eficiência (...) no uso geral da água, ✓ Gestão integrada dos recursos hídricos, ✓ Investigação técnico-científica (...) relacionada com as			✓ Estruturas de proteção e valorização ambiental, ✓ Valorização dos espaços naturais,		✓ Eficiência energética e da utilização de energia proveniente de fontes renováveis, ✓ Investigação técnico-científica na área das energias renováveis,

PAR Alentejo 2020	Prioridades Temáticas	COMPETITIVIDADE E INOVAÇÃO						
	Prioridades de Intervenção	SISTEMA REGIONAL DE INOVAÇÃO E COMPETÊNCIAS	QUALIFICAÇÃO E INTERNACIONALIZ. ATIVOS TERRITÓRIO	RENOVAÇÃO DA BASE ECONÓMICA SOBRE OS RECURSOS NATURAIS E A EXCELÊNCIA AMBIENTAL E PATRIMONIAL DA REGIÃO ⁸				
	INICIATIVAS ÂNCORA	SISTEMA REGIONAL DE INOVAÇÃO	QUALIFICAÇÃO E PROMOÇÃO DAS INFRASTRUTURAS ECONÓMICAS	AGRICULTURA DE REGADIO	PLATAFORMA LOGÍSTICA ALIMENTAR	TURISMO ALENTEJO E RIBATEJO	PATRIMÓNIO E CULTURA	ECONOMIA VERDE
				práticas agrícolas intensivas,				✓ Gestão eficiente de resíduos,

Tabela 30 - Cruzamentos das Linhas de Ação Prioritárias (de cada Domínio Estratégico de Intervenção) do Alentejo Central 2020 com as Iniciativas Âncora do PAR Alentejo 2020 (Parte II)

PAR Alentejo 2020	Prioridades Temáticas	DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL			FORMAÇÃO DO POTENCIAL HUMANO COESÃO SOCIAL		Linhas de Ação do Alentejo Central 2020 não cobertas pelas Iniciativas Âncora do Alentejo 2020
	Prioridades de Intervenção	QUALIFICAÇÃO DO TERRITÓRIO: REDES DE SUPORTE E NOVAS DINÂMICAS TERRITORIAIS			QUALIFICAÇÕES, EMPREGABILIDADE E COESÃO SOCIAL		
	INICIATIVAS ÂNCORA	ÁREAS PROTEGIDAS	DESENVOLVIMENTO DOS TERRITÓRIOS DE BAIXA DENSIDADE	SISTEMA URBANO POLICÊNTRICO	PACTO REGIONAL PARA A QUALIFICAÇÃO, EMPREGO E INCLUSÃO SOCIAL	ECONOMIA SOCIAL	
Domínios Estratégicos	COMPETIT. EMPRESARIAL, EMPREGO INTERNAC	✓ Valorização económica dos territórios de baixa densidade,	✓ Apoio ao desenvolvimento empresarial, (...) através da utilização de fatores dinâmicos da competitividade	✓ Rede sub-regional de Áreas de Acolhimento Empresarial,	✓ Parcerias com instituições do SRTT visando (...) o reforço das competências de gestão,	✓ Parcerias estratégicas entre empresas e organizações do terceiro sector,	

PAR Alentejo 2020	Prioridades Temáticas	DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL			FORMAÇÃO DO POTENCIAL HUMANO COESÃO SOCIAL		
	Prioridades de Intervenção	QUALIFICAÇÃO DO TERRITÓRIO: REDES DE SUPORTE E NOVAS DINÂMICAS TERRITORIAIS			QUALIFICAÇÕES, EMPREGABILIDADE E COESÃO SOCIAL		
	INICIATIVAS ÂNCORA	ÁREAS PROTEGIDAS	DESENVOLVIMENTO DOS TERRITÓRIOS DE BAIXA DENSIDADE	SISTEMA URBANO POLICÊNTRICO	PACTO REGIONAL PARA A QUALIFICAÇÃO, EMPREGO E INCLUSÃO SOCIAL	ECONOMIA SOCIAL	Linhas de Ação do Alentejo Central 2020 não cobertas pelas Iniciativas Âncora do Alentejo 2020
			<ul style="list-style-type: none"> ✓ Parcerias com instituições do SRTT visando a intermediação e transferência de tecnologia, ✓ Valorização económica dos territórios de baixa densidade, ✓ Eficiência energética e utilização sustentável de recursos naturais, 		<ul style="list-style-type: none"> ✓ Agenda para a formação profissional dirigida a grupos considerados prioritários, 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Empreen dedorismo (...) no domínio da Economia Social, 	
	REFORÇO E CAPACITAÇÃO INSTITUCION.		<ul style="list-style-type: none"> ✓ Redes de cooperação institucional para o desenvolvimento regional, ✓ Qualificação da rede sub-regional dos GADES, 		<ul style="list-style-type: none"> ✓ Qualificação da rede sub-regional dos GADES, 		<ul style="list-style-type: none"> ✓ Redes e parcerias internacionais visando o reforço da capacidade institucional, ✓ Qualificação dos trabalhadores das instituições públicas e associativas de apoio ao desenvolvimento, ✓ Reforço da eficiência, qualificação e promoção da inovação na prestação de serviços públicos, ✓ Produção de informação e montagem de

PAR Alentejo 2020	Prioridades Temáticas	DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL			FORMAÇÃO DO POTENCIAL HUMANO COESÃO SOCIAL		
	Prioridades de Intervenção	QUALIFICAÇÃO DO TERRITÓRIO: REDES DE SUPORTE E NOVAS DINÂMICAS TERRITORIAIS			QUALIFICAÇÕES, EMPREGABILIDADE E COESÃO SOCIAL		
	INICIATIVAS ÂNCORA	ÁREAS PROTEGIDAS	DESENVOLVIMENTO DOS TERRITÓRIOS DE BAIXA DENSIDADE	SISTEMA URBANO POLICÊNTRICO	PACTO REGIONAL PARA A QUALIFICAÇÃO, EMPREGO E INCLUSÃO SOCIAL	ECONOMIA SOCIAL	
						Linhas de Ação do Alentejo Central 2020 não cobertas pelas Iniciativas Âncora do Alentejo 2020	
						sistemas de observação territorial,	
	ORGANIZAÇÃO E QUALIFICAÇÃO DO TERRITÓRIO	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Estratégias integradas de desenvolvimento local, 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Estratégias integradas de desenvolvimento local de base comunitária, ✓ Qualificação dos centros urbanos e rurais, preservação e valorização dos elementos patrimoniais e culturais, ✓ (...) ações inovadoras de mobilidade em zonas de mais baixa densidade, ✓ Rede institucional de serviços e equipamentos de baixa densidade, ✓ Ações demonstrativas de sustentabilidade urbanos e rural, 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Promover estratégias integradas de desenvolvimento urbano sustentável nos centros urbanos estruturantes Regeneração, reabilitação e qualificação urbana, ✓ Qualificação dos centros urbanos e rurais, ✓ Mobilidade sustentável, ✓ Eficiência energética (...) nos equipamentos e espaços públicos e no sector residencial ✓ Ações demonstrativas de sustentabilidade urbanos e rural, 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Estratégias integradas de desenvolvimento local de base comunitária, 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Estratégias integradas de desenvolvimento local de base comunitária, 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Reforço dos instrumentos de gestão territorial e ambiental

PAR Alentejo 2020	Prioridades Temáticas	DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL			FORMAÇÃO DO POTENCIAL HUMANO COESÃO SOCIAL		Linhas de Ação do Alentejo Central 2020 não cobertas pelas Iniciativas Âncora do Alentejo 2020
	Prioridades de Intervenção	QUALIFICAÇÃO DO TERRITÓRIO: REDES DE SUPORTE E NOVAS DINÂMICAS TERRITORIAIS			QUALIFICAÇÕES, EMPREGABILIDADE E COESÃO SOCIAL		
	INICIATIVAS ÂNCORA	ÁREAS PROTEGIDAS	DESENVOLVIMENTO DOS TERRITÓRIOS DE BAIXA DENSIDADE	SISTEMA URBANO POLICÊNTRICO	PACTO REGIONAL PARA A QUALIFICAÇÃO, EMPREGO E INCLUSÃO SOCIAL	ECONOMIA SOCIAL	
	COESÃO SOCIAL E QUALIDADE DE VIDA		<ul style="list-style-type: none"> ✓ Combate (...) às situações de isolamento, ✓ Rede institucional de serviços e de equipamentos de proximidade, 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Programação cultural em rede, ✓ Fomento da criatividade, do conhecimento e de formação de públicos, 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Envelhecimento saudável e ativo ✓ Situações de dependência, ✓ Rede institucional de serviços e de equipamentos de proximidade, ✓ Combate aos fenómenos de abandono escolar, ✓ Combate à pobreza, exclusão social e isolamento, ✓ Fomento da criatividade, do conhecimento e de formação de públicos, ✓ Redução da iliteracia informática 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Apoio ao empreendedorismo social e capacitar as instituições da economia social, 	
	VALORIZAÇÃO E PROTEÇÃO AMBIENTAL	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Estruturas de proteção e valorização ambiental, ✓ Valorização dos espaços naturais 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Preservação da qualidade ambiental e paisagística, 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Eficiência (...) no uso geral da água – ciclo urbano da água, ✓ Gestão integrada de resíduos urbanos, 			<ul style="list-style-type: none"> ✓ Combater o processo de desertificação, ✓ Prevenção e gestão de riscos,

Tabela 31 - Cruzamentos das Linhas de Ação Prioritárias (de cada Domínio Estratégico de Intervenção) do Alentejo Central 2020 com OS DOMÍNIOS DE ESPECIALIZAÇÃO da Estratégia de Especialização Inteligente do Alentejo

ESTRATÉGIA DE ESPECIALIZAÇÃO INTELEGENTE DO ALENTEJO	Domínios Especialização de	ALIMENTAÇÃO E FLORESTA	RECURSOS MINERAIS, TECNOLOGIAS E AMBIENTE	PATRIMÓNIO, INDUSTRIAS CRIATIVAS E CULTURAIS E SERVIÇOS DO TURISMO	ECONOMIA VERDE, ENERGIA E MOBILIDADE INTELIGENTE	TECNOLOGIAS E SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DA ECONOMIA SOCIAL
Domínios Estratégicos de Intervenção Alentejo Central 2020	COMPETIT. EMPRESARIAL, EMPREGO INTERNAC.	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Promover medidas específicas de valorização económica dos territórios de baixa densidade na ótica de um aproveitamento competitivo dos recursos endógenos. 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Promover medidas específicas de valorização económica dos territórios de baixa densidade na ótica de um aproveitamento competitivo dos recursos endógenos. 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Apoiar o empreendedorismo, incluindo no domínio das atividades criativas, culturais e da promoção do património 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Promover a eficiência energética e a utilização sustentável de recursos naturais no âmbito dos processos produtivos e em contexto empresarial. 	
	REFORÇO CAPACITAÇÃO INSTITUCION.	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Reforçar o sistema sub-regional de planeamento ambiental, territorial e de desenvolvimento local. ✓ Conceber, montar e gerir sistemas de observação de base territorial 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Reforçar o sistema sub-regional de planeamento ambiental, territorial e de desenvolvimento local. ✓ Conceber, montar e gerir sistemas de observação de base territorial 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Qualificar as competências ao nível da administração pública e adaptá-las aos desafios de desenvolvimento (...) ✓ Promover a modernização e simplificação dos serviços públicos e desenvolver processos inovadores na relação da administração pública com os cidadãos e as empresas. 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Reforçar o sistema sub-regional de planeamento ambiental, territorial e de desenvolvimento local. 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Qualificar as competências ao nível da administração pública e adaptá-las aos desafios de desenvolvimento competitivo, sustentável e inclusivo. ✓ Qualificar profissionalmente os trabalhadores das instituições associativas de apoio ao desenvolvimento...

ESTRATÉGIA DE ESPECIALIZAÇÃO INTELIGENTE DO ALENTEJO	Domínios de Especialização	ALIMENTAÇÃO E FLORESTA	RECURSOS MINERAIS, TECNOLOGIAS E AMBIENTE	PATRIMÓNIO, INDUSTRIAS CRIATIVAS E CULTURAIS E SERVIÇOS DO TURISMO	ECONOMIA VERDE, ENERGIA E MOBILIDADE INTELIGENTE	TECNOLOGIAS E SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DA ECONOMIA SOCIAL
		ORGANIZAÇÃO E QUALIFICAÇÃO DO TERRITÓRIO	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Promover na perspetiva do desenvolvimento territorial, a qualificação, a valorização e a fruição cultural e turística dos recursos e bens patrimoniais da sub-região 		<ul style="list-style-type: none"> ✓ Promover na perspetiva do desenvolvimento territorial, a qualificação, a valorização e a fruição cultural e turística dos recursos e bens patrimoniais da sub-região 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Aumentar a eficiência energética nos equipamentos públicos e coletivos, ... ✓ Intensificar a mobilidade sustentável através de projetos de mobilidade suave e de ações inovadoras de mobilidade
	COESÃO SOCIAL E QUALIDADE DE VIDA			<ul style="list-style-type: none"> ✓ Estimular e qualificar a produção e animação cultural, nomeadamente, através da programação cultural em rede, e valorizar a criatividade e o conhecimento 		<ul style="list-style-type: none"> ✓ Apoiar o empreendedorismo social e estimular a inovação social
	VALORIZAÇÃO E PROTEÇÃO AMBIENTAL		<ul style="list-style-type: none"> ✓ Promover a produção de informação e do conhecimento técnico e científico na área das alterações climáticas, riscos e uso eficiente de recursos ✓ Promover ações com vista à prevenção e gestão de riscos naturais e tecnológicos 		<ul style="list-style-type: none"> ✓ Promover a produção de informação e do conhecimento técnico e científico na área das alterações climáticas, riscos e uso eficiente de recursos 	

5. MODELO DE GOVERNAÇÃO

5.1. PRINCÍPIOS DO MODELO DE GOVERNAÇÃO

À semelhança do verificado em anteriores períodos de programação e aplicação dos fundos europeus nas regiões, também no próximo período de programação 2014-2020 a implementação dos, agora designados, fundos europeus estruturais e de investimento (FEEI) requer a criação de estruturas de governação específicas ao nível sub-regional. Trata-se, naturalmente, de uma questão relevante do ponto de vista político e institucional e, por isso, deve merecer adequada ponderação por parte das estruturas diretivas da CIMAC.

Os elementos gerais de enquadramento à construção do modelo de governação de aplicação do FEEI à escala sub-regional encontram-se definidos no decreto-Lei n.º 137/2014, de 12 de setembro, que estabelece o modelo de governação dos FEEI.

Destes elementos gerais, importa destacar desde já três princípios que nos parecem determinantes para a definição de um modelo de governação desta EIDT:

- O princípio da governação a vários níveis e da subsidiariedade, que determina que se promova a articulação entre os níveis de governação central, regional e local e se potencie a experiência e os conhecimentos técnicos dos intervenientes relevantes, no respeito pela lei e no pressuposto que as instituições, os agentes e as intervenções mais próximas dos problemas a superar e das oportunidades a realizar são os protagonistas e responsáveis mais eficientes e eficazes.
- O princípio da participação, que determina que todos os órgãos que intervenham nas várias fases de execução e avaliação promovam e garantam o amplo envolvimento e participação dos parceiros económicos e sociais e das organizações relevantes da sociedade civil.
- O princípio da proporcionalidade, que determina que as regras de execução e de utilização dos FEEI e, nomeadamente, os recursos financeiros e administrativos necessários para a sua preparação e execução, no que se refere ao acompanhamento, comunicação de informações, avaliação, gestão e controlo, devem ser proporcionais à dimensão dos apoios financeiros concedidos.

O DL 137/2014 estipula que as estratégias integradas de desenvolvimento territorial sejam dinamizadas pelas comunidades intermunicipais e áreas metropolitanas, em articulação com os restantes atores relevantes para os processos integrados de desenvolvimento regional.

Destas orientações resultam algumas das opções de partida que o Alentejo Central assume para a governação da sua EIDT:

- Respeitar um princípio fundamental de economia e eficiência institucional, baseando-se em estruturas já existentes.
- Optar por um modelo que valorize a EIDT enquanto plataforma de concertação estratégica entre parceiros públicos, privados e associativos, representativos dos interesses da Região e focados na produção de resultados significativos para a coesão, o emprego e a sustentabilidade territorial.

- Antecipar a necessidade de garantir um elevado nível de coerência estratégica e operacional das intervenções de base territorial a implementar através dos instrumentos previstos: pacto para o desenvolvimento e coesão territorial (investimentos territoriais integrados - ITI), Pacto para a Empregabilidade, estratégias de desenvolvimento local de base comunitária (DLBC) e as AIDUS/intervenções no âmbito do eixo 4 do PO, mas também a outros âmbitos de intervenção com apoio dos FEEI, como os contratos locais de desenvolvimento social e os incentivos às empresas.

5.2. MODELO DE ORGANIZAÇÃO E GESTÃO

No quadro das suas competências, e tal como definido no Art.º 64.º do Decreto-Lei n.º 137/2014, de 12 de setembro (modelo de governação para o Portugal 2020), a CIMAC é a estrutura política e operacional a que compete a dinamização desta estratégia, em articulação com outros atores relevantes para os processos integrados de desenvolvimento na sua área territorial de atuação – a NUTS III Alentejo Central.

Independentemente de as suas atribuições abrangerem matérias mais amplas, no caso vertente importa sobretudo definir os contornos do modelo de organização e gestão específico a adotar para a dinamização da EIDT-AC, tendo em conta os princípios e as opções acima referidos.

O modelo proposto integra dois níveis de governação:

1. Nível estratégico e consultivo

Este papel será assegurado pelo **Conselho Estratégico para o Desenvolvimento Intermunicipal do Alentejo Central**, já existente no quadro institucional da CIMAC, e que, nos termos do Artigo 60.º do Decreto-Lei n.º 137/2014, deve participar nos trabalhos de acompanhamento das dinâmicas regionais no Alentejo e ao qual foi atribuída, no quadro do Acordo de Parceria 2014-2020, a missão de assegurar a coerência e a pertinência dos diversos instrumentos operacionais com a estratégia integrada.

Esta opção permite, assim, atribuir a este órgão responsabilidades de efetiva participação na estratégia sub-regional.

Dentro das atribuições genéricas a desenvolver neste nível de governação incluem-se:

- i. A monitorização de nível estratégico desta EIDT, incluindo a discussão e decisão concertada acerca de eventuais alterações.
- ii. A promoção da concertação interinstitucional e intermunicipal no quadro da sub-região do Alentejo Central, designadamente no que disser respeito à criação de condições para o sucesso da EIDT.
- iii. O acompanhamento da elaboração do pacto para o desenvolvimento e coesão territorial no Alentejo Central e respetivo ITI, a análise da sua adequação à EIDT e a monitorização estratégica da sua implementação.

- iv. O acompanhamento da elaboração do pacto para a empregabilidade no Alentejo Central, a análise da sua adequação à EIDT e a monitorização estratégica da sua implementação.
- v. A promoção da concertação com os processos de preparação, aprovação e execução da (s) DLBC com incidência no espaço territorial do Alentejo Central.
- vi. A promoção da concertação com os processos de preparação, aprovação e execução das intervenções no âmbito do eixo 4 do POR (desenvolvimento urbano sustentável) com incidência no espaço territorial do Alentejo Central.
- vii. A promoção da reflexão estratégica sub-regional durante o período de programação 2014-2020 e no contexto da execução dos Programas Operacionais Regional e Temáticos.

Tendo em conta as suas atribuições e dimensão, não é expectável que este Conselho Estratégico possa funcionar em modelo de reuniões ou apreciação de documentos com a necessária frequência para que a sua participação seja adequada. Propõe-se, para contornar esta limitação, que a apreciação de aspetos específicos da EIDT seja assegurada por este Conselho a partir da criação de **comissões temáticas**, designadamente em função dos diversos domínios estratégicos de intervenção da EIDT-AC:

- A. Competitividade empresarial, emprego e internacionalização.
- B. Reforço da capacitação institucional.
- C. Organização e qualificação do território.
- D. Coesão social e qualidade de vida.
- E. Valorização e proteção ambiental e adaptação às alterações climáticas.

O Conselho designará representante (s) que, em função das suas competências específicas e disponibilidade, possam assumir, em cada uma destas áreas temáticas, um papel ativo de acompanhamento do núcleo técnico e da estrutura de decisão política, que integram o nível operacional deste modelo de governação. Esta designação, entre outros elementos, deverá ponderar os aspetos referidos na secção 5.3 e 5.6. deste documento acerca das competências necessárias e das parcerias e redes mais relevantes. A cada comissão poderão ainda ser incorporados representantes de alguns municípios, em função de avaliação específica caso a caso.

Tendo ainda em conta o critério de eficiência institucional, mas também de eficácia na ação, estas comissões apenas deverão ser criadas em função da sua estrita necessidade, quando efetivamente existir uma massa crítica de intervenções (previstas ou em curso) com algum grau de complexidade. Significa isto também que o modelo pode ser progressivamente implementado em função do ritmo da intervenção, e não necessariamente na íntegra, na fase inicial desta.

2. Nível operacional

Este nível será assegurado por uma estrutura simples, no quadro da própria CIMAC.

A direção política desta estrutura compete ao Conselho Executivo Intermunicipal, através do Secretariado Executivo Intermunicipal, com delegação da coordenação operacional no seu primeiro-secretário.

Contará com o apoio de uma estrutura de apoio técnico e administrativo, a disponibilizar a partir dos recursos humanos, logísticos e financeiros da CIMAC.

As atribuições genéricas deste nível de governação devem incluir:

- i. Coordenar operacionalmente os trabalhos de implementação, animação e monitorização da EIDT-AC, assegurando informação e preparando elementos para a discussão e decisão aos diversos níveis, incluindo o apoio à constituição e funcionamento das comissões temáticas.
- ii. Acompanhar, no quadro de um modelo de nível regional coordenado pela CCDR Alentejo, a implementação dos diversos Programas Operacionais financiados pelos FEEI na região do Alentejo.
- iii. Integrar os futuros órgãos de governação de pactos para o desenvolvimento e coesão territorial / investimentos territoriais integrados, pactos para a empregabilidade, desenvolvimento local de base comunitária e outros instrumentos de concretização da estratégia integrada de desenvolvimento territorial, sempre que os mesmos exigirem ou recomendarem uma representação municipal à escala sub-regional.
- iv. Assegurar a articulação operacional da CIMAC e dos municípios com as estruturas de governação e gestão dos instrumentos relevantes para a concretização da EIDT-AC, designadamente com os grupos de ação local reconhecidos e as autoridades de gestão do PO regional, PO temáticos, programa de desenvolvimento rural e de outros instrumentos financeiros. Esta articulação abrangerá os domínios da informação, divulgação, publicação de avisos e convites, assegurando a disponibilização de informação atempada e clara sobre as condições e regulamentos referentes aos instrumentos de financiamento das operações e eventuais complementaridades.
- v. Dinamizar, junto dos municípios e outras entidades regionais, a preparação e execução dos projetos e ações relevantes para a EIDT do Alentejo Central. Nesse âmbito, deve assegurar uma função de apoio à conceção, desenvolvimento e execução dos projetos, incluindo, futuramente, o apoio eventual à preparação de candidaturas a financiamento.
- vi. Desenvolver e gerir o Sistema de Monitorização da EIDT como instrumento fundamental de apoio à gestão e monitorização estratégica e operacional. Neste âmbito, a estrutura técnica deverá assegurar a criação e funcionamento de um sistema de recolha e tratamento de informação que permita garantir o bom desempenho do sistema de monitorização da EIDT do Alentejo Central, responsabilizando-se por reportes periódicos de monitorização e avaliação da EIDT,

propondo medidas de reorientação a discutir pelo Conselho Intermunicipal e/ou o Conselho Estratégico.

5.3. RECURSOS E COMPETÊNCIAS.

O modelo de governação exige competências aos níveis do *networking* e desempenho técnico, de acordo com a seguinte estrutura de funções e recursos:

- **Concertação estratégica**, um papel que competirá ao Conselho Estratégico para o Desenvolvimento Intermunicipal, cuja missão específica ganha neste quadro uma importância reforçada. Esta função poderá assentar, em determinados processos, nas comissões temáticas, formadas por representantes das instituições representadas no Conselho Estratégico para o Desenvolvimento Intermunicipal e dos municípios. Os membros que as integram devem ser escolhidos em função das áreas estratégicas e do papel mais ou menos central que as diversas instituições representam, mas o perfil pessoal também será importante: disponibilidade, capacidade de relacionamento interpessoal e transversalidade na abordagem à problemática do desenvolvimento integrado. É neste âmbito que deverá ser assegurada a coordenação dos diversos mecanismos de implementação das políticas públicas na região.
- **Concertação política**, assegurada pelos órgãos próprios da CIMAC – Conselho Executivo Intermunicipal e Secretariado Executivo Intermunicipal -, de acordo com a sua missão e competências legalmente estabelecidas. Neste caso específico, o quadro legal (Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro) estabelece as competências organizativas e pessoais que se exigem aos elementos que integram estes órgãos.
- **Gestão** da implementação da EIDT-AC, através das competências do núcleo operacional de governação da EIDT, dirigida pelo primeiro-secretário do Secretariado Executivo Intermunicipal. Do ponto de vista da implementação da Estratégia, esta função é muito relevante e a equipa responsável justifica um criterioso processo de aquisição de competências, que referimos mais adiante.
- **Monitorização e avaliação**, ou seja, capacidade de utilizar sistemas de indicadores e outros métodos de monitorização e avaliação que garantam objetividade nas apreciações e criatividade na geração de mecanismos de reorientação de natureza estratégica ou operativa. Para esta finalidade, a experiência da estrutura técnica da CIMAC poderá ser reforçada por recursos das próprias entidades parceiras e, em momentos-chave, através de avaliadores externos (cf. secção 5.4).

Competências

As principais competências a assegurar para uma boa gestão deste processo são as seguintes:

- i. De gestão de recursos técnicos e humanos, implicando uma organização devidamente estruturada e equipada. É necessário dominar princípios e técnicas de

gestão administrativa e financeira, de gestão de equipas e recursos humanos e matérias jurídicas a diversos níveis.

- ii. De gestão de projetos, incluindo as dimensões de planeamento e programação, de acompanhamento, monitorização e de avaliação (incluindo análise de custo-benefício de operações), bem como de mobilização de agentes responsáveis pela implementação ou financiamento.
- iii. De gestão de processos de apoio à decisão, no apoio aos Conselhos Intermunicipal e Estratégico de Desenvolvimento Intermunicipal e respetivas comissões temáticas. Este apoio implica capacidade de relacionamento com decisores políticos e representantes institucionais, domínio de técnicas de negociação e intermediação e um bom desempenho em matérias logísticas (coordenação de agendas, organização de processos de decisão, elaboração de documentos preparatórios e de decisão).
- iv. De animação de redes / *networking*, implicando um nível avançado de técnicas específicas (TIC e redes sociais, organização de eventos e encontros, disseminação de conhecimento, relacionamento institucional e interpessoal).

Recursos

A concretização da EIDT-AC assenta na mobilização dos recursos técnicos, organizativos e humanos das diversas instituições parceiras, em especial a equipa técnica da CIMAC, com a colaboração próxima da ADRAL.

O quadro de pessoal da CIMAC, apresentado no quadro em anexo, garante uma equipa multidisciplinar e com experiência acumulada na conceção, monitorização e gestão física e financeira de projetos e programas e apoio a processos de decisão política. Esta estrutura garante também os recursos logísticos e organizativos necessários para assegurar o apoio operacional de gestão.

Dando continuidade a uma experiência de trabalho que se aprofundou ao longo do processo de preparação desta estratégia, a CIMAC manterá a parceria de nível operacional com a ADRAL, que incorporará na estrutura de gestão as suas competências específicas no domínio da animação de redes, ou *networking*.

Mapa de pessoal da Comunidade Intermunicipal do Alentejo Central (CIMAC)
(Nos termos da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro)

Ano de 2014

Mapa de Pessoal da CIMAC para o ano de 2014 (10/Dezembro/2013)

Atribuições/competências/actividades (1)	Unidade orgânica/centros de competência ou de produto/área de actividades	Cargos/carreiras/categorias									Área de formação académica e/ou profissional (4)	Nº de postos de trabalho ocupados	Nº de postos de trabalho criados e não ocupados	Nº de postos de trabalho a criar	OBS (a); (b)	N.º Total de postos de trabalho 2014	
		Dirigente intermédio de 1.º grau (2)	Dirigente intermédio de 2.º grau (3)	Dirigente intermédio de 3.º grau (3)	Técnico superior	Coordenador técnico	Assistente técnico	Encarregado geral operacional	Encarregado operacional	Assistente operacional							
	Secretário Executivo	1									Arquitectura Paisagista	1			(a)		
	Subtotal	1	0	0	0	0	0	0	0	0		1	0	0			
Implementação e desenvolvimento do Programa Territorial de Desenvolvimento	Gabinete de Gestão de Programas e Projectos Contratualizados - Estrutura de Apoio Técnico				1			0			Economia	1	2		(a) e (b)		
	Subtotal	0	0	0	1	0	0	0	0	0		1	2	0			
Contabilidade, Património, Pessoal, Tesouraria, Apoio aos Órgãos e ao Secretário Executivo	Unidade de Gestão de Recursos			1				3		1	Gestão de Empresas	5	2	2	(a)		
	Subtotal	0	0	1	0	0	3	0	0	1		5	2	2			
Modernização e qualificação, Formação, Tecnologias de Informação, Desenvolvimento de acções na área do desporto, cultura e educação	Unidade de Inovação e Qualificação		1		3			3			Engenharia Informática, Ciências do Desporto, Gestão Estratégica, Biologia	7		2	(a)		
	Subtotal	0	1	0	3	0	3	0	0	0		7	0	2			
Tecnologias de Informação Geográfica, Promoção do desenvolvimento, apoio técnico aos municípios (ruído, elevadores)	Unidade de Ambiente e Desenvolvimento		1		5			2			Sociologia, Geografia e Planeamento Regional, Engenharia Zootécnicas, Engenharia Biofísica, Engenharia Recursos Geológicos	8	2	1	(a)		
	Subtotal	0	1	0	5	0	2	0	0	0		8	2	1			
	Total	1	2	1	9	0	8	0	0	1		22	6	5		33	

Notas:

- (1) As competências/atribuições das unidades orgânicas estão desenvolvidas no Regulamento Interno dos Serviços da CIMAC.
 (2) Diploma legal que criou o cargo - i.ei n.º 45/2008, de 27 de Agosto.
 (3) Estatuto remuneratório dos dirigentes intermédios de 2.º e 3.º graus estão definidos no Regulamento Interno de Serviços da CIMAC.
 (4) A área de formação académica e/ou profissional identifica as áreas académicas dos trabalhadores da carreira/categoria de Técnico Superior.

- (a) - Número de postos de trabalho com relação jurídica de emprego público, com contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado.
 (b) - Número de postos de trabalho com relação jurídica de emprego público, com contrato de trabalho em funções públicas a termo resolutivo certo.

Todos os trabalhadores, com contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, estão em Mobilidade Interna entre um Município associado e a CIMAC.

5.4. MECANISMOS DE ACOMPANHAMENTO, MONITORIZAÇÃO E AVALIAÇÃO.

Os principais mecanismos a mobilizar nestes domínios são os seguintes:

Acompanhamento

Esta função, que visa garantir que os vários projetos com contributo para a estratégia se desenvolvem de acordo com o programado, é entendida numa perspetiva construtiva, de colaboração com os promotores e outras entidades envolvidas e de desbloqueamento de obstáculos de qualquer natureza. Será assegurada através de vários procedimentos, todos eles resultantes da atividade regular dos diversos níveis do sistema de gestão adotado.

A equipa técnica da CIMAC realizará o acompanhamento corrente dos projetos em curso, adotando sobretudo uma perspetiva de verificação da realização das diversas atividades e componentes de cada operação.

Deve notar-se que esta função é complementar da que deve ser realizada pelos próprios promotores e pelas autoridades de gestão dos Programas Operacionais financiadores, bem como pelas entidades responsáveis pelo controlo e auditoria, no quadro do modelo de governação do Portugal 2020.

A um nível mais abrangente, o Conselho Estratégico para o Desenvolvimento Intermunicipal do Alentejo Central assegura um acompanhamento da implementação da própria Estratégia, a partir da informação que lhe é disponibilizada pelo Secretariado Executivo Intermunicipal.

Para esta função, o Conselho pronuncia-se no âmbito de reuniões semestrais, em cuja agenda deve constar especificamente a apreciação do ponto de situação da EIDT-AC.

Monitorização

Esta função é mais centrada nos resultados alcançados, assentando nos seguintes mecanismos:

- Sistema de informação, contendo indicadores de realização e resultado (cf. capítulo 6) e as respetivas metas. Este SI incorpora uma definição clara do método e periodicidade de recolha da informação necessária para a sua alimentação.

Esta função dependerá de uma estrutura explicitamente responsável pela sua manutenção, um núcleo no quadro da equipa técnica da CIMAC.

- Atribuição de responsabilidades bem definidas na cadeia de gestão, desde a recolha de informação (responsáveis, fontes, métodos), sua agregação, sistematização, tratamento, análise e cruzamento com indicadores de contexto e, finalmente, elaboração de relatórios periódicos de monitorização. Define-se também um sistema de retroação, isto é, cadeia de comunicação e decisão para orientações ou ultrapassagem de problemas na concretização de projetos e, em geral, da Estratégia, a partir dos resultados da monitorização.

Aos promotores de projetos e equipas de acompanhamento é atribuída a missão de recolher a informação relevante para os indicadores. O núcleo do SI da EIDT-AC, na CIMAC,

garante a análise da sua qualidade, organização e tratamento, preparando os elementos de base para os painéis e relatórios.

O primeiro-secretário coordenará a equipa responsável pelos trabalhos de análise e elaboração de relatórios e propostas de atuação, que serão da responsabilidade formal do Secretariado Executivo Intermunicipal.

- Painel de realização (trimestral) e relatórios de monitorização (semestrais).

O primeiro destes instrumentos de difusão de informação contém apenas uma síntese de medição dos indicadores físicos e financeiros, com breves comentários acerca dos aspetos mais relevantes. É de distribuição geral, propondo-se uma difusão alargada.

Os relatórios semestrais devem ser mais elaborados, integrando uma análise do contexto regional e sub-regional e uma leitura crítica dos progressos alcançados e dos principais fatores críticos, propondo medidas corretivas sempre que necessário.

Avaliação

Definem-se, neste domínio, dois grandes mecanismos:

- *Autoavaliação*. Será realizada incorporando a informação do sistema de monitorização com a de indicadores de desempenho da toda a estrutura de gestão, aos diversos níveis.

Os indicadores de desempenho devem referir-se às atividades de envolvimento de parceiros (encontros, efeitos de alavancagem, etc.), às ações correntes de gestão de processos (tempo afeto a atividades, tempos médios de decisão, etc.) e aos processos de resolução de problemas ou situações não correntes, por referência a objetivos e padrões de qualidade de gestão.

- *Avaliação externa*. Esta modalidade permitirá incorporar uma leitura externa e independente acerca da implementação da estratégia.

São propostas duas avaliações específicas ao longo do período 2014-2020:

- avaliação de operacionalização, a realizar no final de 2015, que se destina a melhorar os aspetos de governação e gestão, tendo como objetivo incorporar melhoramentos (sobretudo de eficácia e eficiência) a esses níveis;

- avaliação intercalar, a realizar no final de 2017, focada no grau de cumprimento de objetivos da EIDT-AC e nas alterações de contexto entretanto ocorridas, permitindo introduzir alterações estruturais ou pontuais à Estratégia.

5.5. MECANISMOS DE *INTELLIGENCE* E GESTÃO DE REDES.

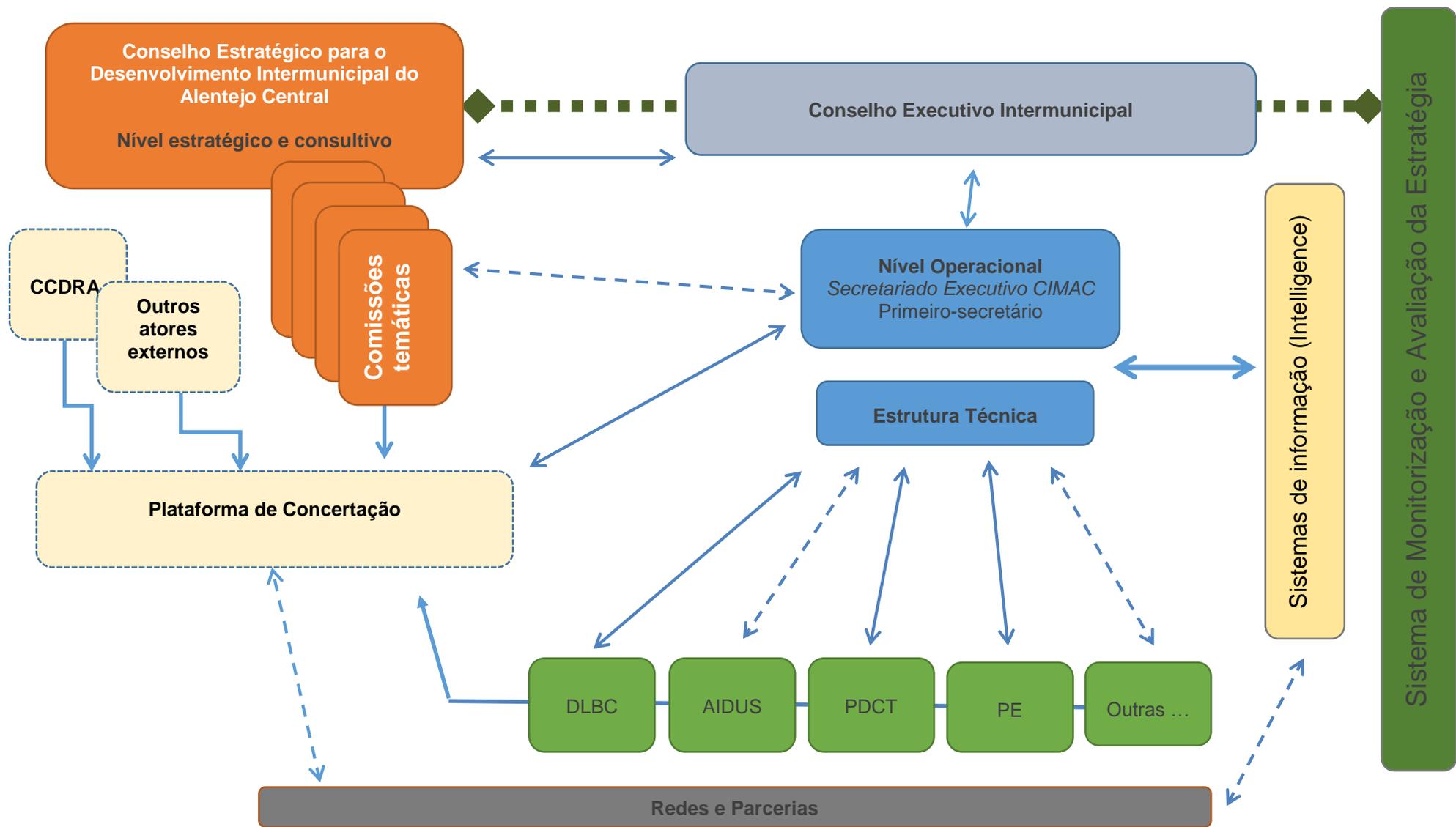
Entende-se por mecanismos de *intelligence* e gestão de redes os sistemas de informação e tecnológicos (plataformas informáticas e de comunicação) existentes na estrutura da CIMAC, interrelacionados com o de outras entidades parceiras.

As atividades de gestão da EITD-AC serão apoiadas nas plataformas e SI existentes (incluindo as que serão criadas para a gestão dos diversos PO relevantes) e em dois mecanismos específicos:

- Um *site* Internet de natureza colaborativa, com área pública (informativa) e área privada (mediante acesso reservado a entidades envolvidas na gestão e governação, de acordo com o modelo atrás apresentado). Este *site* vai, no futuro, incorporar diversos *microsites* específicos dos instrumentos de política a adotar (como o pacto para a empregabilidade ou o pacto para o desenvolvimento e a coesão territorial), bem como informação sobre iniciativas de outras entidades (AIDU, DLBC).
- Uma rede de correio eletrónico devidamente estruturada que permita, de forma certificada, aligeirar os procedimentos formais de comunicação e decisão.

Ambos os mecanismos serão geridos pela estrutura técnica da CIMAC.

Considera-se ainda que os mecanismos organizativos, de monitorização e avaliação, que foram referidos nas secções anteriores, são também elementos de *intelligence* e gestão de redes.



5.6. PARCERIAS E REDES.

Os dois níveis do modelo de organização e gestão atrás referidos asseguram o envolvimento do conjunto de entidades mais relevantes para o desenvolvimento económico, social e territorial do Alentejo Central, evidenciando de forma concreta o posicionamento dessas entidades no quadro estratégico que foi apresentado em capítulo anterior.

É importante destacar que o modelo definido cumpre dois objetivos:

- Consolidar a parceria global na sub-região, atribuindo novas funções e responsabilidades ao Conselho Estratégico de Desenvolvimento Intermunicipal e, dessa forma, dando-lhe maior relevância e consistência.
- Criar condições favoráveis ao aparecimento e consolidação de parcerias de projeto, a partir do acompanhamento que os representantes dos vários atores regionais irão fazer das atividades do nível operacional, no quadro das diversas comissões temáticas.

No entanto, é necessário que o quadro de parcerias e redes a estabelecer seja entendido como mais amplo, e não apenas focado nesta estratégia específica – pois outras dinâmicas de desenvolvimento estarão em curso, algumas de natureza exógena, mas com implicações relevantes para o Alentejo Central.

Assim, entendendo as parcerias sobretudo como as relações de cooperação que se focam na EIDT, podemos distinguir dois tipos:

- O das parcerias internas, em que emergem entidades como os GAL/DLBC, os parceiros do pacto para a empregabilidade ou do pacto para o desenvolvimento e a coesão territorial e de outros programas e projectos específicos
- O das parcerias externas, ou regionais, com entidades como a ADRAL, a CCDRA ou as restantes CIM do Alentejo, com as quais se devem articular as intervenções relevantes para a concretização da estratégia regional Alentejo 2020.

Algumas entidades, como é o caso da ADRAL ou do IEFP, podem até assumir as duas dimensões, já que participam em processos regionais ou sub-regionais.

As redes, neste entendimento, seriam as relações de cooperação não especificamente focadas nesta EIDT, mas com grande relevância para os seus objetivos. Trata-se, por exemplo, das redes de cooperação transfronteiriça ou outras redes internacionais, ou mesmo de redes nacionais de natureza específica (redes de cidades como o Corredor Azul, por exemplo, que é focada na competitividade urbana).

A estrutura de gestão da EIDT deve incluir no seu processo de monitorização o acompanhamento destas redes embora, ao contrário do âmbito que designámos por parceria, não participe, em princípio, na respetiva gestão ou governação.

6. METAS E RESULTADOS

A Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial para o Alentejo Central culmina um processo participado de discussão, alinhando as perspetivas de agentes regionais em diversos domínios, mas nem por isso deixa de ser centrada na perspetiva da Comunidade Intermunicipal, ou seja, na esfera de atuação dos municípios, no seu conjunto, ou com ela mais intimamente relacionada.

É natural, portanto, que a Estratégia seja abrangente, mas não exaustiva, já que seria pouco adequado que a CIMAC interferisse em domínios sobre os quais não tem competência nem a sua liderança seja pertinente.

Desta forma, as metas e resultados perseguidos com a EIDT-AC, estando alinhados com aqueles que foram assumidos a nível europeu, nacional e regional, procuram adequar-se aos domínios em que se perspetiva uma intervenção no seu âmbito, evitando definir resultados irrealistas, por estarem fora do campo de ação dos instrumentos que a podem corporizar.

Por outro lado, e agora numa perspetiva operacional de viabilização de um sistema de monitorização eficiente e que partilhe pontos de contacto com outros que serão implementados no período 2014-2020, os resultados a alcançar serão definidos de forma articulada com aqueles que a Estratégia Regional Alentejo 2020 e os diversos Programas Operacionais definem para a Região do Alentejo.

Uma primeira consequência desta opção será a assunção das metas regionais e, a partir delas, a determinação da quota-parte que caberá ao Alentejo Central – em função da missão que definimos anteriormente, e da ambição que a CIMAC e os seus parceiros entendem adequada.

Uma segunda consequência é a da escolha dos indicadores de resultado para quantificar as metas e os resultados a alcançar: eles estarão também alinhados com o principal instrumento de financiamento da EITD-AC, que é o Programa Operacional Regional Alentejo 2014-2020.

6.1. AS METAS DA ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL ALENTEJO 2020

A visão que enquadra a estratégia regional para o Alentejo é a seguinte:

Um Alentejo com capital simbólico e identidade distintiva, num território dotado de recursos materiais, de conhecimento e competências e de amenidades, aberto para o mundo e capaz de construir uma base económica renovada sobre a sua mais-valia ambiental, atraindo residentes, visitantes, investimentos e atividades geradoras de emprego e coesão social.

Esta visão para o Alentejo 2020 e as linhas estruturantes de desenvolvimento regional são declinadas e suportam um conjunto de objetivos macro para a Região no horizonte 2020:

1. Incrementar em 15% o valor do PIB Regional através da mobilização dos recursos em dinâmicas de maior qualificação, inovação e criatividade, visando a melhoria da competitividade e o reforço da capacidade produtiva e exportadora da Região.
2. Integrar em 2020 o grupo das Regiões classificadas como *Innovation follower* no âmbito do *Innovation Scoreboard* com base no apoio à exploração socioeconómica de novas ideias.

3. Aumentar a percentagem de população, entre os 30 e os 34 anos, com ensino superior ou equiparado, tendo como objetivo atingir 40% (21,9% em 2012; 22,1% em 2013).
4. Reduzir o abandono escolar precoce, tendo como objetivo alcançar uma taxa de 10% em 2020 (20,3% em 2013).
5. Aumentar a percentagem de população adulta (25-64 anos) abrangida por ações de aprendizagem ao longo da vida, fixando como objetivo a taxa de 10% em 2020 (8,5% em 2013).
6. Atenuar em 10% as assimetrias territoriais (em particular entre as zonas urbanas e rurais), o que equivale a reduzir o desvio padrão do PIB por habitante, entre as NUTS III da Região Alentejo, de 3.995 € (em 2012) para 3.595 € (em 2020).
7. Diminuir a taxa de desemprego, passando de 16% em 2012 para 10,0% em 2020.
8. Reduzir em 10% o consumo de energia elétrica doméstico, não-doméstico (comércio e serviços) e público (iluminação das vias públicas e iluminação interior dos edifícios do Estado).

6.2. AS METAS PARA A ESTRATÉGIA INTEGRADA DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL ALENTEJO CENTRAL 2020

Tendo em conta a missão definida para o Alentejo Central, esta sub-região deverá assumir um compromisso mais ambicioso no âmbito de algumas destas metas, a saber:

- Para “robustecer os fatores estratégicos de competitividade regional e do emprego através da qualificação dos sistemas de I&D&I e de TT”, as metas dos objetivos macro 1, 2 e 3 são desafios muito relevantes para a sub-região, já que aqui se concentram os nós centrais dos fatores de competitividade mais representativos no quadro da EREI Alentejo – Universidade, Parque de Ciência e Tecnologia, empresas em setores de tecnologia de ponta).
- Para “estruturar o sistema urbano regional assente no modelo policêntrico existente”, a meta do objetivo 6 é relevante, já que o Alentejo Central integra municípios com algumas das zonas urbanas mais estruturantes à escala regional, mas também alguns municípios e zonas de grande ruralidade. Inverter o processo de divergência entre indicadores de rendimento dos seus próprios municípios será certamente um contributo decisivo para a meta regional.
- Para “contribuir, através de serviços de ecossistema, para a balança nacional de carbono e para a contenção do processo e desertificação que ameaça a Europa meridional”, a meta do objetivo 8 tem alguma importância.

Em todos estes casos, a CIMAC assume o desafio de procurar, através deste Estratégia, alcançar resultados mais ambiciosos do que os que corresponderiam ao seu peso específico.

Mas deve ter-se presente que, por muito abrangente que possa ser a Estratégia, ela apenas enquadra os instrumentos para a sua concretização, e é no âmbito desses instrumentos que devem ser definidos de forma mais detalhada os indicadores de resultado e as respetivas metas.

Efetivamente, não é desejável, sem conhecimento mais detalhado dos montantes financeiros a alocar a cada objetivo e das tipologias de ação concretas a desenvolver, avançar um quadro de indicadores e resultados que não teriam sustentação nesta fase.

Desta forma, a proposta de partida da CIMAC, que será necessário depois aferir em função dos instrumentos de política pública que efetivamente estiverem disponíveis, é a seguinte:

Metas para o Alentejo Central no quadro da Estratégia Alentejo 2020

	Meta Alentejo 2020	Meta Alentejo Central 2020	Contributo potencial da EIDT
Incrementar o PIB Regional	15%	16%	Domínio Estratégico de Intervenção A: apoiar o desenvolvimento e inovação empresarial, promover a valorização económica dos recursos territoriais regionais e reforçar a competitividade da base económica regional.
Classificação no <i>Innovation Scoreboard</i>	<i>Innovation follower</i> em 2020	-	
População entre 30-34 anos com ensino superior	40%	40%	-
Diminuir taxa de abandono escolar precoce	10%	8%	Domínio Estratégico de Intervenção B: fomentar a capacitação e inteligência institucional e promover uma prática de parceria institucional para o desenvolvimento
População entre 25-64 anos abrangida por ações ALV	10%	10%	
Atenuar assimetrias territoriais	Diminuir em 10%	Diminuir em 12%	Domínio Estratégico de Intervenção B Domínio Estratégico de Intervenção C: implementar uma organização territorial eficiente, suporte do desenvolvimento, garante de equidade, fator de sustentabilidade Domínio Estratégico de Intervenção D
Diminuir taxa de desemprego	10%	9%	Domínio Estratégico de Intervenção A Domínio Estratégico de Intervenção D
Reduzir consumo de energia elétrica	Em 10%	Em 12%	Domínio Estratégico de Intervenção C: implementar uma organização territorial eficiente, suporte do desenvolvimento, garante de equidade, fator de sustentabilidade

ANEXO 1:

QUADRO DAS ENTIDADES QUE INTEGRAM O CONSELHO ESTRATÉGICO DE DESENVOLVIMENTO INTERMUNICIPAL DA CIMAC:

- ADRAL - Agência de Desenvolvimento Regional do Alentejo, SA
- CCDRA - Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo
- AMGAP - Associação de Municípios para a Gestão da Água Pública do ALENTEJO
- DGEstE - Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares - Direção de Serviços da Região Alentejo
- Fundação Alentejo – Escola Profissional
- Autoridade Nacional de Proteção Civil - Comando Distrital de Évora
- GNR - Comando Territorial de Évora
- PSP - Comando Distrital de Évora
- ARSA - Administração Regional de Saúde do Alentejo, IP
- Direção Regional da Cultura do Alentejo
- Fundação Eugénio de Almeida
- Turismo do Alentejo e Ribatejo, ERT
- ATMTGLA - Associação Transfronteiriça dos Municípios das Terras do Grande Lago Alqueva
- Direção Regional de Agricultura e Pescas do Alentejo
- EDIA - Empresa de Desenvolvimento das Infraestruturas de Alqueva
- AJASUL - Associação dos Jovens Agricultores do Sul
- Águas do Centro Alentejo, SA
- Administrações de Região Hidrográfica (ARH Alentejo e ARH Tejo)
- GESAMB - Gestão Ambiental e de Resíduos, EIM
- ICNF - Departamento de Conservação da Natureza e Florestas do Alentejo
- ARECBA - Agência Regional de Energia
- IEFP - Delegação Regional do Alentejo
- UGT - Delegação Regional

- União dos Sindicatos do Distrito de Évora / CGTP
- Leadersor - Associação para o Desenvolvimento Rural Integrado do Sor
- Rota do Guadiana - Associação de Desenvolvimento Integrado
- RURALENTEJO – Conselho para o Desenvolvimento Rural do Alentejo
- Terras Dentro - Associação para o Desenvolvimento Integrado
- Monte ACE - Desenvolvimento do Alentejo Central
- Universidade de Évora
- CEVALOR - Centro Tecnológico da Pedra Natural de Portugal
- PCTA - Parque de Ciência e Tecnologia do Alentejo
- NERE - Núcleo Empresarial da Região de Évora
- ANJE – Associação Nacional de Jovens Empresários - Núcleo Regional do Alentejo
- ACDE - Associação Comercial do Distrito de Évora
- Segurança Social de Évora - Centro Distrital
- União das Misericórdias Portuguesas - Secretariado Regional do Distrito de Évora

ANEXO 2:

CONVITES E MEMORANDOS DOS SEMINÁRIOS E WORKSHOPS ORGANIZADOS
PELA CIMAC

ALENTEJO CENTRAL 2020 - SEMINÁRIOS

23 DE MAIO DE 2013 • 10.00H • SALÃO NOBRE da CÂMARA MUNICIPAL DE ÉVORA

A CIMAC iniciou recentemente o processo de elaboração de um Plano de Acção para o Alentejo Central no quadro da preparação do novo ciclo de programação dos fundos comunitários para o período 2014-2020. No âmbito deste processo, a CIMAC irá realizar nos próximos dois meses um conjunto de iniciativas com vista à promoção do envolvimento das entidades locais num processo de discussão visando a construção participada do Plano de Acção para a sub-região. Este processo de discussão a nível do Alentejo Central está articulado com processos semelhantes em curso nas outras sub-regiões do Alentejo, conduzidos pelas respetivas CIM e também com a ADRAL.

A preparação do próximo período de programação dos fundos comunitários conta já com um importante conjunto de documentos de orientação, nomeadamente, de âmbito europeu, onde se encontram estabelecidas as grandes opções comunitárias e os principais eixos que, numa perspetiva europeia, configurarão as orientações fundamentais que os próximos programas nacionais e regionais deverão concretizar.

A estratégia Europa 2020, definindo três prioridades de desenvolvimento para o território da União Europeia – crescimento inteligente, crescimento sustentável, crescimento inclusivo –, coloca perante os territórios europeus importantes desafios de orientação e programação estratégica com vista a responder a problemas, persistentes e emergentes, do desenvolvimento económico, social e ambiental que marcam o início do presente século, nomeadamente, à escala europeia. Estes problemas têm uma tradução específica em cada um dos Estados-membros e nas respetivas regiões e, por isso, exigem respostas específicas e ajustadas às respetivas realidades territoriais.

O programa de trabalho que a CIMAC recentemente iniciou pretende, assim, promover a construção de uma solução ajustada para a sub-região, do ponto de vista das orientações estratégicas e programáticas, capaz de dar uma eficaz resposta aos problemas do desenvolvimento regional com que o Alentejo Central está confrontado.

É neste contexto que o Conselho Executivo da CIMAC tem o prazer de o convidar a participar nos dois seminários que irão ocorrer no próximo dia 23 de Maio, em Évora no Salão Nobre da Câmara Municipal de Évora.

No primeiro seminário, a iniciar pelas 10.00h, pretendemos, com a participação ativa das entidades convidadas, realizar uma reflexão sobre o passado recente, focando a reflexão nas experiências recentes de programação e de implementação dos fundos comunitários na região e, em particular, no Alentejo Central. Para esta sessão estabelecemos como perguntas orientadoras as seguintes:

- O que aprendemos com as experiências recentes de programação e de implementação dos fundos comunitários na região?
- Que problemas de desenvolvimento territorial podemos considerar resolvidos?
- Que problemas de desenvolvimento territorial permanecem por resolver?

Projeto co-financiado por:

- Que (novos) problemas de desenvolvimento emergiram entretanto?
- O que aprendemos em termos de governação territorial?

No segundo seminário, a iniciar pelas 14.30h, pretendemos focar a reflexão sobre o posicionamento que a região, e em particular a sub-região, deverá procurar no âmbito do próximo período de programação. Neste aspeto é particularmente relevante refletirmos sobre os desafios e as potencialidades que a estratégia da Europa 2020 coloca a uma região como o Alentejo e, em particular, ao Alentejo Central. Para esta sessão estabelecemos como perguntas orientadoras as seguintes:

- Que desafios coloca a estratégia Europa 2020 à definição de uma estratégia de desenvolvimento territorial do Alentejo Central?
- Como traduzir à escala e no contexto do Alentejo Central o conceito de “Crescimento Inteligente, Sustentável e Inclusivo”?
- Que temáticas devemos tomar como pilares fundamentais do desenvolvimento do Alentejo Central no período 2014-2020?
- Em que medida o padrão de investimento municipal, realizado ao abrigo dos Fundos Estruturais, se encontra ajustado ou conflitua com o padrão de investimento de base municipal necessário para responder aos objetivos da estratégia Europa 2020?

Sublinhamos que as sessões pretendem ser espaços de reflexão participada e coletiva sobre as questões acima enunciadas. Apelamos, pois, a uma preparação prévia das entidades convidadas, bem como a uma participação ativa no decorrer das sessões.

Projeto co-financiado por:

ALENTEJO CENTRAL 2020 - SEMINÁRIO

23 DE MAIO DE 2013 • 14.30H • SALÃO NOBRE da CÂMARA MUNICIPAL DE ÉVORA

A CIMAC iniciou recentemente o processo de elaboração de um Plano de Acção para o Alentejo Central no quadro da preparação do novo ciclo de programação dos fundos comunitários para o período 2014-2020. No âmbito deste processo a CIMAC irá realizar, nos próximos dois meses, um conjunto de iniciativas com vista à promoção do envolvimento das entidades locais num processo de discussão visando a construção participada do Plano de Acção para a sub-região. Este processo de discussão a nível do Alentejo Central está articulado com processos semelhantes em curso nas outras sub-regiões do Alentejo, conduzidos pelas respetivas CIM e também com a ADRAL.

A preparação do próximo período de programação dos fundos comunitários conta já com um importante conjunto de documentos de orientação, nomeadamente, de âmbito europeu, onde se encontram estabelecidas as grandes opções comunitárias e os principais eixos que, numa perspetiva europeia, configurarão as orientações fundamentais que os próximos programas nacionais e regionais deverão concretizar.

A estratégia Europa 2020, definindo três prioridades de desenvolvimento para o território da União Europeia – crescimento inteligente, crescimento sustentável, crescimento inclusivo –, coloca perante os territórios europeus importantes desafios de orientação e programação estratégica com vista a responder a problemas, persistentes e emergentes, do desenvolvimento económico, social e ambiental que marcam o início do presente século. Estes problemas têm uma tradução específica em cada um dos Estados-membros e nas respetivas regiões e, por isso, exigem respostas específicas e ajustadas às respetivas realidades territoriais.

O programa de trabalho que a CIMAC recentemente iniciou pretende, assim, promover a construção de uma solução ajustada para a sub-região, do ponto de vista das orientações estratégicas e programáticas, capaz de dar uma eficaz resposta aos problemas do desenvolvimento regional com que o Alentejo Central está confrontado.

É neste contexto que o Conselho Executivo da CIMAC tem o prazer de o convidar a participar no seminário que irá ocorrer no próximo dia 23 de Maio, em Évora, no Salão Nobre da Câmara Municipal de Évora, com início às 14.30h e focado sobre o posicionamento que a região, e em particular a sub-região, deverá procurar no âmbito do próximo período de programação.

Neste aspecto é particularmente relevante refletirmos sobre os desafios e as potencialidades que a estratégia da Europa 2020 coloca a uma região como o Alentejo e, em particular, ao Alentejo Central. Neste sentido, estabelecemos como perguntas orientadoras da reflexão as seguintes:

- Que desafios coloca a estratégia Europa 2020 à definição de uma estratégia de desenvolvimento territorial do Alentejo Central?
- Como traduzir à escala e no contexto do Alentejo Central o conceito de “Crescimento Inteligente, Sustentável e Inclusivo”?
- Que temáticas devemos tomar como pilares fundamentais do desenvolvimento do Alentejo Central no período 2014-2020?

- Em que medida o padrão de investimento municipal, realizado ao abrigo dos Fundos Estruturais, se encontra ajustado ou conflitua com o padrão de investimento de base municipal necessário para responder aos objetivos da estratégia Europa 2020?

Sublinhamos que a sessão pretende ser um espaço de reflexão participada e coletiva sobre as questões acima enunciadas. Apelamos, pois, a uma preparação prévia das entidades convidadas, bem como a uma participação ativa no decorrer das sessões.

ALENTEJO CENTRAL 2020 – SEMINÁRIO

REFLEXÃO SOBRE O PASSADO - SÍNTESE DAS INTERVENÇÕES

Humberto Ratado (CM Borba)

- O facto de continuarmos a precisar de QCAs demonstra que não temos sido eficazes. Temos inclusivamente problemas que já tinham sido resolvidos e que agora voltam a aparecer como os relacionados com o abastecimento água (perdas, rede obsoleta). Há uma série de investimentos nesta área que são desperdiçados por obstáculos financeiros e burocráticos;
- Muito foi feito ao nível do parque escolar e equipamentos sociais (mas considera existirem ainda necessidades nestas matérias);
- Há um erro que persistiu ao longo de todos os QCAs que é a falta de articulação entre os municípios que é potenciada pela própria Administração Central quando não recorre aos seus próprios recursos na definição da melhor localização para os equipamentos, por exemplo.

José Figueira (CM Vendas Novas)

- O país nos 2 primeiros QCA convergiu com União Europeia, sobretudo ao nível da mobilidade, das acessibilidades e da área económica. Começou a divergir no 3º QCA, iniciando-se uma tendência de centralização da gestão dos fundos em que os ciclos políticos de governação, passaram a condicionar as estratégias regionais. A partir daqui a estratégia foi mal delineada nos seus objectivos, princípios e na incapacidade de trabalho em rede.
- É por isso fundamental planear para além dos ciclos de F. Estruturais e independentemente da sua existência – planear com princípios de sustentabilidade;
- Há uma falta de articulação entre centros de conhecimento e tecnológicos e as empresas e vice-versa
- Em termos de problemas estruturantes:
 - a) Falta-nos uma lógica de fileira dos produtos endógenos (exemplo: fileira agro-alimentar; extracção de mármore e de recursos do sub-solo; património, turismo e cultura). Não podemos viver exclusivamente de indústrias exportadoras;
 - b) Os sistemas de mobilidade urbana devem dar resposta a uma localização de serviços planeada em rede
 - c) Falta um modelo de gestão da rede de gás natural, por exemplo, que no caso de Vendas Novas tem condicionada a localização de investimentos (NO PIVN)
- Em termos de bons exemplos:
 - a) Progressos feitos na fileira agro-alimentar;
 - b) Qualificação dos parques e áreas industriais.
- O que falta fazer:
 - a) A requalificação urbana é difícil nos Municípios de Vendas Novas e Montemor-o-Novo pela impossibilidade de construção de uma variante que retire o tráfego pesado do centro.

Rui Batista (Terras Dentro)

- O problema dos planos é que procuram resolver todos os problemas e isso não faz um bom plano: é necessário priorizar e isto não significa esquecer sectores. Por exemplo, o turismo tem que ser uma prioridade porque ele é uma alavanca;
- Plano não deve resolver problemas da rede ou de localização de equipamentos mas sim resolver o problema da criação de riqueza
- Nos últimos 15 anos melhorou-se muito mas os F. Estruturais não resolvem tudo
- A agricultura mediterrânica e o turismo ambiental são enormes activos
- Foram feitos importantes progressos no turismo mas falta ainda dar-lhe a dimensão ambiental e profissionalizar este sector (restauração, hotelaria, etc.)
- Quanto à centralização de Évora, ela é inquestionável e o despovoamento é inevitável

Cancela D'Abreu (Universidade de Évora + SRTT)

- Importante potenciar o que já existe. Os últimos QCA vieram resolver alguns problemas estruturais fulcrais (acessibilidades, saúde, escolas, saneamento) mas falamos quase sempre de investimentos públicos. Faltou o estímulo à iniciativa privada
- O grande falhanço foi a educação. As melhorias no ensino foram desintegradas entre os diversos modos e níveis de ensino
- Não se manteve a atratividade do território: perdeu-se a população jovem com nível superior de ensino
- Esta tendência contraria-se criando emprego e isso tem que ser feito com a actividade privada e com apoio a esta actividade e com o apoio a esta actividade, incluindo através do aumento das qualificações no sector. Por exemplo, os *Vinhos do Alentejo* começaram há 35 anos na Universidade de Évora, tal como a certificação do *Queijo de Évora* ou a recuperação do *Presunto de Barrancos*. Tudo isto são exemplos de envolvimento da Universidade no mundo empresarial para a criação de inovação. Bom exemplo do Tagus Parque
- A agricultura tem evoluído muito. Ela é hoje muito mais sustentável, amigável e produtiva economicamente;
- A articulação entre programas e fundos é essencial e não tem existido, nomeadamente entre o PO Regional, o PRODER e o FSE;
- Não podemos forçar redes, elas têm que ser naturais;
- A DR Agricultura tem estado sempre afastada do resto da região. Ela devia estar a fazer extensão rural

José Santos (ERTA -Entidade Regional Turismo Alentejo)

- Falhas de leitura sobretudo nos diagnósticos, não se centrando nas questões certas: O sistema de governação foi o mais eficaz? A contratualização nas CIMs foi eficaz? Houve redes sim, mas foram eficientes? Coesão a mais e competitividade a menos? Quais as áreas que mais visibilidades dão à região?
- Principais activos: Turismo e agro-alimentares: contribuirão para a criação de emprego e atracção de pessoas

- Bons resultados estruturais: último QCA foi generoso com o turismo com um aumento da capacidade de investimento no Alentejo (77 milhões € de incentivos para o Turismo - financiamento). Temos já um cluster informal do turismo com agregação de algumas entidades o que revela uma boa capacitação institucional neste sector que pode ser potenciada

- Problemas por resolver:

- a) excesso de oferta – necessidade de potenciar a procura. Alentejo depende cerca de 70% do mercado externo (no Alentejo central depende um pouco menos). Por outro lado também importa saber como vamos requalificar investimentos antigos. O Alqueva por exemplo está extremamente desarticulado. Há territórios que o turismo ocupou nos quais não tem sido produtivo. O Alqueva tem potencial mas por usar. As empresas de animação turística portuguesas têm que pagar taxas e registar-se 2 vezes (Portugal e Espanha), enquanto as espanholas apenas o fazem uma vez...
- b) A excessiva prioridade dada aos grandes investimentos acabou por inviabilizar a pequena iniciativa
- c) Os sistemas de governação dos fundos têm que ser mais competitivos e colaborativos
- d) Não temos conseguido tematizar as políticas nacionais de desenvolvimento no território. Empreendedorismo, auto-emprego e competitividade são palavras ausentes nos discursos

Carlos Catarino (ANJE)

- O diagnóstico mantém-se;
- As necessidades de crescimento das empresas não se reflectiram na execução dos Quadros Comunitários; O que falhou nos anteriores Quadros no que respeita à área empresarial:
- A programação descentralizada;
- A perda de confiança dos empresários nos políticos;
- O facto de a Economia não ser vista como um sector estratégico.
- Propõe 3 Eixos para aposta no futuro:
- Importante atracção de investimento para *clusters* (reforço da capacidade produtiva e dos sectores tradicionais como a agricultura, a agro-industria e o turismo);
- Capacidade de atracção de investimento externo;
- Importante investimento no ensino mas sobretudo nos alunos (com novos modelos de ensino, novos programas que tb trabalhem a capacidade de empreender e permanecer no território)
- Novo quadro deve reservar a maior fatia para investimentos para as empresas

Ana Paula Amendoeira

- Falta muita avaliação: rigorosa e independente – sobre como foram empregues os Fundos
- Grande parte do € serve para alimentar a máquina que aplica e gere os fundos – custos de funcionamento excessivos talvez? – importante avaliar

- Descuidado com as palavras: discurso e léxico utilizados são cada vez mais redutores em relação à riqueza da região. Tendemos a falar da região como se ela fosse uma empresa (“recursos”, “activos”, “potenciar”, “gestão”, etc). Isso empobrece os discursos e reduz a riqueza do nosso pensamento
- Importante melhorar a abordagem: O próprio conceito de desenvolvimento que é um conceito da guerra fria, foi apropriado pela ONU sem pensamento crítico. O discurso desenvolvimentista não é eficaz, porque tem criado assimetrias. Devíamos antes falar do conceito de bem estar
- Muita coisa positiva foi feita na área da preservação do património e dos projectos culturais. Mas devemos avaliar cada projecto realizado
- Uma das dimensões mais importantes no Alentejo é a cultural e não propriamente a turística. O Património não pode ser um recurso turístico. Ele é em primeiro lugar um valor cultural.
- Bom exemplo do centro de investigação da Universidade de Évora, o Hércules, com um trabalho muito bom ao nível do património e cultura. É fundamental o investimento na cultura pela cultura e não porque esta é um recurso para o turismo

José Figueira (CM Vendas Novas)

- A este propósito destaque para o perigo das “mono-culturas” ... (neste caso, o Turismo)

Sílvia Fialho (NERE)

- Muitas fragilidades a nível empresarial com grande risco de desaparecimento das PMEs
- Necessários novos estímulos para a criação de empresas

Marta Alter (Monte)

- Falhas de leitura: as estratégias obrigam a opções e a uma visão. O que se passa é que as opções estratégicas não são tidas em consideração nos instrumentos de planeamento. No final dos QCA por exemplo é notória a pressa na execução, descurando qualquer estratégia pré-definida. Esta desarticulação/contradição origina falhas nos resultados. Impunha-se por isso uma revisão à estratégia, o que não foi feito.
- Activos: região terciarizada mas que não assenta em serviços transaccionáveis, com valores imateriais (como a paisagem ou a cultura) que têm que ser convertidos.
- Bons resultados: educação, equipamentos 3ª idade e infância, saúde. Mas há uma subutilização de muitos destes equipamentos. Ao nível do turismo rural, há uma taxa de ocupação de 24%...
- Problemas: A fragilidade demográfica é um novo problema e é gritante. O emprego é criado por micro-empresas e as nossas empresas precisam de dinheiro, não de incentivos. Por outro lado, é importante que os jovens saiam da região, isso traz experiência e enriquecimento pessoal. O que devia era haver um esforço de contratualização do seu retorno.

Bernardino Bengalinha (CM Viana do Alentejo)

- A subutilização dos equipamentos tem a ver o estímulo que é feito ao investimento em áreas eventualmente desnecessárias: é incentivada a execução apenas para aumentar as taxas e por causa disto acabam por se criar desequilíbrios

5

Humberto Ratado (CM Borba)

- As empresas precisam sobretudo de procura (interna e externa) mais do que de dinheiro

Joaquim Fialho (CCDRA)

- Um dos aspectos mais importantes no passado tem a ver com a realização de diagnósticos muito estanques – limitam-se apenas aquele território, ignorando todo o contexto envolvente, nomeadamente o que se passa noutras regiões ou países. No caso do Alentejo é importante trabalhar as questões de fronteira e a cooperação com a Extremadura.

- A avaliação até existe, o que é importante é que ela seja consequente

- Em muitos momentos, houve de facto uma sobreposição administrativa em relação à estratégia

- As parcerias induzidas têm corrido muito mal (como é o caso das RUCI, cuja avaliação revela resultados aquém do esperado porque os actores envolvidos não se apropriaram da estratégia)

O que correu bem:

- A implementação das estratégias funcionou em parcerias com líderes fortes e bem implementados no território;

- A responsabilização dos actores incumbidos da implementação das estratégias;

- A contratualização foi positiva mas pode correr muito melhor

O que correu mal:

- A concorrência entre Fundos e instrumentos (por exemplo entre o Eixo 3 do PRODER e as EEC PROVERE);

- A cooperação transfronteiriça deve ser potenciada através da euro região (EUROACE).

Economia: fundamental contemplar medidas de apoio e estímulo à actividade das Pequenas, médias e micro-empresas

Questões de despovoamento demográficas e as de localização (e gestão) dos equipamentos e serviços que daí decorrem têm que ser claramente ponderadas

Relevância da questão urbana e da rede urbana

Importância da valorização dos activos patrimoniais e culturais da região

ALENTEJO CENTRAL 2020 – SEMINÁRIO

REFLEXÃO SOBRE O PASSADO - SÍNTESE DAS INTERVENÇÕES

Joaquim Fialho (CCDRA)

- A RCM (33/2013) propõe que CIMs dinamizem ITI à escala da NUT III (ou territórios contíguos), num quadro estratégico regional articulado com o nível sub-regional e propõe que a estratégia de desenvolvimento regional deve integrar também a cooperação transfronteiriça
- A Estratégia de Especialização Inteligente (EEI) (NUT II) deve ser tida como condicionalidade *ex-ante* para apoios no domínio da ciência, TIC e inovação. O cruzamento da estratégia para a NUT III com esta EEI é fundamental

1

José Santos (ERTA)

- A ERTA apresentou doc de reflexão sobre o que deverá ser o papel do turismo no acordo de parceria – propõe que em 2020 o Alentejo seja um destino certificado, o que implica a certificação de serviços e do território. Esta estratégia deverá basear-se na responsabilidade social, na sustentabilidade, na ética e na identidade
- Propõe-se igualmente uma abordagem inter-sectorial que articule o turismo com outros sectores
- É também importante uma certa clusterização, no sentido da criação de uma associação de empresários do turismo por exemplo. Bom exemplo disso é a *Casas Brancas*
- Necessário criar um território turístico de qualidade (urbana, de requalificação dos produtos turísticos ou temáticos) e criar animação turística associada ao património
- Alqueva e o Litoral Alentejano são 2 destinos onde se prevê um aumento de relevo e isso deverá ser tido em conta, através de uma linha estratégica para o seu desenvolvimento (Alqueva neste caso)

Cancela D'Abreu (EU + SRTT)

- Especialização inteligente deve basear-se naquilo que as regiões têm e não numa transferência de ideias de outras regiões e constitui-se como condição *ex-ante* para o desenvolvimento de qualquer tipo de actividade ligada com a inovação. Devemos agregar conhecimento ao desenvolvimento económico para atingir os mesmos padrões dos EUA e Japão.
- Importância do SRTT para esta Estratégia de Especialização Inteligente (EEI) - inclui todos os *stakeholders* ligados ao conhecimento na Região Alentejo
- Importância a criação de condições para o conhecimento
- O sector do Turismo é fundamental para a Região Alentejo, numa perspectiva integrada
- A região é ainda fundamentalmente agrícola e devemos ter em conta novas actividades agrícolas que se têm instalado (+ sustentáveis);
- Inquestionável o potencial ao nível das energias renováveis. Mas tb ter em conta que as novas directivas da EU incentivam a que outros países o possam vir fazer aqui

Hortênsia Menino (CM Montemor-o-Novo)

- Importante focalização dos apoios nas actividades económico-produtivas o que implicará:

- a) Sistemas de incentivos virados para a modernização das empresas existentes no território e adaptados às necessidades de investimento e de atracção de novas empresas;
- b) Nova dinâmica de qualificação das Áreas de Acolhimento Empresarial;
- c) Incentivos para indústrias com potencial de transformação dos seus recursos do próprio território (carne, hortícolas, etc.)
- d) Melhoria da mobilidade para as populações com eventual sistema de transporte colectivos com gestão intermunicipal
- e) Investimento nas energias renováveis
- f) Desenvolvimento de projectos inovadores na área da cultura e do património. Exemplo: centro de artes transdisciplinares (associado ao *Espaço do Tempo*) que extravasa uma área apenas e um município apenas

Rui Batista (Terras dentro)

- Continuamos a não focalizar... Temos que encontrar sectores diferenciadores com base naquilo que tem sido o seu comportamento e desenvolver a estratégia a partir daqui
- A ciência, inovação e transferência de tecnologia devem ter um propósito
- Propôs a criação de um "Programa de Rede", que promova a interligação e o conhecimento das organizações e empresas à semelhança do que foi criado para o PRODER.

Francisco Costa (CM Évora)

- A CME apontou 4 eixos de desenvolvimento futuro:

1. Educação integrada
2. Apoio ao desenvolvimento económico e criação de emprego
3. Turismo/regeneração urbana (é inevitável a concentração dos centros urbanos mas os centros que mais crescem devem ter responsabilidades com os núcleos e área rural envolventes)
4. Qualificação ambiental (perigoso um discurso excessivamente industrializado)

Cláudia Giões (DR Cultura)

- Importância do Património Cultural na região mas num sentido mais lato que o habitual. Por exemplo, um dos patrimónios mais ricos da região tem a ver com a agricultura. E neste sentido há uma valorização e preservação dos métodos tradicionais que deve articular-se com os processos de modernização. Será importante fomentar estas práticas tradicionais conferindo-lhes factores de inovação.

- Cultura como elemento potenciador de um crescimento inclusivo (europa 2020); a inovação e conhecimento devem ser trazidos para a cultura também (nos ofícios, nos equipamentos de cultura existentes, etc)

Alexandra Correia (Terras Dentro)

- Plano de acção deverá promover a partilha de recursos existentes pelas diversas entidades, nomeadamente os tais equipamentos que estão subaproveitados;
- Ao nível da governação é importante reforçar a participação cívica no acompanhamento das políticas públicas e na sua implementação
- Os activos da região estão todos muito ligados às características do território. Para os “vender” para fora é preciso conhecer este contexto e criar também entidades que façam esta ligação

Bernardino Bengalinha (CM Viana do Alentejo)

- Importância da articulação intermunicipal. Falta focar e criar mecanismos de monitorização – com análise de desvios a tempo da sua correcção

Joaquim Amado (Terras Dentro)

- Existem actualmente 4 abordagens LEADER na região. É importante que as futuras DLBC mantenham as mesmas áreas geográficas dos actuais LEADER que, apesar de não coincidirem com as NUT III, têm assentado num modelo de governação que tem funcionado e que deve ser continuado

Carlos Catarino (ANJE)

- Não podemos por de parte a livre iniciativa da economia e de novas ideias e isto deve ser intencionalmente ser contemplado numa parte das verbas a afectar à região. Uma espécie de verbas para a criatividade com critérios de atribuição assentes por exemplo na criação de emprego e na não criação de externalidades negativas para a região.
- Não conseguirá criar-se um ambiente favorável à economia com a actual carga fiscal. Podia neste sentido criar-se um fundo para capital de risco ou de crédito às empresas

Cancela D’Abreu (EU + SRTT)

- Importante dar visibilidade à qualidade do território para atrair investimento e pessoas
- É fundamental para esta visibilidade a defesa da linha caminho de ferro mercadorias Sines- Madrid, como grande infraestrutura
- Em termos de TICs esta NUT III está bem servida
- Fundamental a existência de redes inteligentes de água - para utilização racional e controle de perdas
- Fundamental fomentar a cooperação

- Importante criar valor económico no ambiente e pensar em como podemos valorizar o montado ou a actividade agrícola em áreas classificadas, por exemplo?

Teresa Batista (CIMAC)

- Muito importante o valor do território. Cada vez mais se começa a discutir a questão dos serviços do ecossistema (associados à manutenção da qualidade ambiental)

4

Rui Mendes (CCDRA)

- Os sectores a potenciar ou os que têm problemas são transversais à NUT II e não apenas a esta sub-região

Produtos regionais

Turismo

Património Cultural

Renováveis

Ambiente

- O novo Quadro terá de ter força para trazer competitividade a estes sectores de forma a dar resposta ao problema emprego

ALENTEJO CENTRAL 2020 WORKSHOP

QUE ESTRATÉGIA SUB-REGIONAL PARA A SUSTENTABILIDADE DOS ESPAÇOS RURAIS NO ALENTEJO CENTRAL

3 DE JULHO DE 2013 • 14.30H • ADRAL

A CIMAC está a desenvolver um processo de trabalho com vista à elaboração de um Plano de Acção para o Alentejo Central no âmbito da preparação do novo ciclo de programação dos fundos comunitários para o período 2014-2020.

A estratégia Europa 2020, definindo três prioridades de desenvolvimento para o território da União Europeia – crescimento inteligente, crescimento sustentável, crescimento inclusivo, coloca perante as regiões europeias importantes desafios de orientação e programação estratégica com vista a responder a problemas do desenvolvimento económico, social e ambiental que marcam o início do presente século. Estes problemas têm uma tradução específica em cada um dos Estados-membros e nas respetivas regiões e, por isso, exigem respostas específicas e ajustadas às respetivas realidades territoriais.

As características territoriais específicas da região Alentejo sublinham a importância, de facto estratégica, das questões relacionadas com o desenvolvimento dos territórios de muito baixa densidade e com a problemática da relação urbano-rural.

Para discutirmos estas temáticas do desenvolvimento do Alentejo Central, nomeadamente, a forma possível de os enquadrar numa abordagem estratégica para a NUT III - Alentejo Central, vimos convidar essa entidade a participar num Workshop a realizar no próximo **dia 3 de Julho, pelas 14.30h, nas instalações da ADRAL** (Rua Circular Intermédia do PITE Lt. 4 e 6, Évora) subordinado ao tema: **Estratégia sub-regional para a sustentabilidade dos espaços rurais no Alentejo Central.**

Para esta sessão estabelecemos como perguntas orientadoras da discussão as seguintes:

- Que problemas do desenvolvimento dos espaços rurais e dos territórios de muito baixa densidade devem merecer uma particular atenção no próximo período de programação 2014-2020?

Projeto co-financiado por:

- Que (novos) desafios coloca a estratégia Europa 2020 à definição de uma estratégia de desenvolvimento dos espaços rurais no Alentejo Central?
- Que objectivos estratégicos definir, com incidência sobre o desenvolvimento dos espaços rurais, no âmbito do futuro plano de acção do Alentejo Central? (máximo de três objectivos estratégicos)?
- Em que domínios de intervenção concentrar as intervenções sobre os espaços rurais no âmbito do próximo período de programação?

Sublinhamos que as sessões pretendem ser espaços de reflexão participada e coletiva sobre as questões acima enunciadas. Apelamos, pois, a uma preparação prévia das entidades convidadas, bem como a uma participação ativa no decorrer das sessões.

Projeto co-financiado por:

Memorando de Workshop: Que estratégia sub-regional para a sustentabilidade dos espaços rurais no Alentejo Central

DATA	03-07-2013		
------	------------	--	--

ORGANIZADOR	CIMAC				
NOTAS REDIGIDAS POR	Paula Sofio				
DATA	03-07-2013	HORA DE ÍNICIO	14.30	HORA FIM	17.45
LOCAL	ADRAL - Évora				
ANEXOS	Folha presenças				
PRESENCAS	PARTICIPANTES				
	Nome	Entidade			
	André Espenica	CIMAC			
	Ana Isa Coelho	CIMAC			
	Josué Caldeira	CIMAC			
	Paula Sofio	ADRAL			
	Marta Alter	Monte			
	Elsa Branco	Terras Dentro			
	Joaquim Amado	Terras Dentro			
	Alexandra Correia	Terras Dentro			
	Jorge Coelho	Aliende			
	Ana Silva	Município de Arraiolos			
		Município de Mora			
Linda Baixinho	Município de Viana do Alentejo				
OBJECTIVO	Promover o debate, reflexão e propostas relativamente às questões relacionadas com a sustentabilidade dos espaços rurais para enquadramento na Estratégia e Plano de Acção para o Alentejo Central 2014-2020, actualmente em preparação pela CIMAC				

Desenvolvimento dos trabalhos: síntese das intervenções

O objectivo da reunião prendeu-se com os trabalhos que a CIMAC tem vindo a realizar no âmbito da preparação da estratégia e plano de acção para o Alentejo Central para o período 2014-2020 e que deve enquadrar a aplicação dos Fundos Estruturais nesta sub-região.

Neste sentido, foi feita pela CIMAC uma apresentação dos trabalhos realizados até à data e dos próximos passos previstos. Assim, no sentido de preparação da estratégia, a CIMAC tem vindo a realizar os seguintes trabalhos:

- Actualização do diagnóstico existente para a sub-região;
- Articulação com as restantes CIMs do Alentejo e sob a coordenação da ADRAL para produção de contributos e resposta às solicitações da CCDRA, no âmbito da preparação da estratégia e plano de acção para a NUT II

Alentejo;

- Realização de dois seminários de reflexão: um sobre a experiência passada de aplicação dos fundos estruturais na região, problemas persistentes e boas práticas/resultados; outro sobre as perspectivas de futuro e identificação das prioridades que devem pautar o desenvolvimento do Alentejo Central e condicionar a futura arquitectura e aplicação dos fundos estruturais;
- Realização de entrevistas a actores chave na região
- Realização de um ciclo de workshops (a decorrer), cujas temáticas resultam já de um enfoque em prioridades identificadas nos trabalhos acima referidos, nomeadamente:
 1. Estratégia sub-regional para a sustentabilidade dos espaços rurais no Alentejo Central.
 2. Estratégia sub-regional para o desenvolvimento e sustentabilidade dos Centros Urbanos.
 3. Economia Social: estratégia de inclusão social para a região e consolidação da Economia Social como sector económico de importância regional.
 4. Património, Cultural e Economia Regional: que fazer para reforçar a participação deste sector no desenvolvimento da base económica regional e da coesão territorial?

Numa primeira fase (a decorrer até final de Julho) a CIMAC irá concluir o diagnóstico e a proposta de estratégia para a NUT III, retomando os trabalhos em Setembro para definição dos instrumentos de gestão. Dada a enorme indefinição por parte do Governo e Comissão Europeia quanto aos modelos de governação e instrumentos a vigorar, não é neste momento possível avançar muito mais.

Para este Workshop temático foi proposto que, numa primeira fase, os participantes dessem a sua opinião sobre o que consideram ser os principais constrangimentos e tendências de evolução recente a considerar no âmbito da problemática da sustentabilidade dos espaços rurais. Numa segunda fase, os sugeriu-se que participantes identificassem o que devem ser as principais apostas/desafios no período 2014-2020 para este domínio de intervenção e com relação relevante com o tecido económico da região.

Em síntese, as intervenções centram-se nas seguintes ideias:

Terras Dentro (Alexandra Correia)

A principal questão a ter em conta no domínio da sustentabilidade do espaço rural relaciona-se com a questão demográfica e o duplo envelhecimento da população. Ressalvou que a estrutura etária da população é por si um factor que apresenta maiores constrangimentos ao desenvolvimento do que a baixa densidade.

A esta questão acresce o fenómeno do isolamento relativo das populações. Estando o Alentejo bem servido de

estradas e equipamentos de apoio às populações as questões da mobilidade (sobretudo nos mais velhos e mais jovens) colocam importantes constrangimentos no seu acesso pelas populações. A mobilidade intra regional é bastante ineficiente e não existe uma rede de transportes públicos compatível com um território de baixa densidade.

As questões da mobilidade, realçou, são determinantes não apenas para o acesso a serviços de saúde e outros equipamentos mas também no que diz respeito ao acesso à formação profissional e mesmo ao emprego.

Considerou ainda a fraca qualificação da população activa na região como um dos principais problemas a enfrentar no quadro da criação de riqueza em espaço rural.

As questões da literacia e de acesso à informação são ainda uma questão relevante a ter em conta em espaço rural. As infra estruturas de acesso estão criadas (internet), mas a sua acessibilidade à população deverá ser ainda bastante trabalhada.

Considerou ainda as actividades económicas relacionadas com o Ambiente e Energias Sustentáveis, a inovação do sector agrícola e agro alimentar, com relevo para as fileiras do vinho e do azeite, como uma das principais apostas de especialização funcional da sub região. Disse ainda considerar relevante neste âmbito assegurar a ligação aos sistemas de produção de conhecimento e transferência de tecnologia ao tecido empresarial.

Terras Dentro (Elsa Branco)

A fixação de população jovem no território é condição essencial à sustentabilidade do espaço rural e deverá existir uma estratégia para a atracção e fixação de população jovem ao território.

Terras Dentro (Joaquim Amado)

As questões da mobilidade e do desemprego jovem são determinantes na fixação de população mas a inversão desta tendência não passa exclusivamente pela infra estruturação do território. Deverá ser implementada uma política regional de atracção de população que permita inverter a tendência de despovoamento, sendo a criação de emprego na região a principal questão a resolver com vista à obtenção de crescimento populacional. Esta estratégia deve ser concebida de acordo com as especificidades regionais, permitindo gerar efectivamente emprego e criação de empresas. A área dos serviços de proximidade é pelas características do território ainda um espaço de oportunidade, mas existem outros que têm sobretudo expressão na economia informal e que poderão ser trazidos à dinâmica empresarial através de incentivos que lhes permitam gerar riqueza de forma formal no território.

Monte (Marta Alter)

Realçou que a escala é um dos principais desafios enfrentados pelo tecido económico em espaço rural, defendendo que deve existir uma aposta na promoção da articulação entre produtores. Este desafio implica, disse, um importante esforço de alteração de mentalidades e de promoção de práticas de cooperação local para a competitividade. Esta questão tem particular relevo nas questões associadas à distribuição e marketing.

Sustentou ainda que deverá ser dado enfoque à criação de empresas que incorporem inovação em termos de produtos e tecnologias mas que permitam acrescentar valor às fileiras tradicionais. Disto será exemplo a fileira do montado que tem permitido importantes ganhos de competitividade a empresas que vêm a apostar em novos produtos e na incorporação de inovação nas produções tradicionais. O sector agrícola e agro florestal poderão ser determinantes para enfrentar este desafio. Outros sectores determinantes a considerar deverão ser o turismo, minas e a aeronáutica. Trata se de sectores em que a região oferece claras vantagens comparativas e embora não sejam “grandes” criadores de emprego são determinantes para o crescimento e consolidação de inúmeras micro empresas que estão na base do tecido empresarial regional.

O Montado disse poderá ser como uma das principais apostas de especialização inteligente da sub região.

Disse ainda que não se trata apenas de atrair jovens à região, mas de atrair população qualificada para a actividade empresarial. Deu como exemplo o facto de grande parte dos empresários apoiados no âmbito do turismo serem licenciados recém reformados que retornam ao território e que o transformam através de uma visão empresarial já consolidada.

Aliende (Jorge Coelho)

As decisões sobre o território devem ser tomadas tendo em conta as suas especificidades e não desenhadas ao nível nacional. Realçou ainda o papel da cooperação institucional na criação de sinergias e na eficiente utilização dos equipamentos e infra estruturas existentes, considerando que existe em geral uma sobreposição de funções entre entidades e fóruns de resolução das questões a vários níveis o que resulta muitas vezes em desperdício de recursos que poderiam ser mobilizados para o desenvolvimento integrado da região.

Referiu que existem no território “bolsas de população” que perderam já qualquer expectativa de alteração do seu padrão de vida e que terá sempre de ser integrada em qualquer estratégia sustentabilidade do espaço rural.

CM Viana do Alentejo (Linda Baixinho)

Existe em geral uma discrepância entre os sistemas de incentivos e apoios às empresas disponibilizados e as necessidades do micro empresas presentes em espaço rural e que nem sempre é resolvida pelas especificidades do PRODER. Disto é exemplo o facto de o nível de exigência colocado em termos de obrigatoriedade administrativa/burocrática a um investimento de 80.000€ ser semelhante ao exigido para investimentos de milhões de euros.

Realçou por outro lado que as questões do Fundo Manei/tesouraria são hoje uma das principais questões colocadas à gestão empresarial que no município tem sido resolvidas através de um Fundo por este criado, considerando esta solução bastante positiva e relevando a necessidade de articular apoios e sistemas de incentivos adaptados à especificidade do micro empresas características do espaço rural.

Considerou ainda a modernização/inação/desenvolvimento do sector agrícola como uma das principais apostas de especialização funcional da sub região.

CM Mora (Luísa Nunes)

Considera essencial fazer um correcto diagnóstico das necessidades dos empresários para em conjunto com estes adaptar os sistemas de incentivos à realidade empresarial regional. No âmbito do desenvolvimento económico considera também fundamental adequar a qualificação da mão de obra ao mercado local de emprego.

Em termos de coesão territorial referiu as questões da mobilidade como o principal constrangimento/desafio à sustentabilidade do espaço rural.

ALENTEJO CENTRAL 2020 WORKSHOP

ECONOMIA SOCIAL: ESTRATÉGIA DE INCLUSÃO SOCIAL PARA A REGIÃO E CONSOLIDAÇÃO DA ECONOMIA SOCIAL COMO SECTOR ECONÓMICO DE IMPORTÂNCIA REGIONAL

9 DE JULHO DE 2013 • 14.30H • ADRAL

A CIMAC está a desenvolver um processo de trabalho com vista à elaboração de um Plano de Acção para o Alentejo Central no âmbito da preparação do novo ciclo de programação dos fundos comunitários para o período 2014-2020.

A estratégia Europa 2020, definindo três prioridades de desenvolvimento para o território da União Europeia – crescimento inteligente, crescimento sustentável, **crescimento inclusivo** –, coloca perante as regiões europeias importantes desafios de orientação e programação estratégica por forma a responder a problemas do desenvolvimento económico, social e ambiental que marcam o início do presente século. Estes problemas têm uma tradução específica em cada um dos Estados-membros e nas respetivas regiões e, por isso, exigem respostas específicas e ajustadas às respetivas realidades territoriais.

As características específicas do tecido social da região Alentejo, bem como as tendências pesadas que se têm manifestado na evolução deste tecido, sublinham a importância, de facto estratégica, das questões relacionadas com o desenvolvimento e apoio social, com a inclusão social e a pobreza (terceira idade, infância, ...). Os documentos com as orientações europeias e nacionais sobre o próximo período de programação sublinham a importância que, nesta matéria, deve ser atribuída ao papel dos atores da Economia Social como agentes fundamentais de inovação e de promoção dos objectivos das políticas públicas neste domínio. O Alentejo oferece um rico e diversificado tecido institucional do terceiro sector e, no âmbito dos programas comunitários, estes agentes têm tipo um papel relevante nas iniciativas de investimento na área social.

Para discutirmos estas temáticas do desenvolvimento do Alentejo Central, nomeadamente, a forma possível de as enquadrar numa abordagem de desenvolvimento estratégico para a NUT III - Alentejo

Projeto co-financiado por:

Central, vimos convidar essa entidade a participar num Workshop a realizar **dia 9 de Julho, pelas 14.30h, nas instalações da ADRAL (Rua Circular Intermédia do PITE Lt. 4 e 6 , Évora)** subordinado ao tema:

Economia Social: estratégia de inclusão social para a região e consolidação da Economia Social como sector económico de importância regional.

Para esta sessão estabelecemos como perguntas orientadoras da discussão as seguintes:

- Quais são os **problemas fundamentais no domínio da inclusão social** com que a sub-região Alentejo Central se defronta? Que áreas sociais, que segmentos sociais?
- Quais são os **problemas fundamentais no que se refere ao funcionamento das instituições e da rede de instituições da Economia Social** com que o Alentejo Central se defronta?
- Em que problemas diagnosticados devemos **concentrar as nossas apostas** no período 2014-2020? Que **objectivos estratégicos** definir no domínio da inclusão social?
- O que fazer para promover o **desenvolvimento das instituições da Economia Social** e a consolidação desta área num sector económico de importância regional?

Sublinhamos que as sessões pretendem ser espaços de reflexão participada e coletiva sobre as questões acima enunciadas. Apelamos, pois, a uma preparação prévia das entidades convidadas, bem como a uma participação ativa no decorrer das sessões.

Projeto co-financiado por:

Memorando de Workshop: Economia Social: estratégia de inclusão social para a região e consolidação da Economia Social como sector económico de importância regional

DATA	09-07-2013		
------	------------	--	--

ORGANIZADOR	CIMAC				
NOTAS REDIGIDAS POR	Ana Isa Coelho				
DATA	09-07-2013	HORA DE ÍNICIO	14.30	HORA FIM	17.45
LOCAL	ADRAL - Évora				
ANEXOS	Folha presenças				
PRESENCAS	PARTICIPANTES				
	Nome		Entidade		
	André Espenica		CIMAC		
	Ana Isa Coelho		CIMAC		
	Josué Caldeira		CIMAC		
	Paula Sofio		ADRAL		
	Ana Luisa Brejo		ADRAL		
	Capitão Martins		GNR		
	Paula Santos		Monte		
	José Brás		APRE!		
	José Francisco Costa		IEFP		
Carla Vieira		Cruz Vermelha			
OBJECTIVO	Promover o debate, reflexão e propostas relativamente às questões relacionadas com a Economia Social para enquadramento na Estratégia e Plano de Acção para o Alentejo Central 2014-2020, actualmente em preparação pela CIMAC				

Desenvolvimento dos trabalhos: síntese das intervenções

O objectivo da reunião prendeu-se com os trabalhos que a CIMAC tem vindo a realizar no âmbito da preparação da estratégia e plano de acção para o Alentejo Central para o período 2014-2020 e que deve enquadrar a aplicação dos Fundos Estruturais nesta sub-região.

Neste sentido, foi feita pela CIMAC uma apresentação dos trabalhos realizados até à data e dos próximos passos previstos. Assim, no sentido de preparação da estratégia, a CIMAC tem vindo a realizar os seguintes trabalhos:

- Actualização do diagnóstico existente para a sub-região;
- Articulação com as restantes CIMs do Alentejo e sob a coordenação da ADRAL para produção de contributos e resposta às solicitações da CCDRA, no âmbito da preparação da estratégia e plano de acção para a NUT II

Alentejo;

- Realização de dois seminários de reflexão: um sobre a experiência passada de aplicação dos fundos estruturais na região, problemas persistentes e boas práticas/resultados; outro sobre as perspectivas de futuro e identificação das prioridades que devem pautar o desenvolvimento do Alentejo Central e condicionar a futura arquitectura e aplicação dos fundos estruturais;
- Realização de entrevistas a actores chave na região
- Realização de um ciclo de workshops (a decorrer), cujas temáticas resultam já de um enfoque em prioridades identificadas nos trabalhos acima referidos, nomeadamente:
 1. Estratégia sub-regional para a sustentabilidade dos espaços rurais no Alentejo Central.
 2. Estratégia sub-regional para o desenvolvimento e sustentabilidade dos Centros Urbanos.
 3. Economia Social: estratégia de inclusão social para a região e consolidação da Economia Social como sector económico de importância regional.
 4. Património, Cultural e Economia Regional: que fazer para reforçar a participação deste sector no desenvolvimento da base económica regional e da coesão territorial?

Numa primeira fase (a decorrer até final de Julho) a CIMAC irá concluir o diagnóstico e a proposta de estratégia para a NUT III, retomando os trabalhos em Setembro para definição dos instrumentos de gestão. Dada a enorme indefinição por parte do Governo e Comissão Europeia quanto aos modelos de governação e instrumentos a vigorar, não é neste momento possível avançar muito mais.

Para este Workshop temático foi proposto que, numa primeira fase, os participantes dessem a sua opinião sobre o que consideram ser os principais problemas sociais no Alentejo Central e sobre o que consideram ser os principais problemas com que se debatem as instituições que trabalham nesta área. Numa segunda fase, os sugeriu-se que participantes identificassem o que devem ser as principais apostas no período 2014-2020 para no domínio da inclusão social e para potenciar as instituições no terreno que operam nesta área e que são parte relevante do tecido económico da região.

Em síntese, as intervenções centram-se nas seguintes ideias:

GNR (Capitão Martins)

Começou por referir que o Comando Distrital da GNR está repartido em 4 destacamentos e que há diferenças em termos de problemas dentro do Distrito. Identifica o Alandroal como o concelho mais problemático em termos sociais e de exclusão. Vendas Novas é um concelho que atraiu nos últimos anos muita gente da margem sul de Lisboa (para trabalhar no Parque Industrial) e que agora, com o fecho das empresas, estão a emergir novos problemas sociais, nomeadamente uma criminalidade mais típica da envolvente de Lisboa. A maioria

destas pessoas vem de fora e não tem aqui uma estrutura familiar. Os concelhos de Reguengos de Monsaraz e Mourão têm vindo a confrontar-se com problemas sobretudo associados a uma forte presença da etnia cigana, mas têm estado a resolver-se.

Mourão, Portel, Alandroal e algumas freguesias de Estremoz são os sítios onde encontram mais situações de isolamento, por falta de mobilidade e de respostas.

Como principais problemas aponta a ausência de apoio a famílias alargadas e a ausência de apoio social a idosos e a menores. Os problemas acontecem fora das horas normais de funcionamento da generalidade das instituições e isso faz com que não existam respostas adequadas. A GNR acaba por intervir muitas vezes com base em contactos informais com actores chave destas instituições ou por canais privilegiados, mas não existem de facto respostas adequadas.

A GNR tem procurado conhecer a realidade com compilação e actualização sistemática de informação e tem procurado promover o trabalho em rede com outras instituições (Escola Segura, por exemplo). Este trabalho permite actuar na sinalização e prevenção de casos.

A ideia de que a crise está associada a um aumento de criminalidade não é verdade. No dto. Évora os níveis mantiveram-se ou nalguns casos até diminuíram.

Em termos de apostas no futuro considera importante apostar no desenvolvimento económico, na agricultura, mas de forma selectiva. Temos que saber o que queremos produzir.

Monte (Paula Santos)

Considera que os idosos e os jovens são os grupos que mais precisam de apoio, quer devido às baixas perspectivas de emprego e a um aumento de comportamentos de risco, como o alcoolismo (no caso dos jovens), quer por dificuldades de mobilidade ou falta de redes de voluntariado aos polos mais pequenos (no caso dos idosos).

Aponta ainda uma grande dificuldade para o Monte, estabelecer parcerias mais informais com a segurança social ou com serviços de saúde na criação de repostas. Os processos são demasiado complexos e burocráticos.

Em termos de apostas futuras, considera que a inclusão só de fará por via do emprego que fixará pessoas. E isso far-se-á com alguma revalorização dos modos de exploração tradicionais (Montado, Cortiça, agro-indústria de qualidade)

O isolamento dos idosos não se combate retirando os idosos dos sítios onde vivem mas por exemplo

incentivando empresas que possam prestar apoio social a estas empresas.

APRE! (José Brás)

Explicou que a APRE! É uma associação muito recente e que tem vindo sobretudo a promover debates e a reforçar a sua base e aumentar o número de associados. Os próprios associados da APRE!, muitos com formação superior especializada, poderão eles próprios vir a fornecer respostas sociais em meios mais carenciados.

O maior problema para a associação são os cerca de 2 milhões de reformados com reformas de 200€. A APRE pretende desenvolver uma acção mais directa junto destas pessoas.

Outro problema que constata é a existência de cada vez mais famílias inteiras a depender apenas da reforma de um dos seus membros.

José Costa (IEFP)

Aponta o facto de o IEFP ter a função de implementar as políticas definidas pela tutela.

Considera que a economia social só se vai desenvolver se houver um desenvolvimento da economia no geral. A enorme dependência que as instituições da economia social têm dos fundos públicos faz com estas entidades sejam muito vulneráveis

Estas entidades têm um peso muito significativo no mercado de trabalho. As pessoas que o IEFP consegue integrar por exemplo são no sector público ou na economia social.

Considera que é importante uma diferenciação entre regiões, ao nível das políticas de formação e integração. Por exemplo, o Alentejo gasta 5 milhões €/ano em formação de pessoas com deficiência mas não consegue integrá-las. Isto porque quando a nível central se legislou no sentido de acabar com o emprego apoiado às entidades públicas (para pessoas com deficiência), no caso do Alentejo isto significou o fim deste apoio a todos os níveis porque apenas as autarquias recorriam a este apoio. Não há empresas ou outras instituições a integrar estas pessoas, o que não acontece noutras regiões do país. Por isso, não podemos definir leis gerais, sem olhar para os territórios.

Em relação aos jovens considera que temos um problema crescente em relação aos licenciados que são cada vez mais os que estão em situação de exclusão.

Outro problema é a falta de qualidade da oferta das escolas de ensino profissional porque não é vocacionada para as saídas efectivas, que era o que esta oferta devia promover.

O IEFP na promoção da inclusão, trabalha nas seguintes áreas:

- Formação profissional para a inclusão (competências)
- Formação para pessoas com deficiência
- Programa Vida-emprego, para ex-toxicodependentes
- Programas de estágios, etc para potenciar entrada no mercado de trabalho

É também importante trabalhar mentalidades. Por exemplo, é muito difícil encontrar formandos para a área industrial e esta tem um grau de empregabilidade elevada, mas os jovens não querem...

O desemprego jovem, no caso do Alentejo é muito inferior à média nacional (10 a 15%) porque as mulheres acima dos 35 anos continuam a representar a maior parte dos desempregados.

Seria muito importante no futuro adequar o financiamento dos transportes para a frequência de formação, de acordo com especificidades de cada região. Este financiamento é muito baixo e condiciona de facto o acesso à formação. Aumentar este financiamento às entidades que organizam formação para que possam ter meios para deslocar as pessoas, seria muito importante.

Em termos de apostas futuras, considera que deve ser feita na fixação de pessoas, com incentivos concretos para isso. Uma aposta da agro-indústria será também importante para a criação de emprego com base nos recursos existentes.

Cruz Vermelha (Carla Vieira)

A Cruz Vermelha trabalha sobretudo com pessoas da Horta das Figueiras, Évora (onde está sediada) com famílias, jovens, crianças e está muito focada na resolução de problemas imediatos.

Aponta como principal financiamento das instituições da economia social a falta de diversificação da sua base de financiamento. A extrema dependência de fundos públicos faz com que fiquem frágeis sobretudo em fases como a actual.

Será necessário desenvolver medidas que promovam a mudança e integração das pessoas que são alvo de apoio social, para elas deixem de precisar deste apoio. Isto normalmente não acontece e a necessidade de apoio perpetua-se. Por isso, no futuro será necessário trabalhar sobretudo na promoção de competências parentais (como base da autonomia dos indivíduos) e nos incentivos à autonomia e à utilização dos recursos disponíveis para criação desta autonomia (acesso à informação, por exemplo).

CIMAC (André Espenica /Josué Caldeira)

Em termos de conclusão, a CIMAC irá voltar ao contacto no último trimestre, altura em que estará a ultimar o Plano de Acção para a NUT III.

ALENTEJO CENTRAL 2020 WORKSHOP

PATRIMÓNIO, CULTURA E ECONOMIA REGIONAL: QUE FAZER PARA
REFORÇAR A PARTICIPAÇÃO DESTE SECTOR NO DESENVOLVIMENTO DA
BASE ECONÓMICA REGIONAL E DA COESÃO TERRITORIAL?

15 DE JULHO DE 2013 • 10.00H • CIMAC

A CIMAC está a desenvolver um processo de trabalho com vista à elaboração de um Plano de Acção para o Alentejo Central no âmbito da preparação do novo ciclo de programação dos fundos comunitários para o período 2014-2020.

A estratégia Europa 2020, definindo três prioridades de desenvolvimento para o território da União Europeia – crescimento inteligente, crescimento sustentável, crescimento inclusivo –, coloca perante as regiões europeias importantes desafios de orientação e programação estratégica por forma a responder a problemas do desenvolvimento económico, social e ambiental que marcam o início do presente século. Estes problemas têm uma tradução específica em cada um dos Estados-membros e nas respetivas regiões e, por isso, exigem respostas específicas e ajustadas às respetivas realidades territoriais.

A situação de crise económica que vivemos, quer no espaço nacional, quer no espaço europeu, reforçou a necessidade de abordarmos o papel que as políticas públicas de apoio ao investimento, onde se inserem as políticas que enquadram a aplicação dos fundos comunitários, na perspectiva da promoção do emprego, do investimento produtivo e da promoção da geração de riqueza.

Neste contexto, a mobilização de todos os recursos regionais com potencial económico devem ser chamados a integrar uma estratégia de desenvolvimento regional visando o reforço da base económica, promovendo o emprego e as condições de coesão territorial do espaço regional.

Podem os recursos patrimoniais e culturais, frequentemente considerados como pontos fortes e activos estratégicos da região, ser abordados nesta perspectiva? Como podemos potenciar o investimento realizado neste sector – património e cultura – quer no âmbito do investimento financiado pelos fundos comunitários, quer no âmbito do investimento realizado pelos municípios (com ou sem apoio dos fundos),

Projeto co-financiado por:

numa perspectiva do seu contributo para o desenvolvimento das economias locais e regionais (no quadro do Alentejo Central)?

Para discutirmos estas temáticas, no sentido de as enquadrar numa abordagem de desenvolvimento territorial desta NUT III, vimos convidá-lo(a) a participar num Workshop a realizar no próximo **dia 15 de Julho, pelas 10.00h, nas instalações da CIMAC** (Rua 24 de Julho, nº1, R/c, Évora) subordinado ao tema: **Património, Cultura e Economia Regional: que fazer para reforçar a participação deste sector no desenvolvimento da base económica regional e da coesão territorial?**

Para esta sessão estabelecemos como perguntas orientadoras da discussão as seguintes:

- Na perspectiva da relação do sector do património-cultura com a economia regional, quais são, do ponto de vista de cada participante, **os problemas fundamentais** (máximo três) que caracterizam esta relação no caso do Alentejo Central?
- Quais são, na mesma perspetiva, as **principais potencialidades** (máximo três) que podemos identificar no caso do Alentejo Central?
- Em que problemas/potencialidades devemos **concentrar as nossas apostas** no âmbito do período de programação 2014-2020?
- Que **objectivos estratégicos definir e prosseguir** no domínio da relação património-cultura-economia regional (Alentejo Central)?
- **Que tipo de iniciativas promover** no sentido de reforçar o contributo do sector património-cultura para o desenvolvimento da base económica regional e para a promoção da coesão territorial regional?

Sublinhamos que as sessões pretendem ser espaços de reflexão participada e coletiva sobre as questões acima enunciadas. Apelamos, pois, a uma preparação prévia das entidades convidadas, bem como a uma participação ativa no decorrer das sessões.

Projeto co-financiado por:

Memorando de Workshop: Património, cultura e economia regional: que fazer para reforçar a participação deste sector no desenvolvimento da base económica regional e da coesão territorial?

DATA	15-07-2013		
------	------------	--	--

ORGANIZADOR	CIMAC																										
NOTAS REDIGIDAS POR	Paula Sofio																										
DATA	15-07-2013	HORA DE ÍNICIO	10.00	HORA FIM	13.00																						
LOCAL	CIMAC - Évora																										
ANEXOS	Folha presenças																										
PRESENCAS	<table border="1"> <thead> <tr> <th colspan="2">PARTICIPANTES</th> </tr> <tr> <th>Nome</th> <th>Entidade</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>André Espenica</td> <td>CIMAC</td> </tr> <tr> <td>Ana Isa Coelho</td> <td>CIMAC</td> </tr> <tr> <td>Josué Caldeira</td> <td>CIMAC</td> </tr> <tr> <td>Paula Sofio</td> <td>ADRAL</td> </tr> <tr> <td>Elsa Caeiro</td> <td>Direcção Regional Cultura</td> </tr> <tr> <td>Ana Paula Amendoeira</td> <td></td> </tr> <tr> <td>Fernando Angelino</td> <td></td> </tr> <tr> <td>Jose Russo</td> <td>CENDREV</td> </tr> <tr> <td>Henrique Sim Sim</td> <td>Fundação Eugénio de Almeida</td> </tr> </tbody> </table>					PARTICIPANTES		Nome	Entidade	André Espenica	CIMAC	Ana Isa Coelho	CIMAC	Josué Caldeira	CIMAC	Paula Sofio	ADRAL	Elsa Caeiro	Direcção Regional Cultura	Ana Paula Amendoeira		Fernando Angelino		Jose Russo	CENDREV	Henrique Sim Sim	Fundação Eugénio de Almeida
PARTICIPANTES																											
Nome	Entidade																										
André Espenica	CIMAC																										
Ana Isa Coelho	CIMAC																										
Josué Caldeira	CIMAC																										
Paula Sofio	ADRAL																										
Elsa Caeiro	Direcção Regional Cultura																										
Ana Paula Amendoeira																											
Fernando Angelino																											
Jose Russo	CENDREV																										
Henrique Sim Sim	Fundação Eugénio de Almeida																										
OBJECTIVO	Promover o debate, reflexão e propostas relativamente às questões relacionadas com a relação entre o sector do património-cultura com a economia regional para enquadramento na Estratégia e Plano de Acção para o Alentejo Central 2014-2020, actualmente em preparação pela CIMAC																										

Desenvolvimento dos trabalhos: síntese das intervenções

O objectivo da reunião prendeu-se com os trabalhos que a CIMAC tem vindo a realizar no âmbito da preparação da estratégia e plano de acção para o Alentejo Central para o período 2014-2020 e que deve enquadrar a aplicação dos Fundos Estruturais nesta sub-região.

Neste sentido, foi feita pela CIMAC uma apresentação dos trabalhos realizados até à data e dos próximos passos previstos. Assim, no sentido de preparação da estratégia, a CIMAC tem vindo a realizar os seguintes trabalhos:

- Actualização do diagnóstico existente para a sub-região;
- Articulação com as restantes CIMs do Alentejo e sob a coordenação da ADRAL para produção de contributos e resposta às solicitações da CCDRA, no âmbito da preparação da estratégia e plano de acção para a NUT II

Alentejo;

- Realização de dois seminários de reflexão: um sobre a experiência passada de aplicação dos fundos estruturais na região, problemas persistentes e boas práticas/resultados; outro sobre as perspectivas de futuro e identificação das prioridades que devem pautar o desenvolvimento do Alentejo Central e condicionar a futura arquitectura e aplicação dos fundos estruturais;
- Realização de entrevistas a actores chave na região
- Realização de um ciclo de workshops (a decorrer), cujas temáticas resultam já de um enfoque em prioridades identificadas nos trabalhos acima referidos, nomeadamente:
 1. Estratégia sub-regional para a sustentabilidade dos espaços rurais no Alentejo Central.
 2. Estratégia sub-regional para o desenvolvimento e sustentabilidade dos Centros Urbanos (cancelado).
 3. Economia Social: estratégia de inclusão social para a região e consolidação da Economia Social como sector económico de importância regional.
 4. Património, Cultural e Economia Regional: que fazer para reforçar a participação deste sector no desenvolvimento da base económica regional e da coesão territorial?

Numa primeira fase (a decorrer até final de Julho) a CIMAC irá concluir o diagnóstico e a proposta de estratégia para a NUT III, retomando os trabalhos em Setembro para definição dos instrumentos de gestão. Dada a enorme indefinição por parte do Governo e Comissão Europeia quanto aos modelos de governação e instrumentos a vigorar, não é neste momento possível avançar muito mais.

Para este Workshop temático foi proposto que, numa primeira fase, os participantes dessem a sua opinião sobre o que consideram ser os principais constrangimentos e tendências de evolução recente a considerar no âmbito a relação entre o sector do património-cultura com a economia regional. Numa segunda fase, sugeriu-se que participantes identificassem o que devem ser as principais apostas/desafios no período 2014-2020 para este domínio de intervenção por forma a reforçar a participação deste sector no desenvolvimento da base económica regional e da coesão territorial.

Em síntese, as intervenções centram-se nas seguintes ideias:

CENDREV (José Russo)

A Região e o país deviam ter iniciado esta discussão há já bastante tempo uma vez que se trata de um sector de relevância estratégica para o desenvolvimento regional, com particular incidência em Évora, não sendo possível construir políticas de desenvolvimento que ignorem a cultura.

Por outro lado existem estudos relevantes ao nível internacional que demonstram a importância relativa do retorno do sector da cultura para os PIB nacionais que não pode ser menosprezado.

No entanto o enfoque não poderá ser nunca posto na relevância/potencial económico da produção cultural, uma vez que as questões da criatividade não são facilmente mensuráveis ou contabilizáveis e que desse modo se corre o risco de promover a massificação das produções culturais com vista à sua rentabilidade económica. A cultura não pode ser vista como uma “mercadoria”, vendida em “pacotes”.

Haverá portanto num primeiro momento que clarificar os conceitos.

Existe uma dimensão de serviço público na produção cultural que importa salvaguardar e que não pode ser submetido a lógicas economicistas.

Existiu um enorme investimento municipal na cultura que tem sido progressivamente abandonado. O CNNDREV chegou a ter protocolos com 14 autarquias.

Há ainda bastante por realizar quer ao nível da fruição cultura quer da formação de públicos. Mas as opções políticas, mesmo aparentemente noutras áreas, têm naturalmente impactos. Quando se fecha uma escola numa aldeia, estamos a interferir inevitavelmente na estrutura social dessa aldeia. Portanto quando dizemos que não há cultura sem pessoas, temos que actuar a este nível também.

Deve ainda considerar-se a questão da democratização dos fundos comunitários: contrapartidas privadas demasiado elevadas para as estruturas das entidades promotoras; processos de formalização e gestão de candidaturas demasiado complexos para estruturas não profissionalizadas nestes domínios; incompatibilidade entre apoios.

Alguns dos programas de financiamento impedem a complementaridade entre fontes de financiamento, o que também não se entende.

Um problema fundamental do sector é neste momento a falta de condições de trabalho: temos assistido a cortes absolutamente arrasadores em termos de orçamento e isso tem destruído a cultura enquanto serviço público, com criação de desemprego, com diminuição da capacidade de trabalho e de resposta, etc

Algo deverá também ser feito ao nível da desburocratização dos processos de candidatura e do incentivo a projectos como o “teias”, com programação cultural em rede

Ana Paula Amendoeira

Mais do que crescimento económico ou desenvolvimento deveremos apontar para o aumento do bem-estar das populações.

Não se podem reduzir as questões das indústrias criativas às dimensões económica ou de lazer e turismo, sendo o seu âmbito bastante mais lato. A identidade cultural do território é uma condição prévia ao

desenvolvimento da actividade turística e não o inverso.

O Património enquanto potencial de investigação e produção de conhecimento tem sido largamente desvalorizado, podendo constituir-se como um dos sectores a contemplar na estratégia de especialização inteligente para a região que dispõe já de infra estruturas e competências científicas e tecnológicas bem como de herança cultural relevante capazes de ancorar um centro de excelência neste domínio.

Por exemplo, em termos da construção em terra (crua e cozida) a região detém um enorme conhecimento e experiencia que podem ser indutores de dinamização económica quando acompanhados de processos de inovação e desenvolvimento tecnológico ao nível da arquitectura e urbanismo, engenharia, engenharia de materiais e sustentabilidade dos recursos, eficiência energética, técnicas de conservação e restauro, entre outros....

A cultura (criatividade e conhecimento), a par da paisagem são os elementos diferenciadores do território.

Existe por outro lado um importante esforço na criação de uma política de formação de públicos, sobretudo entre os mais jovens e que poderia estar integrada no sistema formal de ensino. A falta de pessoas é de facto um problema mas não é isso que faz com as salas estejam vazias, mas antes esta falta de formação de públicos. O Alentejo sempre foi uma região difícil de povoar e quando teve mais pessoas foi em contextos de exploração das pessoas. Por isso não interessa aumentar a população a todo o custo mas sim aumentar o bem estar das pessoas. E isso não é o mesmo que “desenvolvimento”.

Não podemos também insistir em chamar “subsídios” aquilo que foram “investimentos” na cultura, enquanto serviço público. Essa é uma linguagem viciada que não pode ser a base da discussão.

Direcção Regional de Cultura (Elsa Caeiro)

As pessoas são o principal elemento de desenvolvimento, os territórios somam factores culturais trazidos pelos processos de povoamento, conferindo-lhe identidade, mas sem a atracção e fixação de população não é possível promover a base económica que sustenta e dinamiza a dimensão cultural.

As características da baixa densidade populacional determinam ainda a dificuldade de obtenção de escala ao nível da massa critica mas também da sustentabilidade das iniciativas. Neste âmbito a Direcção Geral tem realizado esforços para promover programação conjunta da oferta cultura na região mas que não têm tido grande adesão por parte dos agentes

Seria por outro lado relevante a criação de um Gabinete de Apoio a Candidaturas que facilitasse aos agentes

culturais o acesso facilitado a uma Bolsa de oportunidades de financiamento, bem como apoiasse a concretização dos processos de candidatura e gestão dos projectos.

Em termos da promoção do contributo do sector do património/cultura para o desenvolvimento da base económica regional seria relevante uma estratégia de formação profissional qualificante para as actividades técnicas de apoio a estas actividades que não tem estado a ser desenvolvida pelo sistema de ensino profissional ou mesmo avançado (por exemplo: técnicos de restauro, reabilitação....)

Será igualmente importante promover a articulação entre as autarquias ao nível da programação.

Fernando Angelino

Évora tem no domínio das indústrias criativas um elevado potencial pelas suas características distintivas que deverá ser potenciado pela fixação dos jovens formados pela Escola de Artes da Universidade de Évora. Existe um reconhecimento nacional e internacional deste potencial, sendo essencial constituir um ecossistema empreendedor de enquadramento e promoção destes activos do território.

Um dos principais constrangimentos à facilitação deste ecossistema é a descoordenação de entidades/esforços/iniciativas no território sendo essencial promover sistemas agregadores e de mediação entre os diferentes agentes a operar na sub-região. Importa ainda constituir redes e parcerias entre agentes que permitam acções concretas ao nível do apoio e inclusão dos agentes na base económica regional facilitando o seu acesso a apoios e incentivos, desenvolver e capacitar para atitudes empreendedoras, integrar redes nacionais e transnacionais - Uma das principais vantagens competitivas de Évora é a sua localização geográfica face aos públicos oriundos da AML e de Espanha

O principal desafio colocado ao sector está na criação de mecanismos de trabalho em rede que permitam potenciar os activos de a região dispõe bem como da criação de um ecossistema empreender que favoreça estas actividades facilitando os processos de mediação entre o sistema criativo e as dimensões empresariais que lhe estão associadas.

Fundação Eugénio de Almeida (Henrique Sim Sim)

A capacidade das entidades para se “abrirem” ao exterior, comunicarem de forma eficaz e integrarem parcerias e iniciativas de escala internacional é determinante na sua capacitação para a promoção cultural. Esta atitude permite adquirir competências e acrescentar valor que à escala local não seria possível assumir.

Por outro lado as entidades devem constituir redes de trabalho com outros agentes culturais mas também em outros sectores de actividade com os quais possam criar dinamismos económicos “improváveis”

O novo quadro comunitário de apoio deverá ter em conta as especificidades das entidades e agentes culturais sendo relevante neste sentido uma visão multifundos que permita ancorar recursos humanos especializados a projectos e iniciativas de longo prazo. Esta questão é particularmente relevante nos apoios à contratação, tanta mais que existe ainda bastante por fazer no domínio da qualificação dos agentes culturais em termos de competências de gestão.

As questões da investigação e da produção de conhecimento nos domínios do património e da cultura pode ser factor de fixação de população qualificada ao território e de dinamização da sua base económica.

Os projectos culturais, como outros, devem ser encarados tendo em conta as questões da geração de recursos e da sustentabilidade das entidades promotoras. Neste sentido deveria ser invertida a tendência para o desencorajamento de geração de receitas no âmbito do financiamento comunitário, devendo estas contribuir para a sustentabilidade das entidades e não para a diminuição das taxas de co financiamento.

PLANO DE AÇÃO DO ALENTEJO CENTRAL 2014-2020

WORKSHOP “ **SOBRE AS QUESTÕES DO DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO NO ALENTEJO CENTRAL NO PERÍODO 2014-2020: APOIAR O DESENVOLVIMENTO E INOVAÇÃO EMPRESARIAL, PROMOVER A VALORIZAÇÃO ECONÓMICA DOS RECURSOS TERRITORIAIS REGIONAIS, REFORÇAR A COMPETITIVIDADE DA BASE ECONÓMICA REGIONAL**”

21.jan.2014 | Local: ADRAL | Évora

QUESTÕES PARA ORIENTAÇÃO DOS TRABALHOS:

1. Sobre a proposta do Quadro Estratégico de Referência para o Alentejo Central 2014-2020:

- a) Há **opções no domínio do desenvolvimento económico e empresarial** estabelecidas no documento em discussão (ver, nomeadamente, páginas 55, 56 e 57) que devem merecer algum **ajustamento** ou **revisão**?
- b) Há **problemas relevantes** do desenvolvimento económico e empresarial no Alentejo Central que **não estão ali refletidos**?
- c) Há **questões relevantes** do desenvolvimento económico e empresarial no Alentejo Central que devem ser **reforçados**?

2) Sobre o Programa de Ação do Alentejo Central 2014-2020 no domínio do desenvolvimento económico e empresarial:

- a) Que **apostas estratégicas** devem ser estabelecidas no domínio do desenvolvimento económico e empresarial por forma a **mobilizar, em torno de projectos em parceria**, instituições económicas e empresariais locais/regionais?
- b) Que **tipo de projetos** (ou projectos concretos) podem ser estabelecidos por forma a mobilizar uma **intervenção em parceria** parte de instituições económicas e empresariais locais/regionais?

3) Sobre as intervenções dos municípios do Alentejo Central na promoção do desenvolvimento económico e empresarial:

- a) Em que **áreas de intervenção** devem os municípios concentrar os seus esforços no sentido de contribuírem, de forma mais eficaz, para o desenvolvimento económico e empresarial da sub-região?
- b) Que **projetos concretos** devem os municípios desenvolver neste domínio do desenvolvimento económico e empresarial?

PLANO DE AÇÃO DO ALENTEJO CENTRAL 2014-2020

WORKSHOP SOBRE AS QUESTÕES DO **AMBIENTE E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO NO ALENTEJO CENTRAL NO PERÍODO 2014-2020** - PROTEÇÃO DO **AMBIENTE**, PRESERVAÇÃO DA **BIODIVERSIDADE** E **UTILIZAÇÃO SUSTENTÁVEL DOS RECURSOS NATURAIS**

30.jan.2014, 10.00h | Local: GESAMB | Évora

Esta sessão centra-se, fundamentalmente, sobre matérias relacionadas com os seguintes Objetivos Temáticos (OT) definidos para o próximo período de programação dos Fundos Europeus:

- OT 5 – Promover a adaptação às **alterações climáticas** e prevenção de **riscos**,
- OT 6 – Proteger o **ambiente**, promover a **utilização sustentável de recursos**.

QUESTÕES PARA ORIENTAÇÃO DOS TRABALHOS:

1. **Sobre a proposta do *Quadro Estratégico de Referência*** para o Alentejo Central 2014-2020:
 - a) As **opções** relacionadas com a preservação ambiental, utilização sustentável de recursos, adaptação às alterações climáticas ou prevenção de riscos, estabelecidas no documento em discussão (ver páginas 64-68) devem merecer algum **ajustamento** ou **revisão**?
 - b) **Há questões** relevantes para o Alentejo Central, no âmbito da temática em análise, **que não estão ali refletidas**?
 - c) Há, por outro lado, questões relevantes para o Alentejo Central, no âmbito da temática em análise, que **devem ser reforçadas quer do ponto de vista estratégico** (objetivos específicos), **quer do ponto de vista operacional** (linhas de ação prioritárias)?
- 2) **Sobre o *Programa de Ação*** do Alentejo Central 2014-2020 no domínio do Ambiente e Ordenamento do Território:
 - a) Atendendo à situação atual do Alentejo Central em termos de estado do Ambiente, da Biodiversidade, de preparação para as Alterações Climáticas e de prevenção de Riscos, que **áreas de intervenção deverão merecer uma atenção particular** por parte dos vários atores locais e regionais com responsabilidades nestas matérias?
 - b) Que **apostas** de âmbito sub-regional devem ser estabelecidas nestes domínios?
 - c) Há espaço para **intervenções/projetos de natureza colaborativa** entre atores locais/regionais? Em que áreas de intervenção (ou incidindo sobre que problemas)?
- 3) **Sobre as intervenções dos municípios** na preservação do Ambiente, na Utilização Sustentável dos Recursos e na adaptação às Alterações Climáticas e prevenção de Riscos:
 - a) Em que **áreas de intervenção devem os municípios concentrar** os seus esforços, no período 2014-2020, no sentido de contribuírem, de forma eficaz, para um melhor Ambiente e para melhor preparem os respetivos territórios para os desafios das Alterações Climáticas?
 - b) Que tipo de **projetos concretos devem os municípios desenvolver** nestes domínios?

PLANO DE AÇÃO DO ALENTEJO CENTRAL 2014-2020

WORKSHOP “ **SOBRE AS QUESTÕES DA INCLUSÃO SOCIAL NO ALENTEJO CENTRAL NO PERÍODO 2014-2020: FOMENTAR A INOVAÇÃO E A COESÃO SOCIAL E ELEVAR O BEM ESTAR DA POPULAÇÃO**”

24.jan.2014 | Local: ADRAL | Évora

QUESTÕES PARA ORIENTAÇÃO DOS TRABALHOS:

1. Sobre a proposta do Quadro Estratégico de Referência para o Alentejo Central 2014-2020:

- a) Há **opções no domínio social** estabelecidas no documento em discussão (ver, nomeadamente, páginas 63 e 64) que devem merecer algum **ajustamento** ou **revisão**?
- b) Que **problemas no domínio da inclusão social** elegem as instituições como problemas críticos atuais e que devem merecer uma intervenção forte no próximo período de programação?
- c) Há **questões relevantes** ao nível da promoção da inclusão social no Alentejo Central que devem ser **reforçados** na estratégia proposta?

2) Sobre o Programa de Ação do Alentejo Central 2014-2020 no Social:

- a) Que tipo de problemas constituem os **problemas críticos com que as instituições da Economia social se defrontam** no seu funcionamento?
- b) De que forma pode ser promovida a **colaboração/parceria entre municípios e entidades da economia social** no âmbito do próximo período de programação e no quadro da actual situação social da sub-região?"

3) Sobre as intervenções dos municípios do Alentejo Central na promoção da inclusão social:

- a) Em que **áreas de intervenção** devem os municípios concentrar os seus esforços no sentido de contribuírem, de forma mais eficaz, para a promoção da inclusão social na sub-região?
- b) Que **projetos concretos** devem os municípios desenvolver neste domínio Social?